

COLEÇÃO
LITERATURA
e AMBIENTE

BEIRAS

Imagens do Ambiente Natural e Humano
na Literatura de Ficção

ANA CRISTINA CARVALHO e CRISTINA COSTA VIEIRA

EDITORAS



Edições Colibri

BEIRA(S)

Imagens do ambiente natural e humano
na literatura de ficção

LITERATURA E AMBIENTE

Direção: Ana Cristina Carvalho

1. Alentejo(s). Imagens do ambiente natural e humano na literatura de ficção
Editoras: Ana Cristina Carvalho e Albertina Raposo
2. Beira(s). Imagens do ambiente natural e humano na literatura de ficção
Editoras: Ana Cristina Carvalho e Cristina Costa Vieira

Ana Cristina Carvalho e Cristina Costa Vieira
(Editoras)

BEIRA(S)

Imagens do ambiente natural e humano
na literatura de ficção



Edições Colibri

Título: Beira(s). Imagens do ambiente natural e humano na literatura de ficção

Editoras: Ana Cristina CARVALHO e Cristina Costa VIEIRA

Autora(e)s: Henrique ALMEIDA (Inst. Politécnico Viseu), Maria Mota ALMEIDA (Esc. Sup. de Turismo do Estoril), Margarida ALPALHÃO (Univ. Nova Lisboa), Maria de Lurdes BARATA (Inst. Politécnico Castelo Branco), Glória BASTOS (Univ. Aberta), Teresa BRANQUINHO (Biblioteca Branquinho da Fonseca), Ana Cristina CARVALHO (Univ. Nova Lisboa), Guilherme d'OLIVEIRA MARTINS (Fundação C. Gulbenkian), Maria ILHÉU (Univ. Évora), Rui JACINTO (Univ. Coimbra), Jorge Costa LOPES (Univ. Porto), António Apolinário LOURENÇO (Univ. Coimbra), António QUEIRÓS (Univ. Lisboa), Vânia REGO (Inst. Politécnico Macau), Anabela SARDO (Inst. Politécnico Guarda), Ana ALBUQUERQUE Sousa (Esc. Sec. Alves Martins, Viseu), Fernanda M. VICENTE (Univ. Aveiro), Cristina Costa VIEIRA (Univ. Beira Interior).

Editor: Fernando Mão de Ferro

Revisão (*Double-blind peer review*): Albertina Raposo (Dep. Biociências, Inst. Polit. Portalegre), Allison Leão (Univ. Estado do Amazonas), Celeste Simões (Fac. Letras, Univ. Coimbra), Clara Sarmento (Inst. Politécnico Porto), Graça Poças Santos (C. Interdisciplinar Ciências Sociais, Inst. Politécnico Leiria), Igor d'Angelis (Mare.Nova, Fac. Ciências e Tecnologia, Univ. Nova Lisboa e Esc. Sup. do Agreste Paraibano), Larissa Malty (CicsNova, FCSH Nova Lisboa), Maria do Carmo Mendes (C. Estudos Humanísticos, Univ. Minho), Paulo Rocha Monteiro (Inst. Sup. Agronomia, Univ. Lisboa, e Associação Zero).

Capa: Raquel Gil Ferreira

Fotografia da capa: Nuno Santos

Ilustrações: Alfredo da Conceição, Maria de Lourdes Carvalho, Nuno San-Payo.

Fotografias: Armando Almeida, Jorge Costa Lopes, Manuel A. Pereira, Nuno Santos, Paulo Rocha Monteiro, Ricardo Nicolau, Cristina Costa Vieira, Ana Cristina Carvalho.

ISBN 978-989-566-117-6

Depósito legal n.º 522 547/23

Lisboa, Julho de 2023

Este livro teve apoio do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013, apoiado pela FCT/MCTES através de Fundos Nacionais.

COLEÇÃO “LITERATURA E AMBIENTE”

Um livro é um lugar de encontro. No campo da ciência ou no da divulgação científica, um livro põe ombro a ombro vários/as autores/as e coloca-os frente a frente com o/as leitores/as. Os livros desta coleção propõem-se à academia, mas vivem também da sua aptidão para cativar um público mais amplo, interessado, indagador, curioso.

O objetivo da série “Literatura e Ambiente”, que se inaugurou com *Alentejo(s) – Imagens do ambiente natural e humano na literatura de ficção* e tem no presente volume o seu segundo título – é reunir estudiosos/as de múltiplas unidades de investigação e ensino, cada um(a) com sua metodologia, sua experiência, sua esfera de interesse científico, em torno deste quesito: Que imagens do ambiente natural e da nossa paisagem humanizada deixaram o/as escritores/as da Literatura Portuguesa lavrados nos seus romances, contos e novelas? Nesta busca reside uma esperança: que estes livros, simultaneamente de teor literário e de apelo à sensibilidade ambiental, guiem a (re)descoberta da nossa literatura pelas gerações de hoje e nelas exerçam um suave poder “de intervenção” ao nível da (in)consciência ecológica, neste tempo em que o saque de recursos naturais parece querer apagar-nos da memória a parábola da galinha dos ovos de ouro.

Queremos delinear um retrato (entre muitos possíveis) de uma certa Geografia Literária profundamente enraizada no território português. Retrato que acompanhe as vozes do/as escritores/as na celebração da terra, do povo e da língua, feito de muitas geografias vivenciais, afetivas e ideológicas vertidas para a escrita ficcional, tal como depois interpretadas por um extenso painel de investigadores/as.

Este ângulo de sentido é inserível na Ecocrítica, terreno interdisciplinar de claro princípio ecológico, aberto ao diálogo entre a linguagem científica e a linguagem artística. Em 1924, já Raul Proença compreendia o benefício de pôr o génio literário ao serviço do conhecimento dos lugares e seu património. Ele e, depois dele, Sant’Anna Dionísio tiraram partido dessa simbiose, ao proporem a redação de trechos específicos do *Guia de Portugal* (1924-1969) a figuras maiores das letras nacionais com vínculo pessoal a locais geográficos: Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Vitorino Nemésio, António Sérgio, Raul Brandão, Teixeira de Pascoaes, José Rodrigues Miguéis, Miguel Torga e outros.

Cruzam-se nesta coleção as Ciências Naturais, as Ciências Sociais e Humanas e a Arte Literária, fruto de uma rede de colaborações que por vezes transpôs as fronteiras de Portugal. Cada livro reúne autore/as que escreveram com total liberdade de método, conteúdo e estilo, dentro do eixo temático em causa – reler a nossa literatura com os olhos postos no seu teor ambiental, ecológico e espacial –, privilegiando quer a ciência mais teórica quer a mais aplicada. Por isso, muitos capítulos rompem os padrões da crítica literária, anunciando as obras estudadas ora como fontes historiográficas úteis à História Ambiental, ora como matéria de interesse comum a disciplinas dos vários níveis de ensino, ora ainda, numa perspectiva de desenvolvimento local e regional e também lúdica, como bases para roteiros de turismo literário.

Em *Por Terras de Portugal e de Espanha* (1911), Unamuno atribuiu à língua portuguesa o dom de “engendra[r] uma poesia campesina profundamente lírica, erótica ou elegíaca, naturalista ou sonhadora” e faz notar que em muitos clássicos da literatura a paisagem é um meio para evidenciar a figura humana. Essa indissociabilidade entre meio biofísico e universo populacional transparece das ficções analisadas na coleção. E esta desenhámo-la sob o signo da Ecologia Humana, valorizando essencialmente o jogo de interdependência, aprimorado no correr dos séculos e milénios, entre os recursos da terra e quem a vive como morada, raiz de trabalho ou simples fonte de deslumbramento.

A primeira dúvida que se nos colocou foi a do critério de representação geográfica de cada volume. Que divisão territorial seguir? As províncias, herdeiras do arranjo medieval, que entre o século XV e 1976 foram ganhando e perdendo estatuto? Os NUT¹ de 2013, que traçam as grandes regiões e suas sub-regiões? Antero de Figueiredo, escritor coimbrão, escreveu em *Jornadas em Portugal* (1918) sobre as “velhas províncias”: “Elas têm as cores do arco-íris: o Minho é verde tenro; o Douro frágil, violáceo; as Beiras dos olivedos polvilha-as o verde mesto das cinzas peneiradas; a Estremadura ribatejana é um poente alaranjado; o Alentejo é todo amarelo; e o Algarve, todo azul, com chapadas de cal, por entre o verde negro das figueiras.”

As onze províncias tradicionais, de substrato histórico-etnográfico, criadas em 1936 com base nos estudos do geógrafo Amorim Girão, apesar de inspiradas num Portugal predominantemente rural que expirou e esvaziadas de nexos administrativos, resistem até hoje, no íntimo dos portugueses, como fortes referências culturais e identitárias. Por esse motivo, por serem um nítido reflexo da diversidade biofísica e humana do país e ainda porque as obras literárias estudadas têm, na sua maioria, cenário rural e tempos de ação fundeados nos séculos XIX e XX, optámos por organizar a coleção “Literatura e Ambiente” segundo essa partição territorial.

Da literatura mais interventiva à mais contemplativa, o/as nossos/as escritores/as testemunharam o tempo e o território, a tradição, as mentalidades, a oralidade, heroísmos individuais e insanidades sociais, os rostos do povoamento, ruturas ambientais, usos e desusos do solo e das águas, deleites e desvarios do clima. Rios, serras e finisterras, estradas novas e caminhos de pé-posto, as maiores cidades, incógnitos povoados, ilhas, ilhéus, bosques e campinas, lugares sagrados, campos arados – são feições desse Portugal de “luz e sombra”² que chegam aos nossos dias projetados nas laudas de romances, contos e novelas da Literatura Portuguesa.

A Diretora da coleção,
Ana Cristina Carvalho

O Editor,
Fernando Mão de Ferro



Âmbito geográfico dos volumes da
Coleção “Literatura e Ambiente”
relativos a Portugal continental

1. NUT (Nomenclatura de Unidades Territoriais): unidades espaciais usadas pelo Eurostat para possibilitar a comparação de dados estatísticos regionais dos países da União Europeia. Assentam numa lógica de políticas públicas de desenvolvimento e criam, como diz João Ferrão em “Portugal, três geografias em recombinação” (2002, *Lusotopie* 2: 151-158), “identidades de base territorial típicas do Portugal moderno” urbano-industrial.
2. *Portugal – Luz e Sombra*, título de um livro de Duarte Belo (2012).



Fotografia: Cervunal, serra da Estrela (Nuno Santos)

AGRADECIMENTOS

As editoras agradecem a todos os participantes a resistência e perseverança, em especial aos autores, no seu esforço pelo cumprimento dos prazos e posterior paciência com o atraso na publicação.

Agradecemos também aos nossos patrocinadores, destacados através dos seus logótipos.

E ainda a boa-vontade e a colaboração de:

- Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis.
- Grande Hotel de Luso, na pessoa do seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º João Diniz, por ter autorizado a publicação da foto do painel de Nuno San-Payo.
- José Manuel Mendes, organizador do volume *O Arco da Memória. Evocação de Fernando Namora (1919-1986)* (2020), por ter autorizado a publicação adaptada do artigo “As Pátrias Namoreanas Revisitadas”, de Rio Jacinto
- Ana Luísa Luz, pelo apoio na tradução de alguns resumos.

*Há mister grandes presentes
Das villas, casaes e aldeã.
Mandará a villa de Cea
Quinhentos quiejos recentes,
Todos feitos á candea,
E mais trezentas bezerras,
E mil ovelhas meirinhas,
E duzentas cordeirinhas,
Taes, que em nenh~uas serras
Não nas achem tão gordinhas,
E Gouvea mandará
Dous mil sacos de castanha,
Tão grossa, tão san tamanha,
Que se maravilhará
Onde tal cousa s'apanha.
E Manteigas lhe dará
Leite para quatorze anos,
E Covilhan muitos pannos
Finos que se fazem lá.
Mandarão desses casaes
Que estão no cume da serra,
Penna pera cabeças,
Toda de aqueas reaes
Naturaes mesmo da terra.*

*Gil Vicente
Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela (1527)*

O caminho de ferro da Beira Alta passa no sopé da montanha, a oito ou dez minutos de distância do entroncamento da Pampilhosa. Quem vae veraneiar do sul para o norte, raro deixa de visitar a formosa matta, que se anuncia desde pouco adiante de Soure, n'um convite de luxuriante verdura; quem desce da Beira Alta, considera a visita como romaria obrigatória. [...]. O Bussaco é uma excelente estação preparatória, para ali se passarem os ardores calmosos de julho e agosto.

*Emydio Navarro
Quatro Dias na Serra da Estrela: Notas de um Passeio (1884)*

ÍNDICE

Apresentação da Coleção	
Ana Cristina CARVALHO e Fernando MÃO DE FERRO	5
Agradecimentos	11
Epígrafes	13
Trechos ilustrativos:	
<i>As Beiras (num relâmpago)</i> (1916), Teixeira de Pascoaes e	17
<i>Finisterra – Paisagem e Povoamento</i> (1978), Carlos de Oliveira	21
Introdução	
Ana Cristina CARVALHO e Cristina Costa VIEIRA	23
Extratexto. Amava sobretudo a Liberdade...	
Guilherme d'OLIVEIRA MARTINS	35
Capítulo 1. Vergílio Ferreira –	
A criação da aldeia-mito e o diálogo com a montanha	
Jorge Costa LOPES	45
Capítulo 2. As paisagens culturais das Beiras.	
Entre a Literatura e a Filosofia Ambiental	
António Santos QUEIRÓS	63
Capítulo 3. Os lugares e as gentes na ficção narrativa dinisiana	
– <i>Serões da Província</i> e <i>Os Fidalgos da Casa Mourisca</i>	
Fernanda Monteiro VICENTE.....	83
Capítulo 4. Geografia sentimental:	
terra e gente na obra ficcional de Aquilino Ribeiro	
Henrique ALMEIDA	101
Capítulo 5. Invernos opressivos e Verões insalubres:	
O Clima da serra da Estrela no romance <i>A Lã e a Neve</i> (1947)	
Ana Cristina CARVALHO	121

Capítulo 6. As pátrias namoreanas revisitadas: retalhos para uma geografia literária da Beira Rui JACINTO.....	139
Capítulo 7. Quando a província murmura segredos. Uma leitura de <i>Eugénia e Silvina</i> , de Agustina Bessa-Luís Vânia REGO	159
Capítulo 8. Miguel Torga e a Beira Maria de Lurdes BARATA	177
Capítulo 9. Memória e reinvenção do espaço beirão e da identidade de Portugal nos romances <i>Alma</i> e <i>A Terceira Rosa</i> , de Manuel Alegre Anabela SARDO e Ana ALBUQUERQUE	197
Capítulo 10. A Nostalgia coimbrã de Fernando Assis Pacheco: Retrato <i>à la minuta</i> António Apolinário LOURENÇO	221
Capítulo 11. “Eu sou lá dos montes”: Paisagens e gentes da serra do Caramulo nas escritas de Tomás e Branquinho da Fonseca Maria Mota ALMEIDA e Teresa BRANQUINHO	237
Capítulo 12. A Beira de Vergílio Ferreira: Homenagem a Helder Godinho Margarida Santos ALPALHÃO.....	255
Capítulo 13. O Rio na “Terra Nativa” em Ferreira de Castro Maria ILHÉU	269
Capítulo 14. Aventuras pela Região das Beiras. O território na literatura para os mais jovens Glória BASTOS	289
Capítulo 15. Geografia Literária da Beira: a Região segundo os seus escritores Rui JACINTO.....	303
Autoras e Autores – Notas curriculares	331

Teixeira de Pascoaes

A Beira (num relâmpago) (1916)

São João de Areias também lá vai... E a sua ausência, que tem um aspeto iluminado e harmonioso de fogueiras e descantes,
começa a notar, com tristeza, o fim da Beira Alta.

As árvores emagrecem, a terra põe-se amarela; as casas são dum barro frágil, como os seus moradores; e o verde, num clássico gesto lutuoso, cobre-se de cinza, na paisagem que, desolada, se precipita no Mondego.

O rio é lágrima profunda, deslizando pela face dum cadáver. Alguns pinheiros marginais lembram
círios abrindo, ao alto, em triste flama verde-negra; a sua luz de sobra extática escurece o ermo melancólico dos montes.

Dir-se-á que a alma da Beira, descarnada, anda a penar,
neste trecho solitário e doloroso do Mondego. Aqui, não é o Mondego das lágrimas de Inês, camoniano, que banha
os campos de Coimbra; é um Mondego cismático e obscuro:
líquidos crepes adormecidos.

A ponte de Tábua liga duas almas: a do Norte, verde,
montanhosa, activa, de granito, e a alma do Sul, lívida e plana,
como caída numa síncope.

Dum lado, o fantasma heróico de Viriato; do outro, um espectro mourisco. A Lusitânia e a Mourama, dando-se as mãos de pedra,
sobre o rio, fizeram a ponte de Tábua, que a nossa velocidade atravessou, gritando alarmes magoantes do silêncio gemente
das árvores, do silêncio etéreo do Azul e do silêncio pesado
em que o Mondego arrasta as suas águas quase fúnebres.

As coisas despertam, estremunhadas, e ficam, em desordem,
num íntimo abalo, atrás de nós.

O automóvel corre, indiferente à dor e à alegria.

É uma divindade de ferro.

Subimos. Os outeiros tornam-se planaltos desnudos, o horizonte mais

largo dilata a abóboda celeste, e o verde intenso e forte da Beira desmaia, enternecido, em vagas cambiantes de oiro: uma tinta verde-gaio tenuíssima, aqui e além, pastosa e escura de pinhais.

De vez em quando, uma choupana de terra, como as campas da Pobreza, e corvos desfraldando, ao meio-dia, as asas negras e agoirentas...

O ermo é limpo de qualquer presença humana e duma crua limpidez esplendorosa. Sente-se que o fere o excesso de revelação. Tem nostalgias da noite e do luar.

A estrada continua a subir, atingindo o Alto da Moita, donde, pela última vez, se descobre uma vasta amplidão de céu e Beira. É um súbito alívio, uma alegria airosa, a curva imensa dum relâmpago, verde e roxo, que deslumbra.

Mas o terreno declina, interpondo entre nós e os píncaros de Caramulo e Montemuro o seu merencório vulto anémico de argila, com raros pinheiros pensativos, vagos sorrisos de oiro verde, em ermos de elegia pastoril, anunciando a divina paisagem quinhentista, o cenário crepuscular e doce da nossa antiga tristeza medieva: a terra da Saudade, menina e moça ainda, em Bernardim.

Neste meio de cósmica melancolia amanhecida repousa Espariz, Mouronho e a sua cor mourisca, Secarias e a sua raiz sequiosa, e serpeia o rio Alva – nome que descêu sobre as suas águas, banco e litúrgico, da estrela da manhã...

Depois do Mondego, decantado como os deuses, tendo fantasmas de Rainha entre os salgueiros das margens, murmurando num leito, quimérico e real, onde a areia branca se derrete em profundidades azuis de céu; depois deste rio de água e de imaginação, natural e sobrenatural, dos campos de Coimbra e das estrofes dos Lusíadas, não sei que ignoto encanto ascende do Alva, desconhecido, sem lendas que o transfigurem, mostrando a nudez em que nasceu. Tem qualquer coisa de isento e virgem que se casa ao fulgor madrugada do seu nome.

[...].

[...].

Atravessamos agora as solidões da Beira. Jorra a luz do céu em cataratas! Surpreende-me não a ver criar linfas, cascatas, lagoas de oiro.

É uma luz abrasadora, beijando, sem de leve as macular, as verdes tonalidades. Faz rir as coisas, acende gargalhadas súbitas nas fontes, e baila, esplendorosamente, à superfície das águas quietas das represas.

Parámos num sítio inculto e descoberto. A poeira que nos envolveu lembrava fumo a evolar-se da terra incandescente. No azul palpitavam vibrações de lume e transparência. Ígneas mãos pousavam-me na face afogueada. Afloravam-me na pele bagas e

bagas de suor. Nem um vestígio de água! Só, ao longe, um milharal tinha o verde circular duma lagoa; e, à nossa direita, uma tribo escura de pinheiros, sem um gesto nem um murmúrio... Um cenário da Sede! Oh a imagem da água perante os olhos da sede! Sinto um renascer de velhas taras mouriscas. Deslumbra-me um outro sol: remotíssimo Sol da Ásia que ainda fulgura fantasticamente no meu sangue. Um brônzeo espectro de albornoz ergue-se em mim, acordado pelo canto que, em labaredas de oiro, reboa nas marmóreas abóbodas celestes. E a sede queima-me os lábios; uma sede também secular, beduína e poeirenta, que põe zumbidos de febre nos meus ouvidos ancestrais.

O homem do Norte ignora esta sede portuguesa; esta sede real e presente, quimérica e profunda, herdada do deserto. Eis porque as águas passadas são a nossa bebida predilecta.

Carlos de Oliveira

Finisterra – Paisagem e Povoamento (1978)

Pé ante pé (não vá o soalho ranger), dirige-se à porta da sala,
empurra-a ao de leve, e espreita: a mãe vigia o horizonte.
É a vez dela.

Óculos de ver ao longe, uma das mãos (em pala) contra
a intensidade da luz. Na cabeça imóvel, fumea a poalha do sol: cabelo
quase incendiado (talvez se incendeie).

Mãe e pai alternam a tarefa: sentam-se na cadeira de balouço,
em frente da janela, e sondam a paisagem, as últimas dunas, todo o dia.
Esperam a peregrinação ao cair da tarde [...], quando a sombra propõe a
passagem de homens e animais, abrindo enormes vertentes pela areia.

Não devem chegar de madrugada.

A arder assim, é impossível: o frio da noite apagava-as.

O frio e a humidade que o areeiro exala nessa altura.
Sem esquecer a névoa do mar transformada em orvalho.

Nem a lagoa a evaporar-se. [...]

O desenho atenua o excesso celeste, procura diluí-lo
no crepúsculo, mas as cabeças continuam a arder.

Frio, humidade, orvalho, são capazes de extinguir o incêndio?

São.

Cap. X

Os terrenos hoje agricultados, onde a família construiu a casa de adobos (que as cantarias, os cunhais de pedra, têm aguentado), eram dantes extensões maninhas, eriçadas de felga e gramata. Em tempos ainda mais recuados, uma flora gigantesca cobriu a região: encontra-se enterrada ao nível do mar e abaixo dele.

Árvores de grande altura, entre dois lençóis de areia branca. Madeiras fibrosas, duras, de cor geralmente vermelha. Veios de barro e argila: azuis, verdes, encarnados. A combustão destas madeiras (descobertas em escavações de acaso) é lenta e sem chama como a do carvão. Durmo sobre florestas de pedra e púrpura.

Houve talvez um desmedido intumescimento do solo, que voltou a descer arrastando-as com ele. Isso ou qualquer outro cataclismo. Terríveis ventos provocando o recuo do mar e sepultando as árvores sob o peso das dunas, quando estas sossegaram. Jogos violentos da terra, que produzem ao mesmo tempo a miniatura, a fragilidade. Hastes ocas de plantas possivelmente aquáticas (ou pauis submersos) fazem parte da pasta sedimentar e apresentam-se como fitas longas, lisas, secas.

Por vezes, brancas; por vezes, num tom quase fulvo.

Outros fósseis: caracóis, berbigões, búzios, raízes de cana, folhas de carrasqueiro (sobrepostas e soldadas em bloco, com o desenho das nervuras tão nítido que se pode identificar por ele o arbusto original). Partido por descuido um desses fósseis, encontra-se lá dentro uma haste de trigo. Intacta. Medula alvíssima, perióstio de seda: tal e qual a seara viva. Retira-se a haste (parece acabada de ceifar) e o seu molde fica impresso na pedra, como uma dedada no barro.

Há também carradas e carradas de ostras. Sem pérolas, claro. Mas posso imaginar o jogo imemorial das marés, os milhares de pequenas esferas faiscando na água preciosa, arrastadas de vertente em vertente, sempre mais para o fundo, até se apagarem.

INTRODUÇÃO

A seu lado, paredes meias, está a Beira Baixa, serrana, com seus pastores de olhar vago, quinzena de estampanha, calças de velocino, botonas ferradas, chapleirão de lã negra, capote e alforjes ao ombro e cado na mão, tresandando a fartuns bodegos, vivendo seus dias claros e suas noites estreladas no meio de rebanhos de ovelhas, de fatos de cabras, associados todos em volta do chocalho triste, cuja toada crepuscular dilata o silêncio dos montados e empalidece a luz do meio-dia, diluindo-a na das ave-marias...

Antero de Figueiredo, *Jornadas em Portugal* (1918)

1. Há uma teia de ressonâncias do nosso ambiente biofísico e humano – da sua história, recursos, limitações e ameaças passadas e presentes – a permear o acervo de títulos da ficção literária portuguesa. E muitos elementos imemoriais das paisagens beirãs ressoam nas linhas dos escritores que por elas se deixaram inspirar. Tal como o n.º 1 da presente coleção, dedicado ao(s) Alentejo(s), nessa premissa assenta este segundo volume. Mantemos como meridiano temático a Ecologia Humana do território português, tal como estampada por muitos escritores.

Propomo-nos lançar uma luz sobre a cultura literária e a história ambiental e de aconchego humano ao solo da(s) nossa(s) Beira(s). E assim partimos de um suporte geográfico para, lendo alguns dos nomes maiores das nossas letras, apanharmos nas suas páginas o colorido e a sonoridade dos cenários beirões que enquadram essas histórias. Aplicam-se, a propósito, as palavras de W. Kayser (1951: 22): “Toda a obra de arte nasce em profundidades incógnitas e desenvolve-se com a ajuda de forças de que o poeta [o escritor] nem sempre tem consciência. Embora também por vezes o processo genético se realize à clara luz da observação e com o olhar fixo num ponto ideal. Mas nenhuma interpretação posterior, dada pelo autor ou

apresentada na obra, pode impedir que se faça a interpretação pela única forma verdadeiramente válida: a investigação na obra no que diz respeito ao seu conteúdo de ideias formalmente produtivas.”

Sejam escritores cujo processo narrativo se rendeu ao seu espaço natal ou não, tenham assinado registos mais autobiográficos ou textos de iminente ficcionalidade, por entre uma multiplicidade de tons, temas e estilos, muito se retira deste jogo de interpretação. Alguns apenas revelam um apurado sentido de conservar para memória futura as suas paisagens de eleição, mas outros foram mais longe e, diante de atentados à Natureza e à sobrevivência de quem dela depende e dependia, não olharam para o lado nem encolheram os ombros, lavrando testemunho literário, de época e de lugar, daquilo a que hoje chamamos “problemas ambientais”. Não quer dizer que todas as obras aqui abordadas sejam de natureza geocentrada ou ecocentrada, mas sim que a componente geográfica, ambiental e de atenção aos recursos naturais fez delas o que são; sem tais obras e o seu dom de alcançar vastos públicos, muito teria ficado escondido sob o correr do tempo. É o contributo dos escritores para “o conhecimento científico do meio e para aumentar a cultura geográfica de base”, de que falava, em 1982, G. Santa-Ritta (p. 7). O agrónomo e paisagista defendia com estas palavras a sua evidência: “Não é só a ciência, é também a literatura que explica, pela descrição mais ou menos vivida e fluente de factos e épocas, de situações e conflitos, como ao longo do território a população se concentrou, se dispersou, criou atividades ou abandonou o solo a uma progressiva desertificação.” (pp. 12 e 13)

Significa isto que também as letras contêm em si o poder de ajudar na compreensão das causas que fomentam nas sociedades contemporâneas as agressões ao ambiente e ao clima, e na busca de soluções, despertando o interesse dos leitores para esta temática. Não iremos tão longe como o ensaísta Osório de Oliveira, que nos anos 1960, em *Antologia da Terra Portuguesa – Beira Litoral* (p. 15), arriscava: “Talvez não haja outra literatura em que, como na nossa, as descrições de paisagens, não como quadro de uma ação novelesca, mas como género autónomo, sejam tão abundantes. Poder-se-ia organizar uma vasta antologia da literatura paisagística de expressão portuguesa.” Mas vários outros nomes da Geografia e da Literatura reconheceram o potencial de informação objetiva sobre a terra e a paisagem portuguesas do nosso espólio literário. Um deles foi Urbano Tavares Rodrigues (1987: 12), que via “prosas pictóricas” fixando “não só a linha e a tonalidade, mas os costumes de cada rincão ou cidade, surpreendendo,

com a sua deslumbrada retina, horizontes sempre novos, olhando a obra do homem à luz da História”. Hoje, autores como Rui Jacinto (2019) e Robalo-Cordeiro e Jacinto (2020: 117), enquadram esta valia da Literatura Portuguesa no conceito de “literatura geográfica”, resultado da “contaminação de certos escritores pela geografia”. Na esfera científica anglosaxónica, E. Peraldo (2016) e S. Hones (2022), para citar apenas alguns, inscrevem os seus trabalhos nos *Spacial Literary Studies* e na *Literary Geography* – sempre definindo estes campos como uma abordagem geográfico-espacial ao texto literário.

2. Do ponto de vista metodológico quanto à base geográfica de incidência dos cenários das obras ficcionais, permanecemos com os contornos das antigas províncias (1936), baseados nos estudos do geógrafo Amorim Girão (cf. Apresentação da Coleção, pp. 5-7 deste volume). A extinção definitiva das províncias em 1976, antecedida, em 1959, da revogação dos seus órgãos administrativos, não apagou do espírito dos portugueses um arreigado sentimento de pertença a essas unidades de referência territorial, que até hoje se mantém de pedra e cal.

No caso da Beira, o critério de “região natural” de A. Girão ignoraria alguns limites distritais: “desaparecia” a Beira Transmontana e delimitavam-se as subprovíncias da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral, esta assumindo parte do distrito de Leiria, que assim se estreava como território beirão. Escrevia Sant’Anna Dionísio, no volume 3 do *Guia de Portugal* (1941, ed. 1993: 1-2), que “*Beira* é uma designação tradicional, sem um significado preciso que traduza uma homogeneidade de caracteres físicos, vegetais e animais. Passa-se sem grandes contrastes da Beira Alta à província de Trás-os-Montes; uma parte da Beira Baixa [...] é a continuação do norte alentejano.” Corrobora Santa-Ritta (1982: 43): “As Beiras formam as parcelas mais extensas, mais variadas, mais polimorfos do país”; por norte e por sul, “elas *abeiram-se* ou avizinham-se de províncias com caracteres quase opostos”. E na Introdução ao livro *Le Portugal au point de vue agricole* (1900), o Conde de Ficalho já escrevia o que era evidente: que “a parte média do País constitui uma sucessão de transições...”. Neste mosaico de contrastes singularizado pela omnipresença rochosa do granito e do xisto, Miguel Torga (1950, ed. 2015: 57) encontrou um todo: “Tudo é neutro como as pedras da serra, a que é preciso descobrir beleza na coesão dos átomos e na serenidade com que assentam no chão.”

Num tempo recente, aquando da proposta de regionalização de 1998, o território beirão, constituído maioritariamente pelos distritos da Guarda e de

Castelo Branco, foi designado por “Beira Interior”, aceção que ganhou forma e acabou por vingar na identidade coletiva local. Na partição territorial da Nomenclatura Territorial para fins estatísticos, hoje em vigor, a antiga Beira corresponde *grossa modo* à NUT II – Centro, que compreende os distritos de Castelo Branco, Viseu, Guarda, Coimbra, Aveiro e parte do de Leiria.

Seja como for, da(s) Beira(s) falamos quando falamos do tesouro botânico que é a Mata da Margaraça, dos esteiros navegáveis da Ria de Aveiro; das áreas protegidas da serra do Açor, serra da Malcata e serra da Estrela; das terras argilosas da Bairrada, dos nateiros do Baixo Vouga e dos aluviões do Baixo Mondego; da Mata do Buçaco e dos rios de menor nome – o Ceira, o Côa, o Beijames; das termas da Curia, do Luso ou do Caramulo; das aldeias xistosas da Lousã; das areias da Gândara e do cordão dunar de S. Jacinto; dos sistemas montanhosos pontilhados por castelos como Belmonte, Sortelha, Sabugal, Penamacor; da serra da Gardunha, que faz binómio com a cidade do Fundão; da economia do granito e do xisto que sustentou o planalto beirão e produziu teares, e estes, buréis, assim como os sabores do arroz de carqueja, da chanfana, do queijo Rabaçal das terras de Sicó; da ainda grande riqueza hídrica ao serviço, agora, de uma economia de lazer apoiada numa rede de praias fluviais: Loriga, Paul, Cortes do Meio, Avô, São Gião, entre outras.

É na Beira que o Tejo entra em Portugal, “numa zona situada entre os contrafortes da Gardunha e as serras de Marvão e S. Mamede”, recordava Alfredo F. Martins na sua tese de Licenciatura em Ciências Geográficas, *O Esforço do homem na Bacia do Mondego*, defendida na Universidade de Coimbra corria o ano de 1940. Já sobre as terras litorais da província, escrevia A. M. Couto Viana (1991: 12), após sondar o território quer no terreno (acompanhado do fotógrafo Maurício Abreu) quer na poesia e na literatura portuguesa: “Pelas veias azuis do seu corpo raso (os canais que a sulcam e vivificam), há sempre notícias do mar próximo, cedendo à terra, em generosa dádiva, pirâmides de alvura, as algas e detritos que a fertilizam, a fecundam, a engordam. Pula o peixe fresco, na canastra airosa da varina [...]”.

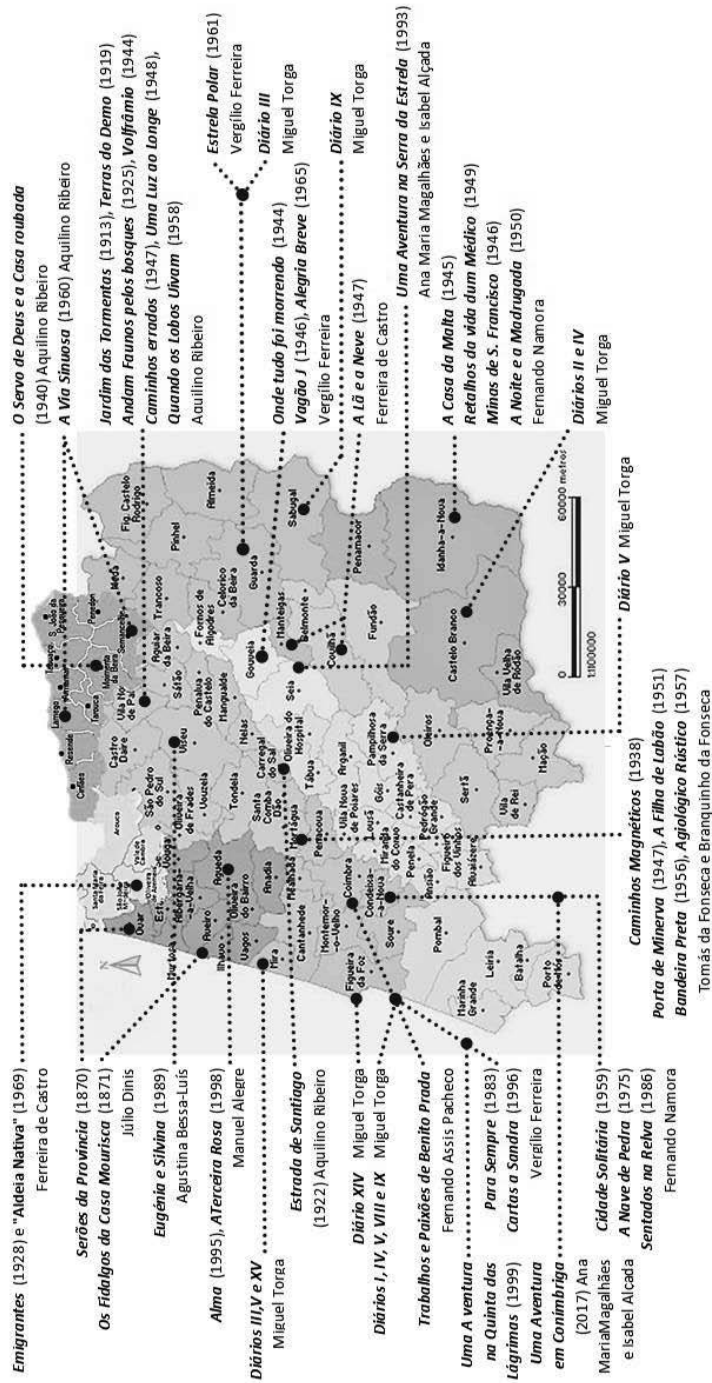
Em *Portugal, a Terra e o Homem* (1957, ed. 1987: 132 e 130), disse Jaime Cortesão que a Beira Baixa era o “Lar da grei”, mas “a individualização geográfica ou cultural das Beiras e beirões sente-se tanto mais viva e densa, quanto mais nos aproximamos, em terra e género de vida, da serra da Estrela, ou melhor, da Beira Alta.” No seu todo, a Beira, “na sua mais antiga e genuína essência, é serra e fraga; é nevão originário, que se funde em manadeiros de torrentes; é anta e castro; e pastores transumantes, que desde o fundo das idades guardam e encaminham ovelhas” (p. 111). Uma

Beira Alta “arrogante” no seu âmago rochoso, escrevera Sant’Anna Dionísio (1941, ed. 1993: 5), uma década após por lá jornadeiar também Alexandre Herculano, num périplo telegraficamente delineado em *Cenas de um ano da minha vida. Apontamentos de Viagem* (1933) (*apud* Viana: 87).

De facto, como eloquentemente escreveu Miguel Torga na coletânea de ensaios *Portugal* (1950), o coração da(s) Beira(s) pulsa na serra da Estrela, o maciço essencialmente granítico cuja paisagem tem o seu expoente urbano na Covilhã, consagrada pela antonomásia “Cidade-Neve”. Coração que guarda um outro, como lembrava Alfredo F. Martins em 1940: “O Mondego é o fulcro. De todos os rios que drenam o planalto beirão, ele será o único a atingir o mar. [...] E tem pergaminhos e tem passado histórico.”

De tal forma o engenho humano se aliou aos recursos da terra na manutenção secular desse ecossistema de montanha, é tal a confluência de valores a preservar – os vales glaciares e covões, as nascentes dos rios Mondego, Zêzere e Alva, as pastagens de altitude... – que em 1976 foram decretados como área de Parque Natural 101 mil hectares da serra da Estrela. Mais do que isso, o planalto central é Reserva Biogenética classificada pelo Conselho da Europa. Estas honrarias legais não têm evitado agressões ao património ambiental e eco-humano, com triste destaque para os incêndios rurais. O mais assinalável em grau de devastação lavrou durante onze dias, em agosto de 2022. Arderam 7184 hectares da serra, incluindo zonas Património da UNESCO, como o vale glacial do Zêzere. Ficou registado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas como o maior incêndio até àquela data em Portugal. Nesta pegada humana, ora protetora ora destrutiva da paisagem natural, vale muito a consciência das populações locais, que se organizam em associações de um abnegado voluntarismo. É o caso dos Guardiões da Serra da Estrela, profundos conhecedores do terreno que atuam para minorar o desastre ambiental e humano gerado pelos incêndios de grande calibre.

3. A figura seguinte – elaborada como contributo dos autores deste livro para o conhecimento da Geográfica Literária da região da(s) Beira(s) – mostra a localização aproximada dos cenários literários das obras ficcionais estudadas. Note-se a galeria de cenários que salpicam a área geográfica beirã, e que ora assumem função de protagonista ora recuam, esbatidos em telas de fundo, imprimindo sentido e profundidade de campo às histórias.



Geografia Literária da(s) Beira(s) representada neste livro: Localização aproximada (nível de concelho) dos cenários principais das 41 obras analisadas

Fonte do mapa base: Adapt. https://www.dgpc.gov.pt/bases/regiao_centro.php e <https://www.ccd-r-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao>

O conjunto de textos analisados não é temporalmente homogêneo. Tão-pouco seguimos um método rígido de seleção dos escritores e obras a tratar. Embora nos guiasse o cuidado de incluir nomes que continuam a ocupar a predileção dos leitores lusófonos de hoje, trata-se de uma seleção livre e subjetiva, fruto de leituras exploratórias e do interesse e disponibilidade dos autores dos capítulos. Não será demais sublinhar neste momento uma das regras de ouro que norteiam a coleção: os volumes não aspiram ao gabarito de antologias. Não se pretende uma cobertura exaustiva de escritores e títulos, mas apenas uma porta de entrada para um universo que não se esgota nas obras e escritores aqui objeto de estudo. Trata-se, pois, de uma seleta, um segmento impulsionador, quiçá, de futuras abordagens nesta linha e do muito que pode ser estudado neste domínio.

Na medida da sensibilidade e saber dos autores, a intenção foi captar a força expressiva das letras portuguesas na imagética do território e da paisagem, trazer a primeiro plano as afinidades discursivas com os ritmos da terra, encontrar as muitas fulgurações do ambiente ou as vibrações ecológicas mais ocultas – mesmo quando os textos são menos realistas e se analisa um espaço literário e poético desvinculado da realidade imediata.

Os dezoito autores encontraram a ligação dos escritores aos seus tempos, às feições das coordenadas beirãs, ao erguimento antrópico daquelas paragens. Em camadas mais subterrâneas ou mais à flor da letra, vemos quadros rurais animados de gente moldada à força da terra, recursos minerais que afloram, espécies da fauna e da flora, habitats protegidos por legislação nacional e internacional, o gradiente do clima entre o litoral e a fronteira, o pulsar das estações e sua influência na vida e nas fainas, rios e ribeiras como veios socioeconómicos e paisagísticos, a modernização do setor primário pela maquinaria e agroquímicos, o erguimento de barragens para otimização dos recursos hídricos, a poluição sonora importada dos hábitos citadinos, hábitos culinários no uso do que o solo oferece a troco de trabalho... Os escritores mostram-nos teares, naves e covões; o cinza azulado da pedra nua; terras alagadiças; ínsuas assoreadas; moinhos e azenhas; torvelinhos de águas barrentas; valas e diques; renques de choupos; a exploração mineira de volfrâmio e tanto mais de que se construíram a(s) Beira(s).

4. Iniciamos o volume com dois excertos de notável vivacidade pictórica da obra *A Beira (num Relâmpago)*, registo de viagem “em auto” de Teixeira de Pascoaes (1877-1952) e da paisagem apreendida a uma velocidade ainda incomum em 1916, ano de publicação do livro. Continuamos com trechos dos romances *A Casa na Duna* (1943) e *Finisterra* (1978), em

singelíssimo tributo ao escritor e poeta Carlos de Oliveira (1921-1981), que teve na região da Gândara o chão matricial da sua imagética.

Um **extratexto** em jeito de **Capítulo 0**, da autoria de Guilherme d'Oliveira Martins, inaugura a sequência de capítulos e constitui uma breve evocação do amigo e “pupilo” covilhanense António Alçada Batista, o beirão da “obra de solidão derrotada”. Uma homenagem pessoal ao homem, à sua escrita, seus ideais de pensamento e suas personagens, que chama à conversa outras amizades do autor de *O Tecido do Outono* (1999) e nomes nacionais e estrangeiros da Filosofia e da Literatura. Jorge Costa Lopes assina o **Capítulo 1**, analisando de Vergílio Ferreira, também ele natural dos contrafortes da Estrela, três romances inscritos numa geografia romanesca que ondeia por entre as várias Beiras, com espaço narrativo principal na aldeia “genesíaca” – conceito a somar-se ao de *topografema* (Vide *Alentejo(s)*) traduzido no “habitar poeticamente a terra das origens”. No **Capítulo 2**, texto de escopo abrangente, António Queirós parte dos conceitos de *Ecologia da Paisagem* e *Metafísica da Paisagem* para mostrar como o património paisagístico das Beiras irrompe das obras de Aquilino, Eça, Pascoaes, Antero de Quental, Rúben A., Irene Lisboa, Fernando Namora, José Gomes Ferreira e outros nomes grandes da nossa literatura. O **Capítulo 3** debruça-se sobre as narrativas breves de *Serões da Província* (1870) e o romance “campesino” *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), de Júlio Dinis. A autora, Fernanda Vicente, desenvolve uma análise textual com ênfase na paisagem enquanto objeto de contemplação e criador de estados de alma, embora também identifique claramente naquelas ficções os ambientes piscatórios do Furadouro e a zona rural de Ovar.

Voltamos ao interior da Beira no **Capítulo 4**, seguindo a linha de reflexão de Henrique Almeida pelo romance *A Via Sinuosa* (1918) e por vários contos e novelas da “geografia sentimental” aquiliniana. O autor evidencia “o sentido épico da terra” que irradia da obra de Aquilino Ribeiro, algo muito além do regionalismo. Mostra-nos como esse universo literário – onde o “espaço” é uma marca distintiva – traça múltiplas representações das forças telúricas, dos declives do Vouga, das margens do Caima, enfim, da “herança beirã” consubstanciada no território entre as serras da Lapa, da Nave e dos Milhafres. No **Capítulo 5**, Ana Cristina Carvalho foca-se na Natureza climática extrema da serra da Estrela enquanto tema, cenário e personagem do romance castriano *A Lã e a Neve* (1947). É uma abordagem *climocrítica* que expõe esse fator ambiental literariamente relevante para dar substância e sentido ao tema da condição humana dos pastores da Nave e dos operários da Covilhã, num tempo de miséria e analfabetismo. E daí

passamos ao **Capítulo 6**, um ensaio édito que pedimos ‘emprestado’ a *O Arco da Memória. Evocação de Fernando Namora* (2020) para (re)visitarmos as “pátrias” de Fernando Namora. Rui Jacinto assina o seu olhar de geógrafo e beirão sobre a geografia de contrastes namoreana vivida e reevocada na escrita, desde a aldeia “mátria” de Vale Florido (serra de Sicó), passando a passo lento por Coimbra, até aos horizontes graníticos e ao “espírito do lugar” de Monsanto.

O **Capítulo 7**, assinado por Maria de Lurdes Barata, faz uma abordagem bifurcada da representação da aldeia e da cidade, mais uma vez Coimbra e seus campos de Mondego, e a serra da Estrela, nas páginas semirreais, semi-encantadas dos *Diários* (1941-1993) de Miguel Torga – esse “homem assumido do Marão mas confesso pertença da terra e do mar”, que preferia a “realidade telúrica” a “trinta calhamaços de História”. Vânia Rego apresenta, no **Capítulo 8**, a noção de *cronótopo* literário, refletindo sobre o romance de Agustina Bessa-Luís *Eugénia e Silvina* (1989), que tem na Beira Alta um “pano de fundo” e também uma “quase personagem”. A autora destaca a importância narrativa e simbólica do elemento hídrico “fonte” de uma obra onde o espaço rural e regional tem um forte papel na definição do carácter das personagens. Dois romances de Manuel Alegre estão no centro do **Capítulo 9**, espaço para Anabela Sardo e Ana Albuquerque identificarem o conceito de *imagotipo* e estudarem a relação literária do escritor com “a paisagem da modernidade” e a paisagem humana do “lugar-origem”, o “lugar-propiciatório”: Águeda e o seu rio, fonte de sustento no Portugal salazarista dos anos 1940, com as suas galerias ribeirinhas e as inundações de fevereiro.

A Coimbra do Bairro do Olival e dos “quintais floridos”, do Mondego agonizando sob “a blasfémia do calor de Agosto”, estão no centro da cartografia física e social desenhada por António Apolinário Lourenço no **Capítulo 10**, a partir de *Trabalhos e Paixões de Benito Prada* (1993) – romance ímpar e único romance de Fernando Assis Pacheco, o jornalista-crítico-poeta-escritor que era avesso ao saber académico e “devoto da sabedoria popular”. Segue-se o **Capítulo 11**, onde Maria Mota Almeida e Teresa Branquinho se focam na ligação umbilical dos escritores beirões Tomás e Branquinho da Fonseca, pai e filho, à paisagem caramuleira. Com base em ficções que refletem o rigor do clima serrano, outras características biofísicas e as ameaças que recaíam sobre a região, descobrem uma imagem literária da serra do Caramulo e das encostas do Buçaco escrita a quatro mãos com décadas de intervalo. Sob forma e intenção de homenagem ao grande professor de Literatura que foi Helder Godinho, o **Capítulo**

12 foi escrito por Margarida Alpalhão e demonstra como aquele tinha razão ao ver na aldeia e na cidade elementos fulcrais da “constelação imagética” de Vergílio Ferreira: três romances são objeto de uma análise da figuração dos meios urbanos beirões, em particular a Guarda, Coimbra e a eterna aldeia-natal, Melo, mais “aguarelada” do que descrita com precisão.

Parte da obra de outro beirão com um elo perene à sua “terra nativa” e ao rio Caima que a banhava, Ferreira de Castro, ocupa o **Capítulo 13**. Maria Ilhéu elabora sobre o “léxico sentimental fluvial” do escritor, vê no rio a principal nervura e expressão primordial das “paisagens aquáticas” das narrativas castrianas e acha um paralelismo entre o simbolismo clássico do rio e o correr do tempo, que o autor de *Emigrantes* associava ao “drama biológico” da morte. No **Capítulo 14**, Glória Bastos incide a sua atenção sobre a figuração do espaço geográfico das Beiras em três títulos da série ficcional juvenil “Uma Aventura”. Interpretando o mistério e a aventura como “preâmbulos” para despertar nos leitores a curiosidade por lugares desconhecidos, a autora faz a ponte para o turismo literário e conclui existir na série “um propósito de divulgação das topografias” que servem de cenário a cada livro. E, por fim, fechamos o volume como poderíamos tê-lo inaugurado: com uma visão de banda larga da nossa “geografia literária” respeitante à “magnífica trindade” da(s) Beira(s), novamente pela mão de Rui Jacinto. Esse **Capítulo 15** mapeia a “Rota dos Escritores da Beira”, faz “uma leitura telúrica” de nomes maiores da Geografia portuguesa que trouxeram a Beira no coração e na voz, e ainda reflete sobre a porosidade da fronteira entre Geografia e Literatura e a consciência que disso teve o mentor do *Guia de Portugal*, Raul Proença.

Bem disse Jaime Cortesão, mencionando Aquilino, Ferreira de Castro, João de Barros, Hipólito Raposo e outros escritores (1987: 105): “a coexistência da Beira e das Beiras nas letras é flagrante”. Antero de Figueiredo, também ele escritor fruto da província, mais atento à beleza do lugar do que às agruras a que a terra sujeitava homens e mulheres, resumia assim em *Jornadas em Portugal* (1918) (*apud* Santa-Ritta, 1982: 27): na paleta de cores das velhas províncias de Portugal, as Beiras eram as “dos olivedos, polvilha-as o verde mesto das cinzas peneiradas”; e se “a luz do norte e do sul é um clarim, a do centro é um violoncelo”.

Ana Cristina Carvalho e Cristina Costa Vieira
Abril de 2023

Referências Bibliográficas e Bibliografia Complementar

- AMORIM GIRÃO, A. (1951). *Uma Velha descrição geográfica do Centro de Portugal*. Boletim do Centro de Estudo Geográficos. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, A. Cristina (1994). *Espaços da Natureza. Os Parques Naturais*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e Público.
- CORTESÃO, Jaime (1987 [1957]). *Portugal. A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COSTA, B. Cincinato & CASTRO, D. Luís Filipe (1900). *Le Portugal au point de vue agricole* (1900). Lisboa: Imprensa Nacional.
- HONES, Sheila (ed.) (2022). *Literary Geography*. New York: Routledge.
- JACINTO, Rui (s/d). *Espaços Rurais da Beira – Breve geografia das suas Paisagens*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.
- KAYSER, Wolfgang (1951). *Fundamentos da Interpretação e da Análise Literária* – Vol. II. Coimbra: Arménio Amado Ed.
- LEOPOLDO, João (ed. e dir.) (2022). *Guia das Praias Fluviais, zonas balneares e de lazer. Guia Turístico do Interior de Portugal 2022*. Castelo Branco.
- LOURENÇO, António A. e SILVESTRE, Osvaldo M. (coord.) (2011). *Literatura, Espaço, Cartografias*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- MENDES, José Manuel (Org.) (2020). *O Arco da Memória. Evocação de Fernando Namora (1919-1986)*. Alfragide: Editorial Caminho.
- NEMÉSIO, Vitorino (1978). *Portugal, a Terra e o Homem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, José Osório de (s/d). *Antologia da Terra Portuguesa – Beira Litoral*. Lisboa: Livraria Bertrand, 17.º Vol.
- PERALDO, Emanuelle (ed.) (2016). *Literature and Geography. The Writing of Space throughout History*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing
- ROBALO-CORDEIRO, Cristina e JACINTO, Rui (2020). *Geografias e Poéticas da Fronteira. Leituras do Território*. Guarda / Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos / Âncora.
- SANT'ANNA DIONÍSIO (1993 [1941]). *Guia de Portugal. Beira: I – Beira Litoral*. Vol. 3: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTA-RITTA, Gonçalo (1982). *Portugal, a Expressão da Paisagem*. Lisboa: Edições Terra Livre / Direção Geral da Divulgação.
- TEIXEIRA DE PASCOAES (1975 [1916]). *A Beira (num relâmpago)*. Amadora: Livraria Bertrand. Col. Obras Completas de T. P., X vol., IV da Prosa (pp. 7-110).
- TORGA, Miguel (2015 [1950]). *Portugal*. Lisboa: Leya.
- TUAN, Yi-Fu (1983). *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel.
- VIANA, A. M. Couto e ABREU, Maurício (1991). *Terras da Beira na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Inapa.

Portal da Literatura: <https://www.portaldaliteratura.com/>

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas: <https://www.icnf.pt/>



Fotos: Cristina Costa Vieira



AMAVA SOBRETUDO A LIBERDADE...

HE LOVED FREEDOM ABOVE ALL

Guilherme d'Oliveira MARTINS

Fundação Calouste Gulbenkian
gom@gulbenkian.pt

António Alçada Baptista era um contador de histórias inesgotável. E a amizade era fecunda fonte de contentamento. Era absolutamente extraordinário ouvi-lo, fruto de uma memória prodigiosa, que manteve pela vida fora e que lhe permitia fixar pormenores, sinais e sentidos. Era a lembrança viva de quem amava sobretudo a liberdade. Recordo o entusiasmo com que partilhava episódios como o do Padre Anchieta sobre uma viagem no sertão brasileiro. Com urgência em regressar a uma aldeia recôndita, o jesuíta pediu aos carregadores rapidez na caminhada. Contudo a andança era muito longa e na terceira jornada, os índios pararam inesperadamente. O Padre indagou sobre o motivo da interrupção e a explicação não se fez esperar: “Temos vindo depressa demais e a nossa alma ficou lá para trás. Temos de esperar que ela regresse, pois sem ela não podemos continuar”.

Com Jorge Luís Borges, quando este veio a Lisboa, «Os Teólogos» de *O Aleph* (1949) animaram a conversa. Era uma boa metáfora para um tempo de tantas incompreensões. Aureliano e João de Panónia andaram a vida inteira a guerrear-se. E chegou o momento de o ortodoxo e o herege se encontrarem perante Deus no juízo final. Aureliano parecia certo da sua vantagem como merecedor do paraíso eterno. Mas percebeu uma estranha frieza no decorrer desse supremo encontro. E sobretudo estranhou por estar a ser interrogado ao mesmo tempo do seu eterno adversário – que, por ironia do destino, morrera no mesmo dia e à mesma hora. Afinal, os dois teólogos – o aborrecedor e o aborrecido, o acusador e a vítima – eram uma e a mesma pessoa e o veredicto seria comum a ambos, o que mudou radicalmente esse derradeiro diálogo... A filosofia da gente simples surpreendia-o positivamente. Um dia uma senhora na rua do Loreto perguntou-lhe onde ficava uma

rua pouco conhecida do Bairro Alto. António explicou da melhor maneira que sabia. E a senhora ficou muito agradecida. Olhando-o serenamente, apenas disse “todos sabem tudo, cada um sabe o que sabe”.

E não resisto a um episódio que me contou, passado com a censura, quando dirigia a revista *O Tempo e o Modo*. Em 1964, Sophia de Mello Breyner traduziu de um modo sublime o *Hamlet* de Shakespeare. A versão é uma obra-prima da língua portuguesa. O António considerou dever publicar um excerto na revista. Mas era necessário enviar as provas tipográficas à Comissão de Censura. Apesar de a revista ser das mais martirizadas (tendo sofrido a proibição de cerca de metade dos textos que, entre 1963 e 1969, foram a exame), ele achou que naquele caso não haveria problemas de maior. Enganou-se, porém. O texto de Sophia veio totalmente cortado. António Alçada ficou incrédulo. Afinal, era um texto clássico do século XVII. Pegou no telefone e falou ao coronel dos serviços de censura. Eram coronéis reformados que normalmente estavam encarregados dessa triste tarefa... Do lado de lá, o censor confirmou o corte total e António, com uma infinita paciência, explicou o absurdo da situação. No entanto, o inabalável coronel insistia. Era assim, e pronto, não havia volta a dar... E lá veio a justificação. A alusão no diálogo a um Marcelo, certamente teria razão perversa. Falava-se então muito da sucessão de Salazar, e o nome que já circulava era o de Marcelo Caetano... O censor estava certo de que havia nessa referência uma ardilosa intenção política... Não se conformou, porém, António Alçada – e, palavra puxa palavra, acabou por conseguir um corte parcial... A fala de Horácio no I Ato, depois de um galo cantar, terminava assim: “O fantasma avança. Para-o! Fá-lo parar Marcelo!”. E foi esta a única frase proibida. Passados dias, Alçada Baptista encontrou Marcelo Caetano e contou-lhe a história. Resposta: “Sabe, isto é o mal de a gente ter um nome que vem dos clássicos”...

Conhecemo-nos pessoalmente nos anos setenta e lembro-me de lhe ter dito, um dia, à porta da “Mercearia”, no coração da Madragoa, depois de almoçarmos com Pierre Rosanvallon, e perante a sua surpresa, da importância da sua influência no pensamento português contemporâneo e do muito que lhe devia na minha formação intelectual e cívica, que me levava a considerá-lo como mestre, mestre de vida, de interrogações e de caminhos abertos.

Houve um livro (de muitos projetos que o António teve) que nunca chegou a ver a luz do dia. Chamar-se-ia «Histórias de Maus – Elementos para uma Anti-hagiografia». Não sei o que o António esperaria escrever e demonstrar nessa obra, que, apesar do título, trataria dos temas de que ele sempre gostou: a descoberta dos sentimentos e ressentimentos que unem e

dividem as pessoas, em suma, daquilo que as põe em contacto umas com as outras, entre a comédia ou a tragédia da vida. E como encontramos em François Mauriac, em Bernanos, em Graham Greene, Evelyn Waugh ou Flannery O'Connor, essa interrogação da fronteira que nos aproxima dos “maus” é exatamente a mesma que nos permite entender o bem. No fundo, Frei Bento Domingues tem razão quando nos fala da importância da “teologia narrativa” em António Alçada Baptista e da sua atenção ao sagrado.

Os livros do António fazem longas reflexões sobre a capacidade de compreender e sobre a relação com o concreto do outro. Não basta saber e conhecer, a razão é fundamental mas insuficiente. Há que compreender os limites do ser. E é neste sentido que as personagens que ele cria e que procuram ir além de ser úteis se tornam exemplos de uma exigência de tempo e de reflexão. Falta-nos demasiado tempo para as coisas essenciais, e ficamos-nos pela superfície, por medo ou preguiça de refletir, de pensar e de voltar a pensar. Como são diferentes Francisco e André em *O Riso de Deus* (1994) e, no entanto, a certa altura encontram-se e nas diferenças profundas cada um torna-se o outro lado do outro. “Hoje já não posso ouvir falar em dialética, em competição, em vencer na vida, porque acho que é com nomes desses que se tem tentado encobrir o projeto sempre adiado de descobrir como saber usar a nossa liberdade e, com ela, implantar no mundo o lugar do homem” – lê-se no referido romance. E o Dr. Domingos Lobo, com a sabedoria da velha Goa, diz, a descer a Avenida, com Francisco: “– Sabe, a Europa é o continente da dúvida e nós, lá no Oriente, estamos presos pela fé. Eu não sei ainda bem se são as dúvidas se as certezas que fazem mover o mundo”.

Percebe-se que o escritor se admire por não haver, nos tempos que correm, uma “teologia da felicidade” (ou uma “teologia da ternura”, para usar a expressão de Heinrich Böll no mesmo comprimento de onda), facto tanto mais estranho quanto um dos apelos “que resume e engrandece o Evangelho, é a proposta de felicidade contida nas Bem-Aventuranças: “– Felizes aqueles que...”. Não seguir o apelo do Mestre das Bem-Aventuranças, do Pobre de Assis, de Lanza del Vasto ou de Abel Varzim é o pecado maior do nosso tempo... E como escreveu Martin Buber: “Deus não me pedirá contas de eu não ter sido Francisco de Assis ou mesmo Jesus Cristo. Deus vai-me pedir contas de eu não ter sido completa e intensamente Martin Buber”. É aqui que se centra o valor universal e permanente da dignidade da pessoa humana.

Há a recordação forte do seu professor de Santo Tirso, o Padre António Magalhães, pedagogo de liberdade. “Andava por ali. Amigo de Leonardo Coimbra e Pascoaes, de Casais Monteiro e José Marinho, foi quem primeiro me aceitou e me animou a olhar interrogativamente para o homem e

para o mundo.” E descobrimos a sombra intensa de Lanza del Vasto: “Eu tenho de passar pelo amor dos outros para chegar à minha serenidade e creio que a caridade é mais importante do que a sabedoria”.

Literatura e vida não se separam. Por isso, assistimos à sua recusa insistente de qualquer pretensiosismo erudito. “Viver é a obra de arte”. As suas pequenas histórias, a sua fiel e genuína admiração por Fernão Mendes Pinto (o “pobre de mim”), a genuína simplicidade – tudo isso o singulariza, como alguém que sente prazer por uma vida povoada de pessoas com alguma coisa para dizer. José Cardoso Pires desejava, por isso, muito reencontrar o “pássaro migrador rodeado de amigos” e disse dele que “a amizade sem humor não sabe ser tolerante” e “sempre que nos lembramos do muito que fez pela liberdade cultural e religiosa deste país, vemo-lo outra vez jovem a sorrir-nos de longe, num convite à aventura de pensar”.

O António, procurando compreender a realidade humana que nos cerca, inverteu os termos de uma frase de Theodor Adorno que lhe foi dita por Jean-Marie Domenach – “É preciso ter consciência sobre em que tipo de conhecimento está assente a nossa ignorância”. E num domingo nublado, em que viemos de Marvão de Mafra até aos Capuchos na Serra de Sintra, com Domenach, com a Helena e o Alberto, recordámos essa espécie de ignorância que o conhecimento e a razão alimentam...

Edgar Morin pede-nos, por isso, como Montaigne, uma cabeça bem feita e não bem cheia... E de novo com a Helena, cuja luminosidade enriquecia qualquer amizade e qualquer caminho em direção ao conhecer, pudemos perceber, no círculo das suas amizades e dos seus saberes, que há poucas coisas adquiridas e o mais importante está em aprofundar o relacionamento entre as pessoas, e os seus saberes, que têm afinidades, laços, cumplicidades. E se falo de ideal de pensamento não posso esquecer a deliciosa recordação do “célebre caso da não-criação de porcos” que ilustra o que Ortega dizia sobre a especialidade ser um artifício da sociedade para obter o rendimento máximo da estupidez humana...

Alexandre O'Neill, o poeta e o amigo que António tanto admirava, disse um dia que gostaria de escrever um ensaio intitulado «Das tias em António Alçada Baptista». Por isso, *Tia Suzana, Meu Amor* (1989) é dedicado ao poeta, com “um sussurro de saudade”. As tias são uma metáfora ou a verdadeira introdução ao universo feminino. Mas essas tias míticas são ainda a ligação às raízes de um mundo da província, à paisagem rural, antes da ansiedade do consumo, do imediatismo e da tirania da indiferença. Numa entrevista a Inês Pedrosa, o António disse que o universo feminino se distingue por “uma história de generosidade, uma história dos afetos, uma

história de procura de sentido de vida, de apreciação poética da vida, de percepção solidária, de solidariedade com as dores e os sofrimentos”...

Denis de Rougemont, em *O Amor e o Ocidente* (1839), abriu pistas para a valorização dos afetos, como marca de fidelidade e de compreensão da natureza humana. E pôs-nos de sobreaviso em relação às paixões avassaladoras e ao seu sentido trágico. René Dubos vem à baila: “As descobertas que condicionarão o futuro não hão de vir do conhecimento do que se passa na célula, na bioquímica, na ciência ou na técnica, mas do que nos ajude a compreender os mecanismos centrais que condicionam a afetividade”.

O amor, a serenidade e a paz podem ser cultivados. Mas como integrar tudo isso nas nossas relações para que “a violência, a astúcia e a agressividade não sejam moeda de troca das relações humanas”? O valor dos afetos permite a passagem lenta da natureza à cultura... “Repara que o Evangelho não nos manda amar a humanidade, mas o próximo. É que a humanidade é uma abstração” – disse-lhe Lanza del Vasto. E de tanto se falar de crise, quase nos esquecemos do que podemos fazer para compreender quem está conosco. Compreender o mundo é, afinal, melhor do que transformá-lo enquanto fim cego e totalitário.

Mais importante do que os tratados de edificação moral é a vida prática e os exemplos colhidos nela. O anti-herói Fernão Mendes Pinto e as suas mil peripécias voluntárias e involuntárias revelam muito melhor o inesperado sentido da vida do que alguém que se leve muito a sério. O Quincas Berro d’Água de Jorge Amado, apesar de parecer aos nossos olhos de europeus um caso de compaixão, desperta para a esperança e para o gosto de viver. E a poesia de Alexandre O’Neill dá-nos bem o outro lado da realidade, feito de ironia e de *non sense*, em nome da busca muito séria de sentido – “É tempo de unir o mesmo gesto/ o real e o sonho.../ É tempo de acordar nas trevas do real/ na desolada promessa/ do dia verdadeiro”.

E Antônio, autor da *Peregrinação Interior* (I, 1971; II, 1982), bem recordado das aventuras de Sandokan e de Texas Jack, continua com a cabeça povoada de projetos e de imaginárias aventuras – as mesmas que o levam a amar intensamente as pessoas, e por isso mesmo o Brasil, lugar que faz parte da sua sobrevivência – “não tanto como escritor, mas como homem que procura ter uma relação com a vida na serenidade, na alegria, na paz para que fomos criados”. E costuma dizer: “Tenho a certeza que Kierkegaard não teria escrito *O Desespero Humano* se tivesse nascido na Bahia, nem o Jorge Amado o *Quincas Berro d’Água* se fosse dinamarquês”.

A epopeia de *O Tempo e o Modo*, iniciada em 1963, merece ser lembrada. Após o terramoto político de 1958 (candidatura de Delgado, carta

do Bispo do Porto), António Alçada pusera mãos à obra na editora Moraes. Com alguns amigos, vindos dos movimentos católicos, como João Bénard da Costa, Pedro Tamen, Alberto Vaz da Silva, Nuno de Bragança e José Domingos de Moraes, concretiza a partir do «Pacto» (um projeto de vida pessoal e comunitário) uma revista de “pensamento e ação”, aberta e crítica, que era necessária – tal como foram em Espanha os *Cuadernos para el Dialogo*, de Joaquín Ruiz-Giménez, também em 1963. Parecia haver mercado – e o resto viria por acréscimo. Mário Soares, Francisco Salgado Zenha e Jorge Sampaio apoiam a iniciativa, conscientes da importância do diálogo democrático com os católicos. António Alçada é, todavia, obrigado a usar eufemismos de escrita, que hoje quase nos fazem sorrir, fazendo, em vez da referência às “instituições democráticas”, uma alusão críptica a “instituições que pressupõem uma certa dialética”. A censura não dava tréguas – contra os perigosos “peixinhos vermelhos em pia de água benta”. Nas artes e letras, a revista revelou forte sentido de atualidade, rompendo com a predominância de um certo neorrealismo. Jorge de Sena, Vergílio Ferreira, Agustina Bessa Luís, Sophia de Mello Breyner, Ruy Belo ou até António Sérgio são alvo de especiais atenções, estudo e reflexão.

Eduardo Lourenço diz que “é para trazer à luz, mostrar aos outros, e a si mesmo, o que ainda não era visível, palpável, audível, que a obra nasce” (n.º 6, Junho 1963). O sucesso editorial foi miragem. Ao projeto da revista somam-se, por ocasião do Vaticano II, a revista *Concilium*, bem como a colaboração com a Association Internationale pour la Liberté de la Culture de Pierre Emmanuel. Lendo hoje a coleção da revista, fácil é de confirmar a extraordinária importância dos textos e das colaborações. Era a sociedade portuguesa que se abria. Denunciava-se a desordem estabelecida.

E, se dúvidas houvesse, valem “os depoimentos das gerações que nos seguiram, para quem essa aventura foi um acontecimento referência que acordou alguns e confortou outros perante um tempo carregado de dúvidas e inquietações”. Uma certa dialética viraria democracia. António quis acreditar numa evolução serena. Isso era impossível. Depressa se desiludiu. Mas, para si, o mais importante era a liberdade e as diferenças.

Coerentemente, continuou a remar contra a maré. De acordo com o saber náutico sempre achou que se todos se juntam a bombordo ou a estibordo, a embarcação naufraga. É sempre indispensável que alguém fique do outro lado, mesmo que as incompreensões continuem. Assim como assim...

Aos banquetes de sabedoria pura, o António contrapõe o diálogo dos afetos, com elevação e inteligência. Afinal, é de sabedoria que se trata, a da humanidade que se procura. Por isso, invoca Borges: “Creo que un día

mereceremos que no haya gobiernos”. Mas insiste: precisamos de merecer. Oiçamos, no entanto, a tia Suzana: “Julgo que o mais importante são as palavras. Quando se vive a solidão, sabe-se que, por causa duma palavra verdadeira, caem muitas vezes as muralhas que levantámos à volta das nossas almas. Uma palavra verdadeira pode ser um milagre: é a solidão derrotada”. E essa solidão derrotada é porventura a principal marca da obra do António Alçada e da sua vida. Apesar das suas depressões cíclicas, a verdade é que foi sempre a busca das palavras (e das pessoas que as proferem e que buscam nelas sentido) que o ocupou para nos levar à compreensão do tempo e do mundo. Como ele nos diz, alguns que procuram “a verdadeira relação com Deus – como Deus é um ser superior, e os que se dedicam a isso, seres superiores –, voltam-se para as ideias, os silogismos, as lógicas, as abstrações. Ora, uma teologia abstrata é uma idolatria”.

CAPÍTULO 1



Foto: Jorge Costa Lopes



Foto:
Ana Cristina
Carvalho

Resumo

Vergílio Ferreira – A criação da aldeia-mito e o diálogo com a montanha

A aldeia natal de Vergílio Ferreira – Melo, situada a poucos quilómetros de Gouveia, no sopé e na encosta norte da Serra da Estrela – inspirou a criação daquele que é o mais relevante espaço da sua geografia ficcional: a aldeia genesiaca do arquiprotagonista vergiliano. O nosso trabalho centra-se em três livros: *Onde Tudo Foi Morrendo* (1944), *Vagão 'J'* (1946) e *Alegria Breve* (1965), os únicos romances de Vergílio Ferreira em que as suas personagens quase não saem desta aldeia da Beira Alta. Assim, consideramos que a criação da aldeia-mito ou aldeia eterna começa a ganhar projeção nos romances neorrealistas *Onde Tudo Foi Morrendo* e *Vagão 'J'*, e atinge a sua depuração em *Alegria Breve*, romance-suma de Vergílio Ferreira.

Palavras-Chave: Terra. Habitar. Aldeia. Origens. Serra da Estrela. Montanha. Topografema.

Abstract

Vergílio Ferreira – *The creation of the myth-village and the dialogue with the mountain*

Vergílio Ferreira's native village – Melo, located a few kilometres from Gouveia, in the foothill and in the northern slope of Serra da Estrela – inspired the creation of what is the most relevant space in its fictional geography: that of the genesiac village of vergilian's arch-protagonist. Our work focuses on three books: *Onde Tudo Foi Morrendo* (1944), *Vagão 'J'* (1946) and *Alegria Breve* (1965), the only Vergílio Ferreira's novels in which his characters hardly leave this village in Beira Alta. We thereby considerer that the creation of the myth-village or eternal village begins to gain projection on the neorealists novels, *Onde Tudo Foi Morrendo* e *Vagão 'J'*, and reaches its purification on *Alegria Breve*, Vergílio Ferreira's novel-suma.

Key-words: Earth. Dwell. Village. Origins. Serra da Estrela. Mountain.

VERGÍLIO FERREIRA – A CRIAÇÃO DA ALDEIA-MITO E O DIÁLOGO COM A MONTANHA

Jorge Costa LOPES

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Faculdade de Letras,
Universidade do Porto
jorgecosta22lopes@gmail.com

1. Habitar poeticamente a terra das origens

Começamos pela conferência de Martin Heidegger, proferida em Messkirch, no ano de 1955, aquando do 175.º aniversário do compositor Conrad Kreutzer. Aí refere o autor, a determinado momento, que “do solo da terra natal, medrou (*gediehen*) uma obra de arte” (1959: 15)¹. E interroga-se: “não faz parte do êxito (*Gedeihen*) de uma obra de sucesso o enraizamento no solo de uma terra natal?” (*ibid.*). Para, de seguida, diagnosticar o afastamento do homem contemporâneo em relação à “herança do mundo da terra natal” (*id.*: 16) face ao domínio da tecnologia. O nosso tempo encontra-se, pois, ameaçado “pela perda do enraizamento” (*id.*: 17). Mas “aquilo que é verdadeiramente inquietante não é o facto de o mundo se tornar cada vez mais técnico. Muito mais inquietante é o facto de o Homem não estar preparado para esta transformação do mundo, é o facto de nós ainda não conseguirmos, através do pensamento que medita, lidar adequadamente com aquilo que, nesta era, está realmente a emergir” (*id.*: 21). Ora, na perspetiva de Bruce V. Foltz:

a obra de Heidegger fornece uma base sofisticada para mostrar a primazia do poético na tarefa de aprender a habitar a terra correctamente. «A consciência ecológica parece o mais vibrante no modo poético», sugerem Sessions e Devall no seu manual *Deep Ecology*. A obra de Heidegger mostra de uma forma mais rigorosa por que razão isto é assim, e além disso mostra por que razão nunca devemos ver a voz poética como marginal ou como

um mero embelezamento: pelo contrário, para os habitantes – e isto devemos ser – a poesia é mais verdadeira que a ciência. (1995: 209)

O habitar poeticamente a terra de Hölderlin, muito citado por Heidegger, reflete-se na ficção de Vergílio Ferreira no enraizamento com a terra beirã das origens. E em *Alegria Breve* irá, como assinalaremos mais à frente, ao encontro do formulado por Heidegger sobre a salvação da morada do Homem na terra e sobre o facto de o mesmo Homem não estar preparado para a desmesurada superioridade da técnica, ou seja, para a profunda transformação do mundo provocada pelos meios tecnológicos. O lugar montanhoso e do interior do país deste romance sofrerá uma mutação veloz, resultado da exploração do volfrâmio que alimenta a máquina da guerra no estrangeiro. Só que este afastamento das raízes será nefasto para a aldeia e para a sua população, como dá conta, no presente da escrita, o narrador-protagonista de *Alegria Breve*, Jaime Neves, o último homem a habitar aquele espaço abandonado e em ruínas.

No nosso entender, se *Apelo da Noite* é o mais malrauxiano dos romances de Vergílio Ferreira, *Alegria Breve* será o mais heideggeriano dos seus títulos ficcionais. Por essa razão, a sua personagem principal parece partilhar destas palavras do filósofo alemão:

Numa densa noite de inverno, quando um agreste e violento nevão grassa em torno da cabana, tudo cobrindo e ocultando, esse é o momento perfeito para a filosofia. As suas perguntas tornam-se, nessa altura, simples e essenciais. O estudo de cada pensamento só pode ser árduo e rigoroso. E a luta para moldar algo na linguagem é semelhante à resistência dos altos abetos contra a tempestade. (1934: 27-28)

2. A aldeia-mito ou aldeia eterna

As Beiras Alta, Baixa e Litoral integram a geografia romanésca de Vergílio Ferreira. Assim, a sua aldeia natal, situada nas imediações de Gouveia (Beira Alta), no sopé e na encosta norte da Serra da Estrela, inspira, de modo indelével, o palco principal da sua ficção. Por outro lado, à Guarda pertence o espaço central de *Estrela Polar* (sob o topónimo Penalva) e a cidade da adolescência dos protagonistas de *Manhã Submersa* e *Para Sempre* (neste último com o mesmo topónimo de *Estrela Polar*). Enquanto o seminário de *Manhã Submersa* se situa na Beira Baixa e nas imediações da

cidade do Fundão (aqui designada por Torre Branca). Já a cidade de Coimbra (Beira Litoral) comparece no primeiro romance (*O Caminho Fica Longe*), marcadamente autobiográfico, e, antes de *Para Sempre*, de forma pontual, em *Apelo da Noite*, *Cântico Final*, *Estrela Polar* e *Nítido Nulo*. De *Para Sempre* (com o topónimo Solária ou Soeira) até ao último título publicado, *Cartas a Sandra*, Coimbra transmuda-se em espaço fantástico e mágico, porque é nele que o narrador-protagonista vergiliano conhece e se apaixona por Sandra (*Para Sempre* e *Cartas a Sandra*), Oriana (*Até ao Fim*), Mónica (*Em Nome da Terra*) e Bárbara (*Na tua Face*) – todas elas um desdobramento da Luísa de *O Caminho Fica Longe*, personagem inspirada em Maria Madalena Santos, colega de Vergílio Ferreira falecida em 1938, pouco tempo após ter assinado o livro de final de Curso do autor. Mesmo sem qualquer referência toponímica, diremos ainda que a cidade costeira da Figueira da Foz surge em *Nítido Nulo* e *Para Sempre*.

A aldeia beirã e a cidade universitária formam, deste modo, a matriz dos territórios míticos da escrita vergiliana. De facto, se a aldeia-mito ou aldeia eterna é o lugar genesiaco que remete para a nostalgia da infância do seu arquiprotagonista, espaço ao qual regressa na *realidade* e no imaginário, Coimbra será, por excelência, o lugar de descoberta do amor pela mulher que morre no romance de estreia e se encontra morta nos últimos títulos ficcionais de Vergílio Ferreira. Nesta ausência caberá, então, ao seu arquiprotagonista criar através da palavra, vezes sem conta, a ausência² da mulher amada. Com o retorno, em definitivo, à aldeia (*Cântico Final*, *Aparição* e *Para Sempre*)³, o mesmo arquiprotagonista irá retomar o diálogo com a montanha das origens. Mas quando não regressa fisicamente à aldeia porque se encontra, no presente, num qualquer lugar à beira-mar (*Nítido Nulo*, *Signo Sinal* e *Até ao Fim*) ou em Lisboa (*Rápida, a Sombra*), evoca-a emotiva e obsessivamente. E se nos dois últimos romances, *Em Nome da Terra* e *Na tua Face*, a aldeia só aparece em breves instantâneos, no derradeiro título da sua bibliografia ficcional, *Cartas a Sandra*, Vergílio Ferreira colocará, *para sempre*, o arquiprotagonista na aldeia, ou seja, enquanto naqueles romances parece querer cortar os laços ficcionais que sempre o prenderam à aldeia, *Cartas a Sandra* testemunha a impossibilidade desse corte.

O lugar matricial da ficção vergiliana é constituído, como vimos, pela aldeia genesiaca do arquiprotagonista e suas gentes, pelo que será neste espaço que iremos fixar o nosso estudo. Daqui partimos para uma conversa havida com a viúva do autor de *Cântico Final*, Regina Kasprzykowski, no dia 28 de janeiro de 2003, em Melo. Celebrava-se, nessa data, o aniversário

de Vergílio Ferreira, tendo o então Ministro da Cultura, Pedro Roseta, des-cerrado uma lápide colocada na parede da casa do nosso saudoso amigo, José Augusto Rodrigues, casa que foi dos pais do escritor e inspirou a casa amarela do protagonista de *Para Sempre* e *Cartas a Sandra*. Ao falarmos sobre a importância da aldeia natal no romance vergiliano, Regina Kasprzykowski deixou-nos esta curiosa e lapidar observação: “É extraordinário pensar que apenas viveu neste lugar os primeiros dez anos de vida, mas nos seus livros praticamente não sai daqui”.

Passamos agora para uma entrada do *Diário Inédito* (1944-1949), de 6 de setembro de 1948, onde Vergílio Ferreira regista um diálogo com o senhor Luís⁴, ancião que costumava visitar em Melo, porque gostava, sobretudo, que o seu conterrâneo lhe reconstituísse a aldeia de outros tempos:

Tiramos a estrada e pomos o caminho velho. Arrasamos estes palacetes modernos e erguemos no sítio as casas negras de outros tempos. Protestamos em conjunto contra a heresia moderna que desmantelou umas três capelas, pôs numa outra uma adega e noutra ainda uma forja de ferreiro. Castigamos duramente a falta de carácter, de honradez que tornou isto sórdido. E então, livres do empecilho da modernice, passeamos felizes por ruas tortuosas, rezamos em todas as capelas e alminhas e conversamos à noite, ao serão, alumiados de azeite.

Ora este sabor de imobilidade, este regresso ao tempo morto que me comove, penso que o terá alguém que viver oitenta e cinco anos depois de mim. Hei-de por isso pôr aqui por escrito a descrição exacta de Melo, para ajudar a memória de um outro senhor Luís que venha depois a ser importunado por qualquer curioso. (2008: 104-105)

No fulcro da sua escrita encontra-se, pois, sob o signo do que Heidegger chama “abertura ao mistério”, a vontade de não deixar morrer os instantes, pessoas e lugares que passaram pela sua vida:

Escrevo para tornar possível a realidade, os lugares, tempos, pessoas que esperam que a minha escrita os desperte do seu modo confuso de serem. E para evocar e fixar o percurso que realizei, as terras, gentes e tudo o que vivi e que só na escrita eu posso reconhecer, por nela recuperarem a sua essencialidade, a sua verdade emotiva, que é a primeira e a última que nos liga ao mundo. Escrevo para tornar visível o mistério das coisas. Escrevo para ser. Escrevo sem razão. (1992: 36)

Chegados aqui, diremos que se não passou para a escrita a “descrição exacta de Melo”, porque inútil em Arte, nela se ergueu, porém, uma *outra*

aldeia da “aldeia morta” (1971:152) de outrora, ou seja, a “aldeia-mito” (*ib.*) ou “aldeia eterna” (*id.*: 153) do seu imaginário. Ou como lemos no registo autobiográfico seguinte:

Nasci em Melo, na serra da Estrela, a meia distância entre a Guarda e Viseu. E a sensibilidade que tenho aprendi-a ali. Mas é possível que essa sensibilidade fosse não um efeito mas uma causa, que eu tenha criado a aldeia e não ela a mim. De todo o modo houve um ponto em que os dois elementos se cruzaram e é-me assim difícil separar um do outro. Fiz-me com esse ambiente mas não sei se através dele e ele foi assim o lugar ideal para me entender com a emoção nos meus livros. Neve, desolação do Inverno e o augúrio dos ventos e a presença física e metafísica da montanha que de um extremo da aldeia se vê desdobrar-se em toda a sua massa, e o erguer por detrás dela a Lua de Verão são entre outros os motivos que se me fixaram largo tempo para saber ser sensível e entender-me a mim próprio. (1987: 576)

Recordemos que, para Miguel Torga, a única paisagem autêntica num livro de ficção é a criada pelo autor, porque o seu “gênio é que tem o dom de tornar flagrantos os cenários das suas criações, iluminando-lhes de tal maneira o exterior com a luz interior da acção, que a obra acaba por nos parecer uma realidade apenas possível no palco onde nos foi mostrada” (1953: 27). Heidegger, por sua vez, descreve-nos desta forma a sua Messkirch natal:

A gravidade das montanhas e a dureza das suas rochas primordiais, o crescimento lento e deliberado dos abetos, o esplendor brilhante e simples dos prados florescentes, o correr do regato da montanha na longa noite de Outono, a severa simplicidade das planícies cobertas de neve – tudo isto toca, corre através e penetra a existência diária lá em cima, e não em momentos forçados de imersão «estética» ou de empatia artificial, mas somente quando a existência de cada um permanece na sua obra. É unicamente a obra que abre espaço à realidade que está nestas montanhas. O curso da obra permanece mergulhado naquilo que acontece na paisagem. (1934: 27)⁵

Concordamos, entretanto, com Rosa Goulart, para quem a montanha de Vergílio Ferreira, “porventura horizonte mítico da infância do escritor [...] é a metáfora cósmica da distância e da grandeza do espaço fixo onde ressoa a voz profunda da Terra e a partir do qual se instaura o movimento do mundo” (1990: 218). Ou dito de outro modo, o imaginário do autor de *Para Sempre* é recriado através do “espírito do lugar”, isto é, do lugar que lhe moldou a sua sensibilidade. A montanha e a aldeia genesíacas erguem-se,

assim, na nossa opinião, como uma espécie de *terceiro espaço* onde se opera a osmose do real com o imaginário, osmose que dá corpo a este principal *topografema* vergiliano.

Deste modo, se os romances neorrealistas *Onde Tudo Foi Morrendo* e *Vagão 'J'* não se afastam da *realidade* da aldeia de Melo, o mesmo já não podemos afirmar em relação a *Alegria Breve*, apesar de as casas, ruas e gentes dessa aldeia terem sido trasladadas da mesma *realidade* para a ficção. Vergílio Ferreira pretendeu, contudo, como verificamos num documento preparatório do espólio à guarda da Biblioteca Nacional⁶, que o espaço narrativo deste romance se situasse numa “aldeia-vila no cabeço de um monte, como as aldeias dos Incas”.

Regressando ao afirmado por Regina Kasprzykowski, salientemos ainda o facto de somente em *Apelo da Noite* não ser feita qualquer referência ao espaço genesíaco da aldeia vergiliana, justificado pelo facto de a personagem central, Adriano Mendonça, ter nascido no Alentejo, o que representa uma autêntica anomalia na biobibliografia do autor. Isto apesar de o protagonista deste romance se dirigir, em conjunto com os companheiros de viagem (três presos políticos em fuga de uma cadeia à beira-mar), para a montanha que, sem aparecer identificada, podemos situar na serra da Estrela.

3. A Palavra e a ausência⁷

Por economia de espaço, vamos determo-nos apenas nos romances de Vergílio Ferreira que têm a aldeia como principal e praticamente único espaço narrativo. Falamos dos já referidos *Onde Tudo Foi Morrendo*, *Vagão 'J'* e *Alegria Breve*.

Nos dois primeiros são evidentes as desigualdades sociais, com o foco narrativo a incidir na classe mais pobre, onde a luta pelo bocado de pão segrega e cria diferentes camadas na base da pirâmide social da aldeia: “O povo tinha vários grupos escalonados, o enxurro ficava junto da taberna que era a sua sede e o professor ia observando como ali, naquela pequena aldeia se podia apreender toda a engrenagem social” (1946: 168). Uma parte das personagens de *Onde Tudo Foi Morrendo* transfere-se para *Vagão 'J'*, como acontece com a família mais pobre do primeiro, os Garrilhas, que inspira nitidamente os Borralhos do segundo. Idêntica situação sucede com o Nunes, representante do poder explorador da aldeia em *Onde Tudo Foi Morrendo*, que será o modelo do João Teles ou Joãozinho de *Vagão 'J'*. Também a montanha e o clima apresentam-se nestes romances, quase

sempre, como inclementes para os habitantes da aldeia, enquanto os senhores que vêm de fora gabam, desafogados, aquele ambiente campestre⁸. Desta maneira, se Mariana, por exemplo, vive presa à máquina de costura e “à janela de vidros partidos, olhando a serra escalavrada cozida pelo sol, desgastada pela chuva, dura de rochas, encabelada de tojos...” (1944: 283), os Caetanos jogam ténis na quinta da família, com o Nunes a desafiar os convidados do Porto para um passeio ao monte de Santiago, donde se poderão deslumbrar com a paisagem e, lá no alto, dominar a aldeia como ele, Nunes, a domina na qualidade de Presidente da Junta: “– A gente tem mas é de ir à Serra. O Sr. Doutor não conhece, naturalmente? Sim. É natural. Mas vai ver. Muito lindo. Toda a gente fica encantada. Lá no cimo do monte de Santiago é uma coisa lindíssima, vêem-se todas estas terras. E um sol de rachar. A gente não sente, mas queima como brasa” (*id.*: 248). Em *Alegria Breve*, à pergunta de Vanda, mulher do Eng.º Luís Barreto (o casal que se instala na aldeia por causa do negócio das minas), sobre como se passa ali o tempo, o narrador-protagonista responde: “Há os passeios ao monte de S. Silvestre⁹, à capela de...” (1965: 97). Para retomar, um pouco mais à frente, o antes exposto: “Há os passeios pela serra. Às vezes vamos à vila” (*id.*: 100).

Os senhores que vivem em Lisboa ou no Porto gozam, como afirmá-mos, os ares da aldeia na época estival¹⁰. Já os seus habitantes, em especial os mais pobres, como João Coutinho de *Onde Tudo Foi Morrendo* e os Borralhos de *Vagão 'J'*, procuram libertar-se daquela “terra de maldição” (1944: 430) que os condena a “uma luta persistente e inútil” (*ibid.*) e partem para o estrangeiro ou para Lisboa. Confrontam, assim, o destino que os talhou desde o nascimento a uma vida de sacrifício, sob um cenário natural, majestoso e belo, mas que se transforma num terrível obstáculo para todos os que lutam quotidianamente pelo pão, como vemos na noite em que o professor precisa de se deslocar à vila, a casa do médico, com o filho doente: “Suja e dura, a serra era vomitada contra o céu molhado onde a lua boiava, contra o céu borrifado de estrelas... Noite negra, noite branca de luar. Lua recurvada em foice, lua branca de uma alvura líquida. Aldeia morta, casas de olhos fechados, casas encolhidas nos recantos escuros, ruas abandonadas e o menino gemendo – mãe...” (1946: 118).

O professor de *Vagão 'J'* dá voz à consciência dos “humilhados e ofendidos” deste livro, mas mostra-se, todavia, incapaz de agir, porque o que ganha não chega para sustentar a própria família, logo não consegue afrontar, denunciando-os, os senhores da aldeia, sob pena de perder o seu pão e o da família¹¹. O narrador-protagonista de *Alegria Breve*, igualmente professor de ensino primário, debater-se-á com outros problemas, como o do

gradual abandono dos alunos até ao fecho da Escola, abandono provocado sobretudo pela emigração da população ativa. Em *Signo Sinal* é o velho professor que regressa do reino dos mortos – num processo narrativo recorrente em Vergílio Ferreira (basta recordar os obsessivos diálogos dos narradores-protagonistas dos últimos romances com a amada morta¹²) – para discutir violentamente o método de ensino *heterodoxo* e *progres-sista* praticado pelo atual e jovem professor, método que tem o palavão como principal fonte de aprendizagem da leitura e da escrita.

Segundo Helder Godinho¹³, a maioria dos pobres não sabe a palavra, porque não teve oportunidade de frequentar a escola. Daí que Manuel Borralho (*Vagão 'J'*) odeie o Bogas, que sabe ler e andou por Lisboa. Por isso, no *explicit* deste romance, quando o mesmo Manuel Borralho, já envelhecido e regressado do degredo, consegue finalmente ter junto de si a sua paixão de sempre, a também envelhecida e *gasta* Maria do Termo – ela que sempre o havia recusado, lá o recebe, por fim –, o narrador volta a chamar a atenção para a falta da palavra que descreva, aos olhos do Borralho, a concretização daquele desejo imorredouro: “E quando lá bem do fundo, lá bem do fundo do tempo, Maria se levantou, ele pôde saciar a sua fome de amor, de amor ou lá o que era que nunca soube dizer” (*id.*: 232). Também a irmã o estima mais do que os outros irmãos, porque não lhe faz perguntas, basta olhá-lo em silêncio para transmitir todo o afeto que tem por ele. De igual modo, quando o pai é entrevado, Chico Borralho, sabe que a morte está próxima (suicídio), não lhe passa uma ideia ou qualquer palavra pela cabeça, sabe apenas que tem de morrer e está triste. Pelo que cabe ao narrador transmitir-nos, num dos mais belos trechos de *Vagão 'J'*¹⁴, porque é que Chico Borralho está triste, dando-nos *a ver* o contraste da aproximação da morte com o cântico à vida que se desenrola sob os seus olhos: “Nos campos a vida grita uma plenitude de sangue fresco, o céu é azul” (*id.*: 136). E, numa reflexão sobre a condição humana que atravessará toda a futura ficção vergiliana, acrescenta o mesmo narrador: “A vida é o primeiro dia, é a hora, o minuto primeiro, não o momento e a hora que se somaram a outras horas e minutos. Por isso custa morrer e Chico Borralho sofre” (*id.*: 136-137).

4. A realidade da aldeia

A ficção neorrealista de Vergílio Ferreira regista igualmente a centralidade e importância do padre na hierarquia social, especialmente em relação às mulheres da aldeia. De qualquer modo, o prior de *Onde Tudo Foi Mor-*

rendo distingue-se daquele de *Vagão 'J'* e *Manhã Submersa*. Assim, o Padre Vasco “é áspero, e tem uma religião esquisita” (1944: 19) e viril, o que escandaliza as beatas, facto agravado por uma exacerbada paixão pela música que o leva a criar uma charanga na aldeia. A figura do Padre Parente de *Para Sempre* retomará, aliás, esta paixão de Padre Vasco. Enquanto o padre Moita de *Signo Sinal* repete a religião viril e a correspondente pujança física do prior de *Onde Tudo Foi Morrendo*. Opostamente, o pároco de *Vagão 'J'* e *Manhã Submersa* caracteriza-se pela beatice nas medidas e conselhos seráficos, sobretudo para com a D.^a Estefânia, que ocupa, com o marido (capitão), um dos topos da pirâmide social destes romances.

A aldeia vergiliana é ainda palco de diferentes contextos sociais e históricos do Portugal de meados do século XX. Numa lista não exaustiva, temos o trabalho no campo, duro e rude (*Onde Tudo Foi Morrendo*, *Vagão 'J'*), em conjunto com os cânticos que acompanham esse trabalho (*Vagão 'J'*, *Alegria Breve* e *Para Sempre*); a exploração do volfrâmio, e a esperança frustrada numa rápida melhoria económica da população (*Mudança* e *Alegria Breve*); as festividades populares (*Onde Tudo Foi Morrendo*, *Vagão 'J'*, *Rápida, a Sombra* e *Signo Sinal*), as crenças e a fé religiosa que assentam no poder exercido pelo pároco sobre as beatas da aldeia (*Onde Tudo Foi Morrendo*, *Vagão 'J'*, *Manhã Submersa*, *Alegria Breve*, *Nítido Nulo*, *Para Sempre*); a emigração para os Estados Unidos da América – New Bedford e Boston ou *Betfete* e *Bosta*, respetivamente, na linguagem castiça das gentes beirãs – e Brasil (*Onde Tudo Foi Morrendo*, *Alegria Breve* e *Nítido Nulo*), emigração que acompanha, inevitavelmente, o envelhecimento dos habitantes, bem como a gradual desertificação da aldeia (*Alegria Breve*); e, por último, a presença e importância da indústria têxtil no concelho de Gouveia e na região da Beira Interior (*Vagão 'J'*, *Mudança* e *Signo Sinal*).

Na ficção de Vergílio Ferreira detetamos ainda uma outra e relevante característica: as alcunhas que proliferam no povo, o que não sucede com os representantes das camadas sociais mais altas. Da trilogia romanesca por nós estudada extraímos estas alcunhas: Beu-Beu, Chora-Vinho, Chumbado, Rinhuau, Tarreco (*Onde Tudo Foi Morrendo*); Borralho, Calhau, Chinola (*Vagão 'J'*); Cara-de-Novelo, Caralheta, Coxo, Manuel Coveiro, Pelado e Santa Vieira (*Alegria Breve*). Os romances neorrealistas de Vergílio Ferreira documentam ainda os jogos e brincadeiras infantis na aldeia: *Salto-em-vão* e jogo da *abilharda* (*Onde Tudo Foi Morrendo*); lançar o papagaio e o jogo do *coque-mi-rela* (*Vagão 'J'*). O mesmo sucedendo em relação ao dialeto e expressões do povo beirão presentes na aldeia vergiliana. No que diz respeito a este

último recurso narrativo, o espólio de Vergílio Ferreira, à guarda da Biblioteca Nacional, contém um documento¹⁵, com o título, atribuído pelo escritor, «Alguns termos e expressões e ditos de Melo (Serra da Estrela)». Trata-se de uma folha pautada, preenchida a caneta de tinta preta e com algumas, poucas, correções e entrelinhamentos, a caneta e a lápis. Dessa extensa lista, selecionamos os seguintes vocábulos e respetivas definições entre parêntesis:

Ferifoga (azáfama); *merviço* (mulheraça de más ventas...); *almocravado* (que tem a sua conta, que está servido do que precisa); *entrosga* (pessoa que come muito); *cherume* (utilidade, que desperta interesse; usa-se nas negativas: “não tem cherume nenhum”); *tem para dizer* (= “é bem certo o ditado”); *conré* (multidão; ex.: “uma conré de gente, de filhos, etc.”); *encarapetado* (enregelado, duro do gelo); *amochar* mochar? (agachar-se, submeter-se) *lombeiro* (mandrião); dentes *encravelhados* (fincados); *lâmbia* e *lambieira* (labareda); *mulatada* (cachação, bofetão); *maranhoto* (braçado de lenha); *esfandangar* (espatifar); *travada* (corrida curta); *escarrosocar* (roçar tanto que fira); *mulher doente e panela quebrada, não há diacho que a ponha fora de casa*; *aldemenos* (ao menos; aparece em *Leal Conselheiro* p. 66 (61 – Piel?); *caiu-me o coração aos pés* (fiquei assustado ou desapontado); *ingerido* de frio (encolhido com...); *retoição* (andou no.... Andar na vadiagem; diz-se dos filhos pequenos que andam na brincadeira por lá); *calêndia* (tretas); *outra que tal rabo tenha* = inda agora mais essa (diz-se quando alguém surge com opinião ou notícia inesperada); *alongar* (alombar com grande carregio); *encorricado* = ingerido; *colonho* (e *cronho*) – (saquito pouco cheio); *amorosar* (tornar-se melhor, diz-se do tempo; ex.: o tempo amorosou); *finaita* (esperto); estar ou ficar de *pantanas* (estar liquidado, diz-se sobretudo dos que empobrecem); *sagotar* (serrar); *desengalgargar* (andar depressa; diz-se sobretudo de quem corre muito ou de p.ex. um funil que deixa de coar rapidamente um líquido); *inda bem não* aconteceu isto (subitamente... quando mal se esperava...) *mangar* (troçar, fazer pouco de); *fonas* (faúlhas), *ensalviçado* (com arrepios de gripe).

Nos vários volumes da *Conta-Corrente*, Vergílio Ferreira vai *completando*, podemos dizê-lo, este documento autógrafo com outras expressões, ditos e provérbios da sua região, como segue: “*Quatro horas dorme o santo, / cinco ou seis quem não é tanto, / sete ou oito toda a gente, / nove ou dez quem está doente, / onze horas dorme o porco / e mais quem estiver morto*” (1986: 89); “Deus nos dê juízo até à hora da morte (1993a: 12); “Tudo se quer no seu tempo e os nabos pelo Advento” (1993a: 144). A escrita de algumas linhas do romance *Em Nome da Terra*, e a consequente vontade em levá-lo até ao fim, recorda-lhe mais um dito de Melo: “Começo

a ‘empreender’ no caso, como se diz na minha aldeia” (1993: 193). E recorre, em diversas ocasiões, a este: “Fiquei de monos” (1994: 125), ou seja, fiquei taciturno, maldispuesto. Uma observação polémica de Mário Dionísio¹⁶ (sobre o método utilizado pelo protagonista de *Cântico Final* no fresco da Senhora da Noite que pinta na capela da aldeia) traz-lhe à memória outro dito de Melo: “Aliás, na minha infância pelo menos, quando se atirava um objecto, uma bola por exemplo, para um quintal, dizia-se que o tínhamos ‘embarrado’” (1986: 211).

5. *Alegria Breve* – entre o silêncio¹⁷ e o diálogo com a montanha

No *incipit* de *Alegria Breve*, Jaime Faria olha e interroga a montanha ao mesmo tempo que prepara a cova para enterrar a sua mulher: “Quando estou cansado de cavar, enxugo o suor e olho-a ainda. Um diálogo ficou suspenso entre nós ambos, desde quando?” (1965: 9). Para, logo de seguida, voltar o olhar para a aldeia: “Olho a aldeia abandonada, perdida na montanha, ouço o silêncio. E sinto-me aí disperso, irisado em espaço, íntegro e nu” (*id.*: 10-11). Concluído o trabalho de coveiro, põe a tocar um disco, abre as janelas de casa e sai para as ruas desertas: “Só a música. Vem pela janela, multiplica-se nos ocos da serra, avoluma-se no espaço. Mas é uma música suave, direi mesmo delicada. Lembra-me os veios de água pela Primavera, as flores alegres dos campos [...]. Música triste como uma alegria desesperada” (*id.*: 12).

No espólio de Vergílio Ferreira, atrás indicado, existe um documento preparatório de *Alegria Breve*¹⁸, intitulado «As 4 estações», preenchido a caneta de tinta preta, documento que regista os três andamentos de cada uma das estações da obra musical de Antonio Vivaldi. Para o primeiro andamento de *A Primavera* lemos: “Águas frescas transbordando pela montanha, pelos prados, entre flores novas. Chuva de violinos entre a relva. Alegria jovem num céu luminoso. Cintilações de pureza como estrelas num chão de... Alegria calma de um outrora aéreo e frágil. (Retorna o tema de uma breve dança)”.

Numa tarde quente de maio ou de verão, Jaime escuta o trilar dos pássaros e o ribeiro que passa nas traseiras da casa do Padre Marques, que “vem das nascentes da serra, desce para os quintais da encosta” (1965: 45). Estamos, afinal, em plena festa da natureza e da vida:

Pela sombra das matas, pelos pomares floridos, efervescente, o cantar dos pássaros. Trilam como cordas de prata ao sol, explicam a alegria mais simples que é a alegria de ser. A terra vibra – ó Deus, a vida é tão estupidamente

bela! Um perfume ondeia-me em pura excitação, profundo, visceral, demoníaco de uma juventude eterna. Cruza-se pelo ar, vem das pinhas novas, cheiro resinoso, vem das giestas da montanha, as abelhas cantam-no numa vibração dormente. (*ibid.*)

Ora, contrariamente ao sucedido com as famílias que protagonizam *Onde Tudo Foi Morrendo e Vagão 'J'*, Jaime Faria habita “poeticamente a terra” das suas origens. Essa sensibilidade aprendeu-a desde a nascença, pelo que quando visita, na infância, e na companhia da irmã e da mãe, a capela que fica no caminho que desce da montanha, por altura da romaria aí celebrada em setembro, escuta, de novo, as águas de um regato perdido que “atravessa o caminho, passa adiante, entretido com as suas lembranças de Verão” (*id.*:22). Nesse mesmo caminho, às “vezes, imprevistamente, o Outono pende para as bermas, compacto de frutos” (*ibid.*). Recorde-se que após a morte do sobrinho e do cunhado, no quarto contíguo ao de Norma, “vinha um aroma quente a maçãs” (*id.*: 40 e 68). O pai de Jaime morre no outono, depois de um dia de caça: “Outono, fins de Outubro? começos de Novembro? cheira a cogumelos nas matas de pinheiros, as teias de aranha brilham de orvalho ao sol da manhã” (*id.*: 144). No atrás citado documento preparatório de *Alegria Breve*, agora sobre o primeiro andamento do Outono, Vergílio Ferreira escreve: “Dança dos frutos. Fertilidade descoberta. Ritmo ligeiro do violino na ligeireza das horas. Um violino treme nas folhas pálidas das árvores. Brisa esquiva por entre a folhagem que tomba. Alegria dos meus olhos enternecidos”.

O inverno é, todavia, a estação do presente da narrativa de *Alegria Breve*. Com toda a aldeia selada de neve, Jaime aguarda o filho que terá nascido por ocasião do Natal. A aldeia e, por antonomásia, a humanidade atingiram já um limite, mas esse limite, como nos diz Heidegger, “não é onde uma coisa termina mas, como os gregos reconheceram, de onde alguma coisa *dá início à sua essência*” (1951: 134). Num outro ensaio, o filósofo alemão assinala que, para os gregos, o limite é onde “uma coisa começa, floresce” (1957: 168). Por isso, Jaime Faria sabe que o seu limite chegará com a vinda do filho, a quem dirá “começa tudo de novo”. Por agora, e enquanto este não chega, contempla as ruínas daquele fim do mundo que o cercam por todo o lado:

Há uma aldeia deserta, há a necessidade da terra. As casas estão aí, alguém as há-de habitar. Os telhados abatem, as pedras desmoronam-se. Mas há a verdade de serem casas com os telhados reerguidos e as paredes direitas e um homem que as habite. Há a verdade absurda de um homem ser verdade

e a terra que o chama, como o chamou há milénios, desde a eternidade do mito. (1965: 200)

6. A voz da montanha

Na nossa perspetiva, *Alegria Breve* será um dos romances de Vergílio Ferreira que melhor se enquadra numa perspetiva ecocrítica, na medida em que existe um intenso diálogo do narrador-protagonista deste romance com a montanha e com a terra das origens, apesar de não assumir ideologicamente um comprometimento com o ambiente, nem advogar uma suposta posição ecológica, por exemplo. Na realidade, *Alegria Breve* apenas nos autoriza a falar em comprometimento com a arte e a condição humana. Este livro parece, porém, confrontar-se *avant la lettre* “com obstáculos e questões relativas a problemas ambientais contemporâneos” (Oppermann 2006: 64), nomeadamente no quadro de fim de uma civilização aí representada, onde após uma utilização intensiva dos recursos naturais (exploração do minério) por parte do homem, a natureza recupera os *seus direitos* e domínio como auguram os sonhos de Jaime faria:

Algumas casas estão ainda de pé. Conserto as que posso para os primeiros homens que hão-de voltar. Mas pela noite e muitas vezes em sonhos, vejo-as todas esburgadas, só com as paredes no ar, caveiras nuas, espectros de dentes no riso cru de um escárnio universal. Passo entre elas, ouço o vento e o augúrio que vem nele. A vegetação entra já por algumas delas com a vitória final do silêncio final. Do alto de S. Silvestre lembra a ruína das civilizações perdidas, e o sol indiferente dourando-a da indiferença das órbitas solitárias dos astros solitários. (1965: 237)¹⁹

De qualquer modo, tornam-se visíveis, na realidade da aldeia, as cicatrizes deixadas pela rápida tecnicização: “Vão às tradições, às leis ancestrais, à linguagem, aos sonhos, aos usos e costumes e electrificam-nos” (*id.*: 30). Ora, como observa Heidegger: “aquilo que é verdadeiramente inquietante não é o facto de o mundo se tornar cada vez mais técnico. Muito mais inquietante é o facto de o Homem não estar preparado para esta transformação do mundo” (1959: 21). Estas palavras ecoam, como vemos, em *Alegria Breve*. Como ecoam as que nos alertam para o progressivo abandono da reflexão sobre o ser humano, pois o que o distingue é precisamente o facto de “ser um ser que reflecte. Por isso o importante é salvar essa ausência do homem. Por isso o importante é manter desperta a reflexão” (*id.*: 26). Jaime não procura outra coisa. Na aldeia deserta e abandonada por

todos os que ainda tinham força e vontade para partir, ele reflete sobre a condição humana, não abdicando de habitar poeticamente a terra, como não abdica da esperança num homem novo, simbolizado no filho, que virá dar continuidade à esperança e ao diálogo obsessivo que mantém com a montanha e com a aldeia. Porque o “homem pode subir alto, mas as raízes não sobem. Estão na terra, para sempre, junto da infância e dos mortos” (1965: 39-40). Daí advém a sua aprendizagem do silêncio, ele que só terá duas palavras essenciais para transmitir ao filho: *terra* e *casa* (vd. *id.*: 102). Desta forma, enquanto não chega o filho desejado, procura absorver o “es- pírito da terra” (*id.*: 155) e a esperança num mundo novo. Com o filho virão outros povoar aquela terra das origens, porque ela “é de mais para si só, ela sucumbirá ao seu peso, só o homem a fará existir” (*id.*: 261).

O narrador-protagonista de *Alegria Breve* ainda não sabe a palavra definitiva que dê mundo ao mundo do filho ansiosamente aguardado. Sabe apenas que o seu herdeiro tem à sua espera a terra e a casa do homem. Na aldeia-mito ou aldeia eterna escolhida por Vergílio Ferreira para palco principal da sua ficção, Jaime Faria retoma, assim, o diálogo suspenso com a montanha, enquanto espera a chegada da primavera e a vinda do filho que trará consigo novos mitos e um novo mundo. Assim, a neve que cai incessantemente no presente da narrativa e que continuará a cair na noite que aí vem diz-nos, simbolicamente, que o caminho está *limpo* e *puro* para o filho do homem: “Vai nevar de novo pela noite, ar imóvel, céu espesso, vai nevar outra vez – nevará de mais? Voltará o meu filho, choverá um dia, voltará a Primavera – quando voltará a Primavera? [...] Dorme. Amanhã é um dia novo” (*id.*: 276).

Bibliografia

Espólio da BNP [E31/290-291 – “Alegria Breve (apontamentos e notas)” e “As 4 estações”; E31/642 – “Alguns termos e ditos de Melo (Serra da Estrela)”].

FERREIRA, Vergílio (1944). *Onde Tudo Foi Morrendo*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

_____. (1946). *Vagão 'J'*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

_____. (1965). *Alegria Breve*. Lisboa: Portugalíia Editora.

_____. (1971). *Nítido Nulo*. Lisboa: Portugalíia Editora.

_____. (1979). *Signo Sinal*. Amadora: Livraria Bertrand.

_____. (1986). *Conta-Corrente 4*. Venda Nova: Bertrand Editora.

_____. (1987). *Conta-Corrente 5*. Venda Nova: Bertrand Editora.

_____. (1992). *Pensar*, ed. ut. 2.^a ed.. Venda Nova: Bertrand Editora, 1992.

_____. (1993). *Conta-Corrente – Nova Série I*. Venda Nova: Bertrand Editora

- _____. (1993a). *Conta-Corrente – Nova Série II*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- _____. (1994). *Conta-Corrente – Nova Série IV*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- _____. (2008). *Diário Inédito 1944-1949*, edição de Fernanda Irene Fonseca. Lisboa: Bertrand Editora.
- FOLTZ, Bruce V. (1995). *Inhabiting the Earth: Heidegger, Environmental Ethics and the Metaphysics of Nature*, ed. ut., *Habitar a Terra: Heidegger, Ética Ambiental e a Metafísica da Natureza*, trad. Jorge Seixas e Sousa. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- GODINHO, Helder (2017). “Vergílio Ferreira, a palavra e a ausência”, in Coutinho, Ana Paula et alli., *Vergílio Ferreira – Escrever e Pensar ou O Apelo Invencível da Arte*, Lisboa, Âncora Editora, C.M. de Gouveia e ILCML: 545-558.
- GOULART, Rosa Maria (1990). *Romance Lírico – O Percurso de Vergílio Ferreira*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- HEIDEGGER, Martin (1934). “Warum bleiben wir in der Provinz?”, ed.ut. “Why do I stay in provinces?”, translated by Thomas Sheehan, in Sheehan, Thomas, edited, *Heidegger – The Man and the Thinker*, Chicago, Precedent Publishing, Inc. 1981: 27-30.
- _____. (1951). “*Bauen wohen denken*”, ed. ut. “Construir, habitar, pensar”, trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback, in *Ensaio e Conferências*, 5.ª ed., Bragança Paulista, Editora Vozes, Petrópolis, Editora Universitária São Francisco, 2008.
- _____. (1957). *Der Satz vom Grund*, ed.ut., *Le Principe de Raison*, trad. par André Préau. Gallimard, 1999.
- _____. (1959). *Gelassenheit*, ed.ut. *Serenidade*, trad. de Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa, Instituto Piaget, 2000.
- OPPERMANN, Serpil (2006). *Theorizing Ecocriticism: Toward a Postmodern Ecocritical Practice*, ed. ut. *Teorizando a Ecocrítica – Para uma Prática Ecocrítica Pós-Moderna*, 2.ª ed., trad. José Eduardo Reis, ILCML (FLUP) e Edições Afrontamento, s.d.
- TORGA, Miguel (1953). *Diário VI*, ed.ut., 3.ª ed., Coimbra: Edição de autor.

Este artigo foi escrito no âmbito do Instituto de Literatura Comparada, Unidade I&D financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (UIDP/00500/2020).

Notas

- ¹ Recorde-se que Conradin Kreutzer e Martin Heidegger nasceram ambos em Messkirch.
- ² Para Helder Godinho, a “obra de Vergílio Ferreira é, em grande parte, marcada pela ausência, pela questionação que ela implica e pelas tentativas de a superar” (2017: 545). E destaca, mais à frente que esta ausência “ultrapassa a questionação existencialista e tem um cunho pessoal que a sustenta e que, como sabemos, teve mesmo um fundamento biográfico (pais que emigraram, colega amada que morreu)” (*ibid.*).

- ³ Sobre o regresso do arquiprotagonista vergiliano à aldeia, ver o excelente capítulo “Todos os regressos: o regresso” de José Rodrigues de Paiva, in *Vergílio Ferreira: Para Sempre, romance-síntese e última fronteira de um território ficcional*: 309-318.
- ⁴ Este habitante da aldeia do escritor inspirou a personagem Luís Guedes de *Signo Sinal*: “Sabia nomes misteriosos, dizia a «bitácula», por exemplo, entre grandes bigodes brancos, torrados de amarelo no sítio onde passava o vício. Conhecera os grandes mares, tinha a memória cheia de horizontes, andara com o rei no navio. Depois fundeara na aldeia, enfrascara a aventura numa colecção de garrafas com barcos dentro” (1979: 220).
- A propósito do vocábulo “bitácula” e da distinção conferida ao seu enunciador na aldeia do protagonista de *Signo Sinal*, Helder Godinho já nos alertou para a importância que a palavra adquire para distinguir, mesmo entre as classes mais pobres, os homens uns dos outros (vd. “Palavras que dizem e organizam o mundo” in jornal *Público* de 21.5.2014: 47).
- ⁵ Tradução de Jorge Seixas e Sousa (*apud* Foltz 1995: 176).
- ⁶ Cota E31/290.
- ⁷ O título deste subcapítulo pretende homenagear o Professor Helder Godinho, emérito académico e autor da primeira tese de doutoramento sobre Vergílio Ferreira, falecido o ano passado, e a comunicação que apresentou em Gouveia, em maio de 2016, aquando da celebração do centenário do nascimento do autor de *Aparição*, intitulada “Vergílio Ferreira, a palavra e a ausência”.
- ⁸ Para Hedeigger, o “habitante da cidade julga estar “misturado com o povo” assim que condescende em ter uma longa conversa com um camponês” (1934: 28) e fica, quase sempre, ““animado” “pela chamada ‘permanência no campo’” (*ibid.*).
- ⁹ Monte de Santiago em *Onde Tudo Foi Morrendo*.
- ¹⁰ “Gente de fora, gente da cidade de sapato do bom e calça branca, sem gravata por espírito de coerência, alguns eram dali mesmo, mas viviam em Lisboa o que lhes dava certa importância” (1946: 167).
- ¹¹ Curiosamente, neste aspeto distingue-se da personagem que ocupa a mesma profissão em *Onde Tudo Foi Morrendo*. Veja-se, aliás, a perspetiva de Antónia, a irmã do Nunes, por quem o professor Jerónimo nutre uma paixão não correspondida: “O professor era, indiscutivelmente, um imbeciloide. E uma figura horrenda (alto, esgrouviado, de bigodes a pingarem aos cantos do queixo ossudo), mas enfim, era professor, homem de posição, grave nas posturas, delicadíssimo de maneiras” (1944: 301).
- ¹² Processo detetado, mesmo que de forma embrionária, em *Onde Tudo Foi Morrendo*: “Pelas campas, passa um frémito de vida, e os mortos voltam à aldeia deserta. Mas os seus rostos não trazem vida alguma, e mostram, no vazio das órbitas, sombras mais cerradas do que as do céu. Toda a aldeia se enche então da outra vida já vivida” (1944: 5).
- ¹³ Vd. “Palavras que dizem e organizam o mundo” in jornal *Público* de 21.5.2014: 47.
- ¹⁴ Episódio muito citado por Helder Godinho.
- ¹⁵ Cota E31/642.
- ¹⁶ In “Literatura e Pintura: Um velho equívoco?”, *Colóquio Letras* n.º 71, Janeiro de 1983:10.
- ¹⁷ Sobre este tema axial na ficção de Vergílio Ferreira, ver o importante ensaio de Isabel Cristina Rodrigues, *A Palavra Submersa. Silêncio e Produção de Sentido em Vergílio Ferreira*.
- ¹⁸ Cota E31/290.
- ¹⁹ No conjunto dos documentos preparatórios de *Alegria Breve*, existentes no espólio do autor à guarda da BNP, existe uma revista com uma fotografia de Machu-Picchu que parece ter inspirado este trecho.

CAPÍTULO 2



Foto:
Ana Cristina Carvalho



Foto: Ricardo Nicolau

Resumo

As paisagens culturais das Beiras. Entre a Literatura e a Filosofia Ambiental

A revelação da literatura portuguesa como instância e recurso da questão ambiental é o objeto deste trabalho, na forma de um curto ensaio, mas no contexto de uma mais vasta reflexão filosófica, social e política, enquadrada pela categoria do ambiente. De um conjunto quase inesgotável de mais de um século literário, optámos por centrar o escopo de investigação nos testemunhos dos nossos autores contemporâneos, em relação com a moderna questão ambiental e partilhar a sua experiência estética da natureza, focalizando-a nas paisagens culturais das Beiras.

Fica então traçado o contorno deste ensaio: tornar visíveis as pistas que possam conduzir à revelação dos contributos dos escritores portugueses para a génese da moderna consciência ambientalista e à redescoberta das suas obras nesta perspectiva, os quais permanecem na sombra enquanto mentores dessa outra consciência ambiental. E evidenciar o valor intrínseco estético, ético, científico e económico (Turismo Ambiental) dessas paisagens.

Palavras-Chave: Ecologia da paisagem. Metafísica da paisagem. Antropocentrismo. Etnocentrismo. Património material. Património Imaterial.

Abstract

The cultural landscapes of Beiras. Between Literature and Environmental Philosophy

The revelation of Portuguese literature as mediator and resource of the environmental issue, is the article object, in the form of a short essay, but in the context of a broader philosophical, social, and political reflection, framed by the category of the environment. From an almost inexhaustible set of more than a literary century, we have chosen to focus its scope of research on the testimonies of the literary work of our contemporary authors, in relation to the modern environmental issue and to share their aesthetic experience of nature, focused on the cultural landscapes of Beiras.

The perimeter of this essay is then drawn: To make visible the clues to understanding the contributions of Portuguese writers to the genesis of modern environmental awareness. which remain in the shade as mentors of that environmental consciousness. And the intrinsic value, aesthetic, ethical, scientific, and economic (Environmental Tourism) of those landscapes.

Keywords: Landscape ecology. Landscape metaphysics. Anthropocentrism. Ethnocentrism. Tangible heritage. Intangible heritage.

AS PAISAGENS CULTURAIS DAS BEIRAS. ENTRE A LITERATURA E A FILOSOFIA AMBIENTAL

António dos Santos QUEIRÓS

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
adsqueiros@gmail.com

In memoria de Vasco Martins Costa, o último Diretor da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEM, que dedicou a sua vida à defesa e valorização do património material e imaterial das nossas paisagens urbanas e rurais.

1. Introdução

Natureza e paisagem são dois conceitos diferentes, já elaborados pelo “nosso” filósofo Bento de Espinosa (Séc. XVII). Por Natureza se prende representar a paisagem selvagem, onde a intervenção humana é reduzida ou praticamente inexistente. E por Paisagem, a natureza humanizada. Com o desenvolvimento civilizacional e os ciclos de globalização, raras são as paisagens que não têm uma forte presença do trabalho e da vivência humana. Por isso os franceses criaram o conceito de “terroir”, paisagem cultural.

A Filosofia Ambiental reintegra o homem na Natureza, mas sem nenhum estatuto de soberania ou privilégio, como predador, mas também como construtor de habitats e biótopos. Daí a necessidade de uma reflexão filosófica, no plano dos princípios éticos e dos normativos morais, das relações entre o Ser Humano e a Natureza.

A esta luz, filosófica, a conceptualização de “paisagem” tem nos nossos escritores uma dupla dimensão, que pudemos definir como “ecologia da paisagem” e “metafísica da paisagem”.

Definimos ecologia da paisagem conceptualmente, como uma visão sistémica interdisciplinar de carácter científico, que engloba os grandes quadros naturais, caracterizados e diferenciados, seja pelos diversos domínios da ciência – que vão das ciências do ambiente às ciências exatas; seja pela presença transformadora do homem no seu esforço de agricultor, pastor e arquiteto da paisagem e daí também o concurso das ciências históricas e humanidades. Visão científica, física, plurissensorial, da paisagem humanizada, mediatizada pela arte literária, ou seja, ecologia da paisagem. Paisagem que desde o advento da Humanidade deixou de ser, progressivamente, paisagem selvagem, para se tornar paisagem cultural.

E conceptualizamos metafísica da paisagem, como o domínio da “espiritualidade”, da “alma” das coisas, dos sentimentos estéticos da “beleza” e do “belo” ou do “sublime”, e das correspondentes categorias estéticas positivas (belo, sublime, maravilhoso, monumental, épico, trágico, dramático...) e das categorias estéticas negativas (feio, horrível, repugnante...), que compreendem também uma valoração moral e ética.

Neste quadro teórico, o conceito de ambiente engloba tudo o que respeita à diversidade natural e à cultura humana plasmadas nessa paisagem, que é um lugar físico, mas também espiritual, onde se sobrepõe o devir do pensamento e a multiculturalidade das nossas civilizações. Ambiente é, assim, também um conceito diferente do de natureza, sendo, em síntese dialética, natureza mais cultura.

Completemos este quadro conceptual com uma breve síntese do pensamento de Vasco Costa sobre o conceito de património: A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. (*Carta de Veneza*, 1964). Este conceito postula a conservação e valorização do monumento e da sua paisagem envolvente. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural. (*Carta de Veneza*, 1964).

Este outro conceito ultrapassa as visões não científicas e ideologicamente preconceituosas, acerca da superioridade de uns objetos culturais sobre outros, tal como sobre a existência de culturas superiores e inferiores e, numa perspetiva histórica, de períodos de esplendor e decadência das artes, assim, o período clássico seria o expoente da arte e o período medieval, por exemplo, de ocaso e por aí em diante.¹

2. Filosofia e Literatura

Frederico Nietzsche considerava a arte como sendo “... a missão superior e a atividade propriamente metafísica desta vida”². Veremos como os princípios que presidem à sua concepção da “tragédia ática” parecem irromper na obra de Aquilino Ribeiro quando nos retracta a alma profunda dos seus concidadãos perdidos nas Terras do Demo, seres humanos reduzidos à dupla condição de sátiros (os faunos Aquilinianos) e anacoretas (condenados ao martírio), que afogam nos prazeres da carne e na bebedeira alcoólica ou mística o terror da existência. Sonhando não com o Olimpo mas com uma vida sem minguia de sustento e de paz, sem carência de terra para cultivar e, no entanto, capazes também de perseguir o sonho apolíneo (*Volfrâmio, Uma Luz ao Longe*), pelo qual atravessam oceanos, escavam montanhas, carregam o diabo às costas em busca do seu individual e libertário destino, longe do fausto e da nobreza dos gregos (sem nada de comum com o novo homem, que a filosofia alemã elevou à condição de “espectador estético,” mas com um autêntico sentido de dignidade, consubstanciada na procura da material espiritualidade que a luta pela terra, a casa e o pão representam.³

Simple seres humanos carentes dos benefícios da civilização, mas que lá, onde os Lobos Uivam, não conseguirão sobreviver sem a conservação do ambiente sublime das montanhas agrestes, lugar onde a alma serrana se une ao espírito universal.⁴

A Cidade e as Serras

O primeiro protesto do século XX, face ao emergir da crise ambiental, vem do próprio Eça de Queirós e da sua obra *A Cidade e as Serras* (1901). Eça de Queiroz dá-nos o testemunho dos malefícios da civilização, representada pelas grandes metrópoles, onde o consumismo excessivo conduz ao tédio, depois ao pessimismo e ao vazio existencial. Só o regresso à Natureza, que a paisagem humanizada da Beira Douro e as serras simbolizam, pode fazer renascer a natureza humana que existe em Jacinto, como uma segunda pele liberta dos artifícios da vida urbana.

A cidade representa, tradicionalmente, a passagem da natureza à cultura. Mas a cultura da cidade começara a ser entendida como artificial, responsável por uma desnaturalização do homem.

Estamos em presença, no plano social e político, de uma consciência conservacionista, de uma visão específica do mundo rural, que corresponde à camada intelectualizada dos proprietários deslocados para a cidade.

Testemunhos partilhados pelo grupo da Renascença Portuguesa e a sua revista *A Águia*, em torno da qual se aglutinaram Teixeira de Pascoaes, o seu diretor literário entre 1912 e 1917, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, Afonso Duarte, Augusto Casimiro, Mário Beirão e Jaime Cortesão, entre outros.⁵

De Pascoaes, o seu guia, doutrinador e poeta maior, vai emergir uma outra emoção estética e uma nova leitura da paisagem, através do retorno metafísico à natureza, como paradigma reencontrado; filiar-se-á numa linha espiritualista, que sonha e deseja a comunhão dos homens com a terra-lar; símbolo original de Pascoaes que é reminiscência dos afetos e da função protetora do lar, associada ao eterno retorno ao seio da terra, de onde se nasce e sob a qual se deposita a morte. E a comunhão surge da “romaria espiritual ao Tâmega”, às montanhas e rochedos que são o lugar sagrado da união cósmica do ser individual com o universo.

Mas é sobre as Beiras que este texto deve falar e por isso voltemos à Beira Douro. Na descrição dos céus noturnos do Douro na Quinta de Tormes, feita por Jacinto ou nos versos daquele poeta sobre o Marão, emerge um turbilhão de sensações onde “brilha” a reminiscência platónica da harmonia e da beleza que o filósofo atribui à imanência das coisas: “E é impossível não sentir uma solidariedade perfeita entre esses imensos mundos e os nossos pobres corpos.”⁶ Assim, neste texto se retoma a “metafísica a paisagem” e se partirá, para a “ecologia da paisagem” num processo analítico encadeado ao longo de todo o percurso temático deste ensaio.

Esta abordagem permitir-nos-á reconhecer, ao longo das diversas obras e autores, as grandes questões colocadas pelo emergir da crise ambiental no texto literário e procurar, paralelamente, as raízes que determinam a configuração da cultura contemporânea e prenunciam as suas linhas evolutivas. Apreciaremos ainda a sua influência na questão social e como o ambiente determina decisivamente o devir da nossa sociedade globalizada, desde a ciência à política e à ética.

Virgílio Ferreira, com a alma na Estrela

A obra de Virgílio Ferreira estrutura-se em torno de uma única e reiterada questão: o sentido da existência pessoal num universo sem sentido.

Quando o autor aborda a natureza é como alegoria, da vida ausente na paisagem coberta de neve que cobre a aldeia da Beira Baixa, definitivamente deserta, consubstanciando a única alegria breve (título da sua obra maior) que é permitida ao homem, mas com a particularidade de, para além da persistente metáfora da angústia existencial, emergirem da própria estética

do texto as imagens realistas... da neve na serra natal, dos estorninhos voando a uma figueira, da morte piedosa de um cão...

Enfim, angústia existencial perante a morte de todos os deuses, mesmo daquela ideia do divino imanente ao devir da natureza e da natureza humana para o Bem, que em Antero de Quental substituiu os cultos religiosos e que significa o fim do esplendor que "...irradiava da criação vivida como obra de Deus."⁷

Torga, Pascoaes e o sublime das serranias

A Beira e a sua Serra da Estrela, espelho da relação telúrica entre as pedras e os seres...

Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Beira? Faz-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia elétrica na Beira? Gera-se na Estrela. Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. Ela comanda, bafeja, castiga e redime. Gelada e carrancuda, cresta o que nasce sem a sua bênção; quente e desanuviada, a vida à sua volta abrolha e floresce. O Marão separa dois mundos – o minhoto e o transmontano. O Caldeirão, no polo oposto de Portugal, imita-o como pode. Mas a Estrela não divide: concentra. O muro cresceu, alargou, e transformou-se na extensão que teria de partilhar. O pouco que ficou desse abraço, são flancos, abas, encostas e escorrências de aluvião.⁸

Numa viagem lunar entre o Vouga e o Douro, agora com Teixeira de Pascoaes, encontramos-nos em presença do seu arquétipo da união espiritual com a montanha-mãe, mediuna do próprio universo: "Em derredor da montanha tudo é sonho, silêncio e crepúsculo, espraiando-se numa onda circular, até às estrelas remotas do horizonte. Todo o vasto mundo é feito de matéria imponderável; mágoas nublosas formas espirituais, cingindo a densa cristalização da serra."⁹

Aquilino Ribeiro, notável e premonitório escritor ambientalista

É igualmente extraordinário e surpreendente encontrar na obra de Aquilino Ribeiro a constante presença dessa *Via Sinuosa* ambiental, desde os contos de *Jardim das Tormentas* (1913) até ao *Livro da Marianinha* (1967), com destaque para alguns escritos de onde emerge uma premonitória e nítida temática ambientalista.¹⁰ Tais são as obras de reflexão sobre a ética antrópica e a ética animal, do ciclo animalista que inclui *O Romance da Raposa* (1923), *Arca de Noé, III Classe* (1935) e *O Livro de Marianinha*.

Os romances nos quais se analisa o impacto no mundo rural da expansão do capitalismo internacional, onde se pugna pela conservação da natureza e a favor do desenvolvimento sustentável, em *Volfrâmio* (1944) e *Quando os Lobos Uivam* (1958).

E aqueles outros em que se revela uma aguda concepção da ecologia global, da infinidade das relações entre os seres vivos e a terra, que percorre a totalidade da sua obra, e atravessa claramente os livros *Terras do Demo* (1919) e *A Casa Grande de Romarigães* (1957). Este romance conta a história de três séculos de paisagem humanizada do Noroeste, retomando a tese aquilina de 1923 “...A natureza não tem simpatias especiais por nenhum dos seus seres”, inscrita no seu comentário ao *Romance da Raposa* e desenvolvida no posfácio do segundo destes livros, quando a precariedade da vida e da obra do homem se confronta com a neutralidade da natureza “...em matéria do bem e do mal, sem privilégio de carinhos para ninguém,” traduzindo neste postulado o princípio filosófico que sustenta toda a crítica coeva ao antropocentrismo egocêntrico.

Ou seja, Aquilino afirma que o ser humano não possui nenhum estatuto de superioridade que lhe permita reinar sobre a restante natureza e dela dispor sem limites, ideia em que a Filosofia Ambiental fundamenta a crítica ao antropocentrismo. A “razão ambientalista” moderna formula um novo imperativo categórico para a ação do homem, mais além da máxima kantiana de conformação dos atos individuais com o princípio de uma lei universal, um novo quadro ético, o qual resulta da necessidade de configurar a conduta humana nos limites que salvaguardem a continuidade da vida e a sua diversidade. Esta mesma ideia serviu de base à formulação de “imperativo da responsabilidade”, que é um contributo das Éticas Ambientais e ao desenvolvimento do conceito de Razão Ambiental. (Ver na Bibliografia as obras citadas de Hans Jonas e António dos Santos Queirós).

Regressemos à reflexão filosófica e poética de Aquilino: a vida, não sendo mais que um momento de equilíbrio que fulge “... nos laboratórios de integração e desintegração da Natureza, é, com a sua beleza e o seu drama, uma razão suficiente, por assim dizer, para o Mundo existir.”¹¹ A génese da floresta surge-nos, no início de *A Grande Casa de Romarigães*, como esplendor desse nascimento e fundamento ecológico do sortilégio (da diversidade) da vida:

Do pinhão, que um pé de vento arrancou ao dormitório da pinha-mãe, e da bolota, que a ave deixou cair no solo, repetido o ato mil vezes, gerou-se a floresta. Acudiram os pássaros, os insetos, os roedores de toda a ordem a

povoá-la. No seu solo abrigado e gordo nasceram as ervas, cuja semente boia nos céus ou espera à tez dos pousios a vez de germinar. De permeio desabrocharam cardos, que são a flor da amargura, e a abrótea, a diabelha, o esfondílio, flores humildes, por isso mesmo trofeus de vitória. Vieram os lobos, os javalis, os zagais com os gados, a infinita criação rusticana...¹²

Enfim, o quadro da evolução da vida, ou o retrato poético da floresta mediterrânica, vista como um ecossistema suporte da diversidade biológica.¹³

A tomada de consciência, na escrita literária, da perda da biodiversidade, em consequência da urbanização cega, que não poupava os melhores solos, aprofundou-se perante o desenvolvimento da industrialização primária dos campos, para a extração de minérios com valor estratégico e militar. A II Guerra Mundial deu origem à proliferação intensiva da mineração do volfrâmio, com empresas inglesas e alemãs revolvendo as terras de Norte a Sul na procura desse mineral estratégico, provocando impactos brutais no interior do país, mas que o final da confrontação se concentrou nos coutos mineiros de Aljustrel e S. Domingos, Panasqueira, Borralha e Nordeste Transmontano. Deste processo retiraram os livros *Minas de S. Francisco*, de Namora, e *Volfrâmio*, de Aquilino, a sua matéria poética. Obras contemporâneas do romance singular de Soeiro Pereira Gomes, *Engrenagem*, que as precedeu na narrativa dramática do processo de industrialização do velho Portugal, limitado e contraditório, e que Ferreira de Castro prosseguiu no romance *A Lã e a Neve*, paradigma das transformações modernas do mundo rural, simbolizado na expansão e influência dos lanifícios da corda da Serra da Estrela sobre o modo de vida e os costumes das aldeias serranas, dos seus rebanhos, agricultores e pastores ancestrais.

Como veremos, é a saga destes heróis proletários ou dos seus novos senhores que está no centro das transformações profundas da paisagem humanizada portuguesa, estigmatizada pelo conflituoso avanço da industrialização e das relações de produção capitalistas no mundo rural, e que dariam origem ao romance proibido de Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*.

Industrialização e conservação da natureza, o emergir do conflito.

Contra essa engrenagem política, económica e social, escreveu Soeiro Pereira Gomes.

Mas o que queremos destacar no livro *Engrenagem* (1944) é o surgimento direto, na nossa literatura, do conflito entre o desenvolvimento industrial e a conservação da natureza e do ambiente, personificado na recusa do

camponês Zé Lérias em vender a sua terra aos donos da fábrica e no intercalar na narrativa de painéis dramáticos denunciando os efeitos nefastos da poluição, a destruição caótica da paisagem natural, marcada pelas cicatrizes das grandes obras de engenharia. É uma narrativa pontilhada pelos desabafos dos rendeiros-operários que lamentam o abandono das suas courelas e, finalmente, no trágico desenlace do romance, com a crise da indústria e o seu encerramento, deixando apenas um ambiente de desolação e ruína.

O impacto das campanhas do volfrâmio, não apenas na transformação da paisagem, mas ainda e sobretudo no plano ético, emerge das obras *Volfrâmio* (Aquilino Ribeiro) e as *Minas de S. Francisco* (Fernando Namora), esta em terras do latifúndio.

Podemos reler hoje esses romances e a trilogia do *Ciclo Port Wine* (Alves Redol), como paradigmas reveladores do modelo atual das relações económicas desiguais entre os países do Norte desenvolvidos e os países do Sul dependentes e subdesenvolvidos e do carácter volátil do investimento que visa apenas o lucro.¹⁴

Mr. Hinckser, o poderoso alemão (como podia ser Mister Corbert, o representante do império britânico, enfatizava a missão “ecuménica” do capital nazi, que fundia e destilava nos altos-fornos das indústrias de guerra, o níquel da Finlândia, o ferro norueguês, francês e espanhol, o volfrâmio de Portugal, o petróleo romeno, a bauxite de Itália, Hungria e Croácia, e o carvão do Ruhr.¹⁵ O “volfro”, na expressão de Aquilino,...

... significava para as populações do Norte, deserdadas de Deus, o que o maná foi para os Israelitas no deserto faraónico. Imagina-se o que seriam os impulsos da horda esfaimada diante do alimento providencial, no afogo do jejum...”¹⁶ As aldeias ancestrais mudavam de fisionomia.

Em suma:

Formava-se uma moral nova com a nova indústria. Dolo, roubo, mentira, falsidade, desde que constituíssem processos de promover o negócio do volfrâmio, tornavam-se ordinários, por conseguinte, de prática corrente, discutível ainda, mas admitida. Resultava de tal consenso que procuravam todos empulhar-se uns aos outros o mais conspicuamente possível, e que falsificar o minério, fritando-o, desencantando-lhe substitutos falaciosos, era um recurso industrial como outro qualquer...¹⁷

Do *Ciclo Port Wine*, e de um outro olhar sobre a Beira Douro, seleccionámos uma passagem do primeiro volume, *Horizonte Cerrado*, reveladora da

trama de sujeição que atinge os pequenos produtores durienses, um diálogo entre o agente intermediário dos exportadores e um dos seus homens de mão:

O Dr. Freitas deu uma gargalhada.

– Pois de quem queria que fosse?... Nosso?!... Você tem coisas!... O lavrador é o burro e o comércio português a albarda; mas quem vai às cava-leiras é o beef. Pois então!... E sem risco de cair, porque o burro é manso e a albarda vai bem presa.”¹⁸

O povoamento histórico da terra “... áspera, nua, seca...” surge poeticamente transfigurado no esforço e sofrimento dos homens na construção da paisagem, que a poesia de José Gomes Ferreira evoca.¹⁹

Assim chegamos ao romance de Ferreira de Castro, *A Lã e Neve*, construído como um fresco clássico, esculpido num frontão aberto sobre as naves da Estrela, de onde emergem os rebanhos e a casa dos homens. É exatamente no Pórtico que fica registado o percurso histórico da manufatura dos lanifícios e se destaca o papel da evolução tecnológica na transformação da natureza e das relações sociais.

A lenta transformação da paisagem rural, pelo esforço camponês de arroteamento da terra inculta e o esbulho desse património secular, em proveito dos novos proprietários capitalistas, das monoculturas industriais e do mercado das rendas fundiárias, que marca a viragem económica e social dos anos 50, de fomento do capitalismo nos campos, encontrou a sua primeira expressão na narrativa dramática do romance *A Noite e a Madrugada*, de Fernando Namora, sob o pano de fundo da saga dos camponeses e pequenos contrabandistas da raia fronteiriça.

Todos os símbolos elementares da sua relação patriarcal com a terra estão aqui representados: A laranjeira plantada no quintal, que um comerciante de palavra enviara pelo caminho-de-ferro. A seara familiar e o forno comunitário. A lenha roubada do pinhal do novo senhor e transportada furtivamente pela mulher, dona da casa e responsável pela alimária e pela criação doméstica.

Relação patriarcal, mas também anúncio do fim brutal de um período histórico, pressentido na violência crescente que percorre o diálogo entre o camponês e o feitor, cortado abruptamente com a morte a tiro do cão de guarda, alegoria da morte próxima de um mundo antigo que Ti Parra protagoniza. E fecha-se no cruel assassinato do velho, enquanto liderava a reclamação dos direitos das suas gentes, aparvalhadas e indefesas, chicoteado até à morte quando pretendia suster o ataque dos mastins açulados pelo feitor.

Mas este protesto dos escritores, solidários com a terra e a vida dos camponeses, retratados como conservadores e agricultores da paisagem, atingiria um eco nacional, num outro romance. A obra de Aquilino Ribeiro *Quando os Lobos Uivam*, partindo do conflito, gerado nos anos 50, entre a economia dos povos serranos e a florestação dos baldios para abastecer as novas indústrias das madeiras e da celulose, procedeu a um amplo confronto de posições, questionando os interesses em presença e colocando, no centro do debate, o impacto no ambiente rural do modo de produção do capitalismo contemporâneo.

A condição humana: filhos da terra (e do mar) e da sua agricultura

Neste contexto sociopolítico emergiu, em paralelo com os biólogos, geógrafos, físicos e agrários empenhados na proteção da natureza, uma nova classe de cientistas e técnicos capazes de entender toda a complexidade e importância do mundo rural e da sua paisagem humanizada, sob a designação comum de paisagistas. Recordemos o pensamento de F. Caldeira Cabral, um dos seus mais ilustres representantes:

É tempo de afirmar que se a cidade é indispensável à organização da sociedade e ao progresso da humanidade, se a indústria muito tem contribuído para facilitar a vida e lhe dar conforto, é da paisagem rural que depende a sobrevivência da humanidade, porque é ela, com o mar, a única fonte de alimentos, a única fonte de água potável, e o último suporte de atividade biológica autónoma e equilibrada, indispensável à continuação da vida na Terra. Por isso a atividade da Sociedade Rural é a única que continua a ser obrigatória, sendo todas as outras facultativas, quer a sociedade urbana-industrial se aperceba ou não desse facto.²⁰

A revalorização do mundo rural surge assim depurada de qualquer sentimento atávico e enquadrada pela preocupação de introduzir no campo, de forma harmoniosa, toda a mais-valia científica da época. Encontramos na literatura uma forma particular dessa cosmovisão, a do reencontro com a terra e o homem do campo, como em Irene Lisboa e Miguel Torga. Tome-mos os versos de Irene Lisboa.

Quem não sai da sua casa,
Não atravessa povos, montes, vales,
Não vê as cenas bíblicas das eiras,
...Cria mil olhos para nada...²¹

São os mil-olhos do Poeta e é nesta linha que evoluiu a ficção neorrealista, mas o seu fio condutor, a Terra e o Homem, não é exclusivo dessa corrente literária, antes constitui um dos arquétipos que percorre as obras mais representativas da nossa literatura contemporânea. Vejamos como se manifesta essa constante, através da diversidade dos autores e textos.

A propósito do *Diário* escrito por Torga, a professora Maria Lúcia Lepecki assinala o “encontro eucarístico, também ele nutricional e energético... do escritor... com a Terra Mater”.²² E enfatiza: “Vendo e dizendo a Terra Mater, Torga escreve a sua peculiaridade de português, continente e conteúdo da sua peculiaridade de pessoa. Faz a ponte da comunhão com o sofrimento do seu povo, com o que ele foi, é e poderá vir a ser”.

Com Aquilino “É o mesmo povo, que vive em terras onde... nunca Cristo ali rompeu as sandálias, passou el-rei a caçar, ou os apóstolos da Igualdade em propaganda. Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se têm mantido, sem perdas nem lucros, à margem da civilização...”²³. Celebradas na sua biodiversidade, são as Terras do Demo, em que “Quando se ergue uma lancha em terra húmida de lameira, acontece ferverilhar aos nossos olhos toda uma fauna prodigiosa multicolor.”²⁴

Personagens e ambientes que se erguem nas páginas de Ferreira de Castro como “pão levedado” entre o contraste da paisagem e as almas que as povoam. “Apanhei o contraste da paisagem e procurei surpreender a atmosfera das almas...”²⁵

O Romance da Raposa

A propósito desta obra, escrita em 1924 como literatura infantil, Aquilino Ribeiro produziu o seguinte comentário:

Os meus assuntos vou buscá-los à história natural racionalizando-os. Nós inventamos, para explicar a mecânica da nossa inteligência, esta palavra mágica: razão. Ao complexo de fenómenos, de que o nosso cérebro é Teatro, preside esta espécie de deusa, ou melhor, fada. Que mais não seja é um expoente. Para os animais, o instinto é a origem e faculdade acima dos seus atos. Mas eu, por experiência, tenho verificado que há atos da vida animal, o homem à parte, que superam o âmbito de tal potência. Ora são esses atos que eu transponho, humanizo, no que imagino tais bichos movidos pelos mesmos móveis vitais que nos animam a nós.²⁶

Sublinho a afirmação de Aquilino, baseada na sua experiência, de que há atos da vida animal que superam o instinto e a aproximam da vida humana.

E atente-se na reflexão posterior, acerca da raposa Salta-Pocinhas. “É evidente que a minha personagem tem este encanto: existir, ser conhecida, e eu pôr à vista a sua relojoaria íntima, engenhosa e arteira, e cada criança admirar nela as habilidades da nossa espécie para subsistir e impor-se na natureza, que não tem simpatias especiais para nenhum dos seus seres.”²⁷

Retenhamos aqui o pensamento final: “A natureza não tem simpatias especiais para nenhum dos seus seres.”. Eis uma conclusão notável, do ponto de vista científico, sobre as relações entre a natureza e o homem, de consequências revolucionárias para fundar uma nova visão ética, onde a capacidade de sentir (alegria e tristeza, dor e felicidade, prazer ...) enfim, toda a dualidade do ofício de viver, se transforma num critério com relevância moral.

A aproximação à filosofia lorenziana, que lhe foi posterior, é também aqui sugerida: o homem encarado na sua ligação umbilical com o comportamento dos animais superiores, mas sem as capacidades naturais que esses seres adquiriram na sua relação com o ambiente.²⁸

Os Bichos

A ética animal, num enquadramento humanista e a valorização da experiência do sentir, como critério moral e moralizador das relações do homem com a sociedade e a natureza, atravessam a obra de Aquilino Ribeiro e também a de Miguel Torga. Este outro autor prossegue na linha aquiliniana de humanizar a vida dos Bichos, abordando todas as emoções e sentimentos que marcam a condição humana nos retratos que traçam de diversos animais. Vamos reproduzi-los em rápido esboço, escolhendo quatro deles.²⁹

Bambo. O sapo que conhecia a ciência da germinação da vida e a ensinava aos homens... Morto pela ignorância e a estupidez humanas.³⁰

Cega-Rega. Humilde criatura, nascida num monturo, embrião, larva e crisálida que se eleva até à crista do castanheiro. Ícone da renovação eterna da vida, metamorfose da nossa própria existência efêmera, transmitindo a mensagem dos poetas que celebram a dignidade humana perante o grande e supremo mistério...³¹

Miura. O touro nobre e livre encurralado na arena e que prefere a morte à humilhação, num combate desigual com a violência irracional do ser humano.³²

Vicente. Hiper símbolo da autonomia das criaturas face ao arbítrio dos deuses, o corvo Vicente encarna todos os arquétipos do esforço de libertação dos homens dos seus limites naturais. Encurralado na Arca de Noé, metáfora da Terra fustigada pela cólera de Deus contra a Babel dos Homens.³³ Ele desafia o próprio criador, reclamando o direito a decidir o seu destino.³⁴

A paisagem urbana. As cidades.

As cidades têm Alma e é a escrita de Miguel Torga que nos revela as cambiantes das três grandes urbes do Portugal contemporâneo. Situemo-nos em Coimbra: onde o seu ambiente mediterrâneo, sob o impulso de novos produtos agrícolas trazidos pela expansão, como o milho, criou condições favoráveis à produção de excedentes agrícolas, utilizados para erguer os monumentos renascentistas e pagar o soldo dos artistas estrangeiros. Mas, escreve Torga, à escala da pobreza e da mediania cultural que marcaram os primeiros séculos da nossa nacionalidade e, em regra, a conduta das nossas classes dominantes e círculos do poder: com a expulsão dos judeus, a perseguição dos árabes, cristãos-novos e estrangeirados e o mau governo das especiarias, do ouro e dos diamantes, deixando-nos quase sempre afastados ou em atraso face às grandes revoluções científicas, culturais, económicas e sociais da Europa.

Nenhuma outra cidade como Coimbra testemunha tão completamente, na sua pobreza arquitetónica, na sua graça feita de remendos e pitoresco, nos seus recantos sujos e secretos, os limites da nossa capacidade criadora, a solidão da nossa alma, e o jeito camponês com que nascemos para tirar efeitos cénicos do próprio gesto de erguer uma videira...³⁵

Ao mesmo tempo, Afonso Lopes Vieira questionava os responsáveis municipais sobre a evolução contemporânea do urbanismo, produzindo reflexões de uma prodigiosa lucidez e dramaticamente atuais. Dirigindo-se aos autarcas de Coimbra, em particular, recomendava-lhes “que tivessem cuidado em que a alma da cidade, que guarda a sua expressão no conjunto panorâmico e arqueológico, se não embaciasse pouco a pouco, até ficar muito menos expressiva...”. Para concluir com uma surpreendente e radical advertência, a de que seria preferível que “as indústrias de Coimbra se extinguissem, a que secassem os choupos das margens do Mondego.” Mais adiante e em defesa do modesto mas precioso Arco de Almedina, relíquia das portas medievais da muralha, denunciava a confraria dos especuladores urbanos” ... Mestres destruidores de Coimbra... delirantemente inspirados no imitar do ideal da civilização hodierna.

A apóstrofe do poeta surgiu nove anos antes das conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre a Restauração dos Monumentos, vulgarmente conhecida como *Carta de Atenas*, publicada em 1931. A leitura de alguns dos seus princípios e sobretudo do capítulo dedicado à Valorização dos Monumentos permite-nos evidenciar a lucidez das preposições do

poeta Ruben A. E do seu protesto contra a destruição da Alta de Coimbra, pelo camartelo municipal do “estado novo”.

De uma cajadada matavam a casa do Eugénio de Castro, a velha Associação Académica na Bastilha, o Pirata, as ruas pitorescas como mais não havia na Europa. Os aselhas e os pataratas de Lisboa, aliados aos colaboracionistas traidores, avançavam metodicamente na destruição da coisa mais bela do nosso património – o musgo quente de nomes que por ali viveram e sentiram.³⁶

Um novo paradigma de turismo emerge e torna-se hegemónico à escala do mundo: O Turismo Ambiental, que integra o Turismo Cultural, o Turismo de Natureza e o Turismo em Espaço Rural. O património cultural e natural que esta literatura revela constitui o recurso crítico que permite configurar os produtos e a oferta do Turismo Ambiental.

Em tese, os museus, monumentos e afins são as estruturas orgânicas do Turismo Cultural. Os parques e reservas, os monumentos naturais, constituem as estruturas orgânicas do Turismo de Natureza, em conjunto com as paisagens culturais. O Turismo em Espaço Rural, organizado a partido de casas vernáculas, aldeamentos, quintas... partilha com o turismo de natureza os recursos existentes nessas paisagens culturais.

Sem a sua conservação e valorização, as sete cadeias de valor da economia do turismo já não conseguem obter mais-valias sustentáveis, correspondendo à mudança de “gosto” da classe média, o gosto como categoria económica, mas que integra os novos valores estéticos e morais da Filosofia Ambiental e das suas Éticas.

3. Conclusões

A questão ambiental, enquanto crise multilateral, económica, política, social e ética, desempenha agora um papel vital na transformação da cultura e da identidade nacionais, assumindo uma dimensão filosófica, social e política de crítica ao atual status social, ao seu modo de produção e troca de mercadorias, à sua amorabilidade empreendedora, enunciando princípios e linhas de força de um novo projeto de democracia participada e de desenvolvimento sustentável, servidos por uma nova ética ambiental que nasce da crítica ao antropocentrismo e ao etnocentrismo, mas também ao fundamentalismo anti-humanista.

Acompanhando as tendências mais avançadas da economia do turismo e para além delas, o testemunho literário dos nossos escritores convoca a consciência cívica nacional e a razão ambiental para o imperativo ético de defesa e valorização das paisagens culturais, hoje danificadas pela desordem urbana, e, no campo, condenadas ao abandono e à devastação provocada pelos incêndios, colocando-nos face a uma opção histórica: o renascimento do mundo rural ou a derrocada da nossa própria civilização.

Referências biobibliográficas

- CASTRO, Ferreira de (1985). Obras Completas de Ferreira de Castro – *A Lã e a Neve*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASTRO, Ferreira de (1985). Obras Completas de Ferreira de Castro – *Emigrantes*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASTRO, Ferreira de (1984). Obras Completas de Ferreira de Castro – *Terra Fria*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CATROGA, Fernando Catroga e CARVALHO (1996), Paulo Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesa II*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COSTA, Vasco (2020). From an Inventory to a Heritage Information. In Examining a New Paradigm of Heritage With Philosophy, Economy, and Education, edited by ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS. Hershey: IGI Global, USA.
- DIONÍSIO, Sant’Anna (1995). *Guia de Portugal*, Vol. V-II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, José Gomes (1991). *Poeta Militante*, vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GOMES, Soeiro Pereira (1992). Obra Completa. *Esteiros*. Lisboa: Editorial Caminho.
- JONAS, Hans (1984) *The Imperative of Responsibility. In Search of an Ethics for the technological Age*. Chicago. Chicago & London, The University of Chicago Press.
- LEPECKI, Maria Lúcia (1988). *Sobreimpressões – Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LISBOA, Irene (1991). Obras de Irene Lisboa vol. I, *Poesia I*. Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, Óscar (1986). *Os Sinais e os Sentidos – Literatura Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LOPES, Óscar (1987). *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*. Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LORENZ, Konrad (1992). *A Agressão. Uma História Natural do Mal*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- LOURENÇO, Eduardo (1992). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- LOURENÇO, Eduardo (1994). *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOREIRA DE SÁ, Maria das Graças (1992). *Estética da Saudade em Teixeira de Pascoaes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- NAMORA, Fernando (1981). *Minas de San Francisco*. 9.^a ed. Amadora: Livraria Bertrand (Imprensa Portugal – Brasil).
- NAMORA, Fernando (1994). *A Noite e a Madrugada*. Mem Martins: Publicações Europa – América.
- NIETZSCHE, F. (1999). *O Nascimento da Tragédia e Acerca da Verdade e da Mentira*. Lisboa. Relógio d'Água Editores.
- OLIVEIRA, Carlos de (1978). *Finisterra – Paisagem e Povoamento*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- QUEIROZ, Eça de (1988). Obras completas de Eça de Queiroz, vol. VIII, *A Cidade e as Serras*. Mem Martins: Resomnia Editores.
- QUEIROZ, Eça de (1988). Obras completas de Eça de Queiroz, vol. IX, *Contos*. Mem Martins: Resomnia Editores.
- QUEIRÓS, António dos Santos (2014). Ética Ambiental e Moral no século XXI. Confluências Bioéticas. Pp. 223-252. CFCUL, BioFig, Centro de Biologia, Universidade de Lisboa.
- REDOL, Alves (1980). *Vindima de Sangue – Ciclo Port Wine-III*. 4.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa América.
- RIBEIRO, Aquilino (1974). *Quando os Lobos Uivam*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1975). *Romance da Raposa*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1983). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *A Casa Grande de Romarigães*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Aquilino (1983). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *A Via Sinuosa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Aquilino (1984). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *Andam Faunos Pelos Bosques*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Aquilino (1983). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Aquilino (1984). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *Uma Luz ao Longe*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Aquilino (1984). Romances Completos de Aquilino Ribeiro, *Volfrâmio*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RUBEN A. (1995). *A Torre de Barbela*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- TORGA, Miguel (1980). *Bichos*. 10.^a ed. Coimbra: Edição de Autor.
- TORGA, Miguel (1993). *Portugal*. Coimbra: Edição do Autor.
- TORRES, Alexandre Pinheiro (1999). *A Nau de Quixibá*. Lisboa: Editorial Caminho.
- VIEIRA, Afonso Lopes (1985). *Éclogas de Agora*. Odivelas: Heuris.

Notas

- ¹ Consultar o seu último trabalho: Costa, Vasco (2020). From an Inventory to a Heritage Information. On Examining a New Paradigm of Heritage With Philosophy, Economy, and Education, edited by António dos Santos Queirós. IGIGlobal, Hershey, USA.2020
- ² Frederico Nietzsche, Prefácio a Richard Wagner, da obra *O Nascimento da Tragédia*, escrito em 1871, p. 22
- ³ Referência a Schiller.
- ⁴ Ver as obras de Aquilino Ribeiro: *Andam Faunos Pelos Bosques*, *São Bonaboião*, *Anacoreta e Mártir*, *Terras do Demo*, *Volfrâmio* e *Uma Luz ao Longe* e a nossa análise do romance *Quando os Lobos Uivam*, mais adiante.
- ⁵ A partir de 1912.
- ⁶ *Contos* de Eça de Queirós, *Civilização*, p. 269. Este conto é, na estratégia literária de Eça, o ensaio preparatório de *A Cidade e as Serras*.
- ⁷ Antero, citado por Fernando Catroga e Paulo A. M. Archer de Carvalho, no Manual da Universidade Aberta, *Sociedade e Cultura Portuguesa II*, 1994, pp. 294-295, afirma que Michelet lhe ensinou "... a ver e a amar na Natureza uma existência espontânea, uma vida universal, e não uma sucessão de formas inertes, e a Humanidade, uma razão e uma consciência coletivas, uma alma e não um mecanismo ou uma abstração."
- ⁸ *Ibidem*, p. 72.
- ⁹ *Guia de Portugal*, Tomo de Entre Douro e Minho, I- Douro Litoral, p. 507.
- ¹⁰ Como afirma Urbano Tavares Rodrigues: "Não há talvez em toda a literatura portuguesa quem, como Aquilino Ribeiro, sinta e exprima o campo em todas as suas dimensões, sem cisco bucólico no olhar que lhe tolde a visão das violências, dos medos, das ferocidades, da terrível luta pela sobrevivência, mas sempre maravilhado ante a beleza ardente de um arrebol ou da erva geada e do caramelo a brilhar nos rios e nas lamas em manhã límpida e azul. Familiar dos animais e das plantas, das amplas carvalhas, das flores subtis, dos próprios alcantis quedos e rudes. Deslumbrado não só perante os quadros que a natureza a todo o passo compõe, para os que sabem vê-los, mas sobretudo perante o milagre da vida a suceder-se, a nascer, a vibrar em alta tensão ou em suave murmúrio, a brotar do próprio morte." Aquilino Ribeiro, *Romances Completos, A Via Sinuosa*, p. XVIII do Prefácio.
- ¹¹ Aquilino Ribeiro, *A Casa Grande de Romarigães*, pp. 285, 1957.
- ¹² *Ibidem*
- ¹³ Carlos de Oliveira, na crónica intitulada *Na Floresta*, escrita e reescrita entre 1966 e 1970, publicada em *O Aprendiz de Feiticeiro*, traça um largo quadro da utilização da floresta como metáfora e símbolo, na literatura portuguesa.
- ¹⁴ Esta dependência aflora também noutras narrativas romanescas, em torno do ciclo de recessão que acompanha sempre as monoculturas, do cacau, na *Nau de Quixibá*, de Alexandre Pinheiro Torres, da borracha, em *A Selva*, de Ferreira de Castro.
- ¹⁵ Aquilino Ribeiro, *Volfrâmio*, pp. 125, 1943.
- ¹⁶ *Ibidem*, Prefácio.
- ¹⁷ *Ibidem*.

- ¹⁸ Alves Redol, do Ciclo Port Wine, o romance *Horizonte Cerrado*, pps. 274 e 275, três volumes publicados entre 1949-53. A este título seguiram-se *Os Homens e as Sombras* e *Vindima de Sangue*.
- ¹⁹ José Gomes Ferreira, *Heroicas*, Poema XXV, p. 148, 1936/3.
- ²⁰ Intervenção do Prof. Francisco Caldeira Cabral no Congresso da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas, organizado em Tóquio no ano de 1964.
- ²¹ Irene Lisboa, *Pequenos Poemas Mentais*, in *Revista Portugal*, n.º 3, 1938.
- ²² Maria Lúcia Lepecki, *Sobreimpressões*, p. 144.
- ²³ Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, p. 1 do Prefácio, 1918
- ²⁴ *Ibidem*, pp. 3 e 4 do Prefácio.
- ²⁵ Ferreira de Castro, *Terra Fria*, p. 3 do Pórtico, 1934.
- ²⁶ Aquilino Ribeiro, *O Romance da Raposa*, 1924, p. 169.
- ²⁷ *Ibid.*, p. 171
- ²⁸ Konrad Lorenz – *A Agressão. Uma História Natural do Mal*. Lisboa: Editor: Relógio D'Água Editores, 1992
- ²⁹ Miguel Torga, *Bichos*, p. 12, 1940.
- ³⁰ *Ibid.*, pp. 65, 66 e 67.
- ³¹ *Ibid.*, p. 67.
- ³² *Ibid.*, pp. 109, 11, 116 e 117.
- ³³ *Ibid.*, pp. 128 e 131.
- ³⁴ *Ibid.*, pp. 133 e 134.
- ³⁵ Miguel Torga, *Portugal*, p. 87.
- ³⁶ E ampliado depois pela *Carta de Veneza* (1966) e a Carta Europeia do Património Arquitetónico, adotada em Outubro de 1975 em Amsterdão, sob a iniciativa do Conselho da Europa. Fernando Namora identificava-se com os seus princípios e como por eles se bateu com a sua escrita.

CAPÍTULO 3



Foto: Ana Cristina Carvalho

Resumo

Os lugares e as gentes na ficção narrativa dinisiana – *Serões da Província e Os Fidalgos da Casa Mourisca*

Após algum tempo votada ao esquecimento, a narrativa de Júlio Dinis voltou a constituir objeto de reflexão entre os investigadores, nas últimas duas décadas. Este artigo pretende contribuir para a investigação desenvolvida em torno deste autor e da sua obra narrativa, no sentido de discutir a importância que as experiências de Joaquim Coelho vividas nas Beiras, quando ali se recolheu por motivos de saúde, possam ter tido na recreação ficcional dos locais e das gentes, nos contos, novelas e romances do escritor portuense.

A narrativa ficcional configura paisagens físicas e humanas ficcionadas, determinadas pela capacidade de observação e análise minuciosas. Os hábitos, costumes, tradições e linguajar próprios dos locais e das gentes beirãs revelaram-se uma fonte de inspiração inquestionável que o autor sintetizou na perfeição num momento de transição do Portugal Velho para o moderno e do Romantismo para o Realismo.

Palavras-chave: Paisagem física e humana. Beira Litoral. Conto. Novela. Romance português.

Abstract

Places and people in Júlio Dinis fictional narratives – *Serões da Província and Os Fidalgos da Casa Mourisca*

After some time doomed to oblivion, in the last two decades the narrative of Júlio Dinis has once again become an object of reflection among researchers. This article intends to contribute to the research developed around this author and his narrative work, and to discuss the importance of the experiences lived in Beiras by Joaquim Coelho, while remaining there for health reasons, may have had in the fictional recreation of places and people, stories, and novels of the Porto writer. His fictional narrative sets up fictional physical and human landscapes, determined by the detailed observation and analysis capacity. The typical routines, customs, traditions, and language of the Beira locals proved to be an unquestionable source of inspiration that the author perfectly summed up in a transition time from the Old to the modern Portugal and from Romanticism to Realism.

Keywords: Physical and human Landscape. Beira. Shortstory. Portuguese novel.

OS LUGARES E AS GENTES NA FICÇÃO NARRATIVA DINISIANA – *SERÕES DA PROVÍNCIA E OS FIDALGOS DA CASA MOURISCA*

Fernanda Monteiro VICENTE

Instituto Politécnico de Bragança
Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros
fernanda.vicente@ipb.pt

1. Introdução

A parca produção literária de Júlio Dinis mereceu, durante algum tempo, a categorização de obra canónica, a que os estudantes do Ensino Secundário dedicavam parte do seu tempo. Com a alteração dos programas do Português e da Literatura Portuguesa, foi sendo inundada pelas *águas do Letes*. Contrariando estes ventos e marés, nas duas últimas décadas resurgiu o interesse da crítica literária pela obra dinisiana, defluindo dela diversos estudos¹, reconhecendo-lhe um papel primordial na história, na cultura e na literatura portuguesas.

A breve vida do escritor portuense e o seu exíguo resultado literário não desmerecem a sua prosa nem a sua vasta cultura, que recupera os clássicos, como assevera Liberto Cruz (2002), sem esquecer as relações literárias com as literaturas italiana, francesa, inglesa e alemã (Vicente, 2011; Grieben, 2018).

A produção narrativa de Joaquim Gomes Coelho, nome de batismo do escritor portuense, mostra uma especial predileção pelas paisagens físicas e humanas. A sua sensibilidade apurada para esta dimensão foi registada por Luís Forjaz Trigueiros (1993:2), que assevera tratar-se de “um escritor [tão] predominantemente voltado para o colorido dos costumes e das paisagens”. Já antes, Benalcanfor (1874: 189) havia sublinhado os dotes de Júlio Dinis como “fotógrafo” capaz de reproduzir “vistas, lugares, feições das pessoas”.

A releitura da correspondência familiar de Júlio Dinis, datada de 1863 e 1866, à sobrinha Anitas e à madrinha Rita Cássio, compilada no volume

Cartas e Esboços Literários (1967), reaviva na memória do/a leitor/a os períodos que o escritor português passou em terras beirãs. Nessa compilação de escritos de teor diverso, deparamo-nos com diversas cartas enviadas a partir de Ovar e de Aveiro. Numa das missivas, datada de 1863, dirigida a Passos Manuel e redigida a partir de Ovar, constata-se o interesse pelos lugares e pelas pessoas que os habitam: “assiste-se às lavoiras, às ceifas, às regas; conversa-se com os jornaleiros sobre as novidades agrícolas, escuta-se o estalar das cascas nas fogueiras..., etc... etc...” (Dinis, 1967:97).

Estão também coligidas, neste volume, duas cartas literárias, «Acerca de várias coisas» e «Impressões do campo», publicadas de 28 de maio de 1964 a 1 de janeiro de 1865, que mereceram especial atenção de F. Grieben, ao estudar o papel que Ovar assume no percurso literário de Júlio Dinis. A investigadora (2018) assume a relevância daquele espaço beirão sobretudo nas três crônicas da aldeia, em que inscreve *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Estas cartas foram assinadas por Diana de Aveleda, pseudónimo literário adotado por Joaquim Guilherme Gomes Coelho nas suas primeiras publicações.

Um fotógrafo escarpeliza pela observação as paisagens geográficas e humanas com que se cruza e, neste sentido, Júlio Dinis desempenha este papel de forma exímia. Grieben (2018:5) sintetiza a influência da paisagem e das gentes beirãs nestas palavras “são a paisagem campesina e a vida dos camponeses, com os seus costumes e tradições [...] o que move o médico-poeta a escrever”.

Estes depoimentos servirão de mote ao presente artigo e permitir-nos-ão visitar as narrativas breves de Júlio Dinis, reunidas em *Serões da Província*, que consubstanciam um retrato fiel do povo, dos seus costumes, das suas tradições, da fantasia popular. Por outro lado, faremos também uma incursão indagadora pelo romance campesino, assim classificado por Egas Moniz (1942), intitulado *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), para refletirmos sobre a recriação ficcional das paisagens beirãs captadas por Júlio Dinis e o modo como a paisagem rural e humana se transformam, traduzindo alterações sociais, políticas e económicas.

2. Paisagens na narrativa breve de Júlio Dinis – um retrato do campo e das suas gentes

A atração pelos ambientes exteriores é incontornável na obra ficcional dinisiana. Nesse meio geográfico, social e político movem-se as suas personagens, os habitantes desses espaços, cuja humanidade sobressai, tanto nas pequenas narrativas como nos romances.

Em *Serões da Província*, obra publicada em dois volumes, o primeiro vindo a lume em 1971 e o segundo em 1980, compilou o editor as narrativas curtas de Júlio Dinis que agora revisitaremos: três contos – «Espólio do Senhor Cipriano», «Uma Flor de entre o Gelo» e «As Apreensões de uma Mãe» – e duas novelas – “«Os Novelos da Tia Filomela» e «Justiça de sua Majestade»». Num estilo leve e sóbrio, original na literatura de então, descreve Júlio Dinis de forma singular, quadros domésticos e rurais do Portugal da sua época. Nestas pequenas narrativas somos convidados a partilhar situações do quotidiano popular, envolvidas numa linguagem de pendor oralizante e simples. Assim, recorda ao leitor a importância da literatura de tradição oral, nomeadamente através da alusão a lendas e às reuniões ao serão para se ouvir contar histórias.

Os locais de culto religioso são também uma constante nas paisagens dinisianas, com as suas igrejas, capelas e ermidas tão características, a que se associam as romarias. Elas integram, em definitivo, a paisagem física humana das narrativas breves dinisianas, evocando a sua presença na correspondência do autor, a partir de Ovar.

Numa carta dirigida por Diana de Aveleda (pseudónimo) a um redator de *Jornal do Porto*, deparamo-nos com o fruto das observações do escritor naquela vila costeira. Diana de Aveleda é aconselhada pelos médicos a retirar-se para o campo. Os poderes salvíficos são reconhecidos pelos facultativos “a pretexto de combater as tendências de uma diátese hereditária” (Dinis, 1967:177). As transformações decorrentes do contacto com as benfeitorias do espaço campestre resume-as assim: “tudo isto operou em mim uma metamorfose completa. Hábitos, gostos, pensamentos, tudo senti eu que se ia pouco a pouco modificando...” (p. 178).

Nas cartas que dirige à amiga Cecília, «Impressões do Campo», Diana de Aveleda aconselha-a a passar um tempo no campo. A alegria dos ambientes campestres tradu-la deste modo: “Nesta parte do rio e àquela hora da manhã era certo encontrarem-se, a lavar e a cantar, as mais bonitas raparigas do sítio e tão desafogada e jovialmente o faziam que comunicavam alegria aos mais hipocondríacos” (p. 190).

É ainda na segunda epístola endereçada à amiga Cecília, oriunda de um espaço citadino, que defende a existência da música popular que “sai dos campos, que nos enche os ouvidos, que anima o trabalho das ceifas, das esfolhadas, das malhas... Música rudimentar – dizem-me” (Dinis, 1967: 216). Prossegue, assumindo o seu carácter genuíno: “Fazei música para cantigas inspirando-vos do gosto popular, subireis depois às composições líricas li-

geiras ...” (p. 217). Ainda nesta carta, Diana de Aveleda desconstrói a imagem idílica que a amiga pudesse ter do campo, uma vez que nele “Cantam no monte os guardadores de gado, nos ribeiros as lavadeiras, os lavradores nos campos e o moleiro ao ruído das levadas despedaçando-as nas rodas das azenhas” (p. 224). É este o ambiente que se vive no espaço campesino, desprovido do idealismo que os que o desconhecem lhe atribuem.

A leitura das cartas apresentadas é, pois, o ponto de partida para compreender de que modo as paisagens geográficas e humanas que Joaquim Gomes Coelho foi recolhendo, através de uma arguta observação do real, serviram os seus propósitos ficcionais no seu universo literário.

Iniciemos este périplo por «Apreensões de uma mãe», em que o espaço da quinta de Entre Arroios emerge, qual retiro idílico virgiliano, como um espaço revigorante para o narrador, mas também para a personagem principal que, durante seis anos, tempo dedicado ao estudo da Medicina em Paris, se viu dele privado. A ação do conto decorre a meio caminho entre Porto e Braga, na década de cinquenta do século XIX, no início de uma noite de julho. A paisagem que observamos, através do olhar do narrador homodieético, institui-se como um espaço que permite ao protagonista evadir-se da casa materna. Do quarto, através da janela, acede a um panorama que, por momentos, eleva o narrador na contemplação de um ambiente encantatório e quase onírico. Ele contempla a paisagem, criando um espaço fora do espaço que o enleva: “pensar não sei em quê, se é que pensar se chama àquilo”(Dinis, 1971:12). Assim se traduz a função desta paisagem que conduz o narrador a um universo paralelo de que desperta por ação de um ruído. Trata-se de Tomás, o protagonista, que se furta do quarto pela varanda para se encontrar com Paulina, às escondidas. Esta paisagem, vista à luz do dia seguinte, reveste-se de outros matizes, em que a amenidade rural desempenha um papel fundamental para revigorar as energias do convidado da senhora de Arroios. Espaço que conduz, de novo, a uma evasão do narrador, desta feita num período da infância perdida, marcada pela imaginação e pela felicidade irrecuperável, “num quase sonho, delicioso e grato como um murmúrio”(p. 18). Deste modo, o narrador corta as amarras com o presente, para viver neste espaço da rememoração, esquecendo “tristezas e alegrias presentes”. A saudade é o sentimento que se apodera dele e o faz imergir num espaço paralelo, existente apenas na imaginação, sem referente real, porquanto os seus contornos são indefinidos e vagos, em consequência do filtro que lhes confere a existência que não possuem. O termo desta evasão é também determinado por um ruído de passos, desta feita de Paulina, a razão de ser da paixão de Tomás.

O protagonista da ação, na tentativa de explicar a sua evasão de casa, confessa ao narrador um amor extremo pela paisagem natural noturna. Descreve esta paisagem com contornos românticos que traduzem a emotividade que dele se apoderou. Associa-a à poética imaginação do povo e reveste-a de um poder encantatório, próprio dos ambientes aldeãos, nomeadamente, de um espaço a que a tradição oral se associa, pela presença quer do canto, quer dos contos de fadas.

A natureza reveste-se, assim, de uma função particular, anunciando os sentimentos das personagens, como acontece quando o narrador acompanha Tomás, no dia em que parte para ir estudar fora do país. O sofrimento do protagonista é simbolicamente representado pelo caminho estreito e pelas silvas que dificultam o percurso das personagens. No largo a que chegam, encontra-se um cruzeiro de pedra, assombrado por frondosos carvalhos. As dificuldades que se fazem antever para Tomás estão representadas naqueles símbolos de solidão, de austeridade e de saudade, que agora parecem ensombrar o seu futuro próximo.

O regresso a este espaço edénico de felicidade traduz-se nas seguintes palavras de Tomás: “Parece-me que deixei aqui a minha vida, e que a adquire de novo ao respirar estes ares conhecidos, estes perfumes férteis em memórias de outros tempos” (Dinis, 1971:72). Nesta novela manifesta-se o gosto do escritor pela canção recriada que, em Ovar, o tenha quiçá inspirado. Tomás, já sob a ameaça de uma vida entediante no campo, ouve os versos de uma canção “Mais vida! meu Deus, mais vida!/ Que a chama inda arde violenta!/ E a alma, de viver sedenta,/ Outros sonhos concebeu” (p. 87).

Em algumas narrativas breves dinisianas, o ambiente popular ganha contornos românticos inegáveis. A disseminação e o poder que as crenças e superstições exercem sobre o povo são notórios, sobretudo no conto «O Espólio do Sr. Cipriano» e em «Os novelos da tia Filomela». O primeiro conto parece validar a essência da sabedoria popular, mostrando que às crenças subjaz um fundo de verdade. O boato que se espalhou pela aldeia relativamente ao Sr. Cipriano correspondia à verdade. A sua extrema avareza comprova-se, tendo-lhe sacrificado inclusive a saúde da irmã. Já na novela «Os novelos da tia Filomela» se expõe a crueldade do povo que se deixa cegar pelas infundadas crenças e pelas superstições que ensombram os seus corações. A pobre “bruxa do pinhal”, condenada pelo povo ao abandono, ao desprezo, à solidão, à injúria, era afinal uma “santa”. Pela injustificada ignorância do povo, que desencadeia os mais infundados temores e horrores, se deixa esta pobre mulher morrer quase sozinha, na miséria. Explora-se, ao longo do texto, a importância que as cantilenas, os

agouros, os encantos e as mezinhas detêm, dando assim conta dos costumes dos espaços rurais, em que a ostracização e a intolerância parecem grassar.

Pelo exposto, se no primeiro conto se “resgata uma cultura primitiva, em prol de uma unidade nacional”, no segundo “é necessário o afastamento do primitivismo em proveito do progresso positivista”, como defendem Santos & Spigolon (2021:6).

Detenhamo-nos agora sobre os espaços geográficos apresentados nesta última narrativa. A paisagem assume diversas funções. O espaço geográfico é campestre, destacando-se nele as “várzeas” e as “campinas”. Trata-se de um local em que o vigor da natureza e a variedade dos elementos que a compõem produzem efeitos aprazíveis no narrador. É curioso notar que a natureza descrita corresponde a uma criação artística, confessando o narrador homodiegético a incapacidade da arte para a mimetizar (“por um segredo de colorido que a arte mal pôde ainda imitar”). A imaginação e fantasia aguçadas por este espaço alimentam o sentimentalismo do narrador, a que se associa uma certa melancolia. Nesta descrição, anuncia-se a dimensão misteriosa: “uma ou outra habitação isolada, como para ocultar o mistério de alguma existência obscura” (Dinis, 1971:130) da personagem principal, a “bruxa do pinhal”, Filomela. A par desta, surge uma nota de pitoresco próprio daquela região do país. De algum modo, entretece-se o idílio campesino de Virgílio com as pinceladas românticas num quadro pictórico peculiar. Contrastando com este idílio, observa-se, do lado oposto (“o lado do oriente”, p. 132), uma natureza selvagem e primitiva que impressiona o narrador. A aridez e esterilidade das paisagens alpestres sobressai, a par das sombras que vão ocupando a colina, conjugadas com os gemidos e os gritos das aves. É neste espaço que se destaca a pobre habitação de Filomela. De algum modo, o isolamento desta mulher é anunciado por este espaço selvagem, em que ela optou por viver para se evadir da sociedade (“da cidade”) corruptora.

A imaginação e fantasia do narrador, transmitidas pela sua subjetividade, distinguem um artista dos comuns mortais, pela observação minuciosa a que submete o mundo exterior, por forma a criar uma obra perfeita a partir da seleção de elementos do real, convertendo-os num universo criado pela sua capacidade artística. Decidido a empreender uma visita à tia Filomela, o narrador escolhe o período da noite, mais propício à sua fantasia e ao pendor romântico de que ela se reveste. A noite pinta-se de traços românticos, um verdadeiro *locus horrendus* a que não faltam ingredientes

peculiares. Parece este percurso constituir uma provação simbólica para que o narrador aceda ao “antro da Sibila” (p. 148). A imaginação, de novo a funcionar, promete-lhe um encontro com a velha Filomela, cujas humanidade e generosidade frustrarão as expectativas românticas deste artista.

Filomela é, na sua essência, uma personagem de recorte popular, consubstanciado exemplarmente na crença religiosa arreigada, nas mezinhas caseiras a que recorre e nos ditos populares que profere frequentemente. Paralelamente, a hospitalidade generosa que oferece ao narrador, apesar dos seus poucos recursos, revela bem o seu caráter humanista. Assim começa a desmistificar-se a “bruxa do pinhal” (p. 155). A superstição popular votou esta mulher ao abandono e à solidão, tornando-a um alvo de discriminação. Curiosamente o espaço em que se move, agreste e perigoso para outros, não a amedronta, mas antes lhe garante o refúgio e a segurança que não descobre entre os habitantes da aldeia, mas que também não vislumbrara antes na cidade.

Refere a este propósito Porto (2010): “Se a ignorância é a mãe da superstição, logo desculpável no povo, mais difícil é aceitar essas crenças vindas de padre que deveria ser espírito de luz e de concórdia entre as suas ovelhas e não a origem de ódios e perseguições”(p. 95). A conversa entre Luisinha e uma mulher do povo surge pejada de expressões populares em que a crença religiosa se intromete, de que são exemplo “Não, o antigo, que Deus haja” (p. 134), “Assim deus me perdoe como ele me parece bruxo.” (*ibidem*) “Amen. Mas então para que conversa ele coma tia Filomela, sabendo de que casta ela é? Como lá diz o outro: ‘Quem não quer ser lobo...’” (p. 135). As crendices populares, os exorcismos, as cantilenas e esconjuros ocupam também uma parte considerável desta conversa, traduzindo assim a visão deturpada do povo sobre Filomela.

A ação de «Uma flor entre o gelo» decorre no final da tarde ou no início da noite. O outono é a estação do ano que enquadra o desenrolar da ação. Curiosamente, esta estação congrega sinais de vigor com outros que denunciam um período melancólico que se faz adivinhar. Note-se a forma como esta natureza parece anunciar o estado de alma do doutor Jacob, cujo amor serôdio lhe revigora as energias há muito adormecidas. A noite é o momento escolhido para o dramático evento que destruirá as fantasias da jovem Valentina e as ilusões do velho médico. O devaneio apodera-se dele, ao ser sujeito ao motejo da rapariga, e a loucura levá-lo-á a uma busca incessante da juventude que lhe permitiria aspirar ao amor correspondido. Também neste conto se traça um retrato do povo que vive para as suas romarias, para quem as lendas de milagres são muito importantes, tal como as histórias contadas ao serão, que permitem entreter jovens e idosos.

No conto «O canto da sereia», a dimensão fantástica atinge proporções significativas. A ação envolve uma comunidade de pescadores do Furadouro, localidade costeira do distrito de Aveiro. Descrevem-se os hábitos desta população cuja atividade se desenvolve em torno do mar. De novo surgem as histórias que oralmente se transmitem de geração em geração. Desta vez é o tio Cabaça, velho pescador, honrado e respeitado pela população, o narrador. A história divide o auditório, uns acreditam, outros mantêm-se céticos – o assunto são sereias. A capacidade de sedução e o perigo que elas representam são aspetos que o narrador não se esquece de frisar. A criação desta imagem sedutora é uma herança familiar, dado que ele ouvira já esta história fabulosa ao seu pai: “Eu só queria que vocês ouvissem o meu pai, que Deus haja, contar o caso” (Dinis, 1971: 21). Note-se a linguagem de sabor popular na expressão “que Deus haja”, que bem descreve o ambiente piscatório e a sua religiosidade e crenças enraizadas. À medida que o tempo passa, percebe-se a atração e o arrebatamento sentimental que se apodera do jovem pescador, Pedro, que, apesar de advertido pelo tio Cabaça, não resiste aos intensos encantos do canto e da sereia, que mais não é do que uma cantora italiana atraída pelo mar e pela violência das suas ondas. Curiosamente o pescador e a cantora partilham a capacidade de compreenderem a linguagem do mar. A música da cantora, cuja melodia ele reconhece nos Palheiros de Espinho, exerce sobre ele um fascínio tal que o conduz ao êxtase. O turbilhão e a gradação de sentimentos fazem-no atravessar diversos estados emotivos, desde o choro, o desespero, a tristeza até ao raiar da loucura. O jovem pescador passa a noite na praia, na expectativa de contemplar a cantora. As consequências deste devaneio fazem-se sentir na manhã seguinte, já que Pedro é multado no Furadouro por não ter ido para o mar. Nessa mesma noite, dirige-se para os Palheiros de Maceda e Cortegaça, na expectativa de voltar a ouvir a música. Novamente, se deixa inebriar pela harmonia sedutora da melodia. Defronte da Barrinha, próximo da estação de Esmoriz, procura a mulher que se apoderara da sua imaginação e fantasia. Os efeitos são devastadores, equiparando-se aos das sereias da Antiguidade Clássica. Pedro mostra-se abatido de dia para dia e o tio Cabaça nota os malefícios que a sereia lhe provoca, pois, também ele, tivera de se proteger, qual Ulisses, para resistir aos encantos de uma sereia. A sua crença e o seu preconceito intensificam-se, quando ouve o canto e se socorre da Senhora da Aparecida para “esconjurar o mal”. Imagina-se enfeitado e as suas crenças sobre a sereia vão-se disseminando entre o povo, o qual acredita que Pedro “tem cara de quem lidou com bruxas”. A calma da natureza contrasta com a agitação intensa do jovem pescador,

antecipando uma ameaça do perigo, misteriosas percepções que não se explicam, mas que o dominam. De algum modo, Pedro interpreta esta voz profética e sente-se triste e amedrontado. A mudança do tempo constitui um agouro que faz adivinhar a morte do homem seduzido, incapaz de subsistir sem ouvir ou ver a “sereia” que assim o encantou e dele se apoderou.

O poder das crenças do povo perpassa também este conto, bem como o fascínio que elas exercem sobre todas as gerações. O poder sedutor e o perigo da sereia atravessam três gerações, causando a morte dramática de Pedro, que não lhe soube resistir, apesar dos avisos do tio Cabaça, já alertado pelo seu pai, homem experiente.

Em síntese, este conto decorre num espaço, regra geral, partícipe dos estados anímicos das personagens, ora comungando deles ora contrapondo-se-lhes. De algum modo, o ambiente hostil vai, progressivamente, isolando a personagem e empurrando-a para uma morte trágica, sem possibilidade de escapatória. Assim sendo, esta natureza parece ser reverenciada tanto pela cantora como pelo jovem pescador, estabelecendo-se uma interação com as personagens e os seus estados de espírito, imbuindo o espaço de um certo misticismo.

Pelo exposto, corroboramos a opinião de Lopes (2008), que inclui o escritor portuense entre os autores portugueses que traçam nas suas obras um retrato

em que a terra ou o mar e as suas gentes, com a sua religiosidade, superstições, alimentação, profissões ou ocupações, modos de vida, sentimentos, vestuário, folclore e as suas características linguísticas são a matéria original que os escritores transfiguram, de forma mais ou menos profunda, conforme a sua capacidade de captação e de transformação paradigmática do real (p. 161).

Esta investigadora foca este conto, sublinhando o facto de se tratar de uma interessante recolha etnográfica, que permite destrinçar uma enfeitada de uma bruxa. Não faltam algumas indicações para fazer bruxedos de acordo com os objetivos pretendidos. Conclui com a síntese “Júlio Dinis recolheu crenças populares, mostrando vários aspetos da mentalidade e dos sentimentos do povo de então, muito dependentes de uma religiosidade intensa, à mistura com conceitos pagãos, que nunca deixaram de conviver com as atitudes religiosas mais ortodoxas” (p. 164).

3. A recriação de paisagens geográficas e humanas em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

F. Grieben (2018) destaca a importância que Ovar, enquanto fonte de inspiração e espaço de recolha de ingredientes ficcionáveis, assume na construção da obra narrativa dinisiana, mas sobretudo nas crónicas da aldeia, entre as quais inclui *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. É nesta obra que nos deteremos agora, para compreender melhor que aspetos do quotidiano das Beiras serviram de inspiração ao escritor do Porto.

Para defender a ideia de que Ovar integra o percurso literário de Júlio Dinis, Grieben evoca as «Cartas Literárias» publicadas no *Jornal do Porto*, na altura sob o pseudónimo Diana de Aveleda, que terão legitimado a opinião defendida pelo escritor sobre o papel da mulher na época. São as cartas intituladas «Acerca de várias coisas» e «Impressões do campo» que, segundo Grieben (2018:16), fundamentam a sua tese, pois “descreve[m] alguns desses magníficos espetáculos, em que a natureza e o ser humano formam um todo harmonioso”. A correspondência de Júlio Dinis prova que passou algumas temporadas em Ovar (três, pelo menos, em 1861, 1864 e 1867) e que escreveu também algumas missivas a partir da cidade de Aveiro. Estas referências permitem-nos afirmar que as Beiras foram para o escritor um território que bem conheceu, até pelo facto de ali ter vivido algum tempo, e que terão influenciado os locais e os contornos das gentes que ficcionou. E a passagem pela Beira Litoral poderá não apenas, como alvitra F. Grieben, inspirar as pequenas narrativas, nas quais se incluem as mencionadas cartas, mas igualmente os romances que se aproximam de «Crónicas de Aldeia».

Neste sentido, é fundamental analisar *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, para verificar que influências das Beiras podemos detetar nesta obra, na medida em que inspiraram a criação ficcional de mundos possíveis. Assoma no romance, como nas pequenas narrativas, a tradição oral, com a menção a histórias, a lendas de mouros, a contos, a xácaras, a jogos e danças, como se constata no início (Dinis, 1999):

Nos contos narrados em volta da lareira, onde nas longas noites de serão se reúne a família rústica, ou às rápidas horas de uma noite de estio, na soleira da porta, ao auditório atento que segue com os olhos a lua em silenciosa carreira por um céu sem estrelas, avulta uma criação extremamente simpática, a das mouras encantadas, princesas formosíssimas que ficaram desses remotos tempos na península, em paços invisíveis, à espera de quem lhes venha quebrar o cativeiro, soltando a palavra mágica.

Fala-se em diversos pontos das nossas províncias, com a seriedade que é própria a uma arreigada crença, de tesouros enterrados, que os mouros por aí deixaram, na esperança de voltarem um dia a resgatá-los [...] (pp. 5-6).

É Maurício quem relembra ao leitor, em tom profético, a importância dessa lenda: “[...] lembra-te que se diz que nas nossas propriedades há um tesouro escondido desde os tempos dos mouros, que um dia alguém da nossa família o achará, ficando fabulosamente rico” (Dinis, 1999:23). Assim se associa o palacete da Casa Mourisca ao período mourisco: “[...] e, se não se guarda aí memória da sua fundação, a crónica lhe assinará infalivelmente como data a lendária e misteriosa época dos mouros.” (p. 6)

Ao hortelão cabe o papel de contador de histórias, detentor de uma influência considerável sobre os filhos de D. Luís, contribuindo para que os dois irmãos consagrem ao tio um valor lendário, atribuindo-lhe um papel heroico na defesa dos ideais liberais.

As crianças sentiam-se instintivamente atraídas para a companhia do velho, em cujas narrações pinturescas e vivamente coloridas achavam um encanto irresistível. Feria-lhes fundo a curiosidade a maneira por que ele falava dos trabalhos da emigração, dos episódios do cerco do Porto, da fonte, da peste e da guerra, [...] e finalmente do Imperador, por quem o mutilado veterano professava um entusiasmo quase supersticioso, e a cujo vulto a sua narrativa imaginosa dava um aspeto épico e sobrenatural (Dinis, 1999: 10).

A descrição de quadros realistas, que emergem numa qualquer aldeia ficcional de Júlio Dinis, pode bem ter tido a sua origem nas impressões captadas no campo, em Ovar. A vida intensa das granjas, do trabalho rural, que enobrece a família de Tomé, o zelo dos agricultores, são nuances registadas², decerto, nesses períodos em que se retirava para aquele espaço à procura de saúde. O ambiente de azáfama é descrito por Júlio Dinis, neste romance, em diversos outros momentos³ em que a linguagem popular é transposta para os diálogos das personagens que se movem no espaço rural.

Concomitantemente, nesta obra, encontram-se referências a um mundo fantástico, povoado de feiticeiras, de fadas, de seres que influem facilmente quem exercita a fantasia e a imaginação, como o povo. A linguagem de sabor popular está também bem patente, como se depreende das palavras de Ana do Vedor ao dirigir-se ao filho: “Isso é que era ouro sobre azul” (Dinis, 1999:273). Ela é certamente uma recriação de uma das mulheres que Júlio Dinis conheceu em terras da Beira. O seu discurso traduz bem as suas origens populares. Os adágios entrecortam o seu discurso “Credo!

Parece-me um sino a tocar a defunto”, ou “Pois digo-lhe eu que é verdade, como dois e dois serem quatro”, “O que aí vai! O que aí vai!” (p. 354). Do mesmo modo, as interjeições assomam nela a todo o momento: “Olhem a grande admiração!” (p. 353), “Deus nosso senhor nos acuda!”, “Olha agora!”. Também as expressões populares o vão pontuando: “Eu não sei que diacho de coração é o dele”, “Ora essa é que está muito boa!” (p. 356). As invocações religiosas são igualmente uma constante nos seus diálogos: “Ó Virgem Mãe dos homens!”. E as explicações de sabor popular não faltam nas palavras desta mulher: “que maus olhados te deitaram, meu filho, que parece que me saístes agora do cemitério?” (p. 347). Seria fácil elencar aqui mais um vasto conjunto de passagens que bem traduzem os costumes do povo, a sua mentalidade, bem como sua solidariedade e zelo pelos seus amigos de sempre, mas não é este o nosso propósito e cremos ter já demonstrado o nosso ponto de vista.

No regresso a casa, Berta revigora o corpo e o espírito, conturbado pelo tempo que havia vivido com a tia na cidade. Assim, recupera a paz e a tranquilidade, paralelamente ao que acontecera com Júlio Dinis em terras beirãs. O culto religioso surge na obra como uma marca inquestionável da paisagem humana. Desta feita o local de culto identifica-se com Santa Luzia. De novo nos cruzamos com uma igreja paroquial e com uma capelinha na colina. Este espaço recebe Berta e a baronesa num encontro quase fraternal, ainda que as duas não tivessem sido formalmente apresentadas:

Desviando-se da estrada para seguir por um atalho que ladeava a coina, avistou uma pequena capela rústica, com a sua galilé e o seu pequeno bosque de sobreiros a rodeá-la, e tão pitorescamente situada em uma das eminências próximas, que não pôde resistir ao desejo de subir até ali.

A capelinha, erigida sob a invocação de Santa Luzia, um dos nomes de mais devoção entre os do florilégio cristão, poisava sobre a colina em uma dessas situações que o povo, com os seus instintos poéticos, costuma escolher para assentar esses modestos monumentos da sua fé e piedade (Dinis, 1999:263).

À semelhança do que acontece nas narrativas breves, também neste romance são alvo de atenção as canções que o povo entoia, caso das cantigas de embalar, cantigas de amor, cantigas de escárnio, quadras populares, como já salientou a investigadora que se dedicou a estudar minuciosamente os elementos do ambiente campesino das obra de Júlio Dinis (Porto, 2010). Ouvem-se estas melodias na boca do padre (“Berta, Berta, meus amores,/ Berta do meu coração,/ És a rainha das flores, Tai lari lari larão”), na de

Maurício (“Além naquela avenida/ De plátanos e salgueiros/ Foi que em teus beijos primeiros/ Bebi a primeira vida”), e saem dos lábios do primo doutor provocadas por despeito (“A mulher é um catavento,/ Que com os ventos varia;/ Seu amor dura um momento,/ Tolo é quem nelas fia.”). A tradição de cozer o pão é também um dos retratos da vida campestre registado pelo olhar atento do escritor portuense.

Neste romance, Júlio Dinis defende a ideia de que é possível conciliar o Portugal velho, caracterizado por uma nobreza apática, depauperada e avessa a mudanças necessárias ao progresso de um país, e um Portugal novo, em que esta classe se alia a uma burguesia empreendedora que permite, nomeadamente aos espaços rurais, progredirem, em consequência da introdução de inovações que transformam as paisagens geográficas e humanas. O melhor exemplo desta mudança está representado em Jorge, filho de D. Luís, que, com a ajuda do experiente agricultor e inquilino Tomé, investe e transforma a propriedade da família, inicialmente abandonada e selvática, numa propriedade produtiva e próspera. Da aliança das classes, da abolição de barreiras ditadas pelas regras sociais rígidas, representada metonimicamente no casamento entre Berta e Jorge, decorrem transformações sociais, políticas e económicas. Estas traduzem-se no progresso do país, em que a propriedade rural se torna uma força motriz produtora de riquezas e bens para as famílias e de um país renovado, através de novas técnicas, do investimento em vias que permitam à produção chegar dos campos às cidades, dois polos da paisagem nacional que também se aliam na senda do progresso. Nalgumas páginas desta obra a paisagem física descrita representa metonimicamente as gentes que a habitam. A transcrição traduz bem o que antes defendemos:

O contraste entre a Herdade e o velho solar era perfeito. Ela graciosa e alvejante, ele severo e sombrio; de um lado todos os sinais de actualidade, de vida, de trabalho, da indústria que tudo aproveita, que não dorme, que não descansa; a economia, a previdência, o futuro; do outro, o passado, a tradição estéril, o silêncio, a incúria, o desperdício, a ruína; a cada pedra que o tempo derrubava do palácio, correspondia uma que se assentava na Herdade para alicerces de novas construções; aqui desmoronava-se um pavilhão, ali levantava-se um celeiro, uma azenha, um lagar; aos velhos carvalhos, às heras vigorosas, aos aveludados musgos, aos líquenes multicores, severas galas, com que se adornava a casa nobre, opunha a Herdade os pomares produtivos, as ondulantes searas, os prados verdes, as vinhas férteis, e, próximo de casa, os canteiros de rosas e balsaminas, onde volteavam incessantes as abelhas das colmeias vizinhas. Nas amplas cavaliariças do

palácio, onde outrora relinchavam dúzias de cavalos das mais apuradas raças, ainda batiam com impaciência no lajedo dois velhos exemplares de bom sangue, cujo sacrifício a economia não exigira ainda; nas mais modestas cavalariças do casal, duas éguas robustas, prontas para o serviço, e domáveis por uma criança preparavam-se em fartas manjedouras para frequentes e longas excursões; e ao entardecer abriam-se os currais a numerosas cabeças de gado, cujos mugidos chegavam até ao alto da Casa Mourisca, onde o velho fidalgo muitas vezes os escutava, pensativo e melancólico. (Dinis, 1999:17)

Este contraste que apontamos era a circunstância que evocava no espírito de Jorge o espectro que o entristecia. O dono da Herdade fora pobre, servira como criado na casa dos fidalgos, passara depois a rendeiro de um pequeno casal, mais tarde arrendara uma fazenda maior; chegando enfim a ser proprietário, tornara-se em pouco tempo possuidor de extensos bens, e era já o chefe de uma família numerosa e talvez o primeiro agricultor daquele círculo.

Em síntese, este romance cumpre bem a dimensão didática que Júlio Dinis atribuía à obra literária, constituindo mais uma fonte de conhecimento relativo aos ambientes geográficos e sociais, bem como económicos, que caracterizaram os anos 50 e 60 do século XIX. São, por isso, como afirma Rosa Leite (2010:12), “um documento sociológico valioso sobre o Portugal novo”. A publicação da sua obra em folhetins consubstancia, do ponto de vista de José Tengarrinha (1968:17), “registos de um quotidiano em que se encontram, se confrontam, se cruzam e entreajudam tradições, costumes, expectativas, valores e utopias individuais e coletivas, informações e conhecimentos”.

4. Conclusão

A obra narrativa dinisiana resulta num equilíbrio entre o Romantismo e o Realismo, daí Júlio Dinis ser considerado pela crítica literária um escritor de charneira entre estes dois movimentos.

As paisagens geográficas e humanas povoam as suas obras e consubstanciam-se como recriações do quotidiano dos anos 50 e 60 do século XIX. As tradições, os costumes, o modo de viver da burguesia, da nobreza e do povo plasam-se nos seus contos, novelas e romances, pelo que é inegável o seu contributo para o estudo da História, da Cultura e da Etnografia portuguesas daquele período.

A observação minuciosa da geografia das Beiras decerto nutriu a escrita narrativa de Júlio Dinis, fomentando a recriação de mundos possíveis na ficção dinisiana. Os longos períodos de recolhimento vividos na Beira Litoral (Ovar e Aveiro) terão lançado as sementes da produção literária em causa, nomeadamente dos contos, das novelas e crónicas de aldeia, entre elas particularmente *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

A obra ficcional de Júlio Dinis traduz, assim, a síntese perfeita entre o Portugal Velho e o Portugal moderno, plasmando-se através dela a transição que Helena Buescu (1995) entende sustentar o êxito deste escritor, logo a partir do século XIX.

Referências bibliográficas

- BENALCANFOR, R. G. (1874). Júlio Dinis. In Chardon (Ed.), *Phantasias e Escriitores Contemporaneos* (pp. 185–191).
- BUESCU, Helena (1995). George Sand e Júlio Dinis: questões de espaço no romance rústico francês e português & Ler Júlio Dinis. In: *A lua, a literatura e o mundo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- DINIS, Júlio (1967). *Cartas e Esboços Literários*. Porto: Editora Civilização.
- DINIS, Júlio (1971). *Serões da Província* – vol 1. Porto: Livraria Civilização.
- DINIS, Júlio (1999). *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Porto: Livraria Civilização.
- GRIEBEN, Fernanda A. A. (2018). Ovar no percurso literário dinisiano 1. *Revisitar: A Identidade Cultural Portuguesa*, 4, 1–10.
- LOPES, Ana Maria (2008). Diferenças regionais e os seus reflexos na literatura. In *Portugal : Percursos de Interculturalidade* (Vol. 3, pp. 161–164).
- MONIZ, E. (1942). Romance bucólico e campesino. In *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos séculos XIX e XX*, Livraria Fernando Machado (pp. 262–269).
- PORTO, M. Inês (2010). *Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SANTOS, Bruna & SPIGOLON, Isabela A. (2021). O Espólio do Senhor Cipriano e os Novelos da Tia Filomela: Cultura Popular em Júlio Dinis. *Maçuá*, 23, 1–10.
- TRIGUEIROS, Luiz F. (1993). *Paisagens Portuguesas: uma viagem literária*. Guimarães Ed.

Notas

¹ Muitas foram as obras dedicadas por diversos investigadores ao estudo da produção literária de Júlio Dinis e seu contributo para o conhecimento da História e da cultura portuguesas. Carmen da Conceição da Silva Matos Abreu escreveu em 2010 a tese de Doutoramento intitulada *Júlio Dinis: representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*. Joaquim Jorge Silva Carvalho dedicou a sua dissertação de Doutoramento em 2010 ao tema *Acção, cenas e personagens na narrativa dinisiana: As pupilas do senhor escritor*. Maria Ivone Pereira de Miranda Fedeli, em 2007, escreveu, no Brasil, a sua tese intitulada *A mão que balança o berço: funções do feminino em Júlio Dinis*. Neste mesmo ano, Maria Adelaide Correia Lapas Ribeiro estudou as *Configurações e funções do narrador na obra romanescas de Júlio Dinis*. No ano seguinte, no Algarve, foi Patrícia Isabel Rodrigues Luís que dissertou numa tese de mestrado sobre *Os romances de Júlio Dinis: uma configuração moderna do bucolismo*. Com o mesmo propósito escreveu, em 2010, Rosa Margarida Pinto Leite a tese *A narrativa breve de Júlio Dinis*, em Aveiro. Fernanda Monteiro Vicente dedicou vários estudos às obras de Júlio Dinis, nomeadamente «As tonalidades líricas dos contos de Júlio Dinis», publicado em *Forma breve* em 2011 e a sua tese de doutoramento no mesmo ano *O locus amoenus na produção narrativa de Júlio Dinis*, que apresentou na cidade de Aveiro.

² Cf. Dinis, 1999:18

³ Jorge visita Tomé da Póvoa e, assim, cria uma oportunidade única para captar o movimento, a azáfama da vida dos camponeses. O monólogo de Tomé traduz a vida frenética, a atenção aos detalhes e a linguagem do povo campesino. As interjeições, os vocativos, os verbos no modo imperativo traduzem com fidelidade o contacto do escritor portuense com os habitantes e o meio geográfico que recria. Aconselha-se a leitura da passagem em que sobressai a diligência e capacidade de organização dos trabalhos agrícolas de Tomé da Póvoa. (Cf. Dinis, 1999:25).

CAPÍTULO 4



Foto: Armando Almeida



Óleo sobre tela de Maria de Lourdes Carvalho.
(Coleção particular)

Resumo

Geografia Sentimental:

Terra e gente na obra ficcional de Aquilino Ribeiro

Analisar o ambiente natural e humano na ficção de Aquilino Ribeiro implica uma incursão pelo universo da sua escrita, habitado por personagens ligadas à paisagem circundante. Este ambiente, conformado num cenário rústico no qual se movimentam seres humanos e animais, constitui um esteio fundamental na construção das narrativas. Pela descrição do ambiente e do comportamento humano, o leitor é levado a percorrer aldeias e serranias, rendido ao pitoresco e ao genuíno. De forma artística, a força da natureza, captada no seu lastro original, é preservada como património. Daí que a representação humana, geográfica e ambiental das descrições – focalizada na Terra e na Gente – seja um elemento estruturante da obra aquiliana. Com base nesta abordagem, o presente ensaio comporta a análise de parte da obra ficcional (contos, novelas e romances), de diferentes períodos da produção literária do escritor.

Palavras-chave: Natureza. Terra. Ambiente humano. Telurismo. Ficção.

Abstract

Sentimental Geography:

Land and people in Aquilino Ribeiro's fictional work

Analyzing the natural and human environment in Aquilino Ribeiro's fiction implies an incursion into the universe of his writing, inhabited by characters linked to the surrounding landscape. This environment, forming a rustic setting in which humans and animals move, constitutes a fundamental support in the construction of the narratives. Through the description of the environment and human behavior, the reader is led to visit villages and mountains, surrendering to the picturesque and the genuine. In an artistic way, the force of nature, captured in its original environment, is preserved as heritage.

Hence, the human, geographic and environmental representation of the descriptions – focused on the Earth and on People – is a structuring element of writer's literary production. With this theoretical framework, this essay includes an analysis of part of the fictional work (tales and novels), from different periods of the writer's literary production.

Keywords: Nature. Earth. Human environment. Tellurism. Fiction.

GEOGRAFIA SENTIMENTAL: TERRA E GENTE NA OBRA FICCIONAL DE AQUILINO RIBEIRO

Henrique ALMEIDA

Instituto Politécnico de Viseu
halmeida@estgv.ipv.pt

Aquilino Ribeiro é um beirão da Beira Alta,
das comarcas do Paiva – Terras do Demo
– tributárias de uma região mais vasta e historica-
mente mais profunda. [...].

É uma concepção épica da terra e do homem
que leva Aquilino ao surto épico do seu estilo.

Vitorino Nemésio,
in Portugal, a Terra e o Homem

1. Uma obra, um território literário

Ler ou reler o perfil biográfico de Aquilino constitui um desafio e uma constante descoberta. Decorrido mais de um século após as primícias literárias, a sua escrita ultrapassou convenções estilísticas e periodológicas. Quaisquer *rótulos* associados ao extenso caudal da sua produção ficam aquém da originalidade estilística contida em mais de sessenta títulos. Vários dos seus livros integram o cânone literário português, perdurando para além do século XX, no qual o escritor beirão ocupa um lugar cimeiro.

A Beira é, como delimitação geográfica, o cenário prevalecente na configuração espacial da obra do escritor beirão, seja de índole ficcional, seja de pendor etnográfico. Se o leitor for conhecedor dos cenários reais, identifica, em múltiplas descrições, imagens do ambiente natural e hu-

mano. Doutro modo, se mais distante do povo rural, ao folhear cada página, entra num surpreendente território de *geografia sentimental*, plasmado na modelização estético-literária. Na análise que se segue, procuramos mostrar como a escrita aquiliniana confere uma identidade a esse território e conduz a múltiplas representações da relação primitiva entre a natureza e o ser humano.

Para tal, a incursão por itinerários geográficos serve este objetivo e propicia a fruição do texto literário. No pórtico de entrada, como guião, o escritor poderia lavrar a inscrição: “Eu sou um artista rude, filho da minha serra. Nasce-se com o berço às costas como uma geba. A Beira Alta não tem símile no mundo. Em poucas dezenas de quilómetros, reproduz-se a terra toda: amenidade e braveza, a colina e o vale, a civilização e a selva-jaria.”¹ Partamos, pois, à descoberta deste território maravilhoso.

2. A ligação Ser humano – Natureza

O perfil biográfico de Aquilino Ribeiro está indissociavelmente ligado à Beira Alta. Não iremos aqui desenvolvê-lo, por ser outro o alcance deste ensaio. A *herança beirã* é um traço distintivo da maior parte da sua obra, seja ficcional, seja de outro género. São poucas as narrativas em que o escritor se ausenta do ambiente da Beira natal, especialmente do espaço rural². Na dimensão ficcional perpassam imagens estilizadas do ambiente natural e humano beirão, com focalização nos elementos geográficos, paisagísticos e etnográficos. É esta a linha da análise aqui delineada.

Com efeito, a modelização da criação artística permite identificar os territórios como paisagens literárias. Nessa perspetiva, os cenários reconfigurados chamam a atenção do observador para as representações e significados de que eles se revestem. Assim interpretadas, as produções literárias convertem-se em potenciais documentos a analisar, uma vez que podemos percecionar a realidade representada através de símbolos, recriados ou ficcionados. Neste entendimento, elas configuram um território e uma paisagem com identidade própria, transmitindo ao leitor a imagem de uma cultura (Ferreira, 2020).

Concentremo-nos no universo literário da obra aquiliniana, na qual a descrição do espaço ocupa um lugar de centralidade³. Essa é uma das marcas distintivas do escritor, enquanto observador do ambiente natural. Ele capta, de modo absolutamente original, a relação entre os habitantes e o espaço que os modela. Muitas das suas criações literárias descrevem com

minudência as paisagens e desenvolvem as narrativas em torno de um espaço geográfico. Nesta perspectiva de análise, ajusta-se aqui o conceito proposto por Enstice (1979, p. 79) de “paisagens literárias” como “landscapes of the mind”, ou seja, uma transposição interpenetrada pela realidade recordada e pela imaginação, plasmada na literatura.

Esta temática tem sido objeto de estudo em várias áreas disciplinares, tomando-se “o lugar”, com base nessa abordagem literária, como foco de estudo na filosofia do ambiente, na geografia e na ecologia da paisagem. Com efeito, muitos textos literários descrevem paisagens e desenvolvem as narrativas, a diferentes níveis, em torno de um espaço geográfico. Ana Queiroz (2010) desenvolve este conceito e, apoiando-se no mesmo suporte conceptual (Schama, 1995), explicita:

As paisagens literárias estabelecem com a realidade dos lugares uma relação de verosimilhança capaz de criar nos leitores uma ilusão de conhecimento e uma identificação territorial: os leitores partilham mentalmente os espaços descritos e assimilam essa Geografia. Esta relação é independente do realismo da descrição: estabelecida uma visão, as metáforas tornam-se mais reais do que os seus referentes e passam a integrar os cenários.⁴

Idêntica interpretação é expressa por Herbert (1996), quando refere que estes territórios literários se encontram geralmente conotados com os autores que partem dos territórios reais para apresentarem as suas obras. Nesse sentido, os textos literários podem ser considerados importantes fontes do conhecimento do espaço geográfico. É este o entendimento sugerido por Anabela Sardo (2008, p. 72), quando, colocando o foco na perspectiva do leitor, refere que:

Ao longo de algumas narrativas, dos percursos das personagens, das considerações do narrador, da descrição dos espaços físicos, sociais e psicológicos, vai o leitor resgatando, pela memória individual das personagens e dos narradores, as paisagens, a história e as estórias, as lendas, os mitos e as tradições que compõem o património histórico e cultural dos locais que inspira, o espaço físico onde as ações ficcionais se desenvolvem.

Complementando este *constructo* teórico, salientamos, ainda, a forma como a descrição literária dos espaços contribui quer para a fixação dos lugares ao longo do tempo, quer para a sua materialização nas paisagens. Explicitando, na linha proposta por Vilagrás (1988, p. 71), as obras li-

terárias podem, para a análise em causa, ser assumidas como uma *biografia do espaço*. Isabel Ferreira (2020) acrescenta que a interpretação das obras literárias pode ser assumida pela Geografia como um instrumento de análise e investigação do espaço e do território que lhes serve de suporte. Daí elas reproduzirem “de acordo com o período histórico que retratam, os modos e estilos de vida, as características sociais, políticas, culturais e económicas dos grupos sociais que retratam de forma mais ou menos ficcionada.” (p. 71)

Esta ideia de pluralidade interpretativa tem sido proposta por vários críticos e ensaístas. As diferentes abordagens da obra romanesca possibilitam, nesta perspetiva polifacetada, a leitura da obra ficcional em vários planos de estudo⁵.

Com efeito, são múltiplas as abordagens que as criações literárias propiciam. Numa perspetiva sociológica, elas refletem, correspondendo a um certo período, “uma visão de vida, de espaço, de homem e de lugares de uma determinada sociedade” (Olanda & Almeida, 2008, p. 8, *apud* A. Ferreira, 2020, p. 71). Quer o lugar quer as experiências humanas a eles associadas manifestam-se no plano da ficção. Através delas, podemos estudar esses lugares como pontos da experiência humana, individual ou coletiva. Por conseguinte, daí poderem resultar em traços culturais e de identidade (Tissier, 1991, *apud ibid.*, p. 71).⁶

Este alargado enquadramento teórico é essencial para se interpretar o relevo conferido por certos escritores à descrição de lugares onde se desenvolve a ação dos protagonistas. Isabel Ferreira salienta mesmo que a aproximação à realidade conduz “a sentimentos de identificação e pertença junto daqueles que comparam os textos ficcionados e o seu espaço, com o espaço geográfico” (*ibid.*, p. 72). O mesmo tipo de abordagem ganha ainda mais significado na relação entre estes *territórios literários* e a literatura de ficção de pendor regionalista. Neste caso, os escritores criam personagens em cenários reais, moldados pelas suas próprias vivências.

A obra de Aquilino Ribeiro encontra pleno cabimento neste amplo paradigma de conceptualização. Analisada deste modo, são também inúmeras as potencialidades nos planos do turismo cultural, do *marketing* territorial e do turismo literário. No respeitante à projeção do território da Beira Alta com base nessa obra, surgiram nos últimos anos válidos contributos para valorização e promoção do turismo literário como valência do turismo cultural⁷.

3. A Beira de Aquilino na obra ficcional

A região aqui demarcada – a *Beira de Aquilino* – corresponde a uma área geográfica do atual distrito de Viseu. Em sentido descendente, identificamos, a partir da cidade de Lamego, cenários do romance *A Via Sinuosa* (1960). Alargamos depois o horizonte até aos planaltos da serra da Nave, percorrendo os concelhos de Sernancelhe, Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva. No interstício das fronteiras com Aguiar da Beira, avistamos as faldas da serra da Estrela, como farol de orientação.

Foi neste território – com a gente que nele habitava há mais de um século – que o escritor teve o embalo do seu berço e embebeu a inspiração da sua escrita. Foi essa Beira “desabrida e dura, ponta óssea da meseta castelhana, planalto varrido pela inclemência do tempo, empedernido para toda a eternidade e virgem como no começo das coisas” (*Arcas Encoiradas*, 1962, p. 11), que transportou, modelizada, para as obras de ficção. A natureza constituiu, desde as primícias, o elemento preponderante dos cenários da sua obra. Nela se pressente, a par e passo, a força genesíaca dos *elementos*. É essa natureza – na sua condição botânica e telúrica, vivida e sentida pelas personagens –, que encontramos plasmada em muitas páginas antológicas. Trazemos de seguida à boca de cena algumas dessas páginas.

Dissemos atrás que muitas das obras de Aquilino têm como cenário a natureza da Beira Alta. Aí se revela o quotidiano das personagens, envolvidas na fragrância da vida do campo, na faina das sementeiras e das colheitas, nas festas e romarias, num ritmo cronológico cadenciado pelo rodar das estações.

Para o propósito deste ensaio, selecionámos algumas obras de ficção, a fim de retermos imagens do ambiente natural e humano, bem como a cosmovisão do escritor sobre a “bronca, fragrante e sincera Serra”: as *suas* terras do demo.

3.1. Ambiente natural e humano em contos e novelas

Os extratos seguintes evidenciam marcas da idiossincrasia do beirão, numa estreita ligação às leis da natureza. A superioridade cósmica a que o camponês está sujeito não o faz sucumbir. A resistência tenaz e a força anímica foram-lhe transmitidas pelos seus antepassados, como herança. Aquilino retrata a condição humana e traduz o apego às raízes telúricas, configurando um sentido épico da Terra.

Desde cedo se manifestaram esses traços na sua escrita. A receção crítica salientava precisamente essas características logo na obra de estreia literária, de 1913. Assim se expressava Câmara Reis:

A labuta que prende o camponês à sombra das árvores e ao sulco da charrua parece irmaná-lo a esses seres lendários gerados toscamente no ventre da terra e tendo, na enrugada e crespa figura, uma augusta rudeza e uma beleza dominadora. [...] Sentenciosos e graves, eles têm quase sempre, na voz e no olhar, uma benigna e dulcíssima humildade.

E contudo, arreigam-se na sua existência vegetativa paixões e interesses tenazes. Sentem pela terra um misto de amor e de ganância tacanha. Há nos seus cuidados e tarefas uma obstinação estreita, uma ânsia de lucro, uma preocupação de pé-de-meia, que, na verdade, os contínuos rebates da pobreza justificam.⁸

Esta idiossincrasia patente no comportamento das personagens, revelada no livro *Jardim das Tormentas*, vai ter continuidade na maior parte da obra romanesca. O cenário do conto «À hora de Vésperas» estende-se pelo “povilêu serrano enrijado a olhar o Marão e a Estrela”. A figura central, o almocreve Isidro, lamenta a sua condição social, sentindo-se vítima de injustiças várias. Aqui estão retratados os costumes e as miudezas da vida aldeã. A descrição do quotidiano da aldeia proporciona desde logo ao leitor um estímulo sinestésico, patente em diversos planos sensoriais:

Às duas bandas estendiam-se várzeas de milho e terra de batatal, corada do sol, e já duma ou doutra belga despontavam as folhas primeiras, em cone como orelhas fitas de gato, dum tom brandinho de esmeralda. Ao longe a encosta floria, mal verdegando por ela abaixo a tatuagem solitária dos regos do centeal. Um ou outro batido do sol poente, de traço recurvo, cheio de água, reluzia como prata. (pp. 179-180)

No conjunto dos chamados contos de temática regional, selecionamos, em *Estrada de Santiago*, de 1922, a novela «Valeroso Milagre». A trama tem como cenário a Beira e como centro da ação o Convento da Tabosa. O fundo histórico assenta na terceira invasão francesa comandada pelo marechal Massena. Neste cenário, é congeminada uma fabulosa artimanha para afugentar as tropas francesas. Os sinistros alertas de destruição e de chacina exacerbam os receios da população. Vindos da Serra da Lapa, uns pastores tinham avistado “nos cerros do Vouga”, as nuvens de poeira e o faiscar das baionetas. “Jesus, Nossa Senhora, os franceses estavam aí botados!” (p. 147) – ouve-se em alarido.

Perante o desassossego coletivo, o sino toca a rebate e toda a aldeia reage ao repicar aflitivo. Frei Gil, capelão do convento, impele a população a marchar contra o inimigo, com uma estratégia que evite a destruição iminente. É extraordinária a forma como a narrativa está construída, associada

a uma série de elementos reveladores do pulsar da vida aldeã, com o pendor da religiosidade a desempenhar um papel fundamental.

No livro publicado em 1947, *Caminhos Errados*, respigamos a novela «Fereza». Aqui, o cenário envolve as arribas do Vouga e o curso do rio. Tudo converge para os comportamentos do novo ermitão do santuário da Senhora de Penhavouga. Perante uma descontrolada angústia, procura livrar-se de um intrincado empecilho, mas põe em risco a própria vida. As margens do rio Vouga servem de cenário ao desfecho da narrativa; ali mesmo, “na arriba de rocha, no fundo da qual se via o rio espadanar furioso e bravio, anaçado de espuma.” (p. 252)

Incluída na mesma obra, a novela «Renúnciação» está repleta de referências à Beira e aos penedais da Nave, com múltiplas alusões às terras do Vouga. Adozinda, uma “ruivita de vinte anos, cabelo no ar, olhos azuis, saia por cima do joelho, alentejana” (*ibid.* pp. 257-258), é levada da capital para a aldeia pelo narrador, de 55 anos, durante um mês, não sem ser avisada da exiguidade das condições de alojamento. Ali se irá sentir privada dos utensílios urbanos, mas encontrará, como bálsamo, em redor da casota serrana, a natureza a florescer com o aroma do rosmaninho e do sargaço, bem como abundância de coelhos, perdizes e lobos.

Não obstante o pendor descritivo dos hábitos e tradições da Beira, esta é uma novela surpreendente, devido à sequência do enredo, por etapas sinalizadas no meio rural. Aí encontramos referências geográficas alusivas à romaria da Senhora dos Remédios, “que tem seu santuário nas faldas do monte que fica atrás da nossa serra” (*ibid.* p. 311), bem como a envolvente popular da secular tradição.

Porém, a procura de conhecimento, por parte de Adozinda, das romarias e feiras da Beira leva o narrador a satisfazer certos caprichos. É o caso da feira de Lamas, de Barreiras e de outras que se encontram por ali “direito ao planalto que liga a serra da Lapa à da Nave” (*ibid.* p. 291). Aqui se encontra um antológico registo de cariz etnográfico sobre as feiras tradicionais. Elas são, enfatiza o narrador, “uma espécie de grande bazar de há séculos, como se encontra descrito por aqueles viajantes que percorrem as sete partidas do mundo à cata do Preste”. Todas têm o seu quê de pitoresco; elas refletem “a fisionomia da Beira, se não de Portugal inteiro”.

No mesmo ambiente serrano, tem lugar um mercado tipicamente beirão. A encenação transmite bem a cor local do corupio mercantil mantido na Beira de geração em geração. O leitor sente-se envolvido na azáfama da interpelação, ouve as vozes estridentes do regateio, participa no alvoroço

da negociação, visualiza a cascata de quinquilharias, entra em cena, como um entre os demais aldeãos.

Como ilustração da magnífica capacidade descritiva, transcrevemos breve excerto. A dada altura da caminhada, já o sol ia a pino, o sino alto-anunciador anuncia o meio-dia. De repente, impõe-se um costume que ninguém se atrevia a desrespeitar (*Caminhos Errados*, 1970, p. 289):

E imprevistamente, sobre a minha confusão e a algazarra beduína da população mesteiral, a torre lança o meio-dia. Pausa imediata: tiram-se chapéus e carapuças. O ferrador deixa o cravo a meio; o magarefe suspende o golpe da faca; o piteireiro estaca com o copo na mão; a mocinha, que “tocava” a panela, pára com o toque; as senhoras e os ociosos deixam de peripatetizar; mesmo o “vá ser cigano lá fora” fica em suspenso. Tudo, em suma, que era voz articulada extingue-se por efeito mágico do *Ângelus*.

Acrescentemos outro excerto a este conjunto de narrativas. A novela «A Casa Roubada», do livro *O Servo de Deus e a Casa Roubada*, de 1940, serve o mesmo objetivo. O espaço da ação é a Beira Alta, envolvendo as aldeias de Ariz, Lamosa e Alvite. O enredo tem início junto à igreja, onde os paroquianos se reúnem para a devoção e o convívio dominical. Naquele dia, assinalava-se a festa do mártir S. Sebastião, que trouxera grande concentração de forasteiros. No meio do aglomerado, sobressaíam as capuchas, “lentas e em carreiro como processionários”. Ali acorria gente de todo o lado, muitos em busca da cura do *ferro santo da Lapa*. Neste ambiente serrano, ganha protagonismo a figura de Chico Milfontes, cavaleiro andante da serra. Embora trabalhasse a terra para sobreviver, os mais dos dias minava ou batia a serra e o rio. Mas outros traços o caracterizavam (*O Servo de Deus e a Casa Roubada*, 1940, pp. 171-172):

Com a arte com que explorava a serra, explorava o rio [...]. Tinha as manhas boas e más dos viventes, em especial as dos bichos que exercem a atividade de noite, e sob o ponto de vista humano, aquelas que se resumem em amar e odiar. A sua fisionomia era a da própria serra, tendo a alegre e descudada fleuma da água perdida pelos chavascais, a ligeireza sem causa nem rasto do vento, a frugalidade dum láparo, o ardil do raposo e em certas ocasiões a ferocidade do lobo.

Sublinhamos a expressividade da caracterização desta personagem. Como filho da terra, a sua fisionomia era a da própria serra. Milfontes so-

brevivia conforme a rotina e os costumes dos animais, cujas manhas conhecia melhor que ninguém.

Encontramos imagens idênticas noutras obras de ficção. Mas fechemos esta ilustração com a formidável novela «Aninhas», inserida no livro *As Três Mulheres de Sansão*. Aqui se encontra o devotado fascínio pela terra beiroa e a sedução pelo desabrochar da natureza. O narrador, licenciado pela Universidade de Sorbonne, acabara de chegar à casa paterna, na aldeia. Em atos de introspecção intelectual, interroga-se sobre a sua relação com a serra, sobre as terras a que chama suas, pelo “sacratíssimo direito de propriedade”. Amadeu questiona-se, porém, sobre os direitos adquiridos e os foros de senhorio, mercê duma jurisprudência que muitos homens reputam instrumento admirável de justiça e liberdade, considerados absolutos. “Absolutos – reflete – como se eu fosse simultaneamente, criador e *imo* do terreno, despenseiro do sol que o fecunda, da chuva que o rega, do oxigénio que o vivifica. Sou menos dono da minha própria corporeidade do que daquilo” (p. 165).

Na finalização da novela, a personagem reconhece que o ser humano belo e sadio (tal como a formosa Aninhas) se cria ali na serra, a céu aberto de montes e vales. E o leitor, seduzido pelo enleio, interioriza o embevecimento crítico do narrador. A imagem construída de admiração da natureza pode ser retida como descrição idiossincrática de claro recorte aquilino: “assim se me figurava toda a terra beiroa, amena, generosa, sem ser pingue, sacudida por músculos temíveis, embora bárbaros.” (*ib.*, p. 178)

3.2. Ambiente natural e humano em romances

Nos excertos anteriores, encontrámos a presença da Beira no ambiente, nos costumes, nas personagens. Façamos agora idêntica prospeção em narrativas mais extensas. Se a obra *Terras do Demo* (1963) tem sido alvo da crítica literária como referência neste conspecto⁹, vários outros romances respondem ao mesmo objetivo, por proporcionarem, ademais, abordagens de teor histórico, ideológico, ético e sociológico. Debrucemo-nos de seguida sobre o tríptico *Andam Faunos pelos Bosques* (1925), *Volfrâmio* (1944) e *Quando os Lobos Uivam* (1958).

Em 1925, Aquilino publica o mais extraordinário dos seus romances, *Andam Faunos pelos Bosques*. A ação decorre no seu espaço de eleição, a serra da Nave, com a afloração de giestas e urze, moitas e brejos, bosques e penedos. Aqui se revelam vivências, hábitos, crenças e tradições dos habitantes das aldeias montesinhas, chamados à cena como personagens. Mas

a sua pacata vivência é perturbada por inesperados “assaltos” à pureza das jovens casadoiras. Por isso, é preciso reagir contra a entidade oculta. Vai daí, a serra é percorrida por quantos perseguem o rasto de “um génio, lúbrico e astuto como deus pagão, que uma a uma passava a donas as cachopas inocentes.” (p. 73)

Ora, contra o Bicho-mau, era necessária a ação conjunta da grei. Jerigodes planeia uma correria épica para sondar a serra a pente fino. Vindas de nascente, do sul ou de noroeste, os aldeãos escalam a serra da Lapa e as lombas do Carregal; rompem também as populações ribeirinhas do Távora, desde a Ponte do Abade e Vilar; sucedem no flanco os povos de Moimenta, Leomil e arredores; avançam os homens de Tarouca, Mondim, Sever e Alvite; de noroeste, aparelham-se as populações de Várzea da Serra, Almo-fala, Mouteiros e Quijó; à ilharga, alinham Pendilhe, S. Joaninho, Vila Cova à Coalheira, Touro...; e para fechar o cerco, “à mão esquerda, Queiriga, Fráguas, Barrelas, Alhais, Peva, três colunas atroavam os ares com alardo de guerra” (*Ibid.*, pp. 53-54).

Estes e muitos outros topónimos demarcam a geografia e os lugares da serra percorrida pela turba. Todos os escaninhos são revelados, como se o leitor, integrado na comitiva, fosse desafiado a reconstituir os passos da fantástica perseguição. Surpreende o pormenor descritivo, seja no recorte do horizonte, nas tonalidades da paisagem, na palpação multicolor da flora, na vitalidade constante da fauna, em permanente *diálogo* com a presença humana. É recorrente a osmose entre a natureza e personagens, sentida também pelo leitor.

Um outro romance maior de Aquilino, *Volfrâmio*, teve a sua primeira edição em 1944. Em páginas lapidares, aí se descreve o funcionamento de uma mina de volfrâmio, ou tungsténio, e a corrida desenfreada da população ao minério durante a segunda guerra mundial. Também aqui pululam topónimos inspirados em recônditas aldeias beiroas, localizada na serra dos Milhafres:

Ali em Arcabuzais e noutras localidades serranas como Ponte de Junco e Almofaça, os moradores menos ricos – o filho de Louvadeus tinha sido do número – logrados pelo lema capcioso: produzir e poupar, uma bela manhã largaram em chusma para a serra de enxada às costas e de charrua quem a tinha, e entraram a desbravar certas baixadas que lhes pareceram susceptíveis de dar fruto. (p. 149)

Os contornos geográficos da Beira estão aqui sinalizados. E não é apenas a perspetiva do narrador a assinalá-los. Também as personagens os têm

como bússola, através da personificação da natureza. Assim o entendia Louvadeus:

Lá longe, a serra da Estrela nem sei o que parece... uma gigantona que se cobriu com uma capucha e se deitou ao comprido, cabeça para a Guarda, pés para o mar. Fita a gente, como se a gente olhasse para ela. Quase se podia meter paleio de cá para lá. Havia de dizê-las bonitas se soubesse contar o que tem visto pelos tempos fora em céu e terra! (p. 105)

Esta estreita e umbilical ligação é estabelecida num outro livro emblemático, *Quando os Lobos Uivam*, datado de 1958, mais tarde proibido pela censura. Neste romance, desde início do conflito, revela-se um pressuposto insuperável, desde modo fundamentado por João do Almagre, um dos aldeãos: “A serra foi de nossos pais e avós, dos nossos rebanhos, dos lobos que no-os comiam [...]. A serra foi dos serranos desde que o mundo é mundo, herdada de pais para filhos. Quem vier para no-la tirar, connosco se há-de haver!” (p. 34).

Sendo esta uma ideia recorrente, corroborada pelo narrador, encontramos-a também formulada pela voz de Rigoberto, advogado defensor dos interesses coletivos, quando, fitando o delegado do Poder absoluto, declara:

– O progresso, senhor engenheiro, é uma operação, mas não é uma moral, convenho. Arborizem a serra e fiquem certos que vão bulir perigosamente com o *ethos* do serrano. Aos senhores, feitos na *Rerum natura*, pouco se lhes importa, bem sei. Mas têm esse direito? Reparem que a serra é serra, não selva. A alma do habitante gerou-se desses oiteiros petrificados e corgos cheios de saltos. Mas só assim é que valem, em tanto que conformadores do carácter. [...]

A serra é por assim dizer a extensão universitária destas aldeias rupestres, desabridas e broncas, autênticas terras do Demo. E aldeias e serras estão consubstanciadas até a sua fibra mais íntima. (*Ibid.*, p. 69)

Não era este o entendimento do *senhor engenheiro*, que defendia que, para transformar em realidade o sonho da modernização, era necessário anular a comunidade. A população das aldeias opõe-se tenazmente à arborização da Serra, numa luta pela sobrevivência do mundo rural. O combate é feroz, por colocar frente a frente os serranos da Beira Alta e os engenheiros vindos da capital. A batalha final é *de vida ou morte*: “se correr sangue, muito sangue, salva-se a serra. Mas só assim com um grande baptismo...”. (*Ibid.*, p. 94)

Algumas das imagens, como as da destruição pelo fogo¹⁰, acabam por causar a irradicação da população das suas terras e a destruição da paisagem natural da Serra dos Milhafres. Embrenhado nesta saga feroz, o leitor antevê o desfecho do conflito, pela desproporção das forças em combate. A florestação da serra é consumada. A família dos Louvadeus, de certa forma representativa de Portugal rural de então, desintegra-se. E o próprio, rejeitado pela pátria, retoma o caminho do Brasil.

Finalmente, não podíamos deixar na estante um dos livros mais emblemáticos da produção literária aquiliniana, agrupado na designada literatura infantil. Referimo-nos a *O Romance da Raposa*, publicado inicialmente em 1924. Este livrinho – escrito “com licença de mestre Esopo” e inspirado nas fábulas clássicas de La Fontaine e em contos populares portugueses – resultou das histórias contadas ao filho Aníbal, na infância. Mas, afinal, podia ser dirigido não apenas a crianças, mas também a jovens de todas as gerações, dadas as implicações temáticas e ideológicas aí versadas. A questão ambiental é uma delas, proporcionando uma abordagem atual da temática da “ética ambiental”. Esta obra, a par de outras do autor – como *Arca de Noé, III Classe* (1935) e *O Livro de Marianinha* (1963) – propiciam, como já foi bem anotado pela crítica, uma “reflexão sobre a ética antrópica e a ética animal, do ciclo animalista” (Queirós, 2013). De resto, faltarão ainda *consagrar* Aquilino como o primeiro dos ecologistas da nossa literatura¹¹.

Na galeria das personagens aquilinianas, a raposa Salta-Pocinhas tornou-se personagem arquetípica, por encarnar as qualidades da raposa das fábulas, como sejam a manha, a inteligência e o instinto de sobrevivência, que lhe conferem vitórias na relação com os seus opositores, nomeadamente o lobo Brutamontes, o texugo Salamurdo, o gato-bravo e o bufo. Como nas demais, palpita nesta obra a presença da Natureza, a grande mãe que molda o ser e a conduta do lado instintivo do humano. Como refere Augusto Fernandes, também aqui, “este vigor das raízes telúricas é reforçado em Aquilino pelo conceito de uma fraternidade entre homem e bicho, verificável, não apenas a nível instintivo e ôntico mas também da vida instintiva.” (Fernandes, 2008, p. 82)

Na entrevista inserida na mesma edição, à laia de “marginália”, o autor explicita a aproximação entre certos atos da vida animal e a vida humana. Cada criança saberia admirar nas habilidades e artimanhas de Salta-Pocinhas o modo de subsistir e de se impor na natureza. Preferiu, pois, “predispor as crianças para a vida de luta que para o sonho e a idealização abstrata...”.¹² Tendo em conta a diversidade do fundo temático e ideológico, esta obra vale como

epopeia, ou, diríamos melhor, secundando António Queirós (2013, p. 59), como uma dupla epopeia, “a da luta pela sobrevivência da espécie humana e das outras espécies animais, ambas assumindo paralelo filosófico e uma dignidade ética, que questiona ao homem o papel de rei tirano da natureza”.

Por fim, importa acrescentar que caberia dar continuidade a este percurso pelas obras de ficção, na mesma linha de leitura, percorrendo algumas das designadas “obras de rústicos”¹³. Destacariamos, nessa geografia sentimental de cariz mais etnográfico, títulos como *Aldeia*, *O Homem da Nave*, *Arcas Encoiradas*, *Abóboras no Telhado* e, nomeadamente, *Geografia Sentimental*, esta última com o subtítulo *História, paisagem, folclore*. Em todas elas se capta a arreigada solidariedade do beirão com a natureza. Nestes ambientes, terra, gentes e bichos fundem-se num paralelismo de situações e atitudes, configurando uma personificação da natureza e da fauna vária. Manuel Mendes (1977), biógrafo de Aquilino, cedo chamou a atenção para esta relação, aventando que “os seus serranos, personagens do melhor da sua obra de ficção, são talvez mais genuínos que os bichos do monte...” (p. 18); serão eles ainda hoje – acrescentamos nós –, quem mais preserva a ligação cósmica do Homem à Terra. Ora, como procurámos mostrar, a pena de Aquilino, modelada pelo “surto épico” do seu estilo, conduz-nos, decorrido mais de um século, ao esplendor do universo telúrico, ao primitivismo ruralista da sua geografia sentimental, configurada (como) território literário.

4. Conclusão

Folheada e lida a obra de Aquilino, fica patente a ideia de que é o meio em que o homem é gerado e criado que lhe define a fisionomia, o carácter e a personalidade. A sua escrita traduz artisticamente essa cosmovisão, moldada no contacto com a natureza e refletida, em grande parte, na geografia da região da Beira.

Na «Dedicatória» a Carlos Malheiro Dias, inserta, em jeito de prefácio, em *Terras do Demo*, o autor caracteriza do seguinte modo a região que lhe serviu de berço e de inspiração para a maior parte da produção literária:

Circunscrito, é intuitivo, a indivíduos rudes, teve em mira este trabalho pintar dessas aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro, e, a norte, lhes parece gamela

emborcada o Monte-Marão. O vale, que as explora, trata-as despicientemente por “Terras do Demo”. [...] Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se têm mantido, sem perdas nem lucros, à margem da civilização. (p. 7)

Desta viagem parcial pelo universo ficcional, terá perpassado o fascínio pela descrição do ambiente e das *paisagens literárias*, com a inconfundível marca estilística do autor. A cosmovisão desse universo, amplificada e tornada perene pela modelização artística, corporiza-se nos lugares e nas veras personagens da vida serrana, na ruralidade da aldeia, nas gentes e bichos, que, nessas páginas, ganham vida própria e identidade genuína. Daí que lê-lo no âmbito de um catalogado regionalismo é empobrecer irremediavelmente a sua mestria como escritor.

Isso mesmo reconheceu Urbano Tavares Rodrigues (1984), ao afirmar que “o mundo rural primitivo, que Aquilino Ribeiro capta nas suas novelas e contos, excede em muito, como realização literária, a ‘pintura’ regionalista, para se alçar ao nível das grandes criações universais.” [...] É notável – acrescenta – como “um intelectual, um letrado, versado em humanidades e com os olhos no relógio da história e da ciência, arranca da plebe e dos seus valores, das fragas da Beira Alta.” (p. X). Concluímos, também nós, fascinados com a portentosa representação de espaços rurais e de quadros construídos com base numa *conceção épica* da terra e do ser humano que conferem ao escritor, no cânone literário, um lugar cimeiro da arte de narrar.

Em suma, procurámos sintetizar neste ensaio o resultado de múltiplas leituras, captando, na obra ficcional, a identidade da natureza beiroa. Aqui se revela Aquilino todo inteiro; quer dizer, devotando toda uma vida à escrita, esculpiu em palavras a sua beira natal, com a autenticidade das suas raízes e a genialidade do seu talento literário.

Referências bibliográficas

1. Bibliografia Ativa referenciada

- RIBEIRO, Aquilino (1951). *Geografia Sentimental*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1958). *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1960). *A Via Sinuosa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1961 [1924]). *O Romance da Raposa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1961 [1944]). *Volfrâmio*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1961). *Jardim das Tormentas*, Lisboa: Livraria Bertrand.

- RIBEIRO, Aquilino (1962 [1925]). *Andam Faunos pelos Bosques*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1962). *Arcas Encoiradas*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1963). *Terras do Demo*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1964). *Aldeia: Terra, gente e bichos*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1967 [1940]). *O Servo de Deus e a Casa Roubada*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1968). *O Homem da Nave*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RIBEIRO, Aquilino (1970 [1947]). *Caminhos Errados*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1972 [1932]). *As Três Mulheres de Sansão*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Aquilino (1984 [1922]). *Estrada de Santiago*. Lisboa: Livraria Bertrand.

2. Bibliografia Passiva

- ALMEIDA, Henrique (1990). “Reconsiderações sobre a língua literária de Aquilino no romance ‘Terras do Demo’”, *Colóquio/Letras*, 115-116, maio-agosto, pp. 15-26.
- ALMEIDA, Henrique (1993). “Para um enquadramento de leitura(s) da obra de Aquilino Ribeiro”. *Máthesis* (2), pp. 173-190. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt>
- ALMEIDA, Henrique (1993). *Aquilino Ribeiro e a Crítica*. Porto: Edições Asa.
- ALMEIDA, Henrique (1997). *Terras do Demo: Itinerário Aquiliniano*. Viseu: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro.
- ALMEIDA, Henrique (2003). *O Fascínio e Escrita da Terra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- ALMEIDA, Henrique (2019). *Glossário Aquiliniano do romance Terras do Demo*. Viseu: Edições Esgotadas.
- BACHELARD, Gaston (1961). *La Poétique de l'Espace* 3e éd., Paris: Les Presses universitaires de France [tradução portuguesa: *A Poética do Espaço* (2008), 2.ª ed., Martins Fontes]
- CLAVAl, Paul (1999). *Geografia cultural*. Florianópolis, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina.
- ENSTICE, Andrew (1979). *The Landscapes of the Mind*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- FERNANDES, A. Augusto (2008). *Sob o Signo da Terra e do Homem*, Viseu: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro
- FERREIRA, Ana Isabel (2020). *Terras do Demo – Turismo e Desenvolvimento num Território Literário* (Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt> (consultado: junho de 2021)
- HAYSOM, Peter (s/d). “Obsessiva eternidade”: O fim do mundo rural, segundo Aquilino Ribeiro, Universidade do Porto. *Libretos*. Acessível em: ISBN 978-989-99375-7-4 (consultado: julho de 2021)

- HERBERT, D. T. (1996). Artistic and literary places in France as tourist attractions. *Tourism Management*, 17 (2), pp. 77-85. Doi:10.1016/0261-5177(95)00110-7
- LOPES, Ana Isabel (2007). *Terras do Demo – Potencialidades Territoriais no Desenvolvimento do Turismo Cultural* (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia (consultado: junho de 2021)
- LOPES, Ana Isabel V. (2020). Terras do Demo – Turismo e Desenvolvimento num Território Literário, URI: <http://hdl.handle.net/10316/92418> (consultado: maio de 2020)
- MATOS, Maria de Nazaré (2010). “Um olhar sobre o espaço nos contos canónicos de Aquilino Ribeiro” (dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro), acesso <http://hdl.handle.net/10773/4244> (consultado: maio de 2020)
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1985). Terras do Demo – Aspetos Geográficos. *Revista Beira-Alta*, Viseu. 44: 3, pp. 369-387
- MENDES, Manuel (1977). *Aquilino Ribeiro – a obra e o homem* (2.º ed.). Lisboa: Arcádia.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1990). Aquilino: espaço-gente”, *Colóquio Letras*, n.º 115-116, maio-agosto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NEMÉSIO, Vitorino (1978). *Portugal, a Terra e o Homem*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- OLANDA, Diva A. & ALMEIDA, M. G. (jul./dez. de 2008). A Geografia e a Literatura: uma reflexão. *Geosul*, 23 (46), pp. 7-32. Doi:10.5007/2177-5230.2008v23n46p7
- PINTO, Paulo (2016) Aquilino Ribeiro e as “Terras do Demo”: o marketing num território literário, URI: <http://hdl.handle.net/10400.19/4520> (consultado: setembro de 2019)
- QUEIRÓS, António (2013). “Representações da Natureza no Pensamento Português Contemporâneo – Aquilino Ribeiro e a Filosofia da natureza e do Ambiente”. In *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Intervenções.* Edição CFUL, pp. 47-64. ISBN 978-989-8553-20-1 (acesso 13 de julho de 2021).
- QUEIROZ, Ana Isabel (2007). *A Paisagem de Terras do Demo*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (1984). Prefácio, *Novelas e Contos Completos de Aquilino Ribeiro*, Lisboa: Círculo de Leitores, p. X.
- SARDO, Anabela N. (2008). Turismo Literário: uma forma de valorização do património e da cultura locais. *Egitania Scientia*, pp. 75-96.
- SCHAMA, Simon (1995). *Landscape and Memory*. Londres: Harper Collins.
- SILVA, Valéria e CARRETO, Carlos (2020), “O Imaginário entre a Geografia e Literatura”, in *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*. ISSN 2238-3565, v. 9, pp. 219-236.
- VILAGRASA, Joan I. (1988). Novela, espacio y paisaje: Sugerencias para una geosofía estética. *Estudios Geográficos*, 49 (191), pp. 271-286.

Notas

- ¹ Palavras proferidas por Aquilino Ribeiro no banquete em sua homenagem, no Rio de Janeiro, em 1952, in *Aquilino Ribeiro no Brasil*, Bertrand, 1952.
- ² Certas narrativas têm outros cenários, como a capital, a metrópole francesa, as terras ibéricas e a província minhota, neste caso no romance *A Casa Grande de Romarigães*.
- ³ Mourão-Ferreira analisa esta característica estrutural em “Aquilino: espaço-gente”, *Colóquio Letras*, n.º 115-116, maio de 1990, pp. 45-54. G. Bachelard aprofunda as repercussões simbólicas da imagem dos lugares no subconsciente do ser humano, na obra de referência *La Poétique de l'Espace* (1961); Valéria Silva e Carlos Carreto abordam, em “O Imaginário entre a Geografia e Literatura” (2020), a relevância dos estudos de Geografia e Literatura, apresentando o contributo da filosofia do imaginário de Bachelard para uma leitura do espaço na literatura; Oziris Borges Filho e Sidney Barbosa desenvolvem, em *Poéticas do Espaço Literário* (2003), Univ. Brasília: Ed. Claraluz, a categoria narrativa do espaço.
- ⁴ Cf. Queiroz (2010). “Convite para as paisagens literárias urbanas”, Lisboa: proximofuturo. gulbenkian.pt (acesso 20 de junho 2021)
- ⁵ Desenvolvemos esta pluralidade de perspetivas de leitura, em “Para um enquadramento de leitura(s) da obra de Aquilino Ribeiro. *Máthesis* (2), UCP. Viseu. pp. 173-190.
- ⁶ Cf. J. Tissier (1991). *Géographie et Litterature*, p.237, *apud* Ana Isabel Ferreira (2020), *ibid.*, p. 71.
- ⁷ Alguns contributos estão contidos no estudo introdutório do nosso *Glossário Aquiliniano* (2019), Edições Esgotadas, Viseu. Um relevante estudo sobre o mesmo tema foi desenvolvido por Paulo Pereira Pinto (2016).
- ⁸ Câmara Reis, in *A Lucta*, A. 11 de Abril de 1914, p. 1.
- ⁹ Ver a este propósito, de nossa autoria: “Reconsiderações sobre a língua literária de Aquilino no romance *Terras do Demo*” (1995), *Colóquio-Letras*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 115-116, pp.15-16; o roteiro *Terras do Demo – Itinerário Aquiliniano* (1997); *O Fascínio e Escrita da Terra* (2003). Entre os trabalhos académicos sobre esta temática, salientamos os excelentes estudos de Queiroz (2009) e de Ferreira (2020).
- ¹⁰ Cf. Peter Haysom (2017). “Obsessiva eternidade”: O fim do mundo rural, segundo Aquilino Ribeiro”, *Libretos*. ISBN 978-989-99375-7-4 (acesso: 20 de julho de 2020). Neste estudo, o autor compara a destruição da serra a uma cena apocalíptica, como se assistíssemos à “abertura das portas do Inferno nas Terras do Demo”, pp. 9-10.
- ¹¹ A proposta é fundamentada por António Fernandes (2008, p. 81).
- ¹² Aquilino Ribeiro, *O Romance da Raposa*, “Marginália”, p. 171.
- ¹³ Perspetivamos também essa abordagem na nossa publicação *O Fascínio e a Escrita da Terra* (2003).

CAPÍTULO 5

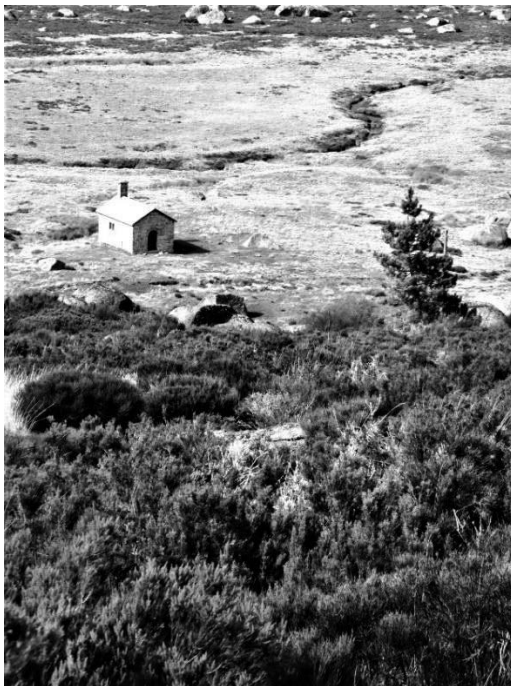


Foto: Ana Cristina Carvalho



Foto: Manuel Alberto Pereira

Resumo

Invernos opressivos e Verões insalubres: O Clima da serra da Estrela no romance *A Lã e a Neve*

A Lã e a Neve (1947) – romance maior da Literatura Portuguesa do século XX – narra com realismo a transição de um sistema económico rural para outro predominantemente urbano-industrial, numa intriga ancorada na geografia da serra da Estrela, sendo um bom exemplo do papel documental da ficção literária.

Este artigo propõe uma leitura do romance que explora os seus conteúdos climático e eco-humano, de modo a demonstrar: i) o seu valor documental sobre o Clima extremo da serra e a dependência económico-social desse clima, matéria plausível para a História ambiental da região; e ii) que o fator Clima é literariamente crucial para dar sentido e dramaticidade à narrativa. Complementou-se a análise interpretativa com o método de análise textual temática (Bardin, 1995) com quantificação de vocábulos agrupados na categoria “Clima” – e usa-se o termo “Climocrítica”. Os resultados confirmam as hipóteses e como a tónica do frio e da neve alimentam a presença, nesta ficção, de outro conceito muito atual na Ecologia Humana: a vulnerabilidade a uma situação ambiental adversa.

Palavras-chave: Ecologia Humana. Vulnerabilidade Humana. Clima de montanha. *Climocrítica*. Romance português. Ferreira de Castro.

Abstract

Oppressive Winters and unhealthy Summers: The Climate of Estrela mountain in the novel A Lã e a Neve [Wool and Snow]

The Wool and the Snow (1947) – one of the greatest novels in Portuguese literature from the 20th century – realistically narrates the transition from a rural economic system to a predominantly urban-industrial one, through an intrigue anchored in a geography represented by the Estrela Mountain range, thereby illustrating the potential documentary role of literary fiction.

This paper proposes a reading of the novel that explores its climatic and eco-human content, in order to demonstrate: i) its role in the documentation of the extreme weather of the mountains and the socio-economic dependence on it, which is a plausible subject for the regional Environmental History; ii) the central literary role of environmental factor “Climate”, providing meaning and drama to the narrative. We complemented an interpretive analysis with thematic textual analysis (Bardin, 1995), with quantification of words grouped in the “Climate” category – and used this work to create the term *Climatecriticism*. Results confirm the hypothesis and indicate how the topic of chilly weather and snow nourish the presence of another very trendy concept in Human Ecology: the vulnerability to an adverse environmental scenario.

Keywords: Human Ecology. Human Vulnerability. Mountain climate. *Climatecriticism*. Portuguese novel. Ferreira de Castro.

INVERNOS OPRESSIVOS E VERÕES INSALUBRES: O CLIMA DA SERRA DA ESTRELA NO ROMANCE *A LÃ E A NEVE*¹

Ana Cristina CARVALHO

Cics.Nova, FCSH NOVA de Lisboa
Centro de Estudos Ferreira de Castro
acristinacarvalho22@gmail.com

A montanha impõe-se! As vozes roucas são a ressonância do ribombar das tormentas nos píncaros elevados; as próprias canções, os *rimances*, como lhes chamam por algures, são monótonas, da monotonia da montanha – não na escultura sempre variada, mas na cor pardacenta da áspera serra.

Alfredo F. Martins,
O Esforço do Homem na Bacia do Mondego (1940)

1. Introdução ao romance da Estrela

Em 1945 o escritor Ferreira de Castro, opositor ao regime do Estado Novo, que combatia essencialmente por meio da sua escrita, inicia o seu sétimo e mais longo romance, *A Lã e a Neve* (1947). Nele traça um retrato documentado e maduro sobre a transformação mecanizada da lã de ovelha nas fábricas da Covilhã junto à ribeira da Carpinteira, na serra da Estrela. O romance inclui-se numa sequência de nove títulos que podemos designar por “Apogeu” da obra castriana (Carvalho, 2016), dadas a boa receção pela crítica e o público e a grande difusão internacional: teve onze edições portuguesas em vida do autor² e foi o seu segundo livro mais traduzido, depois de *A Selva* (1930).

Em 1947, Rocha Martins elogia-lhe a coragem de publicar, “sob o signo da ditadura”, este romance “muito belo literariamente”, “muito superior revolucionariamente” (in Alves, 2007:108) – era a linha do “realismo novo” da época. O crítico Mário Dionísio (1947:305), por sua vez, disse ter o romancista “aproxima[do] a ficção do povo, conquistando para a preocupação social na literatura um lugar ao sol”, embora os seus conceitos de mundo, da vida e do romance “não [fossem] os de um neorrealista”.

A Lã e a Neve abre com um Pórtico – uma lídima lição de história natural e humana, num estilo claro e poético, sobre a serra da Estrela – que resume quer a conversão de pastores e tecelões artesanais em operários da indústria lanífera, quer a evolução do tear manual para o tear industrial.

A estrutura bifocal do romance – nas tensões do universo rural e nas difíceis relações sociolaborais operárias – pode aproximá-lo do neorrealismo no sentido em que a aspiração de fuga à miséria das condições de vida por parte do protagonista vem a unir-se a uma aspiração coletiva, após ele ganhar consciência da classe operária a que pertence. De resto, existe ao longo do enredo uma diluição da pessoa individual, quer no ambiente cumeeiro dos pastoreios, quer nas lutas fabris coletivas. As páginas de *A Lã e a Neve* são, isso sim, fiéis ao espírito vigilante e reivindicativo do seu autor, defensor da liberdade plena e íntegra, do trabalho digno e da rejeição da violência sobre o ser humano.

A Lã e a Neve – título de conotação ruralista que é quase a antítese do seu teor desditoso e condoído – mostra a história de uma transição individual dolorosa alimentada por um sonho pessoal, mas ilustrativa de uma transição coletiva: o modelo económico tradicional de montanha – agropastoril, quase primitivo, ecologicamente sustentável – que parcialmente se concerte num ávido sistema de transformação industrial, sujeito às leis do mercado internacional. O romance acompanha esse fenómeno de decomposição do velho mundo rural que foi a transferência de mão-de-obra serrana dos campos para os polos industriais, e o cru processo de proletarianização do campesinato, movido pela ilusão de melhores oportunidades de vida na urbe industrializada. Apresenta-nos, assim, duas faces da serra da Estrela: a pastoril e a industrial.

A tessitura da história organiza-se em três partes: a Primeira dedicada à vida de pastorícia sedeadada em Manteigas; a Segunda ao trabalho nas fábricas da Covilhã e ao alvedrio dos industriais sobre os operários; e a Terceira Parte elaborando sobre a fragilidade dos anseios humanos. A moldura temporal é bem demarcada entre pouco depois do eclodir da II Guerra Mundial e pouco após o seu término.

O protagonista é Horácio, guardador de rebanhos da Estrela, que alimenta um sonho singelo: ter uma casinha de família “airosa” e limpa, humilde aproximação às que vira durante o serviço militar em Cascais. Este sonho, incomum num pastor beirão da primeira metade do século XX, é o motor do enredo e vem a revelar-se utópico, à semelhança da sorte de outros protagonistas castrianos, como Manuel da Bouça (*Emigrantes*, 1928) ou Leonardo (*Terra Fria*, 1934). Horácio é um assalariado sem terra, como o eram 70% da população ativa agrícola portuguesa em 1940 (Rosas, 1994), mas representa na ficção estas estatísticas reais: ao tempo diegético, e no distrito da Guarda, a que pertence Manteigas, sua vila natal, 53,5% da população masculina acima dos 7 anos era alfabetizada (Ramos, 1988). Honrado e de caráter, Horácio personifica o tipo literário do homem bom que se autossacrifica, embora o autor o leve mais longe, atribuindo-lhe a referida evolução pessoal de alcance social. Idalina, sua mulher, uma camponesa desde sempre circunscrita aos horizontes da serra, faz o contraponto. Jornaleira em campos alheios, não comunga do sonho de uma habitação soalheira e salubre e não pertenceria aos 36,9% de mulheres que, de novo no distrito da Guarda e em 1940, eram alfabetizadas (*op. cit.*).

Embora a história seja mediada pela instância de um narrador onisciente, muito deve aos monólogos interiores, sobretudo aos de Horácio e das personagens com maiores aflições. O romance vive, assim, de um tom geral de tristeza, apenas aligeirado pelo autor no coloquiar das personagens – e também nos parágrafos do desfecho.

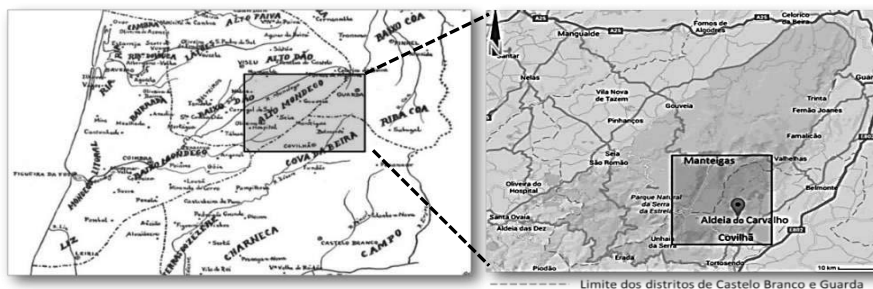
2. Contexto geográfico do cenário

Michael Macdowell (em Glotfelty, 1996: 387) fala do valor ecocrítico das narrativas com forte ligação à paisagem reconhecível pelo leitor. *A Lã e a Neve*, na sua supremacia da dimensão espacial sobre a temporal, é certamente uma das mais expressivas da Literatura Portuguesa. Mais do que relato de época, vale como um documento de lugar que espelha uma geografia de pequena escala e a organização das comunidades no território. É muito claro esse predomínio da dimensão espacial, fortalecida nas Primeira e Segunda partes como eixo fundamental da ação, que oscila entre dois polos: a Freguesia de Santa Maria, em Manteigas; e o dueto populacional Aldeia do Carvalho – Covilhã.

O cenário do romance situa-se na região que Orlando Ribeiro (1986), no Mapa das Unidades de Paisagem, classificou como “Cordilheira Central”. Esta “espinha dorsal” orográfica da Península Ibérica separa *grosso modo*,

no seu prolongamento para território português, o Portugal do norte do Portugal do sul. Para Mattoso, Daveau e Belo (2010:329), a serra da Estrela “impõe-se como um elemento físico cuja Natureza estruturante” une as Beiras em seu redor, mas também distingue o território que lhe está a norte (Beira Alta) daquele que se estende a sul (Beira Baixa). O romance ilustra parcialmente a unidade biofísica e de ocupação humana da serra, desdobrada em duas vertentes principais: a que olha a noroeste e cai abruptamente sobre o vale médio do Mondego; e a que, a sudeste, desce sobre a Cova da Beira (Ribeiro, 1995). Em 1950 Miguel Torga (ed. 2015: 51) achou que “todas as verdades locais” emanavam dela: “Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Beira? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela”.

O enquadramento geográfico do cenário romanescos segundo a classificação de Amorim Girão (1933) e no contexto do atual Parque Natural consta das figuras 1 (a) e (b). Na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (INE, 2013), o cenário situa-se na NUT III “Beiras e serra da Estrela”, incluída na NUT II – Centro.



Figs. 1 (a) e (b) – Localização dos cenários de *A Lã e a Neve* na Beira Alta e na Região Centro I, subregião “Alto Mondego”, do Mapa das Regiões de Portugal continental de Amorim Girão (1933) e no contexto do Parque Natural da Serra da Estrela.

Fontes: Carvalho, 2016 (adapt. de Gaspar, 1993:76 (sem escala no original))

Documentalista das regiões sobre as quais escreveu, Ferreira de Castro alimentou a objetividade das descrições cenográficas e sociais em *A Lã e a Neve* de um conhecimento direto da realidade da serra da Estrela, que adquiriu graças à sua tarimba de jornalista.

A construção do enredo faz-se, como já referido, em torno de dois polos, afastados na pequena escala geográfica da Estrela: a vila de Manteigas, pequena mancha urbana encastoadada numa vertente fronteira ao encaixe do

Zêzere, a 775 metros de altitude, e sua envolvência serrana moderadamente influenciada pelo ser humano; e o par Aldeia do Carvalho/ Covilhã, a primeira identificada no romance como uma “aldeia-operária” e a segunda, a 700 metros de altitude, fortemente artificializada pela atividade fabril. E assim o romance agrega, e simultaneamente distingue, esses dois mundos: o rural e o urbano-industrial.

3. O Clima de altitude como tópico

3.1. O “lúgubre tumulto do vento”, a neve como mortalha, o “sol inimigo”

Uma parte significativa de *A Lã e a Neve* é uma incursão sobre a geologia e o clima serranos da Estrela. Os fatores ambientais de primeira ordem trazidos à narrativa, dominando a paisagem e condicionando a atividade humana, são a rocha e o clima, e em boa parte, também, a orografia. O cenário natural corresponde a um ecossistema de montanha, onde as massas de relevo, a natureza dos solos e as particularidades climáticas, “grupos de fatores [naturais] que determinam a natureza das comunidades e dos ecossistemas terrestres” (Odum, 2007:582), impõem restrições à economia: comparativamente à terra chã, a montanha é menos povoada e também menos produtiva (Ribeiro, 1991). A hipertrofia literária destes fatores ambientais não se limita a vê-los como ingredientes cenográficos: as várias expressões climáticas ajudam a construir e a adensar a intriga, assumindo por vezes a magnitude de personagem.

Neste “excelente romance” que Orlando Ribeiro propõe aos leitores em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Ferreira de Castro não se limita a denunciar certa servidão humana. Uma outra dimensão invade o texto para acentuar a carga da desigualdade social do meio serrano: a força da Natureza. Em particular, a natureza climática. Tempestades, trovoadas, chuvadas de longas horas, nevões de conluio com ventos gélidos, frios impiedosos, calores sufocantes são as principais manifestações do clima de montanha, que em vários episódios de tensão parecem conspirar contra o ser humano. O primeiro deles ocorre durante a trovoadas de Primavera que surpreende dois pastores e seu rebanho, no Covão da Ametade (p. 67), perto da nascente do Zêzere: “Da banda da Nave de Santo António surgira uma baforada de nevoaça. Logo outra e outra e, em seguida, compacto nevoeiro, que descia para o vale. Pouco depois, baixavam no céu uns rumores surdos, prolongados, como se o Deus das alturas estivesse a arrastar os seus móveis. [...]”

Há também em *A Lã e a Neve* algumas manhãs submersas em brumas e nevoeiros. Nesta cena, o “branco espesso e frio” era “uma branca e álgida eternidade”, cuja translucidez revelava o movimento lento das ovelhas, na sua cobertura de lã aparentando também ela uma “névoa” (p. 68). Mattoso, Daveau e Belo (2010: 340) justificam este fenómeno meteorológico local pela disposição enviesada da serra, que facilita a penetração para sul do vento frio de nordeste e o aparecimento de “grandes ‘lagos’ de nevoeiro matinal nas depressões situadas do lado interior dos relevos ocidentais”. Ferreira de Castro, ao demorar-se num quadro visual esfumado pelo estado da atmosfera, cria uma paisagem “submarina” (p. 68), que é também uma paisagem sonora de traços bucólicos: “o som das campainhas era, agora, mais nítido, e, de quando em quando, ouvia-se um balido de ovelha, perdido na cerração”. Neste quadro de um rebanho, dois homens e um vale o romance inaugura o entrançamento das manifestações do clima com a envolvimento geológica (p. 71):

A bruma subia cada vez mais, deixando a descoberto os contrafortes ásperos, medonhos, do berço do Zêzere. Uma rotunda imensa, grave, misteriosa, de contornos imprevisíveis, começava a aparecer, como se as névoas do princípio do Mundo a abandonassem pela primeira vez. Iam-se desvendando enormes moles de granito, ao fundo, à direita, à esquerda, pedra de todos os milénios [...]. Essa muralha ciclópica e irregular, cheia de arestas, de vincos, crescia rapidamente, atrás do nevoeiro que se retirava. [...] – e um relâmpago recortava num fundo ígneo, lá nas alturas, as formas orgulhosas, absurdas, fantásticas, dos três Cântaros.

A prevalência do espaço natural nesta ficção manifesta-se não apenas nas atividades de subsistência humana que dele organicamente dependem, mas também através de deslocações físicas de relevância visual e narrativa. Temos o expoente máximo desta interpretação na Segunda Parte, durante a árdua travessia noturna entre Manteigas e a Covilhã, ao longo de vinte quilómetros pelo dorso da serra. As personagens Horácio e Serafim partem do “Fundo da vila”, resvés ao Zêzere, pouco antes de as oito horas dessa noite de Janeiro “reboar[e]m, com vagar, pelo vale imerso na obscuridade” (p. 222). Com a subida a uma “floresta de pinheiros” onde “rumoreja” o vento gelado, inicia-se um cortejo de fragmentos paisagísticos de linhas indefinidas (p. 223): “[...] os pinheiros dançavam, inclinavam-se, engrossavam ou adelgaçavam, sombras que o eram um momento num bailado estranho sobre a neve que cobria o chão”. Esta travessia de cinco horas pela serra mergulhada no Inverno é a ilustração mais pungente de como,

em *A Lã e a Neve*, o clima atua como personagem que interage com outras personagens: gera-lhes diálogos e estados de espírito, condiciona-lhes os movimentos, pesando na sua condição já por si desafortunada. Para montar a dramaticidade progressiva da cena, o autor convoca a topografia difícil e as variações do coberto vegetal do solo, mostrando o crescendo da inclemência do clima à medida que os dois homens vão ascendendo a cotas mais elevadas (pp. 223-224):

O vento, entretanto, crescera. E pusera-se a entoar um lamento cada vez mais forte e prolongado. Depois, largara-se a uivar, não se sabia em que profundas cavernas, que lhe avolumavam o desespero errante, enchendo a noite e a montanha de um lúgubre tumulto. Horácio e Serafim marchavam contra ele, de cabeça baixa e boca cerrada. Os flocos de neve, já sem ramagens de pinheiros que os detivessem, batiam-lhes no rosto, acumulavam-se sobre os chapéus e infiltravam-se entre a roupa e o pescoço. Dentro das suas quatro faces de vidro, a chamazita da lanterna vacilava, ora se distendia, ora baixava até quase se apagar, perseguida pelo vento que, enfiando-se nos interstícios dos ângulos, chegava até ela. [...]. Serafim arrependia-se de ter vindo. [...]. A neve aumentava, rodopiava em volta deles, fustigando-os sem cessar. Era a que vinha do céu e era a que o vento levantava da terra, arrojando-a como uma saraivada.

O melhor equivalente do poder intimidante e opressivo da floresta amazônica sobre o ser humano (tema de *A Selva*, 1930) talvez seja, em toda a obra de ficção castriana, estas quinze páginas onde a serra e a neve se articulam numa dupla personagem que leva ao limite da resistência e da coragem os dois caminhantes. Assistimos ao desespero de Serafim, pouco apaziguado pela autoconfiança de Horácio, e será talvez nos seus pensamentos que a travessia mais se revela uma metáfora da violência em que o pastor Horácio incorrerá na sua passagem do ambiente pastoril rumo à cidade industrial. Para o narrador, começa por ser “como se o vento quisesse vedar-lhes aqueles seus desolados domínios”, lançando-lhes ao caminho “desvairada força”, “regougos sinistros”, agravados pela “neve em turbilhão” (p. 228). Mas esta travessia no deserto de neve representa também a descontinuidade de cenários e modos de sobrevivência ilustrada no romance.

À medida que a topografia estabiliza e perde importância dramática, cede lugar às revelações geológicas, únicos ornamentos naturais vislumbráveis naquela panorâmica serrana noturna. A serra de certo bucolismo apresentada na Primeira Parte transfigura-se; perde, na ausência do sol, a

placidez e o silêncio de pastagens e searas de pão, revestindo-se de uma Natureza que, além de severa, é vociferante. Ao estímulo à audição Ferreira de Castro acrescenta texturas e consistências: “As mãos, falecido o seu vigor, deslizavam ao longo das varas, encortiçadas, inertes”; “a neve deformara tudo, covas e relevos, pedras e urzes, igualando, em longos trechos, o que, noutros dias e noutras noites, era diferente” (p. 230).

Não existe grande romantismo nesta Natureza terrena, apenas um encontro quase místico com a iminência da morte devida à fragilidade humana (tema aliás muito caro ao escritor), com suporte no espaço amplo da montanha e na indomabilidade dos elementos.

Do ponto de vista climático, a serra da Estrela oscila entre a amenidade e um “inferno” gelado, com prevalência deste. O mapa do ambiente térmico invernal de Daveau (1985), que envolve o período 1931-1960, onde se inclui o tempo da ação do romance, mostra a região escolhida para cenário incluída na classe “Muito Frio”, segundo os indicadores “temperatura mínima média do mês mais frio, Janeiro”, e “número de dias com temperatura mínima inferior a 0 °C” (que indica a estação fria mais longa). Esta associa-se a elevada precipitação anual, devida à presença de massas de ar oceânicas, que nas maiores altitudes dão lugar ao frio e ao vento (Mattoso, Daveau e Belo, 2010).

À eleição do clima como elemento central da narrativa está subjacente um conceito importante à luz da atual Ecologia Humana: o de vulnerabilidade humana a um fator ambiental adverso. O conceito estabelece uma ponte entre a esfera ambiental e as preocupações de natureza social que têm ganho expressão e atualidade também no contexto das alterações climáticas, nas últimas décadas³. A pobreza de um grupo social ou comunidade – entendida como deficiência de recursos a diversos níveis – é geralmente associada a uma elevada vulnerabilidade a ameaças externas. Ferreira de Castro não ignorou esta realidade. Uma analepse do capítulo VI da Segunda Parte, a partir de uma tarde de Fevereiro, revive o Inverno a findar e exhibe as diferentes vulnerabilidades aos extremos climáticos seranos dentro daquela sociedade (p. 243):

Era no fim de Fevereiro e mal eles entraram na Aldeia do Carvalho começara a chover. Choveu a noite inteira, uma chuva violenta, que Horácio ouvia bater sobre o telhado da casa de Ricardo, forte como grãos de chumbo. Mas de manhã, quando ele se levantou, só as poças dos caminhos e as folhas das couves, que luziam gotas como as do orvalho, guardavam lembranças da chuva. O céu abrira sobre a terra o seu grande olho luminoso – e tudo modificara. O frio amortecera e o gelo que resistira à noite pluviosa

brilhava, agora, ao Sol. Por toda a parte, os pobres pareciam respirar de alívio, pois os meses anteriores haviam sido tão rudes, tão frígidos, que até a neve caíra nas regiões do sul, onde, há muitos anos, não se via a sua pinta. Agora o Sol cobria tudo.

A apropriação literária deste fator ambiental castigador, com o intuito de sublinhar as desigualdades na sociedade operária e a gritante injustiça que reinava naquele meio, tem um expoente no episódio da casa operária na Aldeia do Carvalho, onde Horácio se aloja: numa noite gelada, uma mãe tenta usar trapos e o único cobertor da família para aconchegar vários filhos, enquanto ela e o marido se encolhem sob um corte de fazenda por ela “esbiçado” durante o dia. Aliás, o triste absurdo do frio gélido a que eram sujeitos aqueles que produziam agasalhos para exportação e para consumo dos portugueses endinheirados é uma das particularidades mais notórias e perversas de *A Lã e a Neve*. Vemo-la também quando Horácio não pode pagar um tecido para o fato do seu casamento: “Se os operários dali vestiam de lã as gentes de muitas terras, enquanto muitos deles andavam esfarrapados e traziam as famílias cobertas de trapos, era por não auferirem salários bastantes para comprar as fazendas sequer a preço de custo ou a prestações” (p. 245).

Mas a cena mais poderosa, a que levanta a questão da vulnerabilidade ao frio na voz de uma personagem e faz dessa desproteção dos pobres um caso de vida ou de morte, estende-se por nove páginas do capítulo III da Segunda Parte. Numa época em que “nunca os lanifícios haviam produzido tão grandes fortunas” (p. 161), um grupo de operários encontra à beira da estrada um velho pobre de pedir, antigo cardador das tecelagens de lã: “O corpo caíra sobre o lado direito e a neve fora crescendo em seu redor e criando uma concavidade para ele” (p. 167). Os homens querem resgatar o morto àquele sepulcro, mas apercebem-se de que os seus sobretudos, de tão gastos, não aguentariam o peso do velho. É um episódio do mais puro altruísmo, de princípios de solidariedade honrados na prática, um epítome da mentalidade de cooperação subjacente ao ativismo dos operários. Álvaro de Pina (1998: 253) tinha razão: “Ferreira de Castro não é um romancista tranquilizante”.

A verdade é que existe sempre em *A Lã e a Neve* um qualquer aspeto climático a fustigar o povo, a oprimir as famílias, a desencaminhar-lhes o bom curso da vida e da economia. E não é unicamente através dos rigores invernal e altitudinal que o clima recai, como uma punição, sobre as personagens. Também o tempo quente traz provações. A insalubridade das casas e a vulnerabilidade dos mais pobres assumiam outra variante quando, no

Verão, os habitantes do “labirinto proletário dormiam ao ar da madrugada, trazendo as enxergas para a rua”, “fugindo ao calor que os sufocava nas baiucas onde habitavam e aos parasitas que lhes chupavam o sangue” (p. 326). A alusão aos percevejos que medravam no tempo quente, alojados nas madeiras, mostra como estes eram para as famílias “um simples incidente na noite, que o Inverno eliminaria” (p. 379), enquanto que em Horácio acirravam mais ainda o anseio por uma casa digna e salubre. Outro exemplo surge no capítulo VI da Segunda Parte, quando o que parecia ser uma bela Primavera se transforma num pesadelo de “calor prematuro, que aos pobres aquecia, secava pastos, atrofiava searas” e emagrecia o gado (p. 247): “Se a estiagem continuasse, o ano seria terrível. A fome bateria, ainda mais desalmadamente, à porta dos pobres, já que o pouco que a terra produzisse só os ricos o poderiam comprar. As gentes passaram, então, a ver o Sol como um inimigo.”

Com o romance a aproximar-se do fim, um quadro invernal congrega esta desarmonia entre os habitantes e o clima da serra, assim como os abismos sociais que daí resultavam (pp. 381 e 382):

A neve continuou. Dos beirais dependuravam-se níveos berloques, níveas estavam as ruelas habitualmente escuras, tudo branco, tudo branco menos as portas dos casebres, que pareciam entradas para negras covas. [...]. Os velhos inválidos haviam desaparecido também do jardim público, expulsos pela neve que cobria toda a serra e dava às árvores da praça fantásticas expressões. Era a tremer de frio, dentes batendo nos dentes, que Horácio e Idalina se levantavam logo que cada dia apontava e se vestiam abalavam e estrada abaixo, cheia de vultos negros contrastando com a brancura que pisavam e dirigindo-se, como eles, para as fábricas.

Nos planaltos da serra a neve subira já muitos palmos e, então, como todos os anos, começaram a passar pela Covilhã rapazes e raparigas, filhos de gente endinheirada, que vinham de Lisboa fazer esquí. Traziam, por mor do tempo, muitos abafos, grossas blusas, luvas e gorros de lã [...].

É na Covilhã que Horácio continua a perseguir o seu sonho: Manteigas, sulcada por vias “onde, no Inverno, as enxurradas faziam correr todos os detritos”, os quais “no Verão, secavam, cheios de moscas, ao bom sol da serra” (p. 25), é olhada como a antítese do “lugar airoso e limpo” que ansiava para a sua futura família. Através de Horácio, Ferreira de Castro denuncia o estado das habitações populares do Portugal norte e centro da época. Replicam-se os ambientes domésticos de negrume e sujidade entre

quatro paredes de granito, na Aldeia do Carvalho, na Covilhã. A praga estival de percevejos revolta Horácio e antecede o anúncio da construção de “casas para os pobres” (p. 261). Primordial ponto de fixação humano no território, a casa assume desde as primeiras páginas do romance uma importância nuclear: é o sonho da casa que empurra a história para a frente. Mas um sonho que embate, no final, contra a dura realidade dos números e da sociedade: apenas um total de setenta casas se destinavam ao universo de seis mil operários. Ferreira de Castro descreve um sorteio público sob o frio tremendo de Janeiro, a fé que vai morrendo na gente enregelada, o abatimento de Horácio por não chegar a ouvir o seu nome (p. 332):

Cá fora, os candidatos a inquilinos, com suas mulheres, muito embrulhadas nos xales, tremiam de frio. Era um domingo de Janeiro e de noite caíra um nevão tão forte que o presidente da Câmara decidira telefonar para Lisboa, sugerindo o adiamento da cerimónia. De lá, porém, disseram-lhe que o enviado do governo, o dr. Navarro, já havia partido, com os jornalistas e fotógrafos [...]. O céu continuava soturno e via-se que, no alto da serra, continuava a nevar.

A tónica do frio e da neve é, como vemos, longitudinal à narrativa, enfatizando um fator ambiental que não reconhecia distinções entre perfis urbanos e rurais. Quando a nova Primavera desponta (é a quarta do romance), temos páginas descritivas da nova estação com uma riqueza equiparável às dos primeiros capítulos. Há notícias a confirmar o fim da II Guerra, uma espécie de Primavera mundial chega aos operários da Covilhã pelos jornais de Lisboa e Porto. Um novo Horácio nasce com esta Primavera, sem casa nova mas com uma nova consciência da importância das lutas coletivas por um futuro melhor⁴.

3.2. A sequência das estações no calendário rural da serra

À estabilidade dos afloramentos graníticos junta-se, na paisagem da Estrela e no romance, a flexibilidade das linhas de água, com relevo para o Zêzere e ribeiras e riachos que o alimentam. Os elevados níveis de precipitação encorpam-lhes o caudal. O rio é indispensável ao regadio das culturas de vale, rumoreja na sua descida para nordeste, serve de fundo sonoro a muitas cenas do enredo, fazendo-se ouvir em “surdos regougos” (p. 199) sempre que “a invernia o engrossava” (p. 198).

Fraco cultor do valor intrínseco dos elementos da Natureza, pautando-se antes por uma aproximação antropocêntrica a esse património, Ferreira

de Castro mostra em *A Lã e a Neve* a paisagem humanizada dependente de vegetação “domesticada”. Toda a ação desenrolada em cenário montanhoso “natural”, à exceção portanto da Terceira Parte, é o reflexo literário da longa história de utilização humana da montanha continental portuguesa – diferenciada das terras baixas como o território acima da curva de nível dos 700 metros (Aguiar *et al*, 2009). Quanto, a avaliar pelas linhas do romance, terá o habitante da Estrela “acrescentado à fisionomia daqueles lugares”, para usar a expressão de Orlando Ribeiro (1985:30)?

Parte da resposta está na relação orgânica ser humano – Natureza, através da criação de rebanhos ovinos e caprinos alimentados no habitat semi-natural “cervunal”, fruto da intervenção humana milenar sobre o ecossistema primitivo, e cujo valor alimentar para os ovinos lhe confere o papel basilar na pastorícia da Estrela. A narrativa replica esta dependência eco-humana, e também aqui o clima assume papel crucial, pois o pastoreio era tarefa de novos e velhos – como vemos no episódio em que a trovoadas apavora “uma dessas crianças que os pais mandavam pastorear seu gadito por silvedos, valados e caminhos dos derredores da vila” (p. 74). E é a subida de Primavera aos cumes que marca o retorno frustrado de Horácio à atividade pastoril, maldizendo o retorno àqueles caminhos e à função de zagal nos planos de altitude.

Era durante a Primavera e o Verão, alimentando-se dos ares da serra, de pão de centeio e de batatas cozidas, que os pastores ordenhavam ovelhas e cabras e manufaturavam o queijo. A transumância ocorria no Inverno, ao tempo do romance já limitada aos campos da Cova da Beira, e designava-se “de médio curso”, por comparação com os rebanhos que, entre os séculos XVI e XVIII, desciam até aos Campos de Ourique (Gaspar, 1993): “último e mais puro vestígio” do regime de transumância em Portugal, afirmou Orlando Ribeiro em 1986 (p. 91). É nas montanhas que esta vida se manifesta ainda cheia de vigor, porque aí os rigores do clima empobrecem a agricultura. Ferreira de Castro começa por dedicar a estas deslocações sazonais o capítulo IV, em quadros de movimento e som que mostram os rebanhos partindo à vez, “para longínquas campinas, onde o Inverno se fazia sentir menos” (pp. 114).

No início da década de 1950 Portugal tinha 8 milhões e quatrocentos mil habitantes e metade da população ativa na agricultura (Torres & Marinho, 2001c e Rosa & Vieira, 2003). O centeio ou “pão” era o rendimento dos camponeses pobres da serra da Estrela, complementado pela batata das courelas e pelo leite das cabras e ovelhas. Tal como com a pastorícia, toda a faina cerealífera se processava nos solos elevados: “Ao morrer de Julho

[...] as famílias dos pastores e os pastores que não andavam de guarda às ovelhas haviam subido do vale à montanha, para ceifar as searas.” Nessas manhãs de Verão o silêncio da serra enchia-se de cantigas de trabalho. A “faina agrícola nas alturas” terminava com as famílias e ranchos de trabalhadores a regressarem às “terras baixas”, no final de Agosto (p. 110). Até que, no fim do Verão, “Novamente a serra se cobria de pequenas ovelhadas”, cada uma com seu zagal, estrumando as novas sementeiras de centeio.

Essas vidas montanhesas sem lugar a descanso perpassam metade da narrativa de *A Lã e a Neve*. A Fig. 2 esquematiza o calendário da vida pastoril e da cultura do centeio, numa obediência orgânica à sequência das estações climáticas, com base no relato feito por Ferreira de Castro, que neste aspetos eco-humanos ficcionou muito pouco.

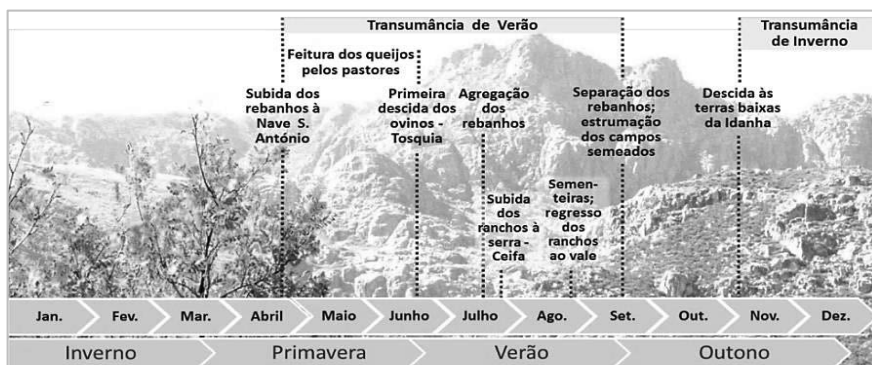


Fig. 2 – Calendário anual das atividades económicas de montanha de agricultura e pastoreio, a partir de menções e descrições em *A Lã e a Neve*.

Fonte: Carvalho, 2016

5. Considerações finais

A análise textual de vocábulos e suas famílias gramatical e semântica (Bardin, 1995), mencionados em *A Lã e a Neve*, orientada para as manifestações do fator “Clima”, fornece-nos um resultado quantitativo complementar ao que foi exposto nos pontos anteriores. Encontrou-se um total de 286 ocorrências, das quais 26 para “vento” e sua família gramatical; 83 para “frio” e fenómenos com ele diretamente relacionados – neve, gelo, geadas; 85 para “neve”; 10 para “névoa” e “nevoeiro”; 40 para o conjunto “humidade” e “chuva”; e 53 para “sol”. Este resultado enquadra-se num

sentido mais geral do romance, relacionado com as limitações de recursos rurais disponíveis para proveito humano, a sua iníqua distribuição, a profunda insatisfação daí decorrente e a decisão, por parte das personagens, de buscar alternativa fora desse meio precário.

Dentro dos ambientes natural e humano que contribuem para lhe dar substância e sentido, o Clima assume então um papel orgânico na vida das personagens, desequilibrando mais ainda a balança da (des)igualdade social serrana no segundo quartel do século XX – um tempo de analfabetismo e pobreza generalizados. Com a ironia das legiões de operários tiritando de frio nas madrugadas geladas, de caminho para as fábricas onde produziam, com as próprias mãos, agasalhos em lã que lhes eram interditos, Ferreira de Castro realça a dupla vulnerabilidade da espécie humana: às tendências exploradoras de quem detém o poder e a um ambiente climático rigoroso e limitante. Nas pastagens baldias que escasseiam, na desumanidade do quotidiano fabril ou nas noites de gelo enfrentadas com fraca proteção – é sempre a velha condição humana, tema caríssimo ao escritor, que assoma à superfície do texto.

É um romance cheio de cenas que merecem figurar numa antologia, muitas correspondendo a picos de tensão relacionados com as condições climáticas. Aos públicos português e brasileiro e aos das suas vinte e duas traduções, *A Lã e a Neve* retrata uma Natureza pouco cantada, uma terra muito austera, marcada por características climáticas extremas que subjuguem o ser humano e agravam outro palco de extremos: um quotidiano de trabalhos e de pobreza vitalícia. Por isso o romance vive de um fio de sentido pouco risonho, de um fundo penoso que só o desfecho vem suavizar.

Com esta obra, Ferreira de Castro foi mais longe – em ilustração, profundidade e argumentos – na denúncia da imagem pseudo-sorridente do país rural, difundida pelo regime da época. O enquadramento na II Guerra, acrescido da atenção aos dramas sociais e eco-humanos, refletidos, por exemplo, nas várias linhas de resistência popular, também contribui para que o romance preserve a marca do seu tempo. Mas é a marca geográfica que contribui para a memória ecológica e eco-humana desta região da Beira Alta e Interior eleita como seu cenário.

Referências bibliográficas

- FERREIRA DE CASTRO. (2010 [1947]). *A Lã e a Neve*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães; ed.util.: Lisboa, Guimarães/Babel, 16.^a ed.
- AGUIAR, Carlos; RODRIGUES, Orlando; AZEVEDO, João e DOMINGOS, Tiago (2009). “Montanha”, Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (eds.) *Ecosistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar editora, pp. 295-339.
- ALVES, Ricardo A. (Seleç. e notas) (2007). *100 Cartas a Ferreira de Castro*. Sintra: Câmara Municipal.
- AMORIM GIRÃO (1933). *Esboço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade
- BARDIN, Laurence (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- CARVALHO, Ana Cristina (2009). *Climas de Mudança: Vulnerabilidade Humana às Alterações Climáticas no Concelho de Sintra*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: FCSH – Univ. Nova de Lisboa.
- CARVALHO, Ana Cristina (2016). *Terra Nativa. A Relação eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro* (Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- DIONÍSIO, Mário (1947). “A Lã e a Neve, por Ferreira de Castro”, recensão na *Vértice, Revista de Cultura e Arte* n.º 47, Vol. IV, Agosto de 1947, pp. 302-307.
- GASPAR, Jorge (1993). *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.
- GLOTFELTY, Cheryll e FROMM, Harold (eds.) (1996). *The Ecocriticism Reader – Landmarks in Literary Ecology*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne & MELO, Duarte (2010). *Portugal, O sabor da terra*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2.^a ed.
- MACDOWELL, Michael (1996). “Bakhtinian road to ecological insight”, *The Ecocriticism Reader. Landmarks in Literary Ecology*, pp. 371-391 .
- ODUM, Eugene P. (2004 [1971]). *Fundamentos da Ecologia*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 7.^a ed.
- RAMOS, Rui (1988). “Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal”, *Análise Social* 103-104, Vol. XXIV, pp. 1067-1145.
- RIBEIRO, Orlando (1986). *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 4.^a ed.
- ROSA, M.ª JOÃO e VIEIRA, Cláudia (2003). *A população portuguesa no século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- ROSAS, Fernando (1994). “A ‘grei agraria’”, Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, VII Vol.: 31-59.
- TORGA, Miguel (2015 [1950]). *Portugal*. Lisboa: Leya e Herdeiros de M. T., 10.^a ed.
- TORRES, E. Sintra e MARINHO, Luís (2001a). *O Século do Povo Português*, Vol. I. Alfragide: Ed. Ediclube.

TORRES, E. Sintra e MARINHO, Luís (2001b). *O Século do Povo Português*, Vol. IV. Alfragide: Ed. Ediclube.

TORRES, E. Sintra e MARINHO, Luís (2001c). *O Século do Povo Português*, Vol. V. Alfragide: Ed. Ediclube.

Centro de Estudos Ferreira de Castro: <http://www.ceferreiradecastro.org/>

Instituto Português do Mar e da Atmosfera: <https://www.ipma.pt/>

Pordata: <https://www.pordata.pt/portugal>

Notas

¹ Este artigo é uma adaptação, atualizada e centrada no elemento Clima, do subcapítulo 9.2 da Tese de Doutoramento *Terra Nativa – A Relação Eco-humana na vida e na Obra de Ferreira de Castro* (Carvalho, 2016). Esta reescrita foi realizada no âmbito do contrato de trabalho com a FCSH/Cics.Nova, financiado por fundos nacionais através da FCT, decorrente da Bolsa de Investigação Científica do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC IND/02152/2017.

² Atualmente vai na sua 30.^a edição (2022). Fonte: CEFC: <http://www.ceferreiradecastro.org/>

³ “A Vulnerabilidade Humana é um conceito dinâmico e multifatorial que pressupõe o facto de que nem todos os seres, grupos e sociedades humanos são igualmente afetados no seu equilíbrio por um mesmo leque de perturbações externas”. Para a ONU, “representa a interface entre a exposição às ameaças físicas ao bem-estar humano e a capacidade de pessoas e comunidades para enfrentarem essas ameaças.” (Carvalho, 2009: 60 e 61).

⁴ As páginas sobre as movimentações operárias no centro de agitação política que foi a Covilhã obedecem a rigor historiográfico. Torres e Marinho (2001b) referem o movimento reivindicativo local de Novembro de 1941, com dez mil operários grevistas, que Ferreira de Castro imagina urdido e comandado a partir dos serões no casebre da personagem Marreta, serões em que Horácio participava.

CAPÍTULO 6



Pintura a óleo sobre tela de Maria de Lourdes Carvalho



Foto: Ana Cristina Carvalho

Resumo

As pátrias namoreanas revisitadas: retalhos para uma Geografia Literária da Beira

Fernando Namora deixou impressos nas suas primeiras obras verdadeiros mapas onde plasmou uma notável geografia literária que decalca a sua geografia vivida. As coordenadas do roteiro que este artigo se propõe delinear definem um atlas indispensável para guiar qualquer viagem a duas subregiões específicas da Beira: uma, na Beira Litoral, situada entre a Serra de Sicó e Coimbra; outra, na Beira Baixa, que se espalha pela vasta campina e tem Monsanto como epicentro. A georreferenciação implícita às obras editadas neste período, que podemos situar entre *Relevos* (1938; Poesia), o primeiro livro que editou, e o romance que fecha o ciclo beirão, *A Noite e a Madrugada* (1950), remete para um espaço e um tempo que melhor identificam os territórios Namoreanos, as suas pátrias, entendidas no sentido etimológico de terra dos pais, onde se filia uma origem geográfica, mas, também, o berço das ideias e dos laços afetivos que definiram a sua identidade.

Palavras-chave: Fernando Namora. Geografia Literária. Topofilia. Beira Litoral. Beira Baixa.

Abstract

Revisiting Fernando Namora's homelands: patches to a Literary Geography of Beira region

In his first works, the writer Fernando Namora left imprinted authentic maps where he molded an outstanding literary geography that pounces his experienced geography. The coordinates of the itinerary this paper proposes to delineate define an atlas that is indispensable in any journey to two specific sub-regions of the Portuguese *Beira* region: one in *Beira Litoral* (coastal *Beira*), situated between the Sicó mountains and the city of Coimbra; another in *Beira Baixa* (lower *Beira*) spreading throughout the vast meadow and with village of Monsanto as the epicenter. The implicit georeferencing existing in the literary works edited in this period, that we can situate between *Relevos* | *Reliefs* (1930; poetry), the first book edited by the author, and the novel that closes the Beira cycle, *A Noite e a Madrugada* | *The Night and the Dawn* (1950), sends us to a space and time that better identify Namora's territories, his homelands, understood in the etymologic sense as the parents' land, to which a geographic origin is affiliated, but, also, the birthplace of the ideas and emotional bonds that shaped his identity.

Keywords: Fernando Namora. Literary Geography. Topofilia. *Beira Litoral*. *Beira Baixa*.

AS PÁTRIAS NAMOREANAS REVISITADAS: RETALHOS PARA UMA GEOGRAFIA LITERÁRIA DA BEIRA

Rui JACINTO

Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento do Território (CEGOT),
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Ibéricos (CEI)
rjacintomm@gmail.com

1. Beira, nome para um território: “A minha pátria: ternura e azedume”¹

Que me perdoem os beirões da Beira Baixa e os alentejanos esta meditação de um estrangeiro afeiçoado à sua terra natal; mas não achei assunto neste momento tão solitário com uma renovada crise de adaptação do que este: o de vir falar da experiência de um nortenho num meio estranho, fortemente individualizado. [...] Foi preciso descer estes degraus no mapa, da Beira Litoral para a Beira Baixa, desta para o Alentejo, para me obrigarem a esse despique sentindo-me progressivamente um estrangeiro no meu país.

Fernando Namora, Elogio da minha terra,
in *Revista das Beiras*, 1949, Ano II (Jan.-Jun.),
pp. 9-12.

A obra de Fernando Namora, como reconhece o próprio autor, tem as suas “raízes na terra, a memória das ambiências da infância e da adolescência, o convívio medular com o povo (não o das demagogias, mas o

genuíno), penso que tudo isso repercutiu fundo na minha personalidade e, conseqüentemente, nos meus livros. Família, lugares, pessoas, labores desse tempo, posso talvez resumi-los nesta palavra: autenticidade.”² O legado Namoreano, construído num permanente confronto onde “o encontro com os outros é o verdadeiro encontro connosco”, contém descrições impressionantes de paisagens de certas regiões do país e dos modos de viver das suas gentes que levaram Eduardo Lourenço à subtil reflexão, que importa reter e explorar, com que rematou um dos seus ensaios mais emblemáticos: “Fernando Namora oferece-nos um espelho incomum para nos vermos. Debruçemo-nos nele”.

Esta observação, feita a propósito de *Diálogo em Setembro* (1966), mas que se pode generalizar ao conjunto da obra de Namora, decorre, em boa medida, por ela representar “uma memorável viagem, não na asséptica e ultracivilizada Suíça, *carrefour* de banqueiros e intelectuais, mas em Portugal, num Portugal-outro, mas bem conhecido, aquele que cada português transporta com uma obsessão e um temor sagrados nos seus confrontos com espelhos alheios”³. Bem ancorada nos territórios por onde o autor deambulou, a obra é percorrida por uma inequívoca transversalidade geográfica e temporal que lhe confere uma telúrica ligação à terra e torna indispensável a sua leitura a quem pretenda aprofundar tais geografias para além de epidérmicas aparências.

A obra de Namora, tal como a de Eduardo Lourenço, faculta-nos referências incontornáveis para interpretar o país, decifrar o código genético duma sociedade que, entre as duas Guerras Mundiais, iniciava um processo acelerado de mudança. Através dela também somos chamados a refletir sobre a nossa relação com as próprias origens, as pequenas pátrias a que ficamos ligados por indizíveis laços e donde, definitivamente, dificilmente conseguimos partir. Acresce a todas estas razões o facto de a obra de Namora servir de contraponto ao pensamento atualmente dominante, que nos invade e impõe a “visão e a obsessão urbanas”, concebida para “pensar o mundo sem os rurais e sem as paisagens”, esquecendo que “a paisagem permanece, persiste, mesmo quando colocada em perigo pelos homens. E o Diverso reside nela, nos campos, visível e identificável nas epifanias naturais, longe dos artifícios da cultura” (Onfray, 2007, 2009: 70-71).

Na hora de alinhar algumas ideias sobre Fernando Namora que pudessem ser portadoras de alguma novidade, senti o vazio agreste que julgo também ter assaltado o jovem médico no primeiro contacto com a charneca e os Campos de Castelo Branco, quando observou os pousios no tempo das cigarras, paisagem situada nos antípodas das verdejantes várzeas do seu

Litoral, que acabara de deixar para trás. Sem o olhar subtil nem a arte criadora do autor limito-me a seguir-lhes as pegadas do período inicial do seu longo processo criativo. Há, nesta opção, uma razão de cunho pessoal, pois, sendo as nossas origens comuns, também sou um “homem do litoral” que razões profissionais levaram à descoberta do universo fascinante da Beira Baixa e que acabou por fazer, neste particular, parte do seu percurso coincidente com o de Namora. Como alguém já escreveu (Jorge Gaspar), também senti “como outros o “apelo” da Beira, da Beira matricial, que pleonasticamente vamos designando por “Beira Interior””, “da fronteira da terra à fronteira do luar, entre o Tejo e Douro”, tentando projectar “estes territórios nos tempos e nos espaços – levando-nos a um futuro desejado, em que o diálogo frutuoso com as além-raias seja finalmente conseguido”.

Fernando Namora deixou impressos nas suas primeiras obras verdadeiros mapas onde plasmou uma notável geografia literária que decalca a sua geografia vivida. As coordenadas deste roteiro definem um atlas indispensável para guiar qualquer viagem a duas sub-regiões específicas da Beira: uma, na Beira Litoral, situada entre as serras de Sicó e Coimbra; outra, na Beira Baixa, que se espria pela vasta campina e tem Monsanto como epicentro. Estamos perante uma geografia impregnada duma eminente topofilia, bem balizada no tempo e circunscrita a um espaço bem delimitado: pode ser situada entre *Relevos* (1938, Poesia), o primeiro livro que editou, e o romance que fecha o ciclo beirão, *A Noite e a Madrugada* (1950). Os lugares e os territórios que servem de pano de fundo à ficção deste período, que podemos considerar as suas pátrias de eleição, localizam-se em parcelas específicas da Beira Litoral e da Beira Baixa. O labor criativo de Fernando Namora, neste período, obedeceu a uma organização do espaço com um polo bem definido no Litoral e outro no Interior, ocupando uma centralidade evidente os lugares que habitou.

Vale Florido, Condeixa e Coimbra, no litoral, são os lugares onde estão as raízes, onde nasceu, cresceu e despertou para a vida, fez a formação académica e a tarimba intelectual e cívica, alicerces da trajetória profissional e da cidadania comprometida que vão ditar o itinerário pessoal de toda uma vida. Neste universo, Condeixa e Vale Florido representam uma mátria, a pátria-mãe, o torrão natal onde mergulham as raízes do serrano que, como os demais malteses, seus conterrâneos, partiram das entranhas da Serra de Sicó em demanda dum mundo novo.

Este território, sem um contorno fixo, coincide com a geografia vivida na infância e na juventude, tem como lugar central a vila onde nasceu

(1919) e que abandona, definitivamente, aos quinze anos, quando vai estudar para Coimbra (1934). A centralidade de Condeixa no imaginário do autor não teve tradução equivalente no conjunto da obra Fernando Namora, onde a vila tem uma presença discreta, embora indelével, tanto na expressão poética⁴ como na ficção⁵. Ao fim e ao cabo, Condeixa será a pedra no meio do caminho literário de Namora, que não lhe dedica uma obra em exclusivo, não lhe tendo dado o relevo nem prestado o devido tributo que consideraria justo e merecido⁶.

Coimbra é, neste trajeto, o “molde”, a pátria dos afetos cúmplices, onde fermentou a arte e levedou a consciência cívica que fez despertar Namora para a pintura e para a literatura. O ambiente burguês e estudantil da pequena cidade provinciana, onde estudou entre 1935 e 1942, foi o cais de todas as partidas, onde se incendiou o fogo da esperança das manhãs que haviam de ressuscitar da noite escura. Entre dramas amorosos, tramas e cumplicidades é no ambiente coimbrão que se formou e formatou os alicerces cívicos, faz as primeiras incursões literárias⁷ e pictóricas que antecederam a opção definitiva pela ficção⁸.

O doutor começa por “Condeixa, médico, tal como minha mãe planeara. Mas, por isso mesmo, Condeixa foi a rampa para o desconhecido”. “O Manuel Vidal andava pelos volfrâmios, avisou-me de uma oportunidade em Tinalhas, Beira Baixa. Cu do mundo, como diria o João Falcato? Eu teria ocorrido fosse donde fosse a chamada, desde que longe das tutelas. Tinalhas, tempo rude” (*Autobiografia*, 1987: 30). Assim que chega a Tinalhas, em 1943, descobre o Interior em todo o seu esplendor, contacta com esta finisterra interior, verdadeiro calcanhar do mundo, inicia um novo ciclo pessoal e literário. Os constrangimentos pessoais que carrega levam Namora a escrever, num impulso, no ápice de uma semana, *Casa da Malta* (novela, 1945).

O balanço do ano que passou em Tinalhas, enquanto médico privativo da Casa do Povo, ficou expresso num estudo (*Relatório da Casa do Povo de Tinalhas*, 1943), onde faz um retrato preciso e implacável das condições em que se exercia a atividade clínica nas aldeias e das condições sociais do mundo rural português nessa época: “O médico rural, isolado, desprotegido (eu ilustro estas palavras, por exemplo, com a minha experiência pessoal), nada ou pouco conseguiria, por exemplo em face de um problema da grávida e da mãe: a rotina e a tradição venceriam sempre. Mas se o povo visse diante de si coisas reais, maternidades, lactários, creches, então estaria pronto a colaborar e a ceder”.

A mudança para Monsanto (1944) representa, a vários títulos, um recomeço, uma nova fase: “com vinte e quatro anos medrosos e um diploma de médico, tinha começado a minha vida em Monsanto”⁹; permanece na Beira Baixa até 1946, quando rumo para Pavia, levando na bagagem três obras incontornáveis (*Minas de San Francisco*, 1946; *Retalhos da Vida de um Médico*, 1949; *A Noite e a Madrugada*, 1950), onde esboça a geografia madrasta da Beira Baixa, a dura luta pela sobrevivência de ganhões, mineiros e contrabandistas, os dramas sociais deste pedaço da Beira.

A georreferenciação implícita às obras editadas neste período remete para um espaço e um tempo que melhor identificam os territórios Namoreanos, as suas pátrias, entendidas no sentido etimológico de terra dos pais, onde se filia uma origem geográfica, mas, também, o berço das ideias e dos laços afetivos que definiram a sua identidade. São obras que, além de ilustrarem a perceção do espaço segundo Fernando Namora, facultam um impressionante retrato social dos lugares, das regiões e do país que vai perdurar, apesar de tudo, para além dos anos 30-40 do século XX.

A intemporalidade e a atualidade da obra de Namora residem no diagnóstico sociocultural que nos faculta, onde se captam fragmentos que nunca foram totalmente apagados apesar da diluição imposta pelas mudanças, mais intensas a partir dos anos 60, induzidas pela emigração, a guerra colonial, o turismo, o advento da democracia e, mesmo, a adesão à CEE.

Embora datada e geograficamente bem identificada, pelas razões que acabo de apontar, o conteúdo intrínseco à obra de Fernando Namora não permite classificar o escritor como um escritor regional, na aceção literal, pois, mesmo quando a ficção se circunscreve a uma geografia bem definida, abarca dimensões, desenvolve temáticas e revela preocupações, sociais e sobre a condição humana, que extravasam a esfera local para adquirir um âmbito universal.

2. Condeixa e seu entorno: “meu cais/ donde não parto nem volto” [...] meu destino/ de fugir e restar / sem haver partido”¹⁰

Do alto das furnas, via-se o burgo dormindo;
uma névoa de primavera, fria, engelhava as casas e
o arvoredor. Era dia santo, com feira no Salgueiral.
Tinha de se partir cedo, dando tempo à mula para
arrastar a velhice e vencer os solavancos do cami-
nho, a subida da serra escavada, onde a urze
e os corvos vigiam a solidão.

Casa da Malta (1945)

Fernando Namora viveu em Condeixa entre 1919 e 1934, subtraindo um episódico período escolar em que frequentou o liceu em Lisboa, até abandonar a vila para estudar em Coimbra. Após a formatura, em meados de 1942, ensaia o regresso para se estabelecer como médico, onde permanece breves meses, tentativa frustrada que irá ditar o afastamento definitivo da vila. Este êxodo, contudo, não foi suficiente para retirar Condeixa do imaginário do escritor, pátria afetiva que revisita recorrentemente, ora fisicamente ora através da ficção. Este regresso ficcional vai-se esbatendo e passa a ecos cada vez mais esparsos quando abandona definitivamente, no final da primeira metade dos anos 60, o projetado romance *Rio de Mouros*.

Condeixa, a vila, articula a aldeia (Vale Florido) e a cidade (Coimbra); a serra de Sicó, onde se localiza a aldeia e estão as raízes patriarcais, contrapõe-se à urbe banhada pelo Mondego, a que presta tributo o familiar Rio dos Mouros, impropriamente designado por Rio, se fosse levado em consideração que o pequeno ribeiro oriundo do calcário passa boa parte do ano literalmente seco.

Esta geografia telúrica, matricial, cavou fundo na memória do autor, deixou marcas impressivas e perenes. Os profundos contrastes que emanam deste território vão converter-se num manifesto confronto entre contrários, uma constante que percorre toda a obra de Namora: a serra e a planície, a Terra e o Mar (de Sargaços), o Litoral e o Interior (sobretudo da Beira), o rural e o urbano, nas suas manifestações físicas e humanas, expressas por bastas referências à aldeia, à vila, à cidade. Outras dicotomias e bipolarizações, mais ou menos metafóricas, vão traduzir outras escalas e dimensões: noite e madrugada, trigo e joio, deuses e demónios, etc.

2.1. O autor e suas circunstâncias: as origens, geográficas e familiares

A relação com a vila nunca foi pacífica: “a vila era feudal. Vila (Condeixa) e aldeia, embora mundos diversos, confundem-se nessa moldura esfumada”. Da infância, diz, “lembro-me de muito pouco. Ou seja: não me lembro de mim, apago-me secretamente. Lembro-me mais das pessoas, de certas pessoas. Elas são a minha infância e igualmente a minha adolescência. E essa presença dos outros repassa-me, às vezes tiraniza-me” (*Autobiografia*, 1987: 12). Os verdes anos correram entre “a adolescência melancólica, a juventude dramatizada. Mas os anos longínquos quase se me esvaziaram. Talvez tivesse precisado de os esquecer” (p. 10).

O ambiente familiar ajudou a moldar um certo modo de estar: “Meu pai era o viajante de sonhos, à aldeia tornou para um crepúsculo resignado. Minha mãe era o real, a vida olhada de frente, aos poucos se desbaratou em sobressaltos de precária consistência. [...] Minha mãe queria a casa e queria um filho que a redimisse dos muitos abalos sofridos” (*Autobiografia*, 1987: 12). [...] “Meu pai, que fez vida de recluso, só um dia por semana saía de casa, às quintas feiras. Pegava na bicicleta e ia à aldeia zelar pelas leiras cultivadas” (p. 19). Tais relatos situam as origens e esboçam a trajetória social de Fernando Namora, ascensão feita a pulso e que não esteve ao alcance da generalidade dos seus contemporâneos, percurso que se deveu, em boa medida, à “tenacidade da mãe”: “servida por uma sabedoria céptica e magoada, foi uma angústia que ainda hoje me pergunto se a devorou ou se lhe manteve até ao fim aquela chama impaciente e criativa, que fez dela uma extraordinária artista ignorada e uma mulher de orgulho e mando, de uma agudíssima sagacidade campesina” (p. 14).

Conheceu de perto a luta do camponês pela sobrevivência e, desde cedo, tomou consciência como o peso das origens determinam a vida dos homens, como a progressão social só acontece se animada por forte empenho. A emigração era o que restava para mudar este quadro e o rumo destes acontecimentos; a *Casa da Malta* mostra como o Brasil, o Alentejo ou a cidade eram o sonho possível e a derradeira esperança de ascensão social: “Por mim, sou o que sou talhado à minha escassa medida, porque esse casal de imigrantes serranos, de sacrifício em sacrifício, me investiu no árduo papel de instrumento da sua aposta no incerto futuro” (*Sentados na Relva*, 1986: 193-194). Estamos perante uma realidade recorrente: “Os Saraivas eram negociantes do diabo. Monopolizavam o comércio do concelho, vendiam desde limonadas a chouriço e presuntos. Tinham começado como ganhões nas herdades do visconde, e a poder de ganância, roubos, caminhadas

de almocreve pela serra, construíram uma casa, um nome, acabando por sugar quase todo o dinheiro volante da região. Saraivas e visconde não podiam entender-se” (*Cidade Solitária*, 1959: 88).

É neste ambiente humano, entre tensões e conflitos, comuns naquela época e muito vulgares nos meios pequenos, que Fernando Namora despertou, para a vida e para a literatura: “Acentuou-se o meu pendor para a solitude. Errava pelos montes, observando os moleiros e os pastores, decorava livros inteiros de poesia, recitando-os para mim próprio no quarto que dava para a rua da vinha” (*Autobiografia*, 1987: 19). Destes tempos longínquos permaneceram memórias indelévels, sons, cheiros e imagens que a erosão do tempo foi desfocando:

Às vezes persiste só um odor: resinas, urze, o chamuscar do porco na bárbara matança ritual, os refogados impregnando quanta vizinhança havia, à hora da ceia – a ceia do par de velhos cujo conduto para a broa era uma cebola apurada na frigideira. Tudo cheiros medulares e sugestivos. Às vezes um som: o vento nas ramarias, os sinos perdidos na charneca, os estalidos na madeira do tecto, o estrondo no castanheiro do fundo do quintal naquela noite de raios e coriscos, o piar nocturno de uma ave. Tudo sons que davam mistério às coisas (p. 10).

2.2. O espírito do lugar: a terra e o homem

As referências à vila esvanecem-se com o tempo e a sua memória física vai-se apagando até prevalecerem, apenas, as pessoas: “Os solares e os braços são hoje pedras mortas; mas os plebeus, esses, estão vivos e é deles que se fala quando Condeixa tenta definir-se em termos de identidade” (*Sentados na Relva*, 1986: 193). O lugar, apesar de tudo, continua a povoar a sua memória donde emerge, invariavelmente, essa “lírica Condeixa dos prados, das azenhas, dos arroios da minha infância, onde homens como Joaquim Melâneo e António Moita me ensinaram a descobrir a beleza nas coisas e a tentar fixá-la numa tela, e outros, como o meu vizinho Gabriel e João Lóio, me revelaram o mundo daqueles livros onde se falava de gente verdadeira – não será aqui, dizia, onde os dias foram e decerto ainda são um espreguiçar sobre o tempo, que eu poderei encontrar o meu ramo verde” (p. 197).

A relação, umbilical, é, pois, de amor e algum ódio, mesmo se subliminar e inconsciente, onde assentaram raízes do desencanto e a amargura suficientes para condicionar o escritor na hora de fazer entrar Condeixa na ficção: “mais tarde, tentou-me pôr tudo isso num romance, Rio de Mouros se chamaria, porém a intenção esgotou-se nos quatro capítulos iniciais, de que a

Vértice publicou uma fatia. Nunca se sabe por que certos projectos abortam e outros logo tomam corpo inteiro” (*Autobiografia*, 1987: 13). Aquela ambivalência sentimental vai alimentar o desejo de partir, de fugir do lugar; contudo, como acontece com a maioria de nós, nunca quebrou as invisíveis amarras que haviam de condenar Namora, a uma perpétua prisão, como expressa num poema publicado numa fase já do seu ocaso: “Burgo: Meu velho burgo dormindo / meu berço de heras / poeira húmida / e secos orvalhos / minha lembrança / de presságios não cumpridos / meu regaço de penas / minha brisa alada / burgo meu cais / donde não parto nem volto / aceno de asa / sem mastros de largada / minha água / de sede crestada / burgo meu destino / de fugir e restar / sem haver partido” (*Nome para uma Casa*, 1984: 27).

Entre a serra e o vale (do Mondego), Condeixa é marcada pela terra, pela telúrica pedra e a água que dela brota, elementos que tanto moldam a identidade do lugar e das gentes como determinam a relação, íntima e cúmplice, entre a terra e o homem. Esta relação foi bem captada por Fernando Namora:

O rio! Vem da serra num fiozinho, nas Cabeçadas engrossa um punho e na vila alaga-se pela terra dentro. Se assim não fosse, o burgo seria um baldio. A terra não tem forças para dar sangue a um feijão; apenas sugando, sugando a água do rio como uma bicha, dá um milheiral. Sem a rega, os campos gretavam de sede e os fidalgos iam-se embora. Por isso aquelas zaratargas da Primavera às colheitas: os homens são amigos até que a semente grele da terra (*Casa da Malta*, 1945: 73).

No romance que nunca concluiu, onde previa que a vila fosse o foco da ação, espalhou ainda mais esta ideia:

Ali, a dois passos da Vila, o Rio dos Mouros. Nasceu de um fio de água, do suor de uma rocha, entre urzes e montes. Ainda a meio da serra, é um ribeirito que não dá para matar a sede a um rebanho. Mas, depois, a terra começa, subitamente, a ficar brava, com penedos que têm o ar de montanhas, e o rio despenha-se entre os silvais e as fragas em som e espuma, com um fragor que, de inverno, com as cheias, estremece os ouvidos da serra e dos homens. As margens, já na área da Vila, empinam-se, e o rio corre num vale profundo e pedregoso; margens altas e esburacadas de cavernas, onde há raposas e morcegos. De um lado, a terra árida, esboroa-se nas mãos, os olivais são áridos e tristes; já da outra banda, centenas de metros além, a água rompe e esgueira-se de todos os lados, humedece e fertiliza a terra, atapetando-se de verdes frescos e variados. Os homens, da dureza do rio e da serra e da atitude lírica do vale, temperaram a sua personalidade de contrastes: sensíveis, contemplativos; ásperos e independentes. O rio bravo

serviria para fosso e as suas margens para alicerces de muralhas. E, assim protegida, ergueu-se uma cidade de colunas, lagos, jardins (in *Vértice*, 19).

A vila e a aldeia vão ecoar em diferentes obras de Fernando Namora, desde os livros iniciais de poesia, sobretudo as que ficavam para os lados “da serra da Senhora do Circo”, na periferia mais longínqua relativamente a Condeixa, que era o lugar central e organizava o espaço rural envolvente. “A aldeia era no cabo do mundo, quase no pico da serra escavada, no sítio da romaria da santa. A gente, de longe, via a montanha nua e cinzenta, sem árvores, sem mato, e parecia-nos fantástico que alguém teimasse em viver nessas terras malfadadas” (*Retalhos da Vida dum Médico*, 1949: 33). Não foi só a posição de Condeixa na região que justificou o sítio singular que ocupou: “A vila fica numa cova. Uma cova onde o Inverno descansa e se espreguiça, deixando rugas de lodo, humidade, velhice. As águas vão alastrando até Abril, os campos melancólicos e o céu pardo olham-se, soturnos, antes que a Primavera desfaça o pesadelo, renovando a vida, como rapariga sacudindo cabelos ensopados. Das lamas, germinam flores amarelas e lilases – que Leónidas aproveita para os seus quadros” (*Cidade Solitária*, 1959: 281).

Anos mais tarde, porventura em demanda do tempo perdido, visita Condeixa e repara que a expansão urbana havia rompido a asfixia das quintas envolventes e que lhe impunham uma forte atrofia:

A vila bem pretende desembaraçar-se desse fosso, trepando colinas, fugindo à beira da estrada real, em casinhas de madeira, apressadas, quase todas oficinas de ferreiros. Os que vêm do campo com a enxada a preparar deixam-na no primeiro artista que estiver à mão; por isso os ferreiros vão ao seu encontro, seguindo à frente na marcha do burgo¹¹.

Concluiu que embora o sítio fosse o mesmo, o cenário era outro, já havia mudado:

E na minha terra natal, Condeixa – estais lembrados, patrícios? A entrada da vila era um esplendoroso renque de carvalhos e faias, uma data de vezes centenários, o farfalhar denso da ramaria em cúpula, formando um túnel que nunca se descerrava. Poucas as vilas com essa monumentalidade arbórea a servir-lhe de átrio. O progresso estreitou a estrada, exigiu opções? De acordo. Mas a solução imediata foi derrubar festivamente a alameda, em vez de passar ao largo. A história, porém, teve um desfecho que a faz ainda mais macabra. Decorridos anos, a estrada não parou de dilatar-se e, para isso, decidiu, só então, rodear a vila, dizer-lhe adeus de longe, deixando-a sem árvores e sem vida (*A Nave de Pedra*, 1975: 240).

2.3. A geografia urbana e o ambiente social

O pequeno centro urbano que Condeixa continuava a resumir-se a uma praça, uma rua e uma avenida, mínima e recente, onde se concentravam o comércio e os serviços, relativamente banais, de apoio precário à comunidade rural do seu entorno. O comércio era representado por tabernas, algumas casas de pasto e pouquíssimos cafés, estabelecimentos que se começavam a diferenciar: “embora lhes custe a acreditar, o visconde, em pessoa, tinha a sua taberna no centro da vila. Café, chamavam-lhe no sítio, visto que uma taberna é poiso de malteses, e a vila, por muito que desse umas dentadas nas prosápias do visconde, mostrava-se solidária em defendê-lo de mais enxovalhos” (*Cidade Solitária*, 1959: 87).

A organização funcional instalada no incipiente espaço urbano também incluía serviços de saúde mais elementares, desde farmácias a alguns consultórios de médicos com quem Fernando Namora irá competir: “os velhos médicos da vila, que me tinham tratado as gripes e o sarampo, exibiam permanentemente um ar gasto das horas intermináveis de consulta e de viagens diárias por caminhos de cabras. Via-os ainda, cortesões e importantes, roçarem a minha mesa de café, com a instabilidade de quem é esperado urgentemente em toda a parte”¹². Completavam este quadro alguns serviços públicos, reunidos à volta da Câmara, outro motivo para os camponeses se deslocarem à vila, sobretudo nos dias de feira, para pagar a décima e tratar outras burocracias. O burgo agitava-se nos dias de feira: “Mais tarde, aí pelas oito, o comércio estaria aberto, espanejando as fazendas. As carroças dos azeiteiros da serra à porta das vendas; a fruta e o peixe vivo, ainda a sangrar maresia, na praça; a gente das aldeias trocando o dinheiro das hortaliças por saias e riscados” (*Casa da Malta*, 1945: 70). “O comércio estende as flanelas às portas; os repolhos, as olarias, o peixe do mar e os aldrabões da banha de cobra disputam o dinheiro do povo nas duas praças da vila. A vila reanima” (*Cidade Solitária*, 1959: 282).

Condeixa, como o escritor, haviam mudado, tanto fisicamente como o imaginário que ambos passaram a aspirar: “Acácias jovens na praça, armazéns, a avenida soalhada de vivendas, no sítio onde o milho, dantes, recebia a seiva do rio. Mais gordo, mais homem. Outro, afinal. A vila não tinha lugar para recordações. Toda ela entregue à fúria do tempo, renovando-se em cada instante. Só aqueles que haviam caminhado a seu lado, que a haviam empurrado para o futuro, a sentiriam como sua e a mereciam. Não valia a pena iludir-se e humilhar-se. De raízes cortadas, soltas, era um estrangeiro em toda a parte. Nada tinha que fazer ali ” (p. 199).

**3. “Monsanto. Onde a fraga se torna pesadelo”¹³:
onde “nasce o mundo” e “a sombra é azul. Como o céu.”**

Era um pedaço da Beira, de uma ternura verde e calma, exilado na campina nua. O tufo de arbustos refletia-se, tristonho, nas águas repousadas. Mas logo a estrada se empinava entre os planaltos de um vermelho desmaiado; terras que se repetiam ao longo de quilómetros, vigiadas, a espaços, pelos azinhos de cor suja, ou pela brancura solitária dos casais ou pelos rebanhos que percorriam sucessivos montados até encontrar erva mais farta.

Cidade Solitária (1959)

O encontro com a Beira Baixa, para quem foi criado em Condeixa, como eu ou Fernando Namora, é descobrir paisagens que não nos deixaram indiferentes, como ele exprimiu, muitos anos após a sua chegada a Tina-lhas, ao abrir *A Nave de Pedra* (1975: 6):

Quem vem de longe, das terras frescas do litoral, onde o verde salpica os olhos e se debruça nas estradas, e após a transição das ravinas do Zêzere, encontra uma paisagem que passo a passo se atormenta: a Beira Baixa. Aí, transposta que é a charneca com a sua cabeleira rala, nos cômodos a ferida aberta das ribeiras que descem ao Tejo por entre sobressaltos de xisto, ou ainda o dourado da campanha da Idanha, a querer-se alentejana sem o ser – aí, senhores, já a tristeza começa a espessar-se, a montanha crepita tendo por detrás relances de horizontes fundos, e as coisas se tornam graves. Eii-lo, um mundo de soledade, sobre que pesam crimes, mesmo se as frondes e as ramadas lhe escondem as dores do exílio.

3.1. O autor e as suas circunstâncias

A chegada a Monsanto abre uma nova página na vida de Namora: “Monsanto: a empolgante aspereza física, a majestade inviolada e também a ambiência medieval, que na Zita foi sendo, pelos anos fora, uma raiz transfiguradora, o agasalho de um abrigo” (*Autobiografia*, 1987: 31). A ligação pessoal e sentimental que o escritor estabelece é tão forte e tão íntima

que tanto ele como a sua obra se passam a confundir com o lugar. *O espírito do lugar: a terra e o homem*. Fernando Namora passou a dedicar a este monte sagrado um carinho especial, a que ficou rendido e perenemente preso por indelévels laços, retribuindo os sentimentos que o lugar lhe havia despertado. Só isto explica que dedique a Monsanto estas palavras: “Cada manhã (já o disse noutro ensejo) em Monsanto nasce o mundo. Lá me apercebi que a sombra é azul. Como o céu. Como a própria terra quando olhada do espaço” (pp. 31-32).

As longas páginas que lhe dedicou tanto descrevem aspetos particulares como captam facetas peculiares do modo e das condições de vida das populações que o habitam: “Monsanto é uma explosão de fraguedos, as moradas nascem da pedra e a pedra nasce das casas, e tudo o que for abate ou desfiguração dos barrocos é um crime ao que a Natureza lá pôs, para regalo e qualidade de vida dos homens, e que nenhum homem poderá reconstituir uma vez destruído ou desfigurado” (*A Nave de Pedra*, 1975: 237). E ainda:

Já ao raso da fronteira, temos, pois, Monsanto, por onde cursam águias, sua imagem de soberbia. Vejam-na da estrada, a enrugar o seu carão de penedias, subindo em procissão até ao Castelo, ou afoitem-se às suas ruelas (reparem-lhes no nome: Rua da Sarça, Rua do Ferreiro, Rua do Sol Velho), aqui e ali desembocando em barreiras, miradouros de muito ver, que aos domingos eram o rossio dos labregos precisados de conversar após uma semana de solitude nos campos e nos mais dias assembleias de moicanos ou de contrabandistas na espera de uma razão. Como eu os pinte em *A Noite e a Madrugada*, onde Monsanto se deturpa em Montalvo, só por que a ficção pede estes disfarces (p. 18).

Monsanto ocupa uma posição cimeira, é um miradouro de charneira com uma posição incomum na Beira Baixa:

A minha nave, aproada sobre os horizontes e, como todos os povoados fronteiriços, desavinda com Castela. Mas vejam-na também dos cimos, como se observa uma saia rodada que em todos os seus folhos tem vista, quer da Torre de Lucano, uma vigia sobre o abismo, quer das Torres de Menagem, dos Penedos Juntos, dois colossos de frentes ensarilhadas, ou das ameias que dominam mais léguas, lusas ou castelhanas, que os olhos podem abranger: Penamacor, as Idanhas, Monfortinho, S. Salvador, Penha Garcia, Salvaterra e os cerros de Bejar. Todas as suas lombas são uma floresta de alcantis, que se vai amainando no encontro com a planura e nela se esbate ainda em surtos de fúria ou já em oásis de macieza, onde os povolús deixam, aos poucos, de anichar-se nas lapas (pp. 19-20).

Uma outra descrição panorâmica encontramos em *A Noite e a Madrugada* (1950):

Raia de Espanha. Serranias azuis e violetas que amaciam subitamente em olivais, campinas de trigo, planaltos de terra vermelha. Caminhos de estevas, de fragas, onde o perigo sai dos barrancos e dos muros ou caminhos melancolicamente guarneceados de plátanos abrindo clareiras na mata de pinheiros mansos, de um verde calmo e opulento. [...] Mas antes de os ganhões desempregados e os contrabandistas de profissão chegarem a essas terras têm de atravessar os baldios do seu país. Para cá das faldas desabrigadas, com o rio Erges esmagado entre muralhas de granito, o casario nasce dos moinhos afogados nas enxurradas, sobe penosamente as margens das ribeiras, agacha-se à sombra das rochas e espraia-se por fim em aldeolas mesquinhas.

Depois vem a planície, triste como um descampado, devassada pelo vento de Espanha, que satura o ar de poeira e solidão. Planície nua, crestada pelo sol, que amadurece as infundáveis searas de trigo.

São quilómetros tortuosos, noites fechadas de névoa, olhos e ouvidos varando as sombras, o rumor alcoviteiro do vento que desce das malhadas da serra. Um homem começa a desaforar o peito quando o amanhecer anuncia os povoados alegres de Espanha. Valverde del Fresno fica numa cova. A aldeia ressalta inesperadamente do azul liso das montanhas; só a descobre quem se afunda nas veredas que rodeiam a subida da serra.

3.2. A geografia urbana e o ambiente social

Estamos, em síntese, perante um lugar onde se conjugam e se consegue a mais perfeita simbiose entre a geografia física e a geografia humana:

Um homem vem subindo em direcção ao norte, ouvindo o rumor do vento nocturno. Para lá das colinas, pressentem-se aldeolas agachadas na solidão, bisonhas, degredadas, onde vivem outros homens que também já não confiam na terra que lhes sangrou a esperança. Em redor, o centeio, mirrado da seca, verga-se ao cálido sopro das serranias, e o conjunto lembra uma manada de crinas soltas, em tropel, ao vento. Os arados haviam traçado sulcos na crosta ressequida; as chuvas vieram enegrecê-los, tornando-os macios e férteis; o hálito gelado das madrugadas tinha-os forrado de códão, sob o qual medravam as hastes verdes. Quando o marfolho cresceu, os homens libertaram as sementes da erva daninha, até que a seiva das herdades pôde enfrentar o contágio das terras magras. Depois, o sol. Um sol duro, imóvel, crestando o oiro das searas, enquanto as nuvens acenavam de longe para desaparecer de novo e as ervas revigoravam e os dias se quedavam de

pasmo, às vezes estremecidos pelas lufadas de vento suão. Os donos das terras faziam cálculos, baralhavam a cabeça com números, e os jornaleiros, que tinham revolidado e adubado a terra, sentiam o coração oprimido (*Minas de San Francisco*, 1946: 11-12-13).

E por fim:

Todo o ano, das lonjuras encapeladas, o vento lhe enrija o sangue, o odor da gleba reanimada lhe afervora as narinas. E reacendido, ainda que fechado consigo, de novo o Monsanto pisa os lacraus emboscados nas lajes, arroteia, planta, aduba, não se temendo dos declives que lhe esgotam o fôlego, correndo freguesias à procura de quem lhe aproveite a fibra, e, mesmo de paga madrastra e às vezes clandestina, é no trabalho que se sente dignificado. E depois digam que só a urbe condiciona (*A Nave de Pedra*, 1975: 23).

Bibliografia passiva e Referências bibliográficas

- Fernando NAMORA (1938). *Relevos*. Coimbra: Portugália
- _____ (1938). *As Sete Partidas do Mundo*. Coimbra: Portugália
- _____ (1941). *Terra*. Coimbrã: Novo Cancioneiro
- _____ (1940). *Mar de Sargaços*. Coimbra: Atlântida
- _____ (1943). *Fogo na Noite Escura*. Coimbra: Coimbra Editora
- _____ (1945). *Casa da Malta*. Coimbra: Coimbra Editora
- _____ (1946). *Minas de San Francisco*. Coimbra: Coimbra Editora
- _____ (1949). *Retalhos da Vida de um Médico*. Lisboa: Editorial «Inquérito», 1.ª série
- _____ (1950). *A Noite e a Madrugada*. Lisboa: Editorial «Inquérito»
- _____ (1959). *As Frias Madrugadas*. Lisboa: Arcádia
- _____ (1959). *Cidade Solitária*. Lisboa: Arcádia
- _____ (1963). “Rio de Mouros”. In *Revista Vértice, Revista de Cultura e Arte*, Março-Maio, vol. XXIII, n.º 234-236, pp. 139-148
- _____ (1969). *Marketing*. Mem Martins: Europa América
- _____ (1975). *A Nave de Pedra*. Mem Martins: Europa América
- _____ (1987). *Autobiografia*. Lisboa: Edições «O Jornal»
- _____ (1979). *Encontros (Entrevistas)*. Amadora: Bertrand
- _____ (1984). *Nome para uma Casa*. Amadora: Bertrand, 1.ª ed.
- _____ (1986). *Sentados na Relva (Cadernos de um Escritor)*. Lisboa: Bertrand
- LOURENÇO, Eduardo (2001 [1978]). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- ONFRAY, Michel (2007; 2009). *Teoria da Viagem. Uma poética da geografia*. Lisboa: Quetzal.

Notas

¹ *Nome para uma Casa*, p. 235.

² *Encontros*, p. 17.

³ Eduardo Lourenço deu a este ensaio o título “Psicanálise de Portugal. À margem de Diálogo em Setembro”, publicado em *O Comércio do Porto*, em Abril de 1968, e incluído como síntese com que terminou *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português* ([1978]; 2001: 179-180). Não terá sido por acaso, pois, que Eduardo Lourenço, num dos livros capitais para nos interpelarmos e melhor nos compreendermos, culmina a sua Psicanálise mítica do destino português com este ensaio. Por reconhecer que “Fernando Namora no seu encontro com a Suíça, como romancista avisado que é, descobrirá nela uma Suíça invisível para suíços, mas acima de tudo descobrirá nela e por causa dela um Portugal invisível dentro de muros caseiros. É uma autêntica aventura terapêutica, uma psicanálise de Portugal e do comportamento português que confere a *Diálogo em Setembro* um inegável e raro interesse.”

⁴ A obra poética inicial tem vastas referências a elementos identitários destes territórios (serra, urze, odores, etc.): *Relevos* (1938, Poesia, primeiro livro que publica), *Mar de Sargaços* (1940, Poesia) e *Terra* (1941, livro de poemas), que deu início à Coleção «Novo Cancioneiro», idealizada com outros companheiros, coleção poética que assinala o advento do neorrealismo, demarcando uma viragem na literatura portuguesa. Estes três livros acabarão reunidos em *As Frias Madrugadas* (1959; ver, p. ex.: “Retrato de família”). Reminiscências desta geografia mais longínqua também se podem encontrar na poesia publicada em fase mais tardia, tanto em *Marketing* (1969; p. ex.: “Aquarelas da vila”) como em *Nome para uma Casa* (1984; p. ex.: “Burgo”).

⁵ “Saudades da vila”, como outras passagens de *Casa da Malta* (1945, Novela), também nos situa no espaço mediado por Condeixa e pela Serra de Sicó. Condeixa irá aflorar em obras posteriores, em algumas páginas de *Cidade Solitária* (1959; Romance, P. ex: “O visconde ou uma história quase humorística; “Uma avaria no automóvel”; “Feira de chuva”), *Sentados na Relva* (1986; Cadernos de um Escritor) ou, mesmo, em *Retalhos da vida de um médico*. Encontraremos outras referências a Condeixa em alguns manuscritos dispersos, presentes no espólio depositado na Biblioteca Nacional e em um ou outro poema manuscrito (p. ex.: “Esboço para uma pintura da vila”, s/d).

⁶ No Número Comemorativo dos 21 anos da *Revista Vértice*, em 1963, publica com o título “Páginas de um romance frustrado”, referindo tratar-se de “um romance sobre o burgo da minha infância”, rascunhado “há coisa de vinte anos” (vol. XXIII, N.º 234-236, pp. 139-148). Na *Autobiografia* (pp. 13-14), referiu: “Mais tarde, tentou-me pôr tudo isso num romance, *Rio de Mouros* se chamaria, porém a intenção esgotou-se nos quatro capítulos iniciais, de que a *Vértice* publicou uma fatia. Nunca se sabe por que certos projectos abortam e outros logo tomam corpo inteiro”. Cruzando esta informação com os manuscritos depositados na Biblioteca Nacional. conclui-se que o título do possível romance centrado em Condeixa terá oscilado entre Burgo e Rio de Mouros.

⁷ A queda para a escrita é precoce, como se depreende do que vai editando: Fernando Namora foi primeiro Diretor do *Alvorada* (N.º 1, 1935), Jornal cultural dos estudantes do Liceu José Falcão de Coimbra; edita, em coautoria com Carlos de Oliveira e Artur Varela, *Cabeças de Barro*, livro de novelas (1937); participa com outros companheiros de geração na organização dos *Cadernos da Juventude* (1938) cujo primeiro e único número é apreendido e destruído antes de posto à venda.

- ⁸ Além da poesia, marcam esta passagem por Coimbra *As Sete Partidas do Mundo* (1938, Romance; Prémio Almeida Garrett) e *Fogo na Noite Escura* (1943; Romance). Este livro abre a coleção «Novos Prosadores», projetada para corresponder, na ficção, ao movimento literário definido pelo «Novo Cancioneiro».
- ⁹ *Retalhos da Vida de um Médico* (1.^a série em Lisboa, 1949, Narrativas), p. 23. Além desta obra, são igualmente representativas deste período *Minas de San Francisco* (1946, Romance) e *A Noite e a Madrugada* (1950, Romance); importa acrescentar uma revisitação posterior que proporcionou *A Nave de Pedra* (Lisboa, 1975; *Cadernos de um Escritor*), título paradigmático que se converteu num símbolo e havia de colar ao lugar, denunciando a união de facto que o escritor estabeleceu com a mágica “aldeia mais portuguesa de Portugal”.
- ¹⁰ *Nome para uma Casa*, p. 27.
- ¹¹ *Cidade Solitária*, p. 281.
- ¹² “O consultório era dividido entre mim e um advogado amigo. Sala de espera comum e dois compartimentos, um deles uma cozinha sem janela: esta servia-me para esconder os formulários e os tratados, que folheava apressadamente, como um colegial que faz batota, enquanto o doente esperava pela receita. O advogado vinha apenas uma vez por outra. Encontrava a sala deserta e íamos os dois filosoficamente passear na vila. Ele já não precisava de consolação: era velho no ofício, não ficava desalentado com essa amostra de pouco apreço da parte da clientela do concelho. Eu, porém, imaginara começar a vida logo como um vencedor” (*Retalhos da Vida de um Médico*, p. 127).
- ¹³ *A Nave de Pedra* (1975).

CAPÍTULO 7



Foto: Cristina Costa Vieira



Foto: Ana
Cristina
Carvalho

Resumo

Quando a província murmura segredos. Uma leitura de *Eugénia e Silvina*, de Agustina Bessa-Luís

A ficção de Agustina Bessa-Luís privilegia, geralmente, os espaços do norte do país, arreigando as personagens nas regiões do Douro, do Minho ou das Beiras, espaços rurais que amplificam as histórias contadas, ecoando vozes de um passado e de uma tradição que ganham expressão na ficção desta autora. Neste panorama, a província tem um papel de cenário romanesco, mas também de quase personagem, dado que ela “participa” na construção romanesca como uma das múltiplas vozes narrativas, aquela que estabelece e, de certa forma, justifica o fio condutor, a perenidade de comportamentos humanos e até nacionais. Em *Eugénia e Silvina*, o leitor encontra-se face a um espaço simbólico, onde coisas extraordinárias se passarão, um espaço elevado à categoria de cronótopo.

Palavras-chave: Espaço. Cronótopo. Beiras. Literatura portuguesa.

Abstract

When the province whispers secrets. A reading of *Eugénia e Silvina*, by Agustina Bessa-Luís

Writer Agustina Bessa-Luís' plots were usually set in the northern part of Portugal, in the regions of Douro, Minho and Beiras. These rural backdrops helped amplifying the narratives, bringing back past voices and traditions which are characteristic of the author. In Agustina's story world, the provincial spaces, besides serving as settings, almost play the role of a character as they provide one of the multiple voices that help in the construction of the plot while also acting as a connecting thread that justifies the permanence of individual and national behaviors. In *Eugénia e Silvina*, the reader is faced with a symbolic space where extraordinary events take place and the setting metamorphizes into a chronotope.

Keywords: Space. Chronotope. *Beiras* region. Portuguese literature.

QUANDO A PROVÍNCIA MURMURA SEGREDOS. UMA LEITURA DE *EUGÉNIA E SILVINA*, DE AGUSTINA BESSA-LUÍS

Vânia REGO

Instituto Politécnico de Macau
vania.rego@ipm.edu.mo

1. Introdução

A ficção de Agustina Bessa-Luís (1922-2019) é sobejamente conhecida em Portugal por privilegiar os espaços do norte do país, arreigando as personagens nas regiões do Douro, do Minho ou das Beiras, espaços rurais que, de certa forma, amplificam as histórias contadas, ecoando vozes de um passado e de uma tradição que sentimos ganharem expressão na ficção desta autora.

Ainda que o propósito deste texto não seja o de apresentar a já tão estudada escritora Agustina Bessa-Luís, cabe distinguir algumas das características que tornam os seus textos únicos, no intento de se especificarem aquelas que, também no romance *Eugénia e Silvina* (1989), se destacam e contribuem para o ambiente narrativo que permitirá destrinçar o papel que a província em geral e, no caso deste romance, a região da Beira em particular, têm enquanto cronótopo.

Através de um estilo narrativo que privilegia a divagação, a subjetividade e a multiplicação de pontos de vista, a autora cria um ambiente romanesco a partir de múltiplos desdobramentos (Machado, 1993: 113), a começar pelo desdobramento do tempo e do espaço, dado que os seus romances desenvolvem uma conceção de memória subjetiva e incompleta, mas também de tempo, que põe em jogo a duração ao insistir na continuidade interior em oposição ao tempo cronológico.

Ao desdobramento do tempo e do espaço acresce o desdobramento que se vê amiúde na polifonia de vozes narrativas. O consequente labirinto de olhares cruzados originado por este processo era considerado uma das originalidades da autora e foi uma das novidades que os seus romances ajudaram a instituir na literatura portuguesa, sobretudo numa época em que o romance neorrealista ainda conquistava o público (Lourenço, 1994).

Outra das suas características centra-se na compreensão psicológica de relações muito subtis entre as personagens, relações essas que são analisadas detalhadamente a partir de diversos pontos de vista, o que permite uma análise fina sobre os constrangimentos sociais, as tradições, as relações familiares, assim como a história de Portugal. A propósito desta capacidade de construir e de observar as suas próprias personagens, diz Nuno Júdice:

Agustina, na sua ficção explora com minúcia o universo dos personagens, com o pormenor de quem tem todo o tempo para explorar essas zonas interiores que escondem, sob a aparência da normalidade quotidiana, os rastilhos que lavram uma hipótese de explosão súbita. A arte de Agustina está em prolongar a descoberta desses subterrâneos psicológicos, como se a explosão final não passasse de um instante, afinal, secundário no progresso da obra. (1997: 73)

Neste panorama, a província tem um papel de pano de fundo, de cenário romanesco, mas também de quase personagem, dado que ela “participa” na construção romanesca como uma das múltiplas vozes narrativas, fazendo parte, em certa medida, do estabelecimento do fio condutor da narrativa no que toca, entre outros, à justificação da perenidade de comportamentos humanos e até nacionais. Esta influência ativa da província nos comportamentos das personagens pode ser observada em *Eugénia e Silvina*, dado que as personagens, e seus respetivos comportamentos, estão associadas ao passado do país, nomeadamente, às lutas liberais, ou seja, ao turbulento século XIX português, recriando-o.

Não é por acaso que a província assume um tal papel de destaque no romance acima mencionado pois, desde os primeiros textos de Agustina Bessa-Luís, assistimos à encenação de um mundo rural típico do norte de Portugal, em vias de desaparecimento. Um mundo que a autora conhece por nele ter vivido parte da sua vida e que explora reivindicando a influência de outro escritor, também do norte de Portugal, Camilo Castelo Branco (1826-1890).

Neste mundo rural tradicional recriado no romance *Eugénia e Silvina*, as mulheres desempenham um papel primordial: as figuras femininas são

sábias, fortes, produtoras de riqueza, mas o olhar crítico da autora não as poupa; nem o seu trabalho visa retirar o homem do seu papel na sociedade, mas sim colocá-lo de volta no seu devido lugar, um lugar complementar (Dumas, 2002), por vezes antagónico, como observa Agustina no universo da pequena burguesia proprietária beirã.

Assim, e através destas características aqui muito resumidas, Agustina Bessa-Luís conseguiu introduzir na literatura portuguesa uma espécie de ambiente romanesco que, tal como Proust ou Kafka, envolve o leitor e o transforma em espectador impotente da ação narrativa, posto que não lhe é dado prever ou participar na ação, pois as personagens são desde o início da narrativa apresentadas quase como arquétipos, símbolos de algo maior que o leitor descobrirá ao longo da história, mas desde logo intocáveis. Se, por um lado, é certo que o leitor é sempre muito solicitado nos romances de Agustina, nomeadamente sendo a toda a hora desafiado no seu poder dedutivo, contrariado nas suas primeiras interpretações, chamado a repensar os factos, por outro lado, o papel do leitor é sempre limitado, posto que a profusão de detalhes e os contantes avanços e recuos na narrativa, as analepses nomeadamente, o colocam amiúde numa posição de mero espectador do desenrolar dos acontecimentos.

Tal é, de certa forma, também a relação do leitor com o espaço dos romances de Agustina. Apesar de reconhecer, por exemplo, a Beira, o leitor encontra-se face a um espaço que se assume muitas vezes como simbólico, lugar onde coisas extraordinárias se passarão, ou seja, um espaço elevado, como veremos, à categoria de cronótopo. É a partir desta ideia que analisaremos o destaque dado à província no romance *Eugénia e Silvina*, assim como os diferentes símbolos aos quais a Beira ou ainda o solar da Malhada estão associados.

2. A Beira: uma identidade secular

Agustina centra o romance *Eugénia e Silvina* no cenário da Beira, longe de Lisboa, ainda que de vez em quando sejam feitas referências à capital, assim como ao Porto. Esta predileção pelas terras provincianas surge na obra da autora devido sobretudo a dois fatores que nos parecem essenciais: a questão da memória e a da tradição.

Assim, o primeiro fator é identificado pela própria autora neste romance ao referir que “a província tem melhor memória do que o meio urbano, e que tem também maior dose de dramaturgia” (ES: 227), apontando já o facto de ser no Portugal rural que melhor se encontra a memória do país,

das gentes e das tradições, e destacando também o facto de ser no mundo rural, talvez pelo isolamento ou pela pressão da tradição, que melhor se identificam os dramas e crimes, tais como os que são tratados no romance. O segundo fator é identificado por Silvina Lopes como sendo um dos traços característicos da obra desta autora: o “fascínio pela terra, de acordo com o qual o universo da tradição pré-moderna apareceria como contraponto do mundo da técnica” (Lopes, 1992: 38), isto é, um encanto pelas regiões portuguesas enquanto símbolos da salvaguarda das tradições, espécie de último reduto contra a modernidade tecnológica.

Por isso Agustina se desvela em cuidados para explicar a origem desta região opondo uma origem antiga e com os devidos fundamentos históricos à aparente normalidade das personagens, dado que são elementos pertencentes a essa história e a essa cultura originais e dela não se podem despir. O espaço apresentando assim esse ponto da origem, um quase mito original, justificaria o ponto de vista da autora quando explica a inevitabilidade do crime que vai ser narrado, dado que ele é imposto pelos traços que a história e a região, em particular, imprimem no carácter dos homens:

Acrescente-se que a província tem melhor memória do que o meio urbano, e que tem também maior dose de dramaturgia ou capacidade de dar à delinquência uma dimensão deontológica. A Beira, região em que os homens se comportam conforme uma identidade secular, de auto-imagem suficiente quanto à justiça administrada pelas instituições totais, era particularmente predisposta à carreira do desviante. (ES: 227)

Vejamos os factos trazidos a lume pela autora desde as primeiras páginas do romance. Nelas a Beira é apresentada como um território geográfico pertencente no passado aos celtas e, por isso, com uma história conhecida e fixada já de há muitos séculos:

A Beira calha dizer que faria parte de um território que não pertencia aos celtíberos, mas sim aos dados como celtas. De facto, os *berones*, que se situaram no alto vale do Ebro, são classificados como celtas, assim como os cidadãos de Deobriga (de Brigit, deusa celta), entre os vales do Ebro e do Douro; e os Nemetani, que Ptolomeu designa ao norte da Lusitânia, na margem direita do Douro. De resto, os celtas desceram as poéticas margens do Tâmega, cujo nome evoluiu a partir de Tamara e Tambre. Se na Espanha faltam os nomes em *marus*, que são os nomes celtas, não faltaram na faixa tamarense, como o Marão.” (ES: 8)

Em consequência desta história, é apresentada a população regional e, nomeadamente, os traços característicos dos proprietários históricos das terras onde se desenrolará a ação narrativa:

Os beirões, como identificação com os celtas, têm o especial carácter de serem uma aristocracia nas suas possessões, e não exactamente uma raça, um povo, um trajecto étnico muito claro. O que, ao longo dos séculos, permaneceu como vestígio duma cultura carregada de contradições, está gravado nos factos mais marcantes do indivíduo, que é a necrópole viva duma história protegida pela reflexão dos seus investigadores. (ES: 8)

Esta informação ora factual ora interpretada pela lente da autora, que fixa desde as primeiras páginas o espaço como uma peça fundamental da narrativa que terá lugar, vai ser relembrada múltiplas vezes ao longo do romance para através dela se emitirem conclusões sobre o carácter das personagens, bem como fundamentar-se a lógica intrínseca ao desenrolar dos acontecimentos. Assim, a Beira será sempre referida como um espaço das origens míticas do carácter das personagens, um espaço que convém lembrar – a autora fá-lo amiúde – tem uma “história famosa desde muito antes da nacionalidade.” (ES: 180)

É neste sentido, e dado o papel que a Beira ocupa no romance, não só enquanto espaço, mas na ligação que tem ao tempo e no papel que assume na construção tanto da história quanto das personagens, que podemos falar desta região como um cronótopo literário tal como o definem Reis e Lopes: “No cronótopo literário tem lugar a fusão dos conotados espaciais e temporais num todo dotado de sentido e concretude. O tempo que se faz denso e compacto torna-se artisticamente visível; o espaço intensifica-se e insinua-se no movimento do tempo, do entrecho, da história” (2002: 139).

A Beira transforma-se, assim, numa unidade com um significado próprio, representando não só as características geográficas e históricas que lhe são reconhecidas, mas também atributos estéticos que a literatura e este romance lhe conferem, assim como atributos temáticos como os que são desenvolvidos no romance de Agustina. Nela podemos encontrar as tradições e o peso da mentalidade com o qual as personagens se confrontam durante toda a narrativa, agindo como um todo simbólico que só existe ligado ao espaço. Assim, a Beira constrói-se como uma

paisagem diretamente percebida pelo narrador, e que podemos considerar como o lugar de convergência imaginária de todas as outras paisagens por ele alimentadas, não apresenta «fronteiras fixas» – entre o que pode ser

descrita afirmativamente e o que apenas pode existir através de uma não-presença; entre geografia e história; entre lugar e intriga, entre superfície e profundidade. (Buescu, 2005: 289).

Este espaço em aparência imutável, anterior a tudo, inclusivamente à formação de Portugal, assume também uma enorme importância enquanto referência do desenrolar da própria história de Portugal, dado que ao situar a narrativa de forma tão específica na Beira, em Viseu, na povoação de Ranados e, sobretudo, no solar da Malhada, a autora entrelaça de forma inevitável o passado e o presente coletivos do povo português com o passado e o presente individuais de cada uma das personagens, até porque, como o lembra Marinho (2010: 6), o presente dos romances desta autora só pode ser interpretado à luz das relações tecidas com o passado.

Assim surge a Beira e mais propriamente o solar da Malhada, onde se desenvolvem quase todas as intrigas desta história, numa relação indestrinchável com a história de Portugal, sobretudo com as lutas liberais ao longo do século XIX e o caminho que conduzirá à República no início do século XX:

A Malhada, propriedade famosa da baronesa da Silva, não menos famosa virago que desafiou D. Miguel e os seus sequazes, deve o nome ao título que se dava aos liberais. A baronesa, Eugénia Cândida, proprietária já sumptuosa na sua herança de solteira, casara com um comerciante que ganhou nos negócios e com as rendas da Mitra uma fortuna considerável. Era contado entre os seis maiores ricos de Viseu, e, como se pode calcular, não eram gente de brasão de armas. O título recebeu-o Eugénia Cândida pela dedicação que teve para com a causa liberal, chegando a ser presa e a sofrer humilhações; como os filhos, notoriamente Francisco António, que faleceu emigrado em Paris. Este tirou o brasão dos Silva Mendes, por Alvará de 1818, e foi a interessante personagem, por casamento e por concubinato, que deu origem a uma casta de homens e mulheres verdadeiramente formados conforme o romance mais exigente. A sua filha natural, Eugénia, educada pela avó baronesa, casou com Henrique Nunes Viseu, seu primo, e morreu depressa; a filha de ambos foi a primorosa dama da Malhada, Eugénia Viseu, que a lenda informa e, com ela, o inventário da sua fortuna. (ES: 30)

É nas descrições de como a família Silva Mendes está ligada às lutas liberais que percebemos como se constroem as famílias de uma nova classe burguesa, essencialmente comerciante, aspirante a uma sociedade nova e com maior espaço para as práticas políticas já em voga em alguns países europeus, mas que ao mesmo tempo não hesita em aceitar um título de enobrecimento, antes pelo contrário, orgulha-se do feito, e cultiva o brasão obtido como marca de distinção e de proteção da família.

Esta relação direta com a história de Portugal permite recriar uma memória histórica do que foram as lutas liberais e, através dessa memória, explicar alguns dos insucessos da futura República, conducentes mais tarde ao Estado Novo. Não é por acaso que, após muito lutar pela causa liberal, a personagem de rei-João volta para a Beira, porque o liberalismo não regenera a sociedade portuguesa. Ao observar o comportamento dos novos líderes políticos, rei-João não aceita cargos em Lisboa, pois não consegue conviver com a mesquinhez de todos aqueles que se batem pelas migalhas da nova monarquia liberal. É caso para dizer, como o faz Levécot, que a regeneração da sociedade portuguesa é uma das impossibilidades que o romance português contemporâneo constata e estabelece: “Toutes ces caractéristiques de la société portugaise décrite dans ces romans donnent une impression de perpétuation infinie, d’une impossibilité d’évolution dont l’origine est peut-être la peur instillée pendant plusieurs décennies et intégrée collectivement par la société portugaise.” (Levécot, 2010: 31). No entanto, o que Levécot atribui sobretudo às décadas de duração do Estado Novo, é visto por Agustina como algo de ainda mais passado, uma incapacidade histórica para a mudança e o progresso.

Não podemos também ignorar a tradição dos conceitos historiográficos nos quais se banham os romances de Agustina e que dão conta de uma tendência para a relativização do “caráter absoluto do acontecimento, proporcionando variadas versões” (Marinho, 2014: 195), nomeadamente através da polifonia de vozes narrativas que mencionamos na introdução e no reconhecimento da transitoriedade do presente e das versões históricas que se vão criando ou alterando (Lopes, 1992: 41). A memória histórica transforma-se assim num espaço de transição entre a versão oficial consagrada da história e as múltiplas reformulações propostas por Agustina, reformulações essas que permitem, como foi dito anteriormente, compreender o presente e explicá-lo devido ao passado contado, recontado e reformulado pela autora no decorrer dos seus romances:

E é assim que Agustina Bessa-Luís também reescreve a história, modificando a nossa visão de Inês de Castro (*Adivinhas de Pedro e Inês*) ou de D. Sebastião (*O Mosteiro*), obrigando-nos a transgredir as convicções, a reformular as crenças, a presentificar a falibilidade das ideias feitas e a sua inevitável relatividade. Ela é exímia nessa qualidade que a faz escrever máximas, aforismos, que condicionam diretamente a análise da sociedade e das relações entre os seus elementos. Não é já a visão da História, mas da sociedade atual que a autora nos desdobra magistralmente.” (Marinho, 2014: 194).

A fixação do espaço da Beira enquanto cronótopo nas valências que acabamos de expor obedece, destarte, a outra das constantes da obra de Agustina: resgatar o passado e as tradições do esquecimento, pois é muitas vezes disso que se trata nos romances desta escritora, tentativas de vencer o esquecimento do passado “por uma evocação que o reescreve para o fixar em retratos escritos” (Lopes, 1992: 41). Ao resgatar o passado e as tradições do esquecimento, a obra de Agustina configura-se como um espaço de memória e, no caso da Beira, e do romance *Eugénia e Silvina*, “A memória posiciona-se como condição para o estabelecimento da identidade de um povo, isto é, da reconciliação do sujeito consigo próprio.” (Marinho, 2014: 195), tal como acontece com Silvina no fim do romance.

3. O Solar da Malhada e a Fonte das Feiticeiras

A Malhada apresenta-se no romance *Eugénia e Silvina* como uma sinédoque da Beira e, de certa forma, de Portugal. O solar representa o peso da tradição da província beirã e a relação com a longa história que remonta até aos celtas, e dele dependem muitos dos sucessos ou insucessos das diferentes personagens que o ocupam, sendo, além disso, o espaço do crime que dita a narrativa deste romance.

Tal como para a região da Beira, Agustina detém-se longamente na descrição deste espaço e nos comentários a ele associados, numa tentativa de fixar não só o cenário onde tudo vai acontecer, mas também de prevenir o leitor de que algumas consequências são expectáveis. Assim, diz-se desta moradia que a mesma não prima pela beleza, mas antes pela solidez arquitetónica: “O Solar da Malhada nunca passou dum edifício burguês, sólido e de porte desgracioso. Toda a sua vantagem arquitetónica estava ainda na traça pombalina e no número de janelas, tantas como os dias do mês ou um pouco mais.” (ES: 8)

Além disso, o solar não só não apresenta um enorme conforto, como aparece no texto associado a um outro que evoca uma história trágica e sobejamente conhecida e que, decerto, deixa ao leitor a certeza de que este espaço contribuirá para o exacerbamento trágico da narrativa:

O famoso solar do duque de Viseu, em Lisboa, destruído e salgado quando do processo dos Távoras, parece ter sido o modelo para os enormes para-dores de família beirã, com tudo o que eles têm de proporcionado. O solar beirão e, no seu exemplo, a casa do grande lavrador, opulento ou simples herdeiro de uma fidalguia obscura e decapitada de genealogia e de bens,

nunca ultrapassou a parca comodidade dos meados de setecentos. Quanto às salas serviam pouco mais do que para passear nelas e havia no andar nobre uma série de aposentos cujos móveis se protegiam com guarda-pós, deixando-se as portadas das janelas fechadas como na ocasião dum luto, mas, nesse caso, para impedir que o sol desbotasse os tapetes e os reposteiros de juta. (ES: 8-9)

Para além do elemento trágico associado à construção, este solar revela detalhes dos hábitos culturais das diferentes gerações que o ocupam e, através delas, de questões ainda mais íntimas, associadas à psicologia das personagens. Assim, sabemos desde o início do romance que

Não foi a rica baronesa da Silva quem mandou construir o solar da Malhada. A Malhada é mais antiga, e a baronesa herdou-a da linha Mendes na família que em 1832 conservava a propriedade no seu nome. Gente um pouco sombria em que a idade da loucura se produzia em todas as idades e onde os felizes efeitos dos aparelhos de temor, que são a lei e a moral privada, não influenciavam por aí além. (ES: 11)

A antiguidade do solar da Malhada permite ao longo de todo o romance discernir, tanto pelas mudanças arquitetónicas quanto pelos móveis selecionados, o carácter das personagens e os seus traços mais recônditos, entre eles, a loucura mencionada no excerto e que parece passar de geração em geração pelos diferentes elementos da família, ainda que em diferentes graus, mais ou menos visíveis. Este é aliás um dos frutos do forte poder sugestivo da linguagem da autora, que se concretiza de forma sempre mais direta quando os comentários são feitos em relação ao espaço, tal como no exemplo dado acima, pois a análise dos detalhes do espaço é sempre reveladora dos comportamentos das personagens nos romances de Agustina.

Ainda sobre o solar e a sua íntima conexão com o desejo das personagens, as principais transformações que nele ocorrem são devidas à personagem de Eugénia Viseu que, além de ter herdado um título nobre, procura mostrá-lo através das modificações na construção do solar, ainda que as mesmas não correspondam posteriormente ao comportamento da sua descendência: “Eugénia Viseu queria dar à casa um título, como ela recebera; para isso atribuiu-lhe um escadório rampante como um leão de estandarte. Os baixos da velha moradia ganharam um estatuto de salões de bilhar e, por pouco, de biblioteca.” (ES: 106)

A Malhada tem ainda uma outra característica que a torna uma sinédoque da Beira: o linguajar dos seus ocupantes. Trata-se de uma série de expressões de índole regional ou ainda de traços fonéticos associados à pronúncia de determinadas personagens que tornam único o lugar e que as distinguem do falar de outras localidades ou regiões, detalhe muito prezado pela personagem de Silvina quando pensa na Malhada “onde se ouvia um dialecto áspero e antigo como o ‘não faço rogo’, que queria dizer ‘não aceito pedidos’”. A avó Gertrudes Leonor usava dessa linguagem, e dizia *sex* em vez de *seis*; e *cinque* em vez de *cinco*. Às vezes, por pura coqueteria gramatical, Silvina falava à antiga e chamava à Malhada o seu *herdamento*.” (ES: 177-178)

Enquanto casa de família, a Malhada representa ainda o peso da tradição familiar conservadora que Levécot associa a este tipo de moradia e que, em conjunção com um tempo circular, não permite às personagens escapar ao destino trágico que as espera:

Le temps où évoluent les personnages est fortement marqué par un passé collectif si lourd qu’il semble immuable. Les structures de la société sont figées dans le temps: elles sont marquées par le poids de la tradition familiale et sociale et par l’héritage économique et politique qui a instillé une peur freinant les évolutions et provoquant un désenchantement individuel et collectif. (2010: 23)

Falar do tempo associado ao espaço faz todo o sentido em Agustina, dado que desde o início do romance a autora insiste em interromper a narrativa com sucessivas analepses que permitem voltar ao passado ou reviver o mesmo episódio múltiplas vezes para melhor se estabelecer a inexorabilidade do destino trágico das personagens, mas também para melhor explicar esse destino a partir de características temporais ligadas à história ou espaciais ligada à terra, mas que importa lembrar, num esforço de memória contínuo e inesgotável.

A casa de família não é sequer um lugar descrito como agradável, antes pelo contrário, a ela são associados traços “sinistros” e relações com o oculto que se vão revelando à medida que a narrativa avança como características intrínsecas do lugar, dado que remontam ao passado histórico celta: “O lugar era algo sinistro, entre muros; levava o caminho a Ranados, que se diz Ranhados, não sei se por adulteração e fácil discurso. Corre perto o Pavia, as fontes são marca de antigas praxes curativas; e, uma delas, a das Feiticeiras, fica na curva da estradinha de empedrado” (ES: 29). Mas apesar do desconforto que geram nas personagens, pois a Beira, Viseu e a

Malhada são um território impossível para Eugénia Viseu ser feliz, porque ela não pode existir na sua essência individual numa região conservadora e cheia de preconceitos, ainda assim, é para o solar da Malhada que esta personagem volta na hora de morrer e de enfrentar o destino que lhe cabe.

A relação das personagens com o solar da Malhada é de ordem visceral, este espaço institui-se ao longo da narrativa quase como um espaço mitológico, no sentido das origens, nomeadamente, devido à presença do elemento líquido simbolizado pelas fontes e, principalmente, pela Fonte das Feiticeiras. A própria autora destaca amiúde este elemento na narrativa, tal como podemos ver no excerto abaixo e que é apenas um dos muitos em que se fala da importância desta fonte:

Serve tudo isto para traçar o quadro da região onde terríveis factos vão desdobrar-se. Digo bem que se desdobram, porque às vezes um só gesto leva cem anos de preparo. Tal foi o crime das Feiticeiras, de que trata este livro. A Fonte, ou Poça das Feiticeiras, era, e é ainda, um simples charco onde sobrenadam as lentilhas de água; está encostado ao muro da quinta da Malhada, muro baixo que pressupõe pequeno arranjo exigido por extremas novas. Dantes a Fonte das Feiticeiras ficava dentro da propriedade das Messtras, a que Viseu prestou honras e teve em grande consideração. Também o Pavia se conhecia pelo nome de Rio das Feiticeiras, por andarem nele mulheres de saber e segredos, em busca de ervas para as suas poções e cataplasmas. (ES: 32-33)

Assim, além de destacar que, no passado, a dita fonte chegou a fazer parte do território da Malhada, destaca-se ainda a conexão da Malhada à história original da Beira e aos celtas (Camargo, 2019: 41), conectando os saberes antigos, as curas medicinais, aos conhecimentos ancestrais detidos apenas pelas mulheres, as ditas “Mestras” de Viseu. O local da edificação do solar é um elemento essencial na relação da casa com as personagens tanto de Eugénia quanto de Silvina. O solar tem, desta forma, uma relação intrínseca com as personagens femininas, tanto pela sua ligação ao património dos Silva Mendes, às grandes famílias beirãs, guardiãs da terra e da tradição, quanto à ligação com essa sabedoria feminina ancestral representada pelas feiticeiras, as ditas “mulheres de saber e segredos” (Camargo, 2019: 42).

Ao mesmo tempo, a localização geográfica do solar torna-o o local ideal para a atmosfera dúbia (relativamente ao incesto) e para a instalação pouco a pouco de elementos trágicos que levarão ao crime e à morte de João Trindade, agindo o murmúrio das águas da Fonte quase como um coro de uma

tragédia grega, prevendo e avisando os leitores do possível fim da personagem. Não é por acaso que o solar e a fonte se tornam numa espécie de pontos de partida e pontos de chegada das personagens, reforçando o caráter circular do espaço nesta narrativa, mas também a sua característica totalitária. No romance *Eugénia e Silvina*, a Fonte das Feiticeiras e o solar da Malhada são um espaço físico, mas também psicológico que não se consegue arrancar de dentro das personagens, mesmo quando estas viajam.

4. A província como personagem

Resta-nos abordar uma suspeita que deixamos no ar na introdução a este texto e que se prende com a ideia de a província ser, nos romances de Agustina em geral, e em *Eugénia e Silvina* em particular, não só o ponto fulcral da criação de personagens, mas também uma personagem como as outras, com o seu temperamento próprio e os seus traços distintivos.

Destarte, a província aparece descrita no texto como tendo “uma desordem”, um tipo de temperamento que seria o fator propiciador da maior parte dos crimes e que permitiria explicar o crime cometido por Silvina. Descreve-se a província como se fosse uma personagem cuja desordem de temperamento explica a ordem natural das coisas, como se se tratasse de um corpo em cuja aparente desarmonia reina a lógica da biologia:

A província tem consigo uma desordem que está na ordem das quatro estações. O tempo decorre por elas e comunica-se ao sangue com uma obediência especial. A existência de nós próprios e das coisas que nos rodeiam apresenta-se de maneira mais positiva e imediata, sem que precise do recurso do pensamento. Uma tal existência é perigosa. É na província que se praticam a maior parte dos crimes, é na cidade onde os criminosos em potência se refugiam, apelando à contradição inelutável entre a experiência e a cogitação. (ES: 132)

Contrariando também a sabedoria popular, que empresta ao campo e ao meio rural uma simplicidade que tornaria tudo puro, diz-se da província que esta é propícia a cometer o pecado, emprestando-lhe uma dinâmica ativa de personagem: “na província onde a monotonia faz pecados e a vida simples não faz milagres.” (ES: 175)

A província é também muitas vezes descrita no seu pendor mesquinho e fofoqueiro, pois em todas as circunstâncias há suspeitas de relaciona-

mento amoroso e de escândalo, por isso, há sempre uma esfera de maledicência que torna vivas as suspeitas de incesto entre Eugénia e seu pai e mais tarde entre João Trindade e Silvina: “Há na província uma maneira radical de entender as relações de homem e de mulher. Se vivem sós, não escapam ao desejo, que é fraude da esperança em lugares que a escorraçam. A província transforma em canapé tudo o que é posição vertical.” (ES: 141)

Descreve-se também Viseu como uma cidade impossível de “domesticar”, isto é, incapaz de obedecer às normas comuns da sociedade e ao comportamento moral expectável naquele tempo, tendo em conta a força da sua história anterior ainda à nacionalidade. Atribuindo-lhe a autora exatamente a força que é dada ao ser humano, personificando a cidade, podemos ver que não é apenas a província no geral, mas também a cidade em particular, que assumem comportamentos que permitem justificar o evoluir da ação narrativa: ““De Viseu cão, mas homem não”, explica-se exactamente aquilo a que nos referimos. O cão é inclinado à obediência e a sua razão possível demonstra-se pela sua domesticação possível. A causa particular que é a força do homem, a sua razão possível, resulta, na sua essência, de não ser domesticável.” (ES: 133)

Nos atributos que são dados à província, definem-se também as características do provinciano, sendo que a principal e mais evidente é a sua ligação visceral à natureza que o define: “Se não existe nada na natureza que não produza um qualquer efeito nas pessoas, o provinciano, ligado à natureza e com ela coabitando, está mais sujeito aos seus efeitos do que o cidadão urbano.” (ES: 133).

Por isso, o crime narrado não poderia ter acontecido noutra lugar que não este, pois a província é única e é o seu carácter que permite o desenrolar dos factos:

Mas o caso a que me vou referir, um crime, uma terrível emanção do inferno, onde, como eu disse, muito se ama, não sucedeu nas margens deleitosas do Tâmega, ou do Odres, ou do Anha, onde pousa a libélula e caem os bogalhos das carvalhas, ventre de mosquitos silenciosos. Passou-se num alto lugar, agora rasgado pela estrada donde se avista a lívida cortina da Serra da Estrela, com o seu quê de inviolado e de submerso no tempo. (ES: 8)

O beirão é ainda descrito no seu carácter imutável apesar da passagem do tempo. Neste sentido, enquanto a província é dotada de dinâmica e parece ter um papel ativo em todo o romance, o provinciano é descrito como sendo conservador e, de certa forma, garante da imutabilidade de comportamentos. Esta discrepância pode ser vista quando se fala dos beirões em

geral no que toca ao evoluir da sociedade e, nomeadamente, na criação de uma classe média propiciada pelo novo regime político: “na fechada e misteriosa região beirã, a classe média não teve, por assim dizer, nenhum acolhimento. Os comerciantes, se não eram pobres de rendimentos, eram-no de espírito quanto ao estilo descarado da capital. Acreditavam que perderiam a honra se dessem provas de qualquer sumptuosidade.” (ES: 9)

A mesma sensação de imutabilidade dos comportamentos pode ser observada quando se fala da relação entre João Trindade e a sua filha Silvina, isto é, do lugar das mulheres na casa e na família: “ele não se afastava muito da maneira patriarcal de criar as filhas, que era própria da antiga família beirã: severidade que arrefeça o calor do sangue e uma boa dose de sentido prático, porque uma mulher é sempre uma criada, protegida, mas não menos criada por isso.” (ES: 175)

Ainda sobre a província, é necessário mencionar que as suas características são uma mais-valia no texto de Agustina, no sentido em que elas são uma garantia da identidade regional e, por extensão, nacional. Embora já tenhamos falado na questão da identidade secular da Beira, vale a pena também especificar que no romance agustiniano a província enquanto unidade aglutinadora das características nacionais e das tradições é uma salvaguarda contra o que Marinho designa por “a angústia do ser estilhaçado”, ou seja, a angústia “de um povo que luta contra a perda da identidade” (2014: 196) na sociedade contemporânea, preocupação comum a muitos dos autores portugueses quer do fim do século XX quer do início do século XXI.

Conclusão

A descrição dos espaços no romance agustiniano está, muitas vezes, relacionada com a própria criação e densidade psicológica das personagens, isto é, a observação do que acontece nos espaços exteriores ou de como são esses espaços – a natureza, a paisagem – permite melhor descrever e entender a psicologia das personagens que Agustina nos dá a conhecer.

Por isso, situar os romances na Beira, permite trazer para dentro de cada espaço individual e de cada personagem a carga simbólica da região – as tradições, as crenças, as superstições – e a mentalidade a ela associada. As raízes da terra justificando assim as raízes profundas de determinados comportamentos humanos, tais como os descritos no romance *Eugénia e Silvina*. O crime cometido é, aliás, revelado ao longo do romance sempre em relação com comportamentos ou com espaços característicos da região onde se movem as personagens.

É de crer também, de acordo com os múltiplos comentários que pontuam o romance, que o espaço rural no qual se desenrola a ação é o fator propiciador da mesma, tendo em conta que o campo, o meio rural ou a província, dependendo da terminologia utilizada, parece ser um elemento exacerbador dessa ação. A ser verdade, não seria propriamente uma novidade, como o lembra Helena Carvalhão Buescu, que defende que, no cenário rural, as histórias ganham uma força diferente dentro do universo literário português, constituindo-se o espaço rural como “uma espécie de palco onde se jogam, de forma mais acentuadamente visível, os afectos, os jogos e os pequenos/grandes dramas que veladamente ocorrem na cidade: a diferença não é então de natureza, o campo torna só a vida mais visível” (Buescu, 2005: 317).

Assim, é natural que a Beira se torne num cronótopo neste romance e que a ela se dedique minuciosamente a autora em comentários, descrições, relatos e apresentação de factos documentais encontrados em registos consultados e estudados ao pormenor. Se, como diz Marinho, “o sujeito tem sempre tendência a percecionar o espaço e tudo o que com ele se relaciona, como um espaço emocional, deveror de ideologias, desejos ou intenções” (2014: 185), é com certeza na prosa de Agustina Bessa-Luís que melhor encontramos esse espaço, desenhado para que o leitor dele retire múltiplas conclusões e dele guarde, sobretudo, imensas dúvidas.

A relação entre o espaço da Beira e o passado histórico de Portugal ou ainda entre as características do povo e as das personagens é seguramente estabelecida através da análise minuciosa que a autora dispensa a cada ínfimo detalhe e aos diversos significados que o leitor pode retirar desses mesmos detalhes. A leitura de um texto de Agustina requer, aliás, muita releitura, muito ir e vir nas páginas que se acumulam e nem sempre se completam.

O ambiente narrativo criado por Agustina e a análise minuciosa que faz de cada facto e de cada elemento da sua narrativa, apesar de capturarem momentos e características de um determinado espaço e de uma determinada personagem, não os fossiliza, nem os torna perenes, pois múltiplas vezes a própria autora insiste na ideia da reescrita da história, nos diferentes pontos de vista possíveis, assim como na mudança que abre espaço à incerteza. Exímia contadora de histórias, é na impossibilidade de restituir ao leitor uma conclusão definitiva que melhor se define a escrita de Agustina.

Referências bibliográficas

- BESSA-LUÍS, Agustina (1989). *Eugénia e Silvina*. Lisboa: Guimarães editores.
- BUESCU, Helena Carvalhão (2005). *Cristalizações: Fronteiras da modernidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- DUMAS, Catherine (2002). *Estética e personagens nos romances de Agustina Bessa-Luís espelhismos*. Porto: Campo das letras.
- JÚDICE, Nuno (1997). *Viagem por um século de literatura portuguesa*. Lisboa: Relógio d'Água.
- LEVÉCOT, Agnès (2010). *Le Roman portugais contemporain, profondeur du temps*. Paris: L'Harmattan.
- LOPES, Silvina (1992). *Agustina Bessa-Luís – As hipóteses do romance*. Lisboa: Edições Asa.
- LOURENÇO, Eduardo (1994). *O Canto do signo, existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: editorial Presença.
- MACHADO, Álvaro M. (1993). *Agustina Bessa-Luís, O imaginário total*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- MARINHO, Maria de Fátima (2010). À la recherche de l'identité perdue (essai sur la crise d'identité dans le roman portugais contemporain). *Carnets*, Première Série – 2 Numéro Spécial. Consultado a 19 junho 2021, em <https://journals.openedition.org/carnets/5313>.
- MARINHO, Maria de Fátima (2014). A literatura como espaço de manipulação. *Revista da Universidade de Aveiro*, n.º 2 (II série), pp. 185-201. Consultado a 24 de junho de 2021, em <https://proa.ua.pt/index.php/rual/article/view/8619>.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. (2002). *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina.

Bibliografia complementar

- REAL, Miguel (2012). *O Romance português contemporâneo 1950-2010*. Lisboa: Caminho.
- WEISGERBER, Jean (1978). *L'Espace romanesque*. Lausanne: Éditions l'âge d'homme.
- WESTPHAL, Bertrand e Jean-Marie GRASSIN (2000). *La Géocritique mode d'emploi*. Limoges : Presses universitaires de Limoges.

CAPÍTULO 8



Pintura a óleo sobre tela de Mestre Alfredo da Conceição
(Coleção particular)

Resumo

Miguel Torga e a Beira

MIGUEL TORGA E A BEIRA faz um percurso de investigação que manifesta o ponto de vista do escritor sobre a geografia física e humana da região geográfica da Beira – Beira Baixa, Beira Alta e Beira Litoral. É uma visão ao vivo, numa caminhada por Portugal inteiro, em contacto de entendimento e sentimento de amor pátrio. De entre a vasta obra de Miguel Torga, a selecção de fontes de investigação abrange o livro *Portugal* (1950) e os dezasseis volumes do *Diário* (1932-1993). Não se esgotam os registos à disposição do leitor por limites de espaço para o estudo. Motivos em relevo: a serra, as aldeias, as cidades, a costa marítima que se inscreve na Beira Litoral.

Palavras-chave: *Diários*. Serra. Aldeia. Cidade. Mar. Geografia física e humana.

Abstract

Miguel Torga and Beira

MIGUEL TORGA E A BEIRA draws a research path which stresses the writer's perspective on the human and physical geography of the *Beira* region – Beira Baixa, Beira Alta and Beira Litoral. It's a live view while walking through Portugal in a journey filled with human understanding and love for the homeland. Among the many books Miguel Torga wrote, this research focuses on *Portugal* (1950) and the sixteen tomes of the *Diário* (1932-1993). We do not explore all the accounts available on the subject. Highlights: mountains, villages, towns, the coastline.

Keywords: *Diários*. Mountain. Village. Town. Ocean. Human and physical Geography.

MIGUEL TORGA E A BEIRA

Maria de Lurdes BARATA*

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco
milola.maia@gmail.com

1. Introdução

No âmbito de uma visão de Miguel Torga sobre a Beira, o caminho escolhido vai seguir um itinerário que percorre, a partir da vasta obra do escritor, o livro *Portugal*, publicado em 1950, que, como o próprio título indica, é um percurso pela terra portuguesa, de Norte a Sul, com a perspectiva de um autor que a conheceu ao vivo, palmo a palmo, com olhar crítico e de amor à pátria. De várias intervenções que asseguram um conhecimento ao vivo, exprime a tenacidade do que se propôs e do que conseguiu, um dia em Ferreira do Alentejo, em 31 de Outubro de 1965: «Devo muito aos pés e aos olhos. Sem a ajuda deles nem a alma estaria tão cheia, nem teriam surgido os livros onde tento esvaziá-la. A pisar incansavelmente o pó dos caminhos e a perscrutar sem desfalecimentos todos os horizontes, pude entesoirar emoções que nunca conseguirei esgotar, por mais consumo que lhes dê» (DX, pp. 65-66). Os dezasseis volumes do *Diário* de Miguel Torga (começando o volume I em 3 de Janeiro de 1932 e terminando o volume XVI em 10 de Dezembro de 1993) serão as principais fontes de pesquisa, além da obra *Portugal*, para o percurso que me proponho delinear. As *entradas* no *Diário* dão indicação dum local, por vezes não entrando na caracterização do mesmo, simplesmente reflectindo sobre eventos ou qualquer assunto em que um pensador como Torga é constante. Acontece que podemos deparar com *entradas* no mesmo local, embora com datas diferentes, às vezes afastadas, mas nem sempre há referência a todas. Acontece também que há muitos outros locais referenciados da

Beira, das Beiras, todavia alguns não foram objecto da minha selecção por não acrescentarem algo novo à visão torguiana. Aliás, há ainda a considerar que, no âmbito deste trabalho, há limites de espaço que impedem um avanço mais pormenorizado ou mais longo.

Haverá um trajecto conduzindo a aspectos como a serra, a aldeia, a cidade, o litoral, abrangido pela Beira correspondente, numa caminhada a descobrir uma geografia física e humana. De mais a mais, seria impensável num autor como Miguel Torga escamotear a dimensão humana sempre presente no acto de viver.

“Beira, quer já de si dizer beira da serra” – é assim que Miguel Torga em *Portugal* (p. 71) começa por falar da Beira. Inicia este assunto com uma quadra de Augusto Gil (*Porque fui dançar na boda, / Em que foi que te ofendi? / Andei sempre à roda, à roda, / Mas sempre à roda de ti.*), fazendo a transposição para marcar a *força polarizadora* da Estrela na região beiróia. É um modo de centrar a importância da serra como *materno seio* donde emana a vida da região, a imponência do domínio e da beleza, os ventos que dela sopram, os rios que dela correm, os tecidos, o queijo, a energia eléctrica, numa origem de raízes que fazem a seiva da região. Reforça a ideia a comparação com o Marão – «o Marão separa dois mundos – o minhoto e o transmontano. [...] Mas a Estrela não divide: concentra» (p. 72). É da força granítica e preponderante da Estrela, evocando um simbolismo de montanha na dualidade de altura e centro, que se integra uma transcendência de proximidade de céu e uma manifestação da terra que prevalece. O narrador descreve numa súplica: «Jungida assim à razão centrípeta da granítica matriz, a Beira ganha um sentido geográfico que não anda nos mapas administrativos, mas se imprime na retina» (p. 73). No *Diário III* (p. 89 – *Guarda – 25 de Fevereiro de 1945*) reitera a marca nuclear da Estrela: «Cá ando a dar volta à Estrela, como uma borboleta a circundar uma luz». Mais uma vez, a serra assume uma posição de eixo central.

O olhar torguiano é um olhar ao vivo, vivendo uma experiência real própria, com espírito acutilante, não fantasioso, de observação do real, não deixando, porém, de ter a singularidade de uma perspectiva. A vivência pessoal é um preâmbulo de testemunho. Vejamos, nessa linha, algumas transcrições:

- S. Vicente, 5 de Agosto de 1942 – [...] Chego a uma terra e não resisto: tenho de me meter pelos campos fora, pelas serras, pelos montes, saber das culturas, beber o vinho e provar o pão. (*DII*, p. 49)

- *Fundão, Serra da Gardunha, 4 de Fevereiro de 1945* – Pareço um doido a correr esta pátria. Do Gerês a Monchique e do Caldeirão a Bornes não tenho sossego. E sem saber ao certo para quê! Não sou geógrafo, tenho um patriotismo suspeito, sou fraco apreciador de petiscos, nem eu chego a perceber porque é tanta peregrinação. [...] cultivo-me assim pelos olhos e pelos pés, no alfabetismo íntimo das cousas, expressivas na sua luz, no seu clima e no seu paralelo particular. A terra não é igual em lado nenhum. Aqui encolhe-se, ali espalma-se, acolá afunda-se. (DIII, p. 88)
- *Coimbra, 26 de Fevereiro de 1945* – Com que então, grande passeio? – dizia-me hoje um amigo, com ar de censura amável.
E não me foi possível fazê-lo compreender que atravessar serras e vales por estradas intransitáveis, dormir com percevejos em camas imundas, comer mal e a desoras, e tocar a carne viva da nossa miséria social, não é propriamente passear, mas sofrer. (DIII, p. 90)
- *Gerês, 17 de Agosto de 1958* – Sou, na verdade, um geófago insaciável, necessitado diariamente de alguns quilómetros de nutrição. Devoro planícies como se engolissem bolachas de água e sal, e atiro-me às serranias como à broa da infância. É fisiológico isto. [...] Empanturro-me de horizontes e de montanhas, e quase que me sinto depois uma província suplementar de Portugal. (DVIII, p. 149)

No âmbito das transcrições anteriores, apercebemo-nos da opção do autor por um conhecimento ao vivo, com todos os sentidos em alerta numa visita real, descrevendo espaços físicos – paisagens, características geológicas, climáticas, vegetais – e humanos e sociais, como *a carne viva de uma miséria social*. Conjuga-se uma interação condicionadora de usos e transformações na dimensão do humano e da Natureza. Avalia-se e compreende-se melhor o homem e vidas de homens que se enquadram num determinado espaço geográfico. O mundo e a vida das populações que o habitam imbricam-se, sendo neste conhecimento essencial que recai a análise torguiana. Ver com os próprios olhos vai ao cerne de conclusões a tirar duma terra amada e insistentemente percorrida, que é Portugal. Afirma-o várias vezes, mas destaco a seguinte transcrição (DVIII, pp. 11-12): «*Pinhel, 21 de Outubro de 1955* – Ah, sim, lá conhecer Portugal conheço-o eu! Não houve aceno de monte ou de planície a que não respondesse. Subi a todas as serras e calcorreei todos os vales desta pátria. Por isso, quando chegar a hora da grande jogada, tenho um trunfo a meu favor que há-de desconcertar a morte: a íntima certeza de que não vou estranhar a cama, seja qual for o sítio onde me enterrem». Acrescente-se a dimensão física e humana que isso implica (DV, p. 60, *Dezembro de 1949*): «[...] É por funda

necessidade cultural que eu peregrino esta pátria. A realidade telúrica dum país, descoberta pelos métodos dum almocreve, é muito mais instrutiva do que trinta calhamaços de história, botânica ou economia [...]. Daí a identificação do espaço físico com o corpo físico, com a devida participação duma totalidade que é o físico e o psicológico.

2. A Serra e a Aldeia

Retomando a obra *Portugal*, capítulo «A Beira», e relativamente à serra da Estrela, a dependência do homem dessa *altura*, dessa solidão de penedias e desse centro que atrai como um íman, vem a identificação do homem beirão, que vive à sombra da imponente da montanha: «Côncio dessa força telúrica, o homem beirão tira dela todo o proveito possível» (ed. 1967: 73) e, acrescenta o autor, é *marginal* «por um condicionalismo semelhante ao do pescador» (p. 73), e pertence àquele lugar que é refúgio e motivo de sonho e o define como homem que sabe quem é. Recorre Torga (p. 74) a Gil Vicente (*Juiz da Beira*) para definir a consciência do beirão: «Olhai vós bem que este sam eu!», delineando uma vontade, uma fortaleza, de que foi imbuído pelo espaço de vivência, mesmo com sofrimento. Por isso o afirma (p. 74): «Teimoso como um Sísifo voluntário», atribuindo-lhe «tenacidade, concentração, serenidade e consciência de si»; e mais tarde (pp. 74-75): «É uma obstinação de caruncho, muda, modesta, inflexível, incapaz da piedade de ceder ao seu próprio cansaço. Mas essa teimosia dá-lhe o triunfo e a convicção de que só ele pode e deve conduzir os destinos da pátria inteira. Sem o dizer, sem o afirmar, o beirão sente-se dono de Portugal». Vai ao encontro da canção «Saudades da Beira», de Arlindo de Carvalho, ainda hoje continuamente divulgada: «[...] Eu nasci na Beira, sou homem pequeno / sou como o granito bem rijo e moreno! [...]». Continua a afirmar-se o homem beirão «rijo como o granito», abonando, sem dúvida, uma fortaleza física e psicológica. Insere-se a relação entre o meio e o homem que agrega o seu modo de ser e o seu modo de vida ao enquadramento num espaço que se torna cenário e meio de sobrevivência. Há uma relação de pertença que desperta sentimentos e atitudes, até modos de ser. São esses homens «apagados e humildes, que começam a tocar píforo sobre uma lapa, e que às duas por três estão no Terreiro do Paço de aguilhada na mão» (*Portugal*, ed. 1967: 76).

A perspectiva do telurismo torquiano continua a definir um perfil do homem da Beira: «[...] o beirão mais castiço e simpático não é esse ambicioso de poder e mando, quase sempre tão limitado psicologicamente como

os seus nativos horizontes. É o que fica agarrado às berças [...], aquele que permanece e tem uma vida integrada na comunidade, abarcando o trabalho e as crenças religiosas abençoadas por forças divinas protectoras. Todo o espaço em que se movimenta não torna a vida fácil e a própria paisagem não é *límpida e aberta* (p. 79): «A não ser nos boqueirões e nos píncaros da Estrela, onde se desce ao inferno e se toca o céu, enrugada e morena, a natureza beiroa só de quando em quando se espria e alegra».

Todas as características físicas desse espaço geográfico beirão acarretaram um certo perfil de habitante, ligado ao sentido prático que ignora uma faceta artística (pp. 80-81): «A pobreza do solo, a aspereza do clima e a configuração moral e mental do habitante não consentiram nunca nem os vagares da criação gratuita, nem os ócios da sua fruição. E é das coisas desconsoladas verificar que não aparece nas feiras da região um barro colorido, uma canga entalhada, um avental bordado. Tudo é neutro como as pedras da serra, a que é preciso descobrir beleza na coesão dos átomos e na serenidade com que assentam no chão. [...] Se alguma coisa de verdadeiramente sério e monumental possui a Beira, é justamente a serra». Corroborar esta ideia a constatação duma pobreza de sobrevivência (pp. 78-79): «Algum remendo de centeio nas quebradas, meia dúzia de belgas de milho nos nateiros dos rios, quatro azeitonas, uns tonéis de vinho do Dão, a lã, o leite e a carne duns centos de ovelhas, um rebanho de cabras, duas trutas e um punhado de maçãs. Mas tudo isso o beirão multiplica com o seu amor. Do caldo de couves faz um manjar, do azeite uma tibornada, da lã churra um cobertor de papa, e da carne de cabra uma chanfana de endoi-decer. Faz estes milagres sem grande imaginação, pouco poeta e pouco artista, mas hábil, engenhoso e prático. Duma agricultura sem grandeza consegue uma abundância regrada, saborosa, com tigelada no fim». O testemunho torguiano aponta, assim, para um quotidiano de vida austero e prático, com nota gastronómica de excepção.

Sempre atento aos aspectos humanos, Miguel Torga não esquece períodos difíceis como os da emigração, uma necessidade de sobreviver. O beirão é objecto dessa referência no capítulo de *Portugal* que temos vindo a analisar. Aliás, a história do emigrante dos anos 60 ainda está na memória dos portugueses, com as saídas clandestinas, “a salto”, a troca de bom dinheiro entregue aos “passadores”, que os conduziam para fora do país por caminhos ínvios e em condições dramáticas.

Diante de circunstância de aflição, o homem da Beira é igualmente caracterizado (pp. 77-78): «Mas o instinto de conservação pode mais do que as amarras que o seguram. E, se a fome aperta, que remédio senão abalar! Em

colónias, que é o grande tipo de emigração beiroa, o irmão a chamar o primo e o primo a chamar o amigo, não há sítio no mundo onde não chegue o seu braço. Qualquer trabalho lhe serve. [...]». O narrador atribui-lhe um «bairrismo descabelado» e continua a caracterização que se deduz das acções: «[...] capaz de uma tal ubiquidade humana, que ao mesmo tempo que moureja na América colabora activamente na construção do fontanário da terra».

Num correr por Portugal, em que se abrange a Beira e as suas gentes, há uma justificação de certos percursos assinalados no *Diário*, devidamente datados nas suas andanças: essa justificação tem a ver, para além do conhecimento das regiões, com a procura de momentos de caça, que Miguel Torga amava com paixão. Dois registos de passagem por Penamacor, em 8 e 9 de Dezembro de 1950, ao percorrer estas terras numa actividade de caça, denotam alguma recusa por uma imensidão ao defender que *a única planície que verdadeiramente lhe serve é o mar*: «Cá ando desaustinado por estes restolhos e semeadas, perdido no tamanho de léguas que os meus avós almocreves não mediram» (DV, p. 169). No dia seguinte, 9 de Dezembro, confessa: «Nem sei caçar aqui. As lebres correm para o infinito, as perdizes voam para o azimuth, e cada passo que dou não acrescenta nem adianta. É tal a minha sensação de impotência diante desta imensidade, que chego a ter a impressão de que cada chaparro foi um homem que desespereou de atingir qualquer fim, e parou» (DV, p. 170).

Há quatro registos com indicação de Monfortinho no *Diário II*: 1941, 13, 14, 27 e 29 de Setembro. No dia 27 fala de caça, mas antes há que referir de modo breve os dias anteriores para uma melhor compreensão. Dia 13 de Setembro concretiza-se o primeiro contacto: «É curiosa esta sensação de vazio que nos atormenta quando chegamos de noite a uma terra desconhecida. [...] invade-me uma tão imperiosa ânsia de conhecer a dureza e a cor da terra, de provar o pão, de beber a água, de acarinhar as fragas, de ouvir falar os nativos [...]» (p. 11). No registo seguinte, 14 de Setembro, põe em relevo a descoberta do novo espaço e faz sobretudo considerações sobre o facto de ser terra de fronteira e de delimitações, que apenas têm validade em realidade humana (pp. 11-12):

Acostumação dos olhos a esta nova luz, a esta nova paisagem, e, sobretudo, a esta nova realidade: a presença quotidiana e irremediável duma fronteira a cem metros de mim. À distância e só pela informação dos mapas, isto de haver nações reduz-se a pouco: a uma cor diferente no papel. [...] Uma nação passou a ser uma realidade geográfica e humana, com língua própria, costumes próprios, alfândegas próprias, e, acima de tudo, com um imponderável biológico e social, [...]. § Olho daqui. Vejo, de facto, serras com restolhos de

centeios e trigo, sobreiros com autêntica casca de cortiça, e um rebanho a caminhar, do meio do qual sai uma nuvem de poeira e de som. Mas é do lado de lá do ribeiro. E um inexplicável terror, uma imprecisa inquietação apoderaram-se de mim. Sinto-me em relação a tudo aquilo como diante de uma outra natureza. Uma natureza evidentemente de calhaus, de ervas, de sol, de gente, mas onde tudo diz D. Filipe, quando eu digo D. Sebastião.

A reflexão conduz-nos a uma definição de fronteira entre Portugal e Espanha que implica indubitavelmente o elemento humano, com um perfil próprio, uma história dividida, condensada no dizer D. Sebastião e D. Filipe. É neste enquadramento que assistimos à cena de caça em 27 de Setembro (p. 13), com um final de humor: «Caçada na outra banda. O coração comovido, o meu iberismo todo aos saltos, mas um tóco dum carrasco é que não quis saber de lérias: foi-se-me a um joelho e deu-me cabo dele. E eu atravessei a fronteira com esta sabedoria dos avós na perna dorida: – de Espanha, nem bom vento nem bom casamento». O quarto registo em *Monfortinho, 29 de Setembro de 1941* (p. 14), referencia uma conversa entre médicos, o autor e outro de certa idade, com saber de experiência feito, sobre as águas maravilhosas das termas de Monfortinho – é uma informação da região.

Em terras de fronteira há um outro registo (*DIX*, p. 93 – *Quadrazais, Sabugal, 22 de Outubro de 1961*) em que reflecte sobre o passar fronteiras e viver o *fora* do torrão nativo, uma tendência que se foi acentuando e, hoje, nos nossos dias, é bem marcante. Eis a observação torguiana: «A cavalo na raia, compro pão espanhol a um contrabandista e, enquanto acrescento ao paladar do centeio nativo o gosto do trigo alheio, vou meditando. § As pátrias estão a acabar dentro de nós. A devoção ao local já não consegue esconjurar a tentação do universal. [...] Todo o enxame quer ver o que se passa fora do cortiço. [...] Razões múltiplas, instintivas, mentais, económicas, técnicas e outras, esfumaram progressivamente as fronteiras da consciência cívica». Numa outra terra de fronteira como Salvaterra do Extremo, em 14 de Outubro de 1979 (*DXIII*, p. 117), reflecte sobre o que designa de *Portugal velho*: «[...] Cada vez amo mais o Portugal velho, já quase perdido, de ruas aconchegadas, largos domingueiros, pelourinhos severos e torres cristãs, fiel à primitiva decência. Sinto-me nele seguro, idêntico, natural e, sobretudo, fortalecido no meu afã de poeta. [...]». É a caracterização física dum Portugal aldeão que vem de longe e o liga às raízes.

Pela passagem em diversas terras da Beira, várias são as anotações, seja pela beleza, seja pela simplicidade do viver quotidiano, seja pela reflexão sobre aspectos económicos e sociais das populações. Um simples aquecer de

pés numa lareira antiga arrasta um comentário: «*Vidual, 3 de Dezembro de 1950* – No calor destas lareiras pré-históricas de Portugal é que vale a pena ainda aquecer os pés. Lume de raízes de urze, arde nele a terra que se agarra a tudo o que nela cresce. E cada labareda é mais do que uma combustão. Abre-se nela o incenso dum sacrifício materno» (DV, p. 169). Acrescente-se que Vidual é a actual freguesia Fajão-Vidual do concelho de Pampilhosa da Serra. Na transcrição anterior sobressai, mais uma vez, o telurismo de Torga: no lume da lareira arde a terra (as raízes de urze) *como incenso dum sacrifício materno* – a Mãe – *Tellus Mater*, fonte de tudo, que dá e rouba a vida.

A serra da Pampilhosa (com dois registos – *Diário VI*, (p. 136) e *Diário XI*, (p. 182) – é referida em beleza (DXI, p. 182) com o poema de título «Miragem», parecendo um encantamento de ilusão num dia de nevoeiro.

Continuando num trilho de beleza geográfica, dois registos sobre Monsanto (a aldeia mais portuguesa, desde o concurso de 1938) exaltam a sua singularidade. O primeiro inscreve-se no *Diário II* (pp. 12-13):

Monsanto, 26 de Setembro de 1941 – O que é a fraternidade dos ossos! Estas fragas estavam todas em Trás-os-Montes no princípio do mundo. Mas, como Deus determinou que eu tinha de nascer e vir desesperar-me de tédio nestas léguas de nada durante quinze dias, que é que fizeram as santas das minhas pedras? Meteram-se a caminho por debaixo das raízes do trigo, teima-que-teima, e zás: quando menos o bom homem da bolota esperava, aparece-lhe pela proa o mais belo afloramento de granito que eu já vi. É claro que o da samarra agarrou com as mãos ambas. Se lhes parece! E construiu um castelo maravilhoso lá no alto, meteu dentro uma capelinha onde só não rezo porque não há lajes para certos joelhos, e, sobretudo, dependurou ao sol num dos lados da penedia uma aldeia que ou é coisa mágica, ou ilusão. Mas não haja confusões; o suporte do Sonho é meu, veio da minha terra, e há milhares de anos que estava aqui à espera de mim.

Fiz a transcrição completa pela originalidade do narrador, de fino humor, que mais faz ressaltar a alegria da descoberta deste espaço geográfico, uma penedia única, «o mais belo afloramento de granito», diz Torga. A surpresa e a admiração levam-no a brincar com a origem, dizendo que eram fragas trazidas do seu Trás-os-Montes. É evidente que o suporte do Sonho é seu, ou não fosse um artista poeta. Há uma identificação consigo logo no início – «a fraternidade dos ossos» – dos penedos e dos ossos do seu corpo. Vejamos os três primeiros versos do poema «Identificação» (DXV, p. 67): «Desta terra sou feito. / Fragas são os meus ossos, / Húmus a minha carne». Eis-nos, mais uma vez, diante do fundo telurismo torguiano.

Monsanto da Beira tem a pujança da penedia inigualável, caprichosamente alcandorada no monte e constitui um miradouro ímpar, que Torga também regista no (*DIV*, p. 174): «*Monsanto, 20 de Fevereiro de 1949* – Ver Portugal de um miradouro destes, a Estrela além, escalvada e coberta de sanatórios, e a campanha em baixo, latifundiária e vazia, é ler toda a sua história e auscultar toda a sua vida. É estar à eterna janela florida que qualquer nossa povoação tem a espreitar, num lindo dia de sol, o largo da matriz, onde o senhor da terra dá, por devoção, uma malga de caldo a um pobre». Estamos perante a beleza, mas também aspectos históricos e económico-sociais. A referência a «sanatórios» diz respeito ao da Serra da Estrela, arquitectado por Cottinelli Telmo e inaugurado em 1944, espécie de hospital-hotel, famoso na Península Ibérica, não esquecendo que o surto de tuberculose afligiu intensamente desde a segunda metade do século XIX até à década de 30 do século XX. Hoje, esse antigo sanatório é a Pousada da Serra da Estrela. Anteriormente, por iniciativa do médico Sousa Martins, foi construído um pavilhão na serra para internamento de tuberculosos, que havia sido inaugurado em Maio de 1907. É apenas um apontamento histórico. Igualmente a marca de crítica socioeconómica fica no registo. A *campanha em baixo*, que é a planície estendida aos pés da Estrela, compara-a Torga ao largo da matriz (o largo da igreja matriz nas aldeias), onde os poderosos dão *uma malga de caldo a um pobre* – daí que diga que a campanha é *latifundiária e vazia*.

3. A Cidade

3.1. COIMBRA foi a principal cidade de residência de Torga e onde mais tempo exerceu medicina. Não é de estranhar que seja a mais frequente localização dos registos diarísticos, seja para assinalar eventos, reflectir, comentar livros ou falar de estados de espírito ou da sua escrita. A importância desta cidade, onde decorreu a maior parte da sua vida, destaca-se ainda ao constituir um capítulo de *Portugal* («Coimbra», pp. 85-90). Logo no início apresenta-a, talvez com uma nota sarcástica, pelo lirismo da descrição que transcreve do conselheiro Acácio de *Os Maias* de Eça de Queiroz, que depois critica: «A ridícula visão do Conselheiro exprime com fidelidade o deslumbramento da retina de todos os bacharéis da nação. Graças a eles, na verdade, Coimbra atravessa o país de lés a lés nas asas dum lirismo beócio. [...]» (pp. 85-86). Todavia, descreve-a de seguida com as suas próprias palavras: «E, contudo, Coimbra é uma linda cidade, cheia de significação nacional. Bem talhada, vistosa, favoravelmente colocada entre Lisboa e

o Porto, [...] § Mais do que razões sociais, foram razões geográficas que a fadaram. Uma terra de suaves colinas, de verdes campos, banhada por um rio plano, sem cachões, a meio de Portugal, tinha necessariamente de ser o centro espiritual, universitário, da pequena pátria lusa» (pp. 86-87).

Há referência diarística aos campos do Mondego, que o autor percorre, seja para a caça às narcejas, seja para observar trabalhadores agrícolas. Selecciono alguns exemplos que de certo modo caracterizam os campos do Mondego em *DIV* (p. 163): «*Coimbra, 13 de Fevereiro de 1949* – Esta manhã, a caçar narcejas enterrado nas lavradas até à barriga»; *DV*, (p. 72): «*Coimbra, 29 de Janeiro de 1950* – Acabada a caça nos montes, caço agora nos campos alagados. E é um mundo novo que vou descobrindo devagar. Um mundo parado e podre nas valas, oculto no bunho, enterrado no lodo dos pauis. Uma fétida placenta, que dá arroz, engorda gado e cria nenúfares. § A minha cultura era incompleta. As serras são ossos limpos, onde a pureza foi atingida por esterilização. Ora a vida necessita do estrume da carne podre, dum protoplasma onde as narcejas espetem o bico e sorvam logo como numa teta»; (*DVIII*, pp. 180-181): «*Coimbra, 10 de Fevereiro de 1959* – Todo o dia metido nos paúis, às narcejas. Valas, charcos, lama. Mas ao menos sujei-me num meio natural...». Já sem a referência a caça, regista um passeio nos campos do Mondego, caracterizando-os e fazendo uma comparação final de paisagens de diferentes geografias: «*Coimbra, 13 de Outubro de 1968* – Oito horas de sonambulismo nos campos do Mondego, cobertos de quietude e de toalhas de água, onde a alma se embebeda de silêncio e os choupos se narcisam. Esta paisagem coimbrã tem o diabo dentro dela. No Alentejo, caminho; em Trás-os-Montes, trepo; aqui, levito» (*DIX*, pp. 23-24).

O predomínio da faceta de cidade da universidade impõe igualmente uma caracterização humana peculiar. Voltando à obra *Portugal*, assiste-se à crítica da pobreza arquitectónica, que inclui o próprio edifício da universidade, «um casarão para ensinar campónios, que se não espantam ao encará-lo, quase revendo nele adereços do cenário da origem: uma grade de Marvão, uma varanda minhota, um alpendre beirão, e janelas manuelinas de Freixo de Espada à Cinta» (p. 88). E segue-se o que lhe passa *na alma*: «Na índole do que ensina, existe, persistente, a marca das coisas cabeçudas e provincianas. O tratado reduz-se a sebenta, a tradição, a praxe, o saber a erudição. Não há um invento, uma ideia, uma teoria que tenha nascido ali. [...] Por isso se defende com unhas e dentes de toda a originalidade, de todo o pensamento subversivo, recusando-se obstinadamente a pôr de lado a borla e o capelo da mistificação [...]. § Apesar disso, foi de Coimbra que

saíram Camões, Garrett, Antero, Eça, António Nobre, Afonso Costa e outros. Não tendo capacidade formativa, a Universidade desperta, por isso mesmo, uma premente necessidade de reacção. [...]» (p. 89). Volta a esta crítica mais tarde: «*Coimbra, 12 de Julho de 1953* – Esta Universidade única desgraçou-nos. Se fosse obrigada a dialogar, a argumentar, a defender-se, teria de ser subtil, ágil e audaz. Assim, pôs o capelo e a borla, alheou-se da realidade no alto da sua colina dogmática, e o país, rasteiro, em baixo, foi repetindo o cantochão. E de tal modo se acostumou à sebenta, à mnemónica, ao ritmo do chouto coimbrão, que, apesar dos esforços de Lisboa e do Porto, o humanismo português continua a ter uma andadura de cortejo doutoral, oco, barroco e charameleiro». (DVII, p. 18). Reitera que *nada mudou* em 11 de Abril de 1985 (DXIV, p. 161): «Horas mortais na Sala dos Capelos, (...) a sentir ao vivo a tristeza que é a gente confirmar na velhice os desiludidos juízos que fez na mocidade. Tantos anos de inquietação e de esperança volvidos, e nada mudou».

Numa paisagem física e humana define Coimbra (DI, p. 94): «*Coimbra, 14 de Abril de 1939* – [...] Sei de cor e salteado quem é lente e quem não é, em que noites a Sé Velha é realmente a fortaleza do Sonho, e a que horas passa pelo jardim do Parque o comboio da Lousã, aos gritos, com falta de ar, cheio de asma. Deixá-lo. É mesmo este amor doméstico que me apetece. [...]». Numa perspectiva humana e física regista novamente:

Coimbra, 5 de Junho de 1950 – Se nada devo à paisagem humana desta Coimbra, a mais seca, estéril e hostil que se pode encontrar na vida, devo à outra, à geográfica, algumas das horas mais puras e sedativas que tive. Nestes dias de primavera, [...] é tal a beleza e a calma dos choupos, das oliveiras, do rio e da cidade vista de longe, que nenhuma outra nesga de mundo me poderia dar uma noção mais perfeita de harmonia e uma sensação tão completa de paz. [...] § Coimbra nunca foi para mim nenhum dos famosos recantos dos seus memorialistas. O que me apaixonou sempre, o que eu amo nela são estas intimidades dos seus arredores, a delicadeza das linhas que prolongam o seu perfil pelos subúrbios, como raízes que alargam, nutrem e sustentam o apurmo dum tronco. (...) (DV, p. 95).

Do penúltimo parágrafo de «Coimbra» (*Portugal*, p. 89), faço o extracto de uma conclusão torguiana: «Sim, Coimbra é uma linda cidade, cheia de sentido nacional. Não há nenhuma mais bela no país, e muito do que a Nação fez de bom e de mau fê-lo aí, ou teve aí a sua génese. Mas a tradição parola colou-lhe um rabo-leva atroz, carnavalesco e fútil». A reflexão continua, mas deve reter-se o amor de Torga a esta cidade.

3.2. LEIRIA foi também local de exercício de profissão de Miguel Torga. Aí viveu algum tempo, aí estava quando foi preso pela PIDE por causa da publicação dum livro seu. Há muitas *entradas* no *Diário* com a indicação de Leiria, com várias reflexões e notificação de eventos, mas o que interessa para o actual trabalho leva-me a destacar apenas um registo: «*Leiria, 26 de Agosto de 1939* – [...] À noite (três da manhã) um passeio pelos becos da cidade. A Sé, a botica do Carlos, a rua da Misericórdia, a casa da Sanjoaneira. Grande Eça! Arrancar desta terra um tal romance, parece obra dum deus» (*DI*, p. 106). As referências são poucas, há, todavia, menção a lugares de *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz, hoje decerto nas rotas dos lugares do romance, previstas em Leiria. No dia 30 de Agosto de 1939, a seguir, refere *um longo passeio pelas margens do Lis*, sem qualquer outro pormenor.

3.3. A GUARDA referencia-se sobretudo na parte arquitectónica da Sé: «*Guarda, 25 de Fevereiro de 1945* – Cá ando a dar a volta à Estrela [...]. Pelo caminho vou olhando também [...] a feiura forte e fria desta Guarda do passado. O circuito não finda aqui, claramente, mas é sempre aqui que eu me demoro mais, numa meditação que não tem fim. É uma introspecção do granito, uma coisa absurda e dura, que não sei clarificar. Entra nela a Sé gótica e pesada, contrafeita, a tentar subir ao céu numa ogiva, e a sentir toscos e serranos tamancos nos pés calosos, que não podem com tanta altura. A Idade Média a convidar tardiamente as fragas beiroas a um êxtase universal, e elas, atarracadas e maciças, com medo duma tal aventura. Enfim, coisas minhas, que dão à própria pedra uma alma, uma fala, uma intenção, um destino, – e fazem com que eu não conceba de mármore um canastro de guardar milhão» (*DIII*, p. 89). Em *11 de Outubro de 1950*, (*DV*, p. 156) fala dum bom almoço na Guarda e finaliza: «O pior foi quando saí do restaurante e dei de caras com a Sé. Pareceu-me que também ela tinha uma pratada de lulas na barriga!». Há uma recusa da arquitectura da Sé, sendo pesada, sem elegância de altura, com base em elementos também pesados, como *tamancos toscos e serranos*, atribuição de *fragas atarracadas e maciças*, estando a opinião torquiana convicta de que uma geografia geológica tem a ver com um destino que influencia uma construção. Daí a ideia de uma corpulência – *com uma pratada de lulas na barriga* – sem uma harmonia elegante.

3.4. A primeira passagem por CASTELO BRANCO verifica-se em 19 de Fevereiro de 1949 (*DIV*, pp. 166-174). É original o modo como a cidade é caracterizada: através duma história de ficção, que esconde e manifesta simultaneamente o olhar do diarista. As anotações fundamentais da história:

- Um casal chega de carro à cidade ao fim da tarde. A mulher tem a seguinte observação *decepcionada*: É uma cidade de guarnição;
- entram num café – sala vazia e mortíça, não demoram;
- «Na ânsia de encontrarem qualquer coisa bonita na *monotonia triste do largo*», prestam atenção a uma «peça de pano exposta à porta de uma loja, aberta e salpicada de alegria florida» e lembram o pijama do neto;
- olham uma varanda «onde uma velha, placidamente debruçada, parecia contemplar aquela pasmaceira há dois ou três séculos»;
- entram numa igreja: – Feiota! – Muito;
- ele «lembrou-se de uma possibilidade feliz: um cego que aparecesse a cantar (...). Tinha essa recordação de *outras cidades, também provincianas e tristes*, onde de repente uma aparição dessas transfigurava tudo»;
- sobem uma calçada íngreme e chegam a uma viela de albardeiros;
- desistem de subir ao castelo porque é tarde e estão cansados;
- vêem-se «olhados por gente estranha numa terra estranha»;
- recolhem ao hotel, esperam o jantar, comem sem apetite, não querem ir ao filme que passava nessa noite, de Abbot e Costello, pedem um baralho de cartas, jogam à bisca, distraem-se com uma rapariga que entra, há conversa entre eles, dão parecença com alguém que conhecem, vão dormir; ele tem insónias;
- de manhã tocou a alvorada no quartel;
- ele vai buscar o carro enquanto ela acaba de arranjar-se;
- cumprimenta o garagista, ouve-se novo toque de corneta;
- «– Os senhores, ao menos, não precisam de despertador! – disse a tentar enrodilhar o homem na sua boa disposição. – Têm quem os acorde!»
- «– Isto é uma cidade de guarnição...» – resposta do garagista.

Castelo Branco em 1949 é uma cidade de guarnição, de interesse militar por próxima da raia, de vida quotidiana monótona, vagarosa, com as características provincianas da Beira Baixa, muito diferente das de hoje, em que já nem sequer existe quartel. Há apenas uma outra alusão a Castelo Branco em Outubro de 1979 (DXIII, p. 118), mas sem relevância para este estudo.

3.5. AVEIRO é uma das cidades que participou da revolução liberal há mais de 190 anos, em 16 de Maio de 1828, organizada por Joaquim José de Queiroz, avô de Eça. Foi uma revolta assinalada como dos Mártires da Liberdade, porque seis dos revoltosos foram enforcados e decapitados no Porto. Torga alude a esse amor pela liberdade na descrição de Aveiro: «*Aveiro, 24 de Maio de 1958* – Gosto desta terra. Não por se parecer com outras lá de fora, com que não se parece, aliás, mas por ser a realidade portuguesa que é – uma originalíssima expressão urbana e humana, ao mesmo

tempo firme e movediça dentro do corpo da pátria, cais de embarque e terreiro de discussão, doce e salgada no sabor, e perpetuamente arejada por uma fresca brisa de maresia e revolta. Entra-se nela e respira-se doutra maneira. O peito oprimido enche-se dum oxigénio imprevisito e generoso, ainda nativo, e já com todo o iodo tónico do largo. O iodo tónico da liberdade...» (DVIII, p. 113). Ponha-se em relevo a caracterização humana da capacidade de revolta e luta e a proximidade do horizonte largo do mar – «cais de embarque e terreiro de discussão», «fresca brisa de maresia e revolta». Um breve registo sobre a paisagem consegue trazer a nota da beleza da região: «Aveiro, 9 de Junho de 1974 – A caminho da Costa Nova, com a sensação de que os barcos navegam no meio dos milheirais» (DXII, p. 66).

4. O Litoral

Há um capítulo em *Portugal* (ed. 1967: 91-93) intitulado «O LITORAL». Embora o autor refira, de modo breve, toda a costa portuguesa, não deixa de ser interessante o que diz, logo no início: «O litoral português devia formar uma província à parte, esguia, fresca e alegre, só de areia e espuma. Eu, pelo menos, assim o vi sempre, comprida e lavada franja de renda da variegada colcha lusitana. Repartido em fatias para satisfazer a gulodice do Minho, da Beira, da Estremadura, do Alentejo e do Algarve, fica quebrada a unidade dum sorriso que desce inteiro de Norte a Sul, sem compartilhar dos humores vários que caracterizam as terras a que, por obrigação oficial, tem de pertencer». Sob a égide da Beira, mais propriamente, agora, da Beira Litoral, as referências torquianas abrangem, nesta perspectiva, a Costa Nova (Aveiro), Mira, Figueira da Foz, Buarcos, Vieira de Leiria e Pedrógão.

Na ligação de Miguel Torga à Natureza também teria de se incluir o mar, não só pela beleza e momentos de lazer, mas também por um amor ao torrão pátrio, nunca esquecendo o ponto de vista duma geografia humana, a vida de trabalho quotidiano e os aspectos socioeconómicos advindos. Um registo: «*Palheiros de Mira, 7 de Maio de 1949* – [...] Desapossado da sua solidão durante os meses quentes, o litoral português, no inverno, integra-se na pobreza e desespero do resto do país. A mesma negrura beiroa, a mesma resignação cristã, os mesmos trapos a tapar as vergonhas. § O mar das sereias cidadinas é uma degradação terapêutica que sempre me meteu pena. Mas o mar dos pescadores aterrados [...] amei-o sempre como um testemunho pungente de que não há franjas de seda a suavizar a estamenha da manta que nos agasalha» (DV, p. 16).

Torga nunca será um indiferente e manifesta-se sempre em solidariedade humana. Ainda no *Diário V* (p. 29) fala de uma ida à praia e da importância de conhecer os que lutam pela vida no dia a dia: «[...] Fui com os homens ao mar, ouvi-os cantar o Avé enquanto a corda da rede deslisava no bordo do barco, mas, apenas desembarquei, estendi-me novamente no chão, e ali fiquei ensimesmado a olhar [...]». A última frase diz bem sobre pensar nos outros e na vida. Denuncia esse interesse:

Praia da Vieira, 14 de Maio de 1950 – A tarde inteira perdido pelo pinhal de Leiria, a subir às torres de observação e a ver ondular o tal «trigo de Império» de F. Pessoa. Mas, ou fosse do dia ou da minha disposição, não consegui reviver o sentido heróico do poeta. [...] Os verdadeiros homens do mar mourejavam agora na praia, a lançar às ondas uma pobre rede caseira e a tirar dela, ao todo, um sável abespinhado que me venderam. § [...] Os pinheiros, sangrados, mijavam no seu pequeno bacio a seiva histórica e contemporânea. No Tormentoso, os pescadores deixavam fugir o sonho pelas malhas da desilusão (*DV*, p. 91).

Se a disposição ou o dia tinham impedido ao observador de pinheiros a descoberta do sentido heróico de Pessoa (no poema «D. Dinis» de *Mensagem*, significando «o trigo de Império» um sucesso futuro, acrescentando que trigo simboliza elemento primordial e dom da vida), não o impediu, na sua metáfora, de ver a seiva perene da natureza e os pescadores sujeitos a um mar *tormentoso*, que os desilude pela fraca pescaria.

Numa descrição geográfica física há referência aos palheiros nas praias da Costa Nova e de Mira. Regista: «Costa Nova, 30 de Maio de 1943 – Muita luz, mas sobretudo a sombra da geração de setenta, que por aqui passou a salgar as ideias neste mar das gafanhas. O palheiro onde a amizade fazia lar lá está na minha frente, encardido pelos anos. As tábuas de que é feito não apodreceram ainda, preservadas pela salmoura e pela saudade. Tingiram-se de uma cor que nem é de morte nem de vida [...]. O ar do Atlântico não consente que a madeira onde correu seiva se degrade, da mesma maneira que o nosso espírito não permite que a memória daqueles homens onde morou o sonho se apague. Mesmo mumificada, a casa existe e abriga um mundo; [...]» (*DIII*, p. 11). O palheiro referido é o de José Estêvão (ainda existente), de cor vermelho ocre – «que não é de morte nem de vida» – e onde passaram Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins da Geração de 70. Aliás, Miguel Torga reitera esta referência numa ida à praia da Costa Nova em 6 de Junho de 1982 (*DXIV*, p. 12). Ainda pode, hoje, ver-se uma placa que assinala a passagem de Eça de Queiroz, com palavras do próprio, de uma carta de 1893.

O tempo decorre e vai trazendo mudanças. Num registo (DXV, p. 69) há essa alusão, com uma crítica e discordância das alterações verificadas:

Praia de Mira, 22 de Setembro de 1987 – Portugal não parece o mesmo. Em meia dúzia de anos, perdeu o carácter. Quem familiarmente lhe conhecia as feições que o singularizavam, fica espantado quando agora o percorre. Tudo mudou. As casas, as ruas, os trajes, os hábitos. Da praia de Mira que trazia na memória, e onde, num cenário mágico e a comungar com almas que o mereciam, vivi algumas das horas mais autênticas da minha vida de poeta, restam o mar, sempre revoltado, e a capela, de madeira ainda, como os castiços palheiros de antanho. E é neles que consolo os olhos desiludidos. O velho oceano, na sua imutável e fascinante inquietação, e o templozinho de tábuas, na sua incorrupta e amorável rusticidade, dão não sei que razão calada ao meu espírito desencantado dum progresso que não sabe melhorar sem desfigurar.

O mar, com todo o seu simbolismo e beleza, tinha de se incluir no amor de Torga à Natureza. Seleccionei apenas alguns dos exemplos que considero mais expressivos. No *Diário I* (p. 143) é através de um poema que se manifesta o fascínio que o mar desperta. «*Leiria, 10 de Abril de 1940* – Visita // Fui ver o mar. / Homem de pólo a pólo, vou / De vez em quando olhá-lo, enraizar / Em água este Marão que sou. // Da penedia triste / Pus-me a olhar aquele fundo / Dentro do qual existe / O coração do mundo. // E vi, horas a fio, / A sua angústia ser / Uma espécie de rio / Que não sabe correr.» De destacar *homem de pólo a pólo* centrado no eu poético que percorre Portugal inteiro (e não só), que é homem assumido do Marão, mas também lança raízes no mar, que é homem de rio Douro e dos rios pátrios, mas que vê no mar um *rio que não sabe correr*, havendo uma transposição para o eu na palavra *angústia*. A ideia de dupla pertença ao mar e à terra inscreve-se num registo (DXV, p. 186): «*Praia do Pedrógão, 17 de Agosto de 1981* – O mar. O mar preguiçoso de férias, igual ao de outras praias e de outros verões. O mar tónico dos banhos lúdicos, nivelador de todos os desníveis sociais. O mar omnipresente e concreto que me faz esquecer o marulho que durante o ano sinto a bater obsessivamente nas veias e na memória de animal fisiológica e nacionalmente anfíbio, privado de metade do seu meio natural». Recuperando o *fisiológica e nacionalmente anfíbio*, constata-se a presença contínua do mar no telurismo torguiano, é orgânico e é nacional pela dualidade portuguesa terra e mar. O apego torguiano à grandiosidade e à beleza manifesta-se bem neste registo (DV, p. 16): «*Palheiros de Mira, 8 de Maio de 1949* – De cada vez que vou ao mar, é como

se entrasse no meu cemitério ideal. Que grande túmulo para um poeta!» Apelida de *duas referências cósmicas na sua vida* o Marão e o mar (DXIV, p. 200): «*Figueira da Foz, 8 de Novembro de 1986* – Foi um amor à primeira vista, que ainda dura. O mar que agora contemplo deslumbrado é o mesmo que outrora me deslumbrou. Quando pela primeira vez na meninice o vi em Leça, se não preteri o Marão nativo, ancorei-o em água salgada. E fiquei com duas referências cósmicas na vida. [...] O meu telurismo é oceânico». É importante a última asserção, pois não poucas vezes houve quem afirmasse que Miguel Torga não gostava do mar...

5. Conclusão

À maneira de breve conclusão, saliento a perspectiva pessoal, torguiana, advinda da aplicação dos sentidos e que vai engastar-se nas emoções experimentadas, tudo ancorado no afecto que serve um amor à pátria, vivido e construído. Calcorreando Portugal, procura as raízes antigas duma pátria, nunca sendo indiferente à difícil vida dos homens, seus *irmãos de condição*, como tanta vez diz.

Não é por acaso que a obra *Portugal* tem iniciação com um poema de título «Pátria». O eu poético alude à *definição* de pátria, *desenhada pela palmatória* na sua infância (na quintilha que constitui a 1.^a estância) e termina com uma breve quadra: «Hoje / Sei apenas gostar / Duma nesga de terra / Debruada de mar». Acentua uma fisionomia de geografia física com o traço simples de definição resumida: terra e mar. Terra que é uma nesga no panorama ibérico. As várias referências a pátria revelam um posicionamento em relação à Ibéria, importante para uma ideia de pátria. Pela importância, selecciono um registo: «Ibéria. [...] um verdadeiro continente, pela singularidade da sua fisionomia física, rácica, idiomática, cultural, económica e política. [...] Nações unidas pela mesma fatalidade geográfica e por uma teia de cruzamentos históricos, mas tão vincadamente originais que as fronteiras de cada uma, mais do que no mapa, estão traçadas na alma de cada filho. [...]» (DXIV, 9 de Fevereiro de 1983, p. 36). Deduz-se pela transcrição que na fronteira que define uma pátria é a história de cada povo que se constitui como um dos factores de definição, e lembro a referência (que repito parcialmente) a uma ideia de pátria aquando do episódio de caça em Monfortinho (DII, p. 13), quando vai caçar do lado de Espanha: «Uma natureza evidentemente de calhaus, de ervas, de sol, de gente, mas onde tudo diz D. Filipe, quando eu digo D. Sebastião». Vai dizer em Janeiro de 1950 (DV, pp. 72-73): «[...] a pátria não é a rua onde se encontram

indivíduos que falam uma língua que eu entendo. É uma comparticipação íntima nos sentimentos e obras desses mesmos indivíduos [...]». Acrescento ainda de 1978: «[...] Ninguém pode ser autónomo da própria identidade. Uma pátria é um contexto de afinidades.» (*DXIII*, p. 51).

No panorama da abordagem de Miguel Torga sobre a Beira, a focalização tem sempre a dualidade de uma geografia física e humana. Convicto, afirma: «[...] Se o meio penetra o homem, é depois o homem que o incarna, o polariza, e testemunha o espírito e a essência do que nele é fundamental e vivo. [...] O indivíduo – o enraizado, claro está, – exprime, queira ou não queira, a própria alma do chão que o viu nascer. [...]» (*DII*, p. 148). Mas uma geografia humana tem igualmente a ver com as transformações do ser humano sobre o espaço e, reciprocamente, o condicionamento que um espaço exerce sobre o ser humano. O testemunho de Miguel Torga concretiza-se com inteligência e amor.

* Professora Coordenadora aposentada.

NB: A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Bibliografia

EDIÇÕES DAS OBRAS DE MIGUEL TORGA UTILIZADAS E SIGLAS

- Diário* (volume I) – Coimbra, 5.^a edição revista, 1967. *DI*
Diário (volume II) – Coimbra, 3.^a edição revista, 1960. *DII*
Diário (volume II) – Coimbra, 2.^a edição, 1954. *DIII*
Diário (volume IV) – Coimbra, 3.^a edição, 1973. *DIV*
Diário (volume V) – Coimbra, 2.^a edição revista, 1955. *DV*
Diário (volume VI) – Coimbra, 2.^a edição revista, 1960. *DVI*
Diário (volume VII) – Coimbra, 2.^a edição revista, 1961. *DVII*
Diário (volume VIII) – Coimbra, 2.^a edição, 1960. *DVIII*
Diário (volume IX) – Coimbra, 1.^a edição, 1964. *DIX*
Diário (volume X) – Coimbra, 1.^a edição, 1968. *DX*
Diário (volume XI) – Coimbra, 1.^a edição, 1973. *DXI*
Diário (volume XII) – Coimbra, 1.^a edição, 1977. *DXII*
Diário (volume XIII) – Coimbra, 1.^a edição, 1983. *DXIII*
Diário (volume XIV) – Coimbra, 1.^a edição, 1987. *DXIV*
Diário (volume XV) – Coimbra, 1.^a edição, 1990. *DXV*
Diário (volume XVI) – Coimbra, 1.^a edição, 1993. *DXVI*
Portugal – Coimbra, 3.^a edição revista, 1967.

CAPÍTULO 9



Fotos: Ana Cristina Carvalho



Resumo

Memória e reinvenção do espaço beirão e da identidade de Portugal nas obras *Alma* e *A Terceira Rosa*, de Manuel Alegre

Este capítulo é a leitura, à luz de uma perspectiva ecocrítica, de dois romances do escritor português Manuel Alegre, *Alma* (1995) e *A Terceira Rosa* (1998), reconhecendo neles a memória dos espaços geográficos, a imagem identitária de uma região, de um tempo e de um país. Espaços e tempos interligam-se, permitindo uma análise das obras literárias, orientada para a percepção da singularidade da Beira Litoral, na Região Centro de Portugal, com uma morfologia e ecossistema peculiares.

A abordagem, estruturada em quatro capítulos, mostra como o discurso ficcional do escritor beirão cristalizou esteticamente uma determinada visão do pensamento de uma época e dos sentimentos e vivências do povo português no século XX. Partindo de memórias íntimas, as obras traçam uma paisagem humana que se entrecete com a singularidade de um lugar, repositório da intimidade complexa, profunda e integral de um país, nas suas relações com o espaço-tempo, provando que a Literatura é uma expressão superior de Cultura.

Palavras-chave: Ecocrítica. Espaço-Tempo. Região Centro. Portugal. Ficção portuguesa.

Abstract

Memory and reinvention of the Beira space and the identity of Portugal in the works *Alma* and *A Terceira Rosa*, by Manuel Alegre

This chapter presents the reading, from an ecocritical perspective, of two novels, *Alma* (1995) and *A Terceira Rosa* (1998), written by the Portuguese writer Manuel Alegre, arising from it the memory of geographic spaces as well as the image of a region, a time and a country. Space and time are interconnected, thus allowing for an analysis of these works of fiction, oriented towards the perception of the uniqueness of Beira Litoral, in the Central Region of Portugal, with its singular morphology and ecosystem.

The approach, structured in four chapters, shows how the fictional discourse of the writer aesthetically crystallized a certain vision of the thought of an era and the feelings and experiences of the Portuguese people in the 20th century. Starting from intimate memories, the novels trace a human landscape that is intertwined with the uniqueness of a place, a repository of the complex, deep and integral intimacy of a country, in its relationship with space and time, proving that Literature is a superior expression of Culture.

Keywords: Ecocriticism. Space and Time. Central region of Portugal. Portuguese Fiction.

MEMÓRIA E REINVENÇÃO DO ESPAÇO BEIRÃO E DA IDENTIDADE DE PORTUGAL NAS OBRAS *ALMA* E *A TERCEIRA ROSA*, DE MANUEL ALEGRE

Anabela SARDO

Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Instituto Politécnico da Guarda
asardo@ipg.pt

Ana ALBUQUERQUE

Escola Secundária Alves Martins, Viseu
ana.albuquerque@esam.pt

1. Introdução

O aparecimento do pensamento ecológico pós-moderno data do início da década de 70 do século XX, momento em que se começa a pôr em causa a tese da infinidade de recursos naturais e é proclamado, na conferência de Estocolmo de 1972, o direito à qualidade de vida e à conservação dos recursos da Terra para as futuras gerações.

Todavia, a consciência da necessidade de criar um novo paradigma no campo da Economia não conseguiu evitar, até ao início da terceira década do século XXI, que esta deixasse de se basear no individualismo e na ânsia do lucro desmesurado e abusivo. A preocupação ecológica, que se reforçou nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do atual, nasceu da necessidade de abrandar o esgotamento dos recursos naturais, como requisito de sobrevivência a médio e longo prazo, o que impõe um esforço de solidariedade por parte de todos, traduzido em ações concretas, mas, sobretudo, um novo modelo de relação do Ser Humano com a Natureza.

Com a crise ambiental, adveio a crise da imaginação, uma necessidade de encontrar novos meios para compreender a relação humana com a Natureza. Testemunhou-se, no final do século XX, uma mudança de paradigma nos estudos literários, quando a crítica contemporânea ganha uma nova dimensão, que vai para além das tradicionais questões sociocentradas, históricas ou psicológicas (Mishra, 2017).

A Ecocrítica é uma teoria contemporânea de análise da Arte e da Literatura. A chamada “green criticism” estuda a Literatura na perspectiva da Natureza. A publicação de dois trabalhos seminais, em 1996, *Ecocriticism. Reader Landmarks in Literary Ecology* e *Environmental Imagination*, faz nascer essa nova disciplina académica, que é uma abordagem à representação da Natureza, na Literatura, numa era de crise ambiental global. Essa nova teoria tornou-se uma disciplina académica baseada numa análise telúricocêntrica da representação da Natureza na Literatura. Mas, como recorda Sandir K. Mishra (2017), a Ecocrítica não é uma teoria absolutamente nova:

Nature writing prevailed long before ecocriticism came into existence and it got its momentum during the Romantic Age when most of the poets wrote using the modal “of spontaneous overflow of powerful feelings”. Being dissatisfied with the surrounding world, the Romantic poets looked back to the glorious ages of the past and search imputes for writings when their imagination got recollected in tranquility. So it is nature which was the center of attraction of the romantics. Gradually nature writing began to wane during the Victorian conflict of doubt and faith. During the colonial and post-colonial period the trend of literature was somewhat different. But the latter half of the twentieth century again witnessed a prone to nature writing when environmental issues arose in literature (pp. 435-436).

É então que desponta o papel dos ecocríticos: criar uma consciência ecológica entre os leitores. A Ecocrítica debate a Natureza para defender a Natureza, um tema fundamental na literatura Romântica. Será a Ecocrítica uma versão modificada do Romantismo, como sugere Mishra? É, para o autor, pelo menos o mesmo tema tratado de forma diferente. A Ecocrítica surgiu em sintonia com a tradição romântica da escrita da Natureza, indo, contudo, muito além da “nature writing”, como tem sido demonstrado em estudos recentes.

No prefácio do livro *The Green Studies Reader* (2000), obra coordenada por Laurence Coupe, refere-se a relação entre a Natureza e a Cultura como problema intelectual chave do século XXI, acrescentando que uma reflexão clara e crítica da questão seria crucial para o futuro da Humanidade na era da biotecnologia.

Em 2008, José Domingos Almeida, na apresentação de uma jornada de reflexão sobre a temática ‘Ecocrítica’, realizada na Universidade do Porto¹, relembra um colóquio, que tinha tido lugar na Universidade de Aveiro, em que a questão central incidira sobre a utilidade das culturas literárias num contexto largamente dominado pela performance tecnológica e pelo discurso económico-financeiro, o qual tende a excluir, considerando-a supérflua, a reflexão humanista que existia na Europa, desde o Renascimento, e que consolidou, pela ética, as práticas e os desenvolvimentos social e técnico.

Partindo desta consideração prévia, José Domingos Almeida e Maria João Reynaud (2008) lançaram o debate sobre as relações que os binómios imemoriais Cultura e Natureza entretecem sob a capa da crítica literária. Ou seja, uma abordagem pós-moderna do *facto* literário como mensageiro de uma representação ou suscetível de uma leitura ecológica, no sentido lato, quer seja retrospectiva, prospetiva ou intuitiva.

Efetivamente, o regresso de referências exteriores à prática literária, assim como a abertura das literaturas à consciência do mundo e das realidades, endossam e inspiram uma visão holística e ecológica sobre o universo da produção literária e fazem descobrir preocupações não reconhecidas e/ou não mencionadas durante décadas (Almeida, 2008).

A emergência da crítica ambiental contemporânea é, em parte, como refere Buell, na obra *The Future of Environmental Criticism*, (2005, citado por Gifford, 2009), “a história de uma evolução do imaginar a vida-em-seu-lugar como deferência às afirmações de ambiente (natural) para uma compreensão da constituição-de-lugar como um processo culturalmente conjugado no qual a natureza e a cultura devem ser vistas como mutualidade e não domínios separados” (p. 249).

Laurel (2008) liga a Filologia à Crítica Genética e à Ecocrítica. Acrescenta que um mesmo amor une esses três procedimentos na salvaguarda de uma originalidade perdida, na reabilitação de uma maneira simbólica de apreender o mundo pelas palavras. Em resumo: «d’une manière symbolique de faire dire le monde au texte et de nous apprendre à lire le monde, dans le texte. Trois poétiques du risque, la philologie, la génétique textuelle et l’écocritique, à la dimension sociopolitique évidente, en ce que toutes trois elles dénoncent des modes de transmission de valeurs et leurs effets » (p. 8).

É neste quadro, em que a Ecocrítica é suscetível de estabelecer relações metodológicas com a Imagiologia Literária, ramo dos Estudos Literários e Culturais que tem por objeto o estudo das formulações caracterizadoras de mentalidade e de identidade no texto literário, que se pretende, neste capítulo, analisar a autorrepresentação literária da identidade nacional nas

obras *Alma* e *A Terceira Rosa* de Manuel Alegre, enfocando nas relações que o autor estabelece com as paisagens da modernidade, mas também com a paisagem, *stricto sensu*, cenário das suas diegeses.

Este estudo propõe uma leitura interpretativa ampla, no interior da literatura portuguesa, procurando mostrar “como se inscrevem no tempo histórico, e não apenas na dimensão territorial, as linhas de continuidade e fronteira entre culturas identitárias, considerando que um povo se pode olhar a si mesmo como outro na memória colectiva que guarda do passado, ou nas imagens forjadas ideologicamente desse passado visto à distância” (Campinho, 2019, *Imagologia Literária*).

A dimensão temporal interna faz da obra literária uma “cápsula do tempo, repositório de memória e monumento” (Campinho, 2019). Deste modo, nas obras de Manuel Alegre identificam-se, numa perspetiva de interdisciplinaridade, imagotipos portadores de ideias, comportamentos e estereótipos representativos de mentalidade e identidade das gentes portuguesas beirãs.

Para Eduardo Lourenço, como afirma Campinho (2021), “o texto literário constitui-se como manifestação rica e privilegiada de cultura e registo indelével de memória colectiva.” Por essa razão, é na literatura que se encontra a mais completa representação dos portugueses sobre si próprios, sublinha ainda Campinho, citando Ana Piedade Nascimento: «a via privilegiada de indagação da cultura portuguesa [...] e a interpretação do sentido e do simbolismo das imagens veiculadas pela literatura constitui um domínio emblemático da sua reflexão sobre o modo de ser-português e o destino pátrio” (pp. 10 e 11).

O presente texto pretende mostrar como o discurso ficcional de Manuel Alegre modelou e cristalizou esteticamente uma determinada visão do pensamento de uma época, dos sentimentos e das vivências do povo português no século XX, traçando uma paisagem humana que se entretece com o lugar e as características do espaço e ilustrando, deste modo, o pensamento de Eduardo Lourenço sobre a Literatura como a expressão superior de Cultura e o repositório da intimidade complexa, profunda e integral de um povo nas suas relações com o espaço-tempo em que se insere.

O enquadramento interpretativo dos enunciados literários faz-se em contexto, a partir de uma análise multidisciplinar, proporcionando uma panorâmica ampliada do português beirão, e de Portugal, numa determinada situação histórica, a partir de matéria factual historiográfica, mas também com base na dimensão subjetiva da existência humana individual e sociológica repleta de motivações, desejos, ambições, tensões, medos e conflitos.

O capítulo apresenta quatro partes além desta Introdução: a primeira, Manuel Alegre – o autor e a obra; a segunda, A fronteira ambígua entre a realidade e a ficção nas obras *Alma* (1995) e *A Terceira Rosa* (1998); a terceira, uma perspectiva de leitura ecocrítica dos espaços geográficos e sentimentais da região das Beiras nas obras *Alma* e *A Terceira Rosa*; e, por fim, Memórias reconstruídas através da escrita – a reinvenção do passado.

2. Manuel Alegre – O autor e a obra

Manuel Alegre de Melo Duarte nasceu a 12 de maio de 1936 em Águeda, Portugal, descendente de uma família da média burguesia aristocrática de forte tradição liberal e ligada ao desporto. O avô materno, também Manuel Alegre, pertenceu à Carbonária, foi um dos fundadores da República, deputado à Assembleia Constituinte e Governador Civil de Santarém. Seu avô paterno, Mário Duarte, foi um grande desportista, campeão em várias modalidades, dando nome ao antigo Estádio Municipal de Aveiro. O pai foi jogador da Académica e campeão de atletismo.

Fez os primeiros estudos em Águeda. Concluiu o ensino secundário no liceu Alexandre Herculano, no Porto. Em Coimbra, foi estudante de Direito, membro da comissão da Academia que apoiou a candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República, empenhando-se ativamente nas lutas académicas e na resistência à ditadura. Foi fundador do CITAC – Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra; membro do TEUC – Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra; atleta internacional da Associação Académica de Coimbra, na modalidade de natação; diretor do jornal académico *A Briososa*, membro da redação da revista *Vértice* e colaborador do jornal *Via Latina*.

Em 1962, foi mobilizado para Angola, onde organizou uma primeira tentativa de revolta militar contra o regime vigente e contra a guerra colonial. Depois de ter sido preso pela PIDE², permaneceu, durante seis meses, na prisão da Fortaleza de S. Paulo, em Luanda. Passado à disponibilidade, foi colocado com residência fixa em Coimbra, não podendo exercer qualquer atividade política. Em 1964, partiu, clandestinamente, para o exílio – decisão que vai marcar profundamente a sua vida e a sua obra. De 1964 a 1974, esteve em Paris e em Argel, onde foi o principal responsável e locutor da emissora de resistência *A Voz da Liberdade*. Regressou a Portugal em 2 de maio de 1974 e, de então para cá, desempenhou diversas funções governativas e parlamentares. Deputado por Coimbra desde a Assembleia Constituinte, redigiu o Preâmbulo da Constituição. Dirigente histórico do

Partido Socialista, foi vice-presidente da Assembleia da República e candidato à Presidência da República.

Manuel Alegre é, hoje, um dos mais conceituados escritores e poetas de língua portuguesa, tendo-lhe sido atribuídos vários galardões pela sua extensa obra literária, que inclui o romance, o conto, o ensaio e, sobretudo, a poesia. Em 2017, foi distinguido com o Prémio Camões.

3. A fronteira ambígua entre a realidade e a ficção nas obras *Alma* (1995) e *A Terceira Rosa* (1998)

Muito se tem dito e escrito sobre a relevância que a vida do cidadão e do escritor Manuel Alegre assume, explícita ou implicitamente, na sua criação literária. As experiências vividas por Manuel Alegre, enquanto tribuno da liberdade, poeta resistente, perseguido e exilado (dentro e fora do seu país), deixaram um rasto indelével na sua escrita, a ponto de, com Olinda Kleiman (1992), nos interrogarmos se na sua obra não assistimos a “um excesso de biografia.”

Não se tendo realizado um estudo de ordem causal, dado que toda a obra de arte transcende as circunstâncias que lhe deram origem, considerou-se, no entanto, que o conhecimento de alguns aspetos da vida do criador literário pode iluminar o estudo da sua obra, como asseverava Vítor Aguiar e Silva:

Por muito fundamentada e operatória que se revele a distinção estabelecida pela teoria da literatura contemporânea entre o autor empírico e o autor textual, é indispensável reconhecer que a noção de autor textual é um construto teórico que reenvia sempre, por entre refrações, anamorfoses, elipses, rasuras, disfarces, a um homem ou a uma mulher na sua concretude existencial e histórica (1998, p. 12).

O autor joga às escondidas com o leitor, num processo constante de ocultação e desocultação, que é, afinal, um jogo de entrega e de reinvenção. O “eu” que fala, na primeira ou noutra pessoa, é já outro. A palavra é um espelho que não reflete linearmente o objeto que nela se contempla.

Como afirma Clara Rocha (1992, p. 49), a “vida não cabe num livro, e o tempo, por um lado, e a própria escrita, por outro, são agentes de uma erosão que resume a existência a um certo número de biografemas”, que já não são a vida, mas a sua modelação.

Muitos acusam a obra de Manuel Alegre de ser muito datada e de não ultrapassar as circunstâncias da sua geração. A estas críticas responde: “Goethe dizia que todos os poemas são de circunstância [...] A grande literatura parte muito do vivido, do experimentado. Não acredito muito no texto pelo texto, nem na literatura pela literatura” (Vasconcelos, 1989, p. 8).

No romance *Alma*, figuras ancestrais ligadas à sua genealogia aí desfilam metamorfoseadas. Semelhanças explícitas ou veladas com figuras tutelares da sua infância fazem parte de um elenco que se repete: o pai do narrador, “Meu pai, além de campeão de atletismo, tinha sido jogador de futebol da Académica” (Alegre, 1995, p. 13); a tia “Hermengarda”, que aparece noutros livros, com outros nomes, lembra uma tia real do escritor: “Ainda sou do tempo em que se ouvia histórias e dizia-se poesia. Tinha uma tia-avó que dizia muita poesia”, diz o autor numa entrevista (Bastos, 1999, p. 42). Diz o narrador no romance: “Então a minha tia começou a ler-me poesia [...]. Ela lia-me Garrett, Antero, António Nobre e António Sardinha [...]. Eu gostava sobretudo da *Nau Catrineta* e da *Barca Bela*” (Alegre, 1995, p. 48); e do *Frei Luís de Sousa*, e da história de D. Sebastião e de *Os Lusíadas*, sabe-o o leitor avisado. E sabe, ainda, quanto ficou a dever a esse manancial de leituras que ecoam num diálogo ímpar nos seus textos.

Neste romance, de forte cariz autobiográfico, Alma é a metáfora de Águeda: o berço, a terra-mãe, o centro do ser. O Largo do Botaréu, o rio Alma (Águeda), o Jardim Novo, a Loja, a Rua Cheia, a Escola, o Café Sousa, a Rua Seca, o Campo de S. Cristóvão, Além da Ponte, e tantos outros, são memórias de um lugar e de um tempo mágicos. As alcunhas, os comícios, os jogos de futebol, as conversas clandestinas, os noticiários da BBC, as prisões são o testemunho de um espaço e de uma época, documento ficcionado, mas assente na verdade que a sua geração viveu. Realidade e ficção de mãos dadas. Este seu livro, como confessa o autor, nasceu de uma necessidade imperiosa para, de alguma forma, homenagear o pai. Na sequência de uma intervenção cirúrgica ao coração, Manuel Alegre só pedia “Aguentem-me aí, que eu quero acabar o livro” (Rodrigues da Silva, 1995, p. 12). E acabou-o em Águeda, o lugar propiciatório.

Através da memória, o narrador autodiegético evoca nostalgicamente os lugares míticos da vila onde nasceu. Os valores da infância perduraram no tempo e continuaram a nortear a sua vida e as suas emoções. É um canto de retorno à infância perdida, mas eternamente presente, porque revivida na e pela palavra:

Lá em casa, a minha mãe, contra a opinião do meu pai, começou a decidir-se por Lisboa.

Para mim era mais estranha e mais longe do que a Europa [...].

Para todos eu olhava agora de outro modo. Começava a despedir-me e a guardar dentro de mim os rostos, os gestos, a fala, os tiques daquelas pessoas que eram o mundo fantástico da minha infância” (Alegre, 1995, pp. 222-223).

Esta evocação da infância, desse tempo inocente em Águeda, não se esgota neste livro. Muita da sua produção poética estabelece claras relações de intertextualidade. Veja-se, a título exemplificativo, em “Romance do tempo inocente”, que o poeta dedica a sua irmã Maria Teresa, onde evoca esse tempo sem idade:

Era um tempo de fruta e violinos
o sol nascia exatamente no meu quarto
havia uma árvore onde o mundo começava
– a velha árvore do largo dos ciganos.
[...] Havia o mar. Raparigas da terra da saudade.
Era um tempo de fruta e violinos
Um tempo de ser nu nas águas quentes do verão.
Porque nós tínhamos a idade de não ter idade. (Alegre, 1999, pp. 90-91)

Também num outro poema, dedicado a Paulo Sucena, fiel companheiro de escola, amigo de sempre, assomam os cheiros da Rua de Baixo, numa mistura apoteótica:

Cheira a couro e a madeira xailes molhados
verniz
óleo borracha fermento bosta de boi
berbigão
cavalos que já não há
na Rua de Baixo
em Águeda. Cheira a gente
de passagem amola-tesouras
ciganos (Alegre, 1999, p. 94).

Com a saudade, afirma Eduardo Lourenço: “[...] não recuperamos apenas o passado como paraíso; inventamo-lo. [...] Quando nada resta de nada, fica ainda o tudo desse nada. É isto que vivemos com saudade” (Lourenço, 1999, p. 93).

Desde que partiu de Águeda, terra-mãe da infância dourada, o poeta queixa-se das dificuldades de adaptação a outros espaços e da impossibilidade de um regresso pleno às origens, ao berço, ao rio:

Haverá sempre em mim o rio Águeda
[...]
Haverá sempre um rio e seu adeus
Um verso que não volta à verde margem
Um rio que não para aí choupos meus
Como vós me despeço em cada imagem” (Alegre, 1999, p. 576).

Evoque-se, ainda, “O Ritmo da fala”, texto escrito em homenagem à sua terra-natal e à época áurea da sua meninice: “[...] esse é o tempo mais puro que guardo dentro de mim, porque é o tempo mágico da infância, tempo do nascimento da poesia. Por isso, de certo modo, ele está presente em tudo o que escrevo: nos sons, nos cheiros, nas imagens, na cor de certas palavras, na toada de certos ritmos” (Alegre, 1999, p. 578). A separação e o afastamento deste ambiente são recriados, exemplarmente, em *Alma*, onde se lê: “Como deixar a casa, o jardim, a rua, os amigos? Ouvia o asso-biar do Nicolau e não conseguia imaginar-me numa cidade desconhecida sem um amigo que passasse na rua a chamar por mim. A minha vida estava em Alma. Ali tinha aprendido tudo” (Alegre, 1995, p. 224).

A tristeza da partida é expressivamente comparada à expulsão do ventre materno, o primeiro exílio:

Parti de camioneta para Lisboa, já no fim de Setembro. Não sei se a manhã estava cinzenta e triste ou se foi assim que ela se gravou na minha memória. [...]. Senti um aperto na garganta ao passar a ponte. Olhei o rio, a nora, os salgueiros, os campos. Alma, dizia eu. Como quando era pequeno e dizia mãe (Alegre, 1995, p. 225).

É necessário, todavia, salvaguardar que, se entre a sua vida e a sua produção literária se encontram inúmeros paralelismos, esta não é de todo autobiográfica, ou é mais do que isso, “Se calhar é mais verdadeira que a biografia” (Coelho, 1999, p. 1).

Atente-se, agora, no seu romance *A Terceira Rosa*, refletindo sobre algumas das coordenadas da relação, e da ambiguidade dessa relação, entre o narrador, o autor e o texto. A prolepse com que se inicia a narração, “Os anos passarão. Os canteiros hão de gerar um outro buxo. Outros pássaros

virão cantar nos ramos altos do pinheiro manso e dos plátanos. A tia morrerá. E a casa e o jardim, a própria vila, suas rotinas, seus ritmos e seus ecos” (Alegre, 1998, p. 9), é a afirmação própria de um narrador onisciente que depois organiza o relato de forma retrospectiva. O narrador anda à procura do tempo perdido, buscando recuperar a vida através da escrita. Mas sabe-se, e este narrador também, que “Nem toda a vida passa para a escrita. Como narrar, por exemplo, o canto dos pássaros, a leve brisa, o ranger do portão e aquele Olha quem lá vem que a tia Filipa dizia sempre que Cláudia entrava” (Alegre, 1998, p. 93).

São inegáveis as marcas da sua identidade nesta obra. Num passe de mágica, assumirá identicamente o papel de personagem desta narrativa, quase feita poema³. A presença do autor escapa com assiduidade. Manuel Alegre, assim, sem disfarces, é o companheiro de Xavier, ambos combatentes da liberdade, que regressa do exílio após a revolução de abril.

4. Uma perspectiva de leitura ecocrítica dos espaços geográficos e sentimentais da região Centro de Portugal nas obras *Alma* e *A Terceira Rosa*

Alma é o rosto identitário de uma vila que, por metonímia, é também o rosto de uma região, de um país, de uma Europa e de um mundo, num tempo dividido entre fações.

O espaço geográfico de Águeda e o seu enquadramento na região, antes designada de Beira Litoral, é a principal categoria desta narrativa. É dela que se parte para um tempo histórico determinado, datado, anos quarenta do século XX, a infância do narrador, num cenário de lutas ideológicas do Estado Novo, protagonizado por figuras identificáveis com uma determinada época da História de Portugal, da cultura e dos lugares portugueses.

Para se falar do espaço físico, parte-se de três lugares matriciais: a casa, a Rua da Cheia e o Rio Alma, que se articulam num todo fundacional: as raízes, a essência, a alma, o princípio de tudo, o que nos define e identifica.

A casa com o seu jardim era “o sítio sagrado” (Alegre, 1995, p. 53), tinha um ritmo e uma respiração próprios. Era a alma, a matriz, o centro do ser: “Há sítios, salas, objetos que se apoderam da alma das pessoas” (p. 56). Era uma espécie de cenáculo, que polarizava a vida das personagens da família e onde se reuniam muitos habitantes da vila, contestatários ao Regime, à volta da figura tutelar da avó do narrador, viúva de Geraldo Pais, um republicano, chefe da Carbonária, governador civil de Santarém e deputado por Aveiro.

Era o seio de uma família beirã de origem aristocrática de tradição liberal. Uma família, um lugar, um país, que se confronta com a Ditadura e o fermento da agitação democrática, que culminará com a instalação tardia da democracia em Portugal, uns anos mais tarde. Espaço fundamental desta agitação política era a Loja do “Ti” Florêncio, uma espécie de ágora, praça pública para os gregos fundadores da democracia, onde eram possíveis o debate de ideias e o encontro com o país e o mundo.

A casa mãe, o berço, situava-se na parte baixa da vila, junto ao Rio Águeda, na Rua Bartolomeu Dias, mais conhecida por Rua da Cheia. Com as cheias de fevereiro, esta rua parecia um afluente do rio. A corrente entrava nas casas e na vida dos seus habitantes. Mudava a vida de todos por alguns dias. As cheias representavam a força indomável da Natureza e a sua necessidade de equilíbrio, através do transbordar das águas do rio que era incapaz de as sustentar, provenientes das chuvas abundantes. Se, por um lado, traziam a destruição e o medo do inesperado, por outro, davam lugar à festa, ao encantamento das almas das crianças, ávidas de aventura e de fantasia. Era a força e a alquimia de um lugar onde se nasce para a vida.

As cheias determinavam a metamorfose de um espaço térreo que se liquefazia e se tornava um braço do rio, com o seu cheiro amargo e doce. A Natureza transbordava com a sua força e o seu fascínio, “O rio entrava pela casa e era como se subisse pelo sangue” (Alegre, 1995, p. 183), e a alma dos “almenses” que, como sua mãe, eram dados à tragédia, sobreviviam purificada a cada cheia. A morte e a vida de mãos dadas. A tempestade e a bonança. O sacrifício e a redenção, numa espécie de homeostasia, de recuperação do equilíbrio da unidade, do todo.

O rio fazia parte das suas vidas. O rio que trazia as lampreias e as enguias, fonte de sustento, representa aqui mais do que isso, é um elemento da cadeia dinâmica, da manifestação da diversidade e da pluralidade dos organismos, num constante diálogo de integração num ecossistema que, por sua vez, faz parte indissociável de um universo cósmico, num novo sentido de comunidade universal, que inclui o homem, as águas, as plantas e os animais como iguais. Não há um dominador. Não há uma separação entre o humano e o não humano.

O rio Alma era um local mágico, era aí que os rapazes aprendiam a nadar, num ritual de crescimento, de passagem da infância para a adolescência. Era aí que se operava a sua simbiose com a água, numa rede de ligações com os outros seres vivos. A Natureza não é reduzida àquilo que nela tem um sentido utilitário para os homens. A água como o sangue é a vida. Era aí, em perfeita comunhão com a Natureza, que eles se banhavam

nus, enquanto as lavadeiras ensaboavam as roupas e gritavam com os filhos. Era aí também que muitos perdiam a vida. A vida e a morte de mãos dadas. O medo e o respeito. O encantamento e a tentação.

A Rua da Cheia era uma rua típica de um tempo em que se valorizavam os ofícios do saber-fazer artesanal, do fabrico de peças únicas, antes da fabricação em série, industrializada. O sapateiro, o Vítor, o marceneiro, ti Joaquim e a ti Rosa eram como parentes para o narrador que admirava o poder das suas mãos, a sua capacidade criadora. Era ainda o local onde se encontrava o forno onde se cozia o pão e se assavam os leitões da Bairrada.

Atente-se na importância do forno associado ao pão, alimento simbólico da sobrevivência humana. O local mágico onde o fogo convertia a farinha no pão que saciaria as famílias. Sente-se o odor do pão cozido no forno com a lenha que era reaproveitada da floresta, numa cadeia de utilização dos produtos endógenos, sem desperdícios, numa conceção de economia sustentável: “Naquele tempo ainda os moliceiros navegavam de Aveiro até ao cais da vila para receber a lenha que, no Inverno, vinha pelo rio abaixo” (Alegre, 1995, p. 59).

Na mesma rua, trabalhava o Vítor Sapateiro, que remendava os sapatos dos que os tinham. A diferença de classes evidencia-se na Escola, separada para rapazes e raparigas, onde crianças dotadas de grandes capacidades intelectuais, como Nicolau, não podiam prosseguir os estudos, por razões de natureza económica, o que, para o narrador, Duarte de Faria, também ele aluno do Professor Lencastre, era uma grande injustiça. “Ali estávamos lado a lado, com os retratos de Salazar e Carmona na parede, naquela sala que cheirava a tinta, a raposinho, a peido. Era o cheiro da pobreza, naquele Outono de mil novecentos e quarenta e cinco. Contavam-se pelos dedos os que tinham sapatos. Alguns vinham de chancas, outros de tamancos, a maior parte descalços” (p. 76).

Na vila, vivia-se ao ritmo das estações, numa correlação entre a Natureza e os outros seres, entre os ciclos das estações e os ciclos da vida, o equilíbrio de todas as espécies. Na primavera, os campos, fertilizados pelo rio, enchiam-se de azevém. Os rouxinóis e as toutinegras cantavam nos salgueiros, as serezinhas, os verdilhões, os cartaxos, os pintassilgos, os guinchos, as ferreirinhas, os melros, os piscos, as rãs, os ralos, os grilos, todos, em apoteose, eram a sinfonia da orquestra em uníssono, a vida tranquila, o passar do tempo, sem pressas, na Vila de Alma.

No verão, faziam-se festivais náuticos, numa piscina enorme construída pelo Beira-Rio: “Era um tempo em que o campo e o rio estavam vivos [...] e de certo modo faziam parte da casa” (Alegre, 1995, p. 62), isto é, da

mesma alma, da mesma harmonia tingida do verde dos campos e do azul do mar e do céu.

A saída de Águeda, a ida para a cidade representa, para o narrador, a saída de um espaço natural e o seu desenraizamento: “Sabia que terminava ali um ciclo da minha vida e que teria de deixar Alma, os amigos, o rio, a casa. Olhava as pessoas, a rua, os campos e tinha a sensação de já estar a dizer adeus” (p. 222); “A minha vida estava em Alma. Ali tinha aprendido tudo” (p. 224).

A cidade, neste romance e também em *A Terceira Rosa*, aparece como um lugar desumanizado, um espaço de solidão, de estranhamento, de opressão, de exílio, afinal. Para esta leitura numa perspetiva ecocrítica, recupera-se este romance porque nele se perspetiva uma linha de leitura que dá continuidade ao mesmo espaço geográfico e sentimental de *Alma*. Lugares como Coimbra, Curia, Anadia, Águeda, a Ria de Aveiro, a Barra e a Costa Nova desfilam como espaços de uma infância e juventude mitificadas. Alma e Alba distavam duas horas de viagem, num carro de cavalos: “Ali estava, pois, em Alba, onde viviam muitos judeus ricos fugidos ao nazismo, polacos, húngaros, alemães, pintores, músicos, médicos, alguns aristocratas” (Alegre, 1995, p. 190).

Era em Alba que morava a tia Hermengarda, por quem o narrador nutria especial ternura: “Morava em Alba no coração da Bairrada, em frente ao jardim da Vila. [...] Havia um jardim a quase toda a volta e no meio um pinheiro manso, velho como a casa, talvez mais velho ainda, com raízes grossas onde se tropeçava e que estavam debaixo da casa, dentro dela e nas próprias palavras da Tia que falava da árvore como de uma pessoa” (p. 190). Repare-se na fusão da árvore ancestral com a casa, a personificação de um elemento da Natureza que sobreviveu a gerações da genealogia do narrador.

Permanecem as águas, o cheiro da maresia, as salinas, mas a ponte já não é de madeira e já não há moliceiros. Com a morte da tia (agora Filipa), em Alba, muitas realidades morriam: “Não só a infância, as tardes de Julho mas um certo modo de vida, um tempo perdido no tempo, uma plenitude, um esplendor, Alba. Algo que não podia recuperar-se nunca mais, se não talvez por uma prosa como a que Proust escreveu, fechado num quarto quase emparedado” (Alegre, 1998, p. 93).

O narrador de *A Terceira Rosa* afirma que o regresso às origens não é feito por uma questão de nostalgia, “é a única forma de transgressão por onde se pode chegar ao insondável, lá onde corremos ainda de mãos dadas” (p. 41). Só o esplendor da Natureza permanecerá. Procura-se a si e aos

seus, que já não tem, no reencontro com este espaço geográfico iniciático, o tempo dos amores primeiros, dos amores para a vida:

Sempre que vou à Barra vejo ainda a tua casa apesar de demolida, procuro-te nas águas, agora negras, no cheiro à erva das areias, na maresia e na salsugem, procuro-te na luz, a luz branca das salinas, estás ainda na ponte de madeira que já não há, passa um barco da Capitania, quem sabe se não te leva para a Torreira ou S. Jacinto, procuro-te na maré cheia e na maré baixa, nas gaivinas, nos patos-reais, nos maçaricos, nas rolas que passam no fim de Agosto. Há uma gaivota que voa em direção ao sol (Alegre, 1998, p. 21).

Neste segmento textual, poderá o leitor encontrar uma ponte para a reflexão sobre a demolição de casas, que deram lugar aos prédios de cimento e betão, prontos a servir interesses imobiliários decorrentes da exploração turística, desrespeitando a biodiversidade de um ecossistema, por exemplo, ao destruir as dunas do litoral português. A alteração das paisagens, para dar lugar a um mundo urbano, contribuiu para o desequilíbrio de um ecossistema outrora em equilíbrio.

Alma e A Terceira Rosa propiciam uma leitura ecocrítica na medida em que promovem uma reflexão sobre a necessidade de preservação de um espaço, cuja morfologia e clima, fauna e flora próprias duma região marítima, condicionam o *habitat* e o modo de vida dos seus habitantes.

O narrador percebe, ainda, a importância da Natureza para o seu equilíbrio interior e para o seu entendimento do mundo, revelando a sua sensibilidade na relação imbricada da (sua) paisagem geográfica com a (sua) paisagem sentimental. E dá um testemunho exemplar dessa pertença a um lugar sagrado: “Eu sou de aqui não serei nunca de outro sítio, sou desta noite e desta Ria [...] caminho por dentro do cinzento e da neblina e venho de novo até aqui, sou deste vento e destas marolas que chapinham junto ao cais, deste cheiro a maresia desta sombra que passa e é um moliceiro que já não há.” (Alegre, 1998, p. 39). Estes espaços são a sua identidade, a sua alma, os ritmos da terra e do mar repercutidos no ritmo do seu sangue.

5. Memórias reconstruídas através da escrita – a reinvenção do passado

Como refere Campinho (2019), já citado na introdução deste capítulo, a dimensão temporal interna faz da obra literária uma “cápsula do tempo, repositório de memória e monumento”, permitindo identificar *imagotipos*

portadores de ideias, comportamentos e estereótipos representativos de mentalidades e identidades.

Em *Alma* e *A Terceira Rosa*, e como já ficou patente anteriormente, “cada frase é um verso, cada passo narrativo um poema” (Freitas, 2019, s.p.). À obra *A Terceira Rosa* podem aplicar-se, além disso, as palavras que Vamberto Freitas dedica a *Alma*. São textos que testemunham “toda a alegria e desgraça de um povo oprimido pela ditadura salazarista, romance símbolo de todo um país tanto ruralizado como cidadão” (Freitas, 2019, sp.).

Nestes romances, como já referido, verificam-se coincidências com a vida do autor, pelo menos naquilo que é dado conhecer ao público, em geral, e aos leitores de Manuel Alegre, em particular. O tempo da história (diegese) e o tempo da História do país, a experiência vivida e a recriada, através da memória, interseitam-se e ganham contornos quase reais, assumindo um cunho de autenticidade, de testemunho de uma época, de uma geração e de uma ideologia que Portugal viveu.

As referências a eventos (ao 25 de abril e ao 1.º de maio) e a personagens perfeitamente identificadas da História recente do país (Humberto Delgado, Mário Soares, Álvaro Cunhal, Salgado Zenha, Piteira Santos) conferem-lhes o tom memorialista de um discurso que, embora não sendo a sua biografia, com ela estabelece múltiplas ligações. Trata-se de uma conjugação entre o real e o inventado, entre a experiência e a sua efabulação, como afirma o próprio poeta numa entrevista: “Aqui, só é biografia a vivência, os sentimentos, porque a história é ficcionada [...]”. O Xavier sou eu e não sou eu, sou eu próprio e o outro” (Coelho, 1999, p. 2).

Em *Alma*, a recriação de um tempo de oposição silenciosa, porque violentamente silenciada, aparece-nos denunciada, por exemplo, na loja do Ti Florêncio, cenáculo do “revirinho” numa expressão de Duarte de Faria, pai do narrador (réplica do pai de Alegre):

Ali se juntavam, a certas horas, principalmente ao fim da manhã e a meio da tarde, os republicanos a quem o meu pai, ironicamente, chamava o revirinho. Falavam baixo, ao canto esquerdo, junto à cadeira do Ti Florêncio Tavares. De vez em quando vinham à porta deitar uma olhadela. Naquele tempo havia sempre alguém à espreita, alguém à escuta. Mesmo assim, a certas horas, o Ditador ficava por certo com as orelhas a arder (p. 64).

São evocações que reconstroem e reinventam, através da escrita e da memória, a ligação do passado ao presente, do efêmero ao eterno. *Alma* e *A Terceira Rosa* são partilhas de memórias entendidas pelo leitor como quase-vivências:

1. recordadas nas infâncias pretéritas, revividas, por exemplo, nos jogos de outros tempos: “Dava-me botões para eu jogar quando era a época, porque tudo então tinha ciclo, até os jogos: havia o do pião, o da bilharda, o do botão, o do berlinde (em Alma dizia-se *bolindra*)” (Alegre, 1995, p. 63);

2. relembradas nas tradições: “Ela disse-me que iria de anjo na procissão e eu tratei de ver se conseguia arranjar uma opa vermelha e pegar numa das borlas da bandeira da Irmandade. As procissões da Semana Santa em Alma eram famosas. Sobretudo a do Encontro” (p. 86);

3. rememoradas nos costumes: “As mulheres das redondezas vinham à praça descalças, envoltas em grandes xailes negros que cheiravam a fumo, a chuva e a carqueja. Ou seja: a pouco” (p. 145);

4. renascidas no fervor do futebol e das vivências políticas: “Só que naquele dia não havia apenas o tão esperado comício da oposição. À mesma hora, o Beira-Rio jogava contra o Vista Alegre” (Alegre, 1995, p. 12); “Era daí que lhes vinha a alcunha de judeus, gritada aos quatro ventos, de cada vez que o Beira-Rio jogava em Aveiro contra o Beira-Mar (p. 87); “E até o meu pai cortava por vezes as frases bombásticas dos repúblicanos: Isto só vai a tiro” (p. 170).

Pela voz de Duarte de Faria, narrador autodiegético de *Alma*, somos transportados para um tempo que recupera, simultaneamente, o passado coletivo de uma comunidade beirã, em particular da Beira Litoral⁴ da primeira metade do século XX, num Portugal salazarista: “Mas nessa altura já os atletas do Ginásio de Alma, que era uma instituição republicana, tinham malhado a bom malhar no tal que perguntava Quem manda? e no coro que respondia Salazar, Salazar, Salazar” (Alegre, 1995, p. 22). Somos conduzidos num percurso que consegue captar o sentido de mudança intrínseco e irreversível no encontro com a estranheza do “outro”, que é, aqui, um “eu” do passado:

Rostos, vozes, andam aí pelo ar, não se podem ter sumido, devem estar gravados algures, a prova é que estou a vê-los e a ouvi-los, são sete e meia da tarde de um domingo chuvoso na casa da Rua Bartolomeu Dias, mais conhecida pela Rua da Cheia, em Alma, alguém chama Duarte e só agora reparo que estão a chamar por mim, este que conta, eu próprio, Duarte de Faria (Alegre, 1995, p. 203).

Alma é a história de uma região, de um lugar num dado momento histórico de um país e do mundo, como se lê, por exemplo, nas páginas 65 e 66:

A começar, claro está, por Gonçalo Pena, que tinha dificuldade em conter-se e, ao contrário dos outros, falava alto. Fazia verdadeiros comícios contra Hitler e o fascismo, acabando quase sempre com violentos ataques a Salazar, que tratava também por Manholas. (Alegre, 1995)

No fim da guerra, dizia, no fim da guerra, isto cai (p. 66).

Nas palavras de Manuela Duarte,

numa estrutura de encadeamento narrativo, entrecruzam-se duas histórias: a individual, de Duarte, com os fascínios, sonhos e receios infantis, pejada de rememorações nostálgicas dos jogos e da camaradagem de outrora, e a de Alma, uma comunidade peculiar, dividida entre o fervor republicano, o temor a Salazar e a nostalgia monárquica, esta última, encarnada por uma minoria, à qual pertence Lourenço de Faria (pai de Duarte) e outros ‘fidalgos num tempo em que já não havia lugar para ordens de cavalaria’ (*Alma*, p. 14) – um grupo que se afigura a Duarte como os ‘órfãos de rei’ (2004, s.p.).

Da narrativa, destacam-se personagens peculiares, de épocas várias, que permanecerão, cristalizadas no tempo, representativas da sociedade da época: os monárquicos, os republicanos, os da situação e os antissalazaristas:

Uma semana depois, aparecia em Alma, por debaixo das portas, um panfleto em que se destacava a «determinação com que as massas populares faziam frente às forças da repressão fascista que selvaticamente abriram fogo contra os espectadores indefesos no Campo de S. Cristóvão bem como aos provocadores que tentaram boicotar um comício legal de oposição democrática».

Tornava-se, assim, cada vez mais evidente a natureza terrorista e antipopular do regime fascista, um regime ilegítimo, que só pela violência e pela repressão se mantém no poder. Mas torna-se, também, cada vez mais forte (Alegre, 1995, p. 28).

É a história dessa “terra-todas-as-terras” (Alegre, 2008, s.p.), na década de 40, do século XX, que emerge em *Alma*:

Naquele Inverno de 1946, eu andava na quarta classe e ouvia falar de prisões, tinha medo que viessem buscar a minha avó e as democracias ocidentais estavam-se pura e simplesmente borrifando para nós (Alegre, 1995, p. 196).

Salazar prometera eleições para Novembro, mas a 22 de Outubro de 1945 a polícia política passou a chamar-se PIDE (p. 196).

Alma é espaço-símbolo de um país, que, com o fim da II Guerra Mundial, vive tempos difíceis no setor económico, financeiro e político, com profundos reflexos sociais. Em Alma habitava um povo livre e que preferia a desordem da Primeira República ao autoritarismo que havia tomado conta do Estado Novo, herdeiro do absolutismo multissecular:

Era dia de comício da oposição em Alma, presidido por minha avó materna, Beatriz, em representação de meu avô Geraldo Pais, chefe da Carbonária e fundador da República. O falecido tinha sido íntimo de Afonso Costa e era ainda a referência principal da tribo reviralhista. A minha avó [...] levava muito a sério o seu papel de viúva revolucionária. Os republicanos do Distrito de Aveiro vinham regularmente a Alma prestar-lhe contas e pedir-lhe conselhos” (Alegre, 1995, p. 9).

Na espontaneidade da escrita de Manuel Alegre e no poder evocativo das suas palavras, emergem espaços históricos e culturais, a par dos naturais, da Beira Litoral, hoje Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, na Região Centro, uma das sete regiões de Portugal (NUT II⁵).

Alma e A Terceira Rosa são narrativas dos ritmos dessa região, das vivências das suas gentes, sob a cadência da Natureza e o implacável devir dos acontecimentos históricos que marcaram a vida de Portugal no século XX, sob a aura nostálgica de uma infância e juventude, recriadas por uma memória, clara, seletiva e precisa nos detalhes, que configura o painel das suas paisagens, do seu rio, da sua fauna e da sua flora, da maioria dos seus topónimos, da ria de Aveiro:

E vieram as grandes cheias de Fevereiro. O rio encheu, transbordou, alagou o vale. A água quase cobria os pilares da ponte. Do Jardim Novo olhava-se a corrente cheia de toros de madeira, de laranjas, de animais mortos, porcos, galinhas, ovelhas. Mas já a cheia começava a aparecer pelo lado do Ribeirinho e a invadir de novo a Rua Bartolomeu Dias. [...] Em breve a rua seria um rio. Veio primeiro devagar, depois com mais força, quase em torrente” (Alegre, 1995, p. 179).

As pessoas saíam de casa e começavam a correr. Está a tocar a fogo, há fogo, onde é o fogo? E lá iam. Nem que fosse em Romarim ou do outro lado do Rio, em Além da Ponte, ou nas aldeias em redor, Cerejeira de Cima, Cerejeira de Baixo, Alminhas, Olival, Urzeira, Várzea. Corriam os bombeiros para o quartel aos gritos, abotoando pelo caminho o fato-macaco. [...]. Como não ficar excitado? O povo perdia a cabeça (p. 181).

No Verão, a remo: ia de bateira até à Costa Nova. Descia o rio Alma, depois o Vouga, até chegar à ria. E lá ia, pelo Canal das Pirâmides, rumo à Barra e à Costa Nova (p. 70).

Como explica Manuel Alegre:

aquela terra e aquele tempo eram a raiz e o ritmo da minha própria alma. Uma Águeda que já não existia. Ou que era só Alma. E que por ser Alma não morrerá nunca. Sim. Aquela terra era uma terra única. Porque era a minha e nela se tinha formado a minha própria alma. Mas também podia ser qualquer outra terra, à beira de um rio, naquele tempo, em Portugal. Era uma terra única, irrepetível. Mas era também uma terra-todas-as-terras. E por isso Alma. Talvez a alma de Águeda. A minha própria alma (Alegre, 2008, s.p.).

É a história dessa “terra-todas-as-terras”, no século XX, que emerge, transfigurando-se na História de um país, nas histórias de um povo: “Naquele Inverno de 1946, eu andava na quarta classe e ouvia falar de prisões, tinha medo que viessem buscar a minha avó e as democracias ocidentais estavam-se pura e simplesmente borrifando para nós [...]. Salazar prometera eleições para Novembro, mas a 22 de Outubro de 1945 a polícia política passou a chamar-se PIDE” (Alegre, 1995, p. 196).

Paula Morão afirma que o objetivo de *Alma* não é tanto o retrato de um passado, “mas o fixar das memórias que constituem um sujeito também historicizado, contextualizado, porém interpretando o factual, reconduzindo-o ao eixo central da narrativa, que é a interrogação sobre a identidade do eu nesses anos de formação” (1999, p. 289). Exatamente porque o sujeito é “historicizado” e “contextualizado”, *Alma* e *A Terceira Rosa* são, de igual modo, a interrogação sobre a identidade de um povo e de um lugar, a interrogação sobre a identidade de um país.

6. Considerações finais

Alma e *Alba*, os dois espaços fundacionais dos romances *Alma* e *A Terceira Rosa*, representam o mesmo espaço geográfico e sentimental. São a casa mãe, são a eternidade para os olhos da criança que aí nasceu e cresceu. Representam o espaço idealizado do paraíso perdido e rememorado.

Através de uma linguagem simples, que restaura muitos dos vocábulos regionais, mesmo os já esquecidos, assiste-se a um canto de louvor à Natureza e a uma lição de humildade e de apego à terra natal. O narrador-autor

é o etnógrafo, o porta-voz de uma herança linguística comum, de um património natural e humano particulares. A sua missão é recuperá-los e imortalizá-los, passando-os, em jeito de testemunho, às gerações futuras.

As descrições sensoriais das paisagens da região da Beira suscitam a reflexão e transformam-se numa chamada de atenção para um tema premente da atualidade, o amor e a preservação da Natureza, poeticamente interligado, nas duas obras, com o amor à Liberdade.

Emerge dos textos a vontade de recuperar o tempo em que viver devagar permitia usufruir a riqueza e a pluralidade do mundo e simultaneamente a apreensão da singularidade e da diferença. A leitura ecocrítica destas obras possibilita e promove outros olhares em relação à Natureza e a tomada de consciência da fragilidade humana como mais um elemento de uma cadeia que urge proteger e acarinhar.

Em suma, as obras em apreço testemunham a singularidade da relação que se estabelece entre o escritor e os seus espaço e tempo. Ambas são o testemunho de uma época de opressão, sob o jugo da Ditadura, ainda que vivenciada em décadas diferentes do mesmo século. Nelas se pressentem, de igual modo, os alvares da revolta contra o medo e a luta por um país livre.

Sintetizando os pressupostos da introdução, abordadas como um produto de convergência e de multiplicidade, as obras literárias *Alma* e *A Terceira Rosa* são, ao mesmo tempo, ponto de chegada e de partida para a compreensão e o estabelecimento de linhas dominantes da cartografia identitária nacional e beirã, assim como da cultura portuguesa.

Referências bibliográficas

- AGUIAR E SILVA, V. (1998). A hora de Elsenor no canto de Manuel Alegre. In *Manuel Alegre, Senhora das Tempestades*. Lisboa: Dom Quixote, p. 12.
- ALEGRE, M. (1995). *Alma*. Lisboa: D. Quixote.
- ALEGRE, M. (1998). *A Terceira Rosa*. Lisboa: D. Quixote.
- ALEGRE, M. (1999). *Obra Poética*. Lisboa: D. Quixote.
- ALEGRE, M. (2000). Nas páginas do tempo. *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 22.03.00, p. 47.
- ALEGRE, M. (2008). Explicação de “Alma” por Manuel Alegre. Disponível em <http://www.manuelalegre.com/301000/1/000253,000013/index.htm>. Consulta em 4/5/2021.
- BASTOS, J. H. (1999). A consciência da palavra. *Revista Expresso*, 18.12.1999, p. 42.
- BUELL, L. (2005). *The Future of Environmental Criticism*. Oxford: Blackwell.

- CAMPINHO, J. M. C. (2019). Imagologia literária. In Carlos Ceia (Org. 2018). *E-Dicionário de Termos literários*. Disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt>. Consulta da entrada Imagologia, definição da responsabilidade de José Maria Cimbão Campinho (2019).
- (2021). Imagologia Literária e Identidade. *Atas das I Jornadas de Estudos Portugueses*. Coleção CIÊNCIA E CULTURA, n.º 12. Universidade Aberta 2021. ISBN 978-972-674-890-8, pp. 7-19.
- COELHO, A. L. (1999). Começo agora a escrever. *Público, suplemento Leituras*, 09.01.99.
- COUPE, Laurence (ed.) (2000). *The Green Studies Reader: From Romanticism to Ecocriticism*. London and New York: Routledge. ISBN 9780415204071.
- DUARTE, M. (2004). *Alma*, de Manuel Alegre. *O Interior, Diário das Beiras e Serra da Estrela*. Ed. 226. 29.01.2004.
- FREITAS, V. (2019). *Alma*, Portugal no seu melhor e pior. Blog *Nas duas Margens*. Disponível em <https://vambertofreitas.wordpress.com/2019/09/13/alma-portugal-no-seu-melhor-e-pior-2/>. Consulta em 6/5/2021.
- GLOTFELTY, C. & H. FROMM (Eds. 1996). *The Ecocriticism Reader. Landmarks in literary ecology*. Georgia: University of Georgia Press, Athens.
- GUIFFORT, T. (2009). A Ecocrítica na Mira da Crítica Atual. *Terceira Margem*. Janeiro/julho, Número 20, pp. 244-261.
- KLEIMAN, O. (1992). La poésie de Manuel Alegre: un excès de biographie? In *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXI. Lisboa – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 549-564.
- LAUREL, M. H. A. (2008). Prises de vue sur le paysage urbain et la nature dans quelques littératures de langue française. *Ecocrítica & Outras Tentativas/Tentativas do Texto e da Leitura. Ecocrítica – Jornada de Reflexão*. 25 de novembro. Porto: DEPER, FLUP, pp. 6-20.
- LOURENÇO, E. (1988). *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LOURENÇO, E. (1992). *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LOURENÇO, E. (2012). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MISHRA, S. K. (2017). Ecocriticism as a Reappraisal of Romanticism. *THE CREATIVE LAUNCHER: An International, Open Access, Peer Reviewed, Refereed, E-Journal in English*. www.thecreativelaucher.com. Vol. II & Issue III (August). ISSN-2455-6580, pp. 435-441. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/319415801_Ecocriticism_as_a_Reappraisal_of_Romanticism_Ecocriticism_as_a_Reappraisal_of_Romanticism. Consulta em 12/4/2021.
- MORÃO, P. (1999). Memória, História e Mito em *Alma* e *A Terceira Rosa*, de Manuel Alegre. *O Escritor – Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, n.º 13/14, dez., p. 288-301.

- RIBEIRO DE SOUSA, C. (Orgs. 2005). *Imagologia. Coletânea de ensaios de Hugo Dyserinck I*. São Paulo, Instituto Martius-Staden. ISBN: 85-64168-16-2.
- REYNAUD, M. J. & J.D. ALMEIDA (Org. 2008). Ecocrítica. Tendências e Percursos da Crítica Literária na Pós-modernidade. *Ecocrítica & Outras Tentativa/Tentações do Texto e da Leitura. Ecocrítica – Jornada de Reflexão*. 25 de novembro. Porto: DEPER, FLUP. Universidade do Porto.
- ROCHA, C. (1992). *Máscaras de Narciso: Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- SILVA RODRIGUES (1995). Manuel Alegre, “Em busca do tempo perdido. *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8.11.95, p. 12.
- SOUSA, A. M. A. (2001). *Exílios no Universo Poético de Manuel Alegre*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas.
- VASCONCELOS J.C. & LETRIA J.J. (1989). Escrevi sempre contra a corrente”, entrevista a Manuel Alegre. *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 5.12.89, p. 8.

Notas

- ¹ ECOCRÍTICA – Jornada de reflexão. Portugal. Porto – FLUP. 25 de novembro de 2008.
- ² PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (1945-1969), encarregada da repressão de todas as formas de oposição ao Regime do Estado Novo.
- ³ No dia da entrega do Prémio Fernando Namora, Manuel Alegre disse com algum embaraço: “É que não sei se escrevi um romance. [...]. Estou agora com a estranha sensação de que o júri vai descobrir que afinal não escrevi um romance. O que permite colocar uma questão que nem sequer é nova: o que é ao fim e ao cabo um romance? Fernando Namora sabia. Eu não sei se sei. Creio, aliás, que hoje ao certo ninguém sabe. É minha convicção que o romance tende a ser tudo: prosa, poesia, ficção, biografia, ensaio” (Alegre, 2000, p. 47).
- ⁴ A Beira Litoral é uma província histórica (ou região natural), formalmente instituída pela reforma administrativa ocorrida, em Portugal, em 1936.
- ⁵ Entenda-se por NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. A Região Centro de Portugal engloba as sub-regiões: Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Oeste, Região de Coimbra, Região de Leiria e Viseu Dão-Lafões, para além da Região de Aveiro.

CAPÍTULO 10



Foto: Paulo Rocha Monteiro

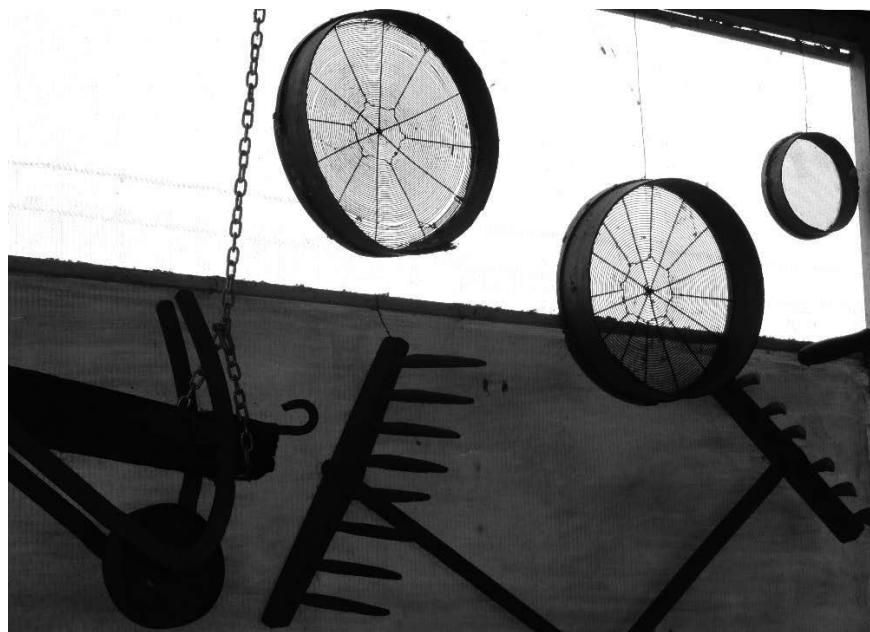


Foto: Ana Cristina Carvalho

Resumo

A Nostalgia coimbrã de Fernando Assis Pacheco: Retrato À la minuta

É no romance intitulado *Trabalhos e Paixões de Benito Prada* que Fernando Assis Pacheco melhor descreve e enfrenta os fantasmas da relação de amor-ódio que manteve com a cidade onde nasceu e a universidade onde se formou. O retrato que nos lega de uma cidade que não é igual às outras, tomando como pretexto o percurso vital de um emigrante galego que se instala na cidade e nela progride socialmente, merece reflexão e mantém alguma atualidade. É completado com o recurso a alguns dos seus mais expressivos poemas, que ajudam a compor o quadro da relação afetiva do autor com a terra natal.

Palavras-chave: Coimbra. Universidade. Dinâmica social. Diáspora. Beira.

Abstract

The Nostalgia of Coimbra in Fernando Assis Pacheco: À La Minuta portrait

It is in his novel *Trabalhos e Paixões de Benito Prada* that Fernando Assis Pacheco best describes and confronts the ghosts of the love-hate relationship he maintained with the city where he was born and the university where he graduated. Taking as a pretext the vital journey of a Galician emigrant who settles in Coimbra and climbs the social ladder, he provides a portrait of a city that is unlike any other. This portrait, which is still relevant and deserves analysis, is completed with some of his most expressive poems, which help to compose the picture of the author's affective relationship with his birthplace.

Keywords: Coimbra. University. Social Dynamics. Diaspora. Beira.

A NOSTALGIA COIMBRÃ DE FERNANDO ASSIS PACHECO: RETRATO À LA MINUTA

António Apolinário LOURENÇO

Centro de Literatura Portuguesa,
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
ant.apolinario@gmail.com

1. Introdução

Nascido em Coimbra no dia 1 de fevereiro de 1937, Fernando Assis Pacheco é uma referência fundamental das letras portuguesas da segunda metade do século XX, embora a sua obra literária tenha ficado durante muitos anos ofuscada pela sua atividade jornalística, que exerceu nalgumas das publicações periódicas portuguesas mais importantes durante o mesmo período. É o caso do *Diário de Lisboa*, onde ingressou como estagiário em 1965, do *República*, um baluarte da oposição democrática ao regime de Salazar, do semanário *O Jornal*, um projeto jornalístico independente de que foi chefe de redação, e da revista *Visão*, que sucedeu a este semanário. Colaborou também em publicações mais especializadas como o *JL*, o *Musicalíssimo* e o *Se7e*, e episodicamente na RTP. Faleceu em Lisboa, à porta da Livraria Buchholz, em 30 de novembro de 1995, com 58 anos de idade.

Ocorre com Fernando Assis Pacheco um fenómeno infelizmente comum. Tendo saído de Coimbra com 25 anos, para cumprir o serviço militar obrigatório (guerra colonial incluída), e tendo realizado a sua atividade profissional em Lisboa, com a atenção virada para as questões políticas de natureza nacional, deixando mesmo de ter assento fixo na Lusa-Atenas, a sua cidade não o reconhece. Não sei se isso lhe pesava exageradamente ou não, mas a verdade é que nos últimos anos da sua vida, e sobretudo tendo em conta que esta não foi demasiado longa, Coimbra passou a ser um tema quase obsessivo na sua criação poética, e o seu único e notável romance, *Trabalhos e Paixões de Benito Prada, Galego da Província de Ourense, que Veio a Portugal Ganhar a Vida*, constitui, para o

bem e para o mal, uma das mais notáveis homenagens à cidade de toda a literatura portuguesa.

Mas vamos por partes, isto é, comecemos quase pelo fim, quando o poeta se desloca à sua cidade natal em 1986, a aproximar-se dos 50 anos, e se sente psicologicamente desdobrado em natural e forasteiro:

CANÇÃO DO ANO 86

Agora quando volto
quando é raro voltar e sempre por um dia
estou à minha espera na ponte de Santa Clara
com um ramo de rosas que levanto
à aproximação do carro
saudando-te caro Fernando Assis Pacheco
filho pródigo destes quintais floridos
quando acontece que volto
que assim volto por pouquíssimo tempo dou comigo
na berma da EN 1 a olhar à esquerda o Vale do Inferno
hoje estragado por um sacana qualquer dum engenheiro
dizendo adeus adeus Fernando Assis Pacheco
menino antigamente sem cuidado

se é que volto intimado pela agenda
do jornal em Condeixa já inquieto espreito
a ver se vens dos lados de Pombal
oitavo numa fila atrás dum camião
coçando a barba gesto bem teu
com que disfarças o nervoso e a pressa

volto sem querer quando decerto
mais não queria voltar
encasacado anónimo de olho circunvago
Leiria num relance prego no fundo
apetecia parar ao pé de ti Fernando Assis Pacheco
cálido aceno do que morreu

conversarmos os dois sobre esse século esses
cafés com quatro mesas e matraquilhos na cave a cheirar a bolor
essas aulas a que faltávamos no último período para empatar
cinco a cinco com os varões todos torcidos

consta que desde então
não fazes mais do que perder
(Pacheco, 2019: 264-265)

A cidade não precisa obviamente de ser nomeada, porque é a sua, e porque bastam dois ou três traços certos para a identificar. Mais do que as rigorosas referências toponímicas (a Santa Clara ou ao Vale do Inferno, que assiduamente frequentou), destaco a referência aos “quintais floridos”, eco profundo da juventude passada no bairro dos Olivais, quando a cidade, “com 40 mil habitantes no melhor dos casos” (Pacheco, 2019: 358), suportava melhor o “pide Catarino” do que suporta os desmandos urbanísticos praticados em época de democracia.

Foi em 1993 que Fernando Assis Pacheco publicou *Trabalhos e Paixões de Benito Prada*. Antes, em 1978, publicara uma narrativa mais breve, *Walt*, a que chamou depreciativamente *noveleta*, por entender que nem a dimensão nem a qualidade tinham alcançado a dimensão por ele ambicionada. Tanto a *noveleta* como o romance se relacionam intimamente com a biografia do escritor, mas enquanto *Walt* tem ainda como referência, tal como grande parte da primeira fase da sua poesia, a guerra colonial, travestida por imperativo da censura em guerra do Vietname, o romance protagonizado por Benito Prada tematiza a história de um jovem galego que emigra para Portugal, acabando por instalar-se na cidade de Coimbra. O autor não fez segredo sobre a identidade da pessoa real que inspirou a sua história: o seu avô materno, Santiago Doallo Álvarez, que começaria por ser um pequeno comerciante da baixa coimbrã, mas subiria gradualmente no reconhecimento social da urbe até se constituir como empresário de referência, tendo sido o fundador de uma das suas principais unidades fabris, a Santix, só muito recentemente desaparecida.¹ De resto, um dos grandes achados da narrativa de Assis Pacheco é a clareza e o acerto com que cartografa política e socialmente a cidade.

Em 1982, Fernando Assis Pacheco traduziu para as edições *O Jornal* o romance de Gabriel García Márquez *Crónica de una muerte anunciada*, mas é evidente que o seu conhecimento da obra do mestre colombiano e, genericamente, do chamado realismo mágico hispano-americano é muito mais profundo do que reflete essa simples tradução. Já o título do romance de Pacheco, a origem social do protagonista e a relativa linearidade cronológica com que é construído apontam para a confluência periodologicamente anacrônica com a tradição da narrativa picaresca aurossecular iniciada

com a publicação do *Lazarillo de Tormes*.² Por último, não pode menosprezar-se a sua leitura das obras mais marcantes do tremendismo de Camilo José Cela, refletido, por exemplo, nas linhas iniciais de *Benito Prada*, que remetem para acontecimentos anteriores ao nascimento do protagonista, mas que o afetam de forma indireta, apontando para uma outra tradição temática da literatura do Século de Ouro, os sangrentos desagrvos da honra também dominantes na *Crónica de una muerte anunciada*:

Quando o Padeiro Velho de Casdemundo teve a certeza de que Manolo Cabra lhe desfeiteara a irmã, em dois segundos decidiu tudo. Nessa mesma noite matou-o de emboscada, arrastou o cadáver para o palheiro e foi acender o forno com umas vides que comprara para as empanadas da festa de San Bartolomé. (Pacheco, 1993: 9)

Sem nunca ter esquecido definitivamente Manolo, que julgava tê-la abandonado e emigrado para o Brasil, Nicolasa, é esse o nome da irmã dos Padeiros de Casdemundo, casa algum tempo depois com o amolador e cabouqueiro Filemón Prada, que, no exercício da primeira destas profissões, passava uma boa parte do ano no Norte de Portugal, até que, numa dessas viagens, adoece com gravidade e fica impedido de voltar. Benito Prada Dorribo é o mais velho dos quatro filhos do casal, descontando um que morreu com escassos meses e que Filemón, ausente em Portugal durante todos esses meses, não chegou sequer a conhecer.

Ainda criança, Benito começa também a fazer incursões em terras lusitanas, integrado numa espécie de bando juvenil, que se dedicava a pedir esmola e roubar fruta para se alimentar. Em 1908, o “ano em que mataram o rei de Portugal”, lê-se no romance (Pacheco, 1993: 59), já Benito tem residência em Portugal, no lugar de São Bernardo, Aveiro – um quarto alugado a um compatriota conhecido como o Grego –, dedicando-se à venda de tecidos nas localidades próximas, para as quais se deslocava numa carroça. É a morte do Grego que leva Benito a rumar mais a sul, instalando-se em Coimbra.

Analizando estruturalmente o romance, poderemos dizer que é composto por três partes bem distintas, embora a terceira tenha uma extensão superior à soma das outras duas. Na primeira, como vimos, é narrada a origem e a infância do protagonista; na segunda, as suas primeiras incursões em Portugal e a sua fixação definitiva no país; na terceira, a sua instalação na cidade de Coimbra, onde virá a tornar-se um comerciante próspero e uma figura de relevo social. Como é óbvio, por decorrer da própria natureza da publicação em que se insere este breve trabalho crítico, a minha

atenção incidirá principalmente sobre esta última parte, embora, tratando-se de analisar uma obra de arte, não possa deixar de refletir sobre aspetos estéticos que me permitem considerar este romance como uma das narrativas literárias mais estimulantes do século XX português.

2. Trabalhos e paixões

O primeiro estabelecimento comercial de Benito Prada na cidade do Mondego era um espaço acanhado, a Ourensana, “onde mal cabiam dois clientes, e um apenas se fosse forte de corpo” (Pacheco, 1993: 158), mas localizado no centro da cidade, nas escadas de São Tiago, que ligam a Praça Velha (ou Praça do Comércio) a um ponto próximo da confluência das ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz. Muito próximo dali encontrava-se a pastelaria Central, frequentada pelo senhorio de Benito, o dr. Malcata, e pelos principais ativistas políticos locais, que, evidentemente, não conviviam com os partidários das fações opostas:

Na primeira mesa do lado direito sentavam-se os influentes do Partido Democrático, separados duas mesas do núcleo mais reduzido do Partido Evolucionista. Tinham alinhado juntos até há pouco tempo numa coligação de conveniência, a União Sagrada, mas o divórcio fizera-se ainda antes do golpe do novo presidente e evitavam cumprimentar-se, forçando o empregado a consternadas manobras para os atender sem quebra do respeito devido a cada uma das fações. Democráticos e evolucionistas eram o mesmo pessoal com nomes diferentes ou, na visão escarninha de Jorge Ourives, “as duas metades do cu”, mas comportavam-se como se uns quisessem entrar no céu pelo buraco da agulha e os outros, achando-o estreito de mais, vissem vantagem em passar ao lado. (Pacheco, 1993: 99-100)

Havia ainda, nas mesas do fundo, os unionistas, os monárquicos e os sidonistas, cada grupo virado para si mesmo, à exceção de Joãozinho Boto, um jovem monárquico que era admitido na mesa dos democráticos, e o dr. Luisedo, também monárquico mas inimigo do primeiro, que tinha longas palestras com o dr. Albergaria, líder dos democratas.



Foto 1. Escadas de São Tiago, onde se encontrava localizada a Ourensana. Vista atual. Fotografia do autor do artigo

A chegada do emigrante galego a Coimbra ocorre na etapa final da Primeira Grande Guerra, quando há combatentes portugueses a morrerem nas trincheiras da Bélgica e da França. A situação económica é calamitosa, os mais pobres veem-se obrigados a assaltar mercearias e armazéns de comida e são instaladas “Sopas dos Pobres” na rua da Sofia e no bairro de Almeida, no centro da cidade, com “bichas de comensais [...] dignas de ver-se” (Pacheco, 1993: 101), mas às quais Benito não se incorporava. Este almoçava “a frio de um tacho que trazia do quarto em Santa Clara, fechando a porta do estabelecimento para não ser surpreendido” (Pacheco, 1993: 101). Quando regressava ao seu modesto quarto na margem esquerda do Mondego, as sobras do almoço serviam-lhe de ceia. Só muito raramente, nalgum domingo, se metia “no eléctrico e subia até Santo António dos Olivais” para comer, no Agostinho, “uma chanfana de cabra velha cozinhada em vinho carrascão” (Pacheco, 1993: 101-102).

Apesar de a formação escolar de Benito Prada se limitar a um ano com a Meiga de Ventosela, na Galiza, bem cedo a sua particular perspicácia lhe permitiu ir-se apercebendo da idiossincrasia social da cidade, ainda que tenham sido necessários alguns anos para “destrinçar todos os matizes” da diferença entre Coimbra e qualquer outra cidade. Apercebeu-se, em primeiro lugar, do seu papel de futrica, com acesso praticamente vedado ao “círculo da ilustração”:

Neste, se é permitido o excursus, cabiam os licenciados pelas várias faculdades, os estudantes, os sacerdotes e bem assim os militares a partir de oficial subalterno. No entanto podia ser cooptado um simples funcionário público ou, com liberalidade talvez excessiva, mesmo um empregado de balcão ou similar – o que se usava menos –, desde que tivesse feito um ou dois anos de liceu e as tertúlias dos cafés, rubicões severos, resolvessem admiti-lo. Dava-se também o caso de alguém bem posicionado nas câmaras do saber arrastar à soga um próximo parente sem grandes estudos nem dinheiro sonante; esse, depois de analisado pelo júri da cidade letrada, se passasse com aproveitamento todos os graus de iniciação e ajustasse o nó da gravata ao modelo em voga, era recebido como igual pelos ilustrados. (Pacheco, 1993: 108-109).

Um ponto alto do romance é a descrição da Baixa da cidade, onde se concentra o comércio, também obedecendo a uma rigorosa estratificação de natureza económica, com um correspondente reconhecimento social. É feita de acordo com a perspetiva do ourives Jorge Galo, vizinho de Benito nas escadas de São Tiago, e que, tal como o comerciante galego, tratou de se mudar para uma zona mais nobre assim que lhe foi possível. O retrato feito pela personagem manteve-se válido até à entrada da década de 1980, quando o comércio tradicional começou a ser substituído pela concentração dos negócios em centros comerciais:

Jorge Galo [...] era o autor da teoria segundo a qual o comércio de Coimbra estava escalonado em reinos contíguos e bem caracterizados: o inferno, estendendo-se pelo labirinto da Baixinha, cuja sobrevivência assentava numa prática de preços populares, pouco acima do custo de fábrica; o céu, constituído por um largo, da Portagem, e duas ruas, Ferreira Borges e Visconde da Luz, formando juntas a Calçada, onde podia restar alguma exploração mais modesta, mercearia, capelista, engraxador, mas a tendência era para concentrar o negócio fino; e o purgatório, que ocupava territórios de passagem como as Escadas de São Tiago ou fronteiriços do tipo Sansão – chamado na toponímia oficial Praça Oito de Maio –, adjacências tão naturais que se protestaria terem o mesmo concurso da Calçada nobre e afinal não tinham, pois um cavalheiro, o que podia ser um cavalheiro, não se abastecia de ordinário nesses ermos, e uma senhora muito menos. Eram factos sem explicação por virem de bastante longe no tempo. (Pacheco, 1993: 158)

Relativamente ao meio estudantil, tenho a convicção que Assis Pacheco terá projetado na personagem as suas próprias reservas e objeções aos desregrados festejos académicos, que, no entanto, eram encarados com simpatia pela comunidade local:

Os estudantes pesavam desde há séculos na vida de Coimbra. Benito Prada gastou ainda mais tempo a interpretar esse aparente mistério, que suportava com náusea nos dias de festa. Achava má educação que eles trouxessem para a rua os trastes velhos e toda a sorte de latas vazias, com que organizavam cortejos de um pretenso humor insuportável.

“Insuportável para si”, discordou Jorge Ourives um sábado em que os festejos desaguararam nas Escadas de São Tiago. “Estão na idade de fazer estas coisas, e se averiguar um a um, são quase todos rapazinhos da província, criados em meio pequeno, chegam cá e julgam-se uns cães galgos. Só os ensinam mal num ponto: a detestar os futricas.” (Pacheco, 1993: 109-110)

Havia, no entanto, aspetos das festividades académicas que encantavam Benito Prada e lhe davam vontade de se juntar ao convívio:

Semanas depois, sem o confessar, achou uma graça supina a outra festa em que os estudantes queimaram as fitas de seda com as cores das faculdades num penico de esmalte, embebedando-se exaltadamente. Populares juntaram-se ao grupo e capitanearam a música. Havia um coxo com uma viola braguesa e uma mulher de preto que cantava os fados de César Magliano, bonitos de chorar. Benito trauteou uma *muiñeira* do San Bartolomé mas ninguém sabia o acompanhamento. (Pacheco, 1993: 111)

A prosperidade comercial e financeira do emigrante galego começou com a realização de alguns bons negócios: conseguiu conquistar como cliente habitual o Dr. Maia Júnior, professor de Medicina, rico e “árbitro da moda cidadina” (Pacheco, 1993: 104); vendeu uma grande quantidade de peças de riscado às “senhoras sidonistas da Assistência Cinco de Dezembro”, para fazer bibes que foram distribuídos pelas crianças pobres das escolas da cidade (Pacheco, 1993: 124); mas o seu mais brilhante empreendimento foi a adoção precoce do conceito de pronto-a-vestir, associando-se ao alfaiate Manuel Bordalo, seu vizinho de Santa Clara. Depois da morte deste, adquiriu a cota da família do sócio e “deu o passo de gigante trespassando um rés-do-chão e um primeiro andar na Calçada” (Pacheco, 1993: 159). Chegaria posteriormente a proprietário de todo o prédio, cuja localização condiz com o edifício Chiado (atualmente um dos polos do Museu Municipal), onde o avô de Fernando Assis Pacheco instalaria, em 1952, a unidade industrial de que foi fundador, a Santix. Benito chegaria a ser proprietário de todo o prédio, alargando o armazém para os pisos superiores.

O ano não condiz com os factos reais em que se baseou, mas os anacronismos são coisa que não falta no romance. É o caso das referências ao

restaurante Zé Neto, frequentado por Benito Prada, que não existia na época em que decorre a ação do romance, ou da presença, como personagem, do livreiro antifascista Felisberto Lemos, amigo coimbrão e luandense do autor, que este quis homenagear na sua obra. Também o nome do “pide” que mais procurou infernizar a vida de Benito Prada, depois de este ter recusado vender fardas da Legião Portuguesa, o inspetor Berardini, parece ser uma transposição anacrónica do nome tristemente famoso de José Barreto Sacchetti, que chefiou a delegação de Coimbra da PIDE.³

Uma característica que Benito Prada nunca perdeu, mesmo depois de se tornar num dos mais prósperos comerciantes de Coimbra, foi a mistura dos idiomas português, galego e castelhano, que permite ao narrador afirmar que a sua personagem “falava três línguas numa só” (Pacheco, 1993: 145). Não sabemos se contribuiu para isso o facto de existirem outros galegos na cidade, quase todos, com escassas exceções, serviços de casas de pasto:

As exceções, tirando Benito, eram um chapeleiro completamente mouco do Arnado, antigo afiador, um caseiro de quinta na Torre de Vilela que uma vez cada quinze dias vinha de putas à cidade e acabava borracho perdido a entarmelar os versos da *Rianxeira* no Terreiro da Erva, e o licenciado Casanova, convidado pelo sogro a naturalizar-se português, mas que continuava a falar da sua Pontevedra natal como se o Grove fosse ali à esquina. (Pacheco, 1993: 126)

Como se vê, Fernando Assis Pacheco legou à posteridade um poderoso retrato sociocultural da cidade de Coimbra, que em alguns aspetos se mantém atual. Quanto às descrições com incidência predominante espacial, física, algumas já enunciadas, são sempre breves, sinteticamente panorâmicas e associadas ao olhar de uma personagem, que capta, quase sempre de relance, um acidente de terreno ou um quadro espacial humanizado, comparando-o, quase inconscientemente, com o lugar de onde provém. É o que acontece com a projeção do olhar de Filemón quando contempla o enquadramento na natureza do casario de algumas localidades do norte de Portugal:

No Porto o afiador tinha especial predileção pelo bairro de Miragaia, beirando o Douro, um rio com outra importância que não era a do Minho, e na zona de Braga por aquela corda de aldeias que sobem à Póvoa de Lanhoso; sobretudo aqui havia uma gente de bom sentir com palheiros sempre limpos, cozinhas fartas e ferramenta a granel para dar um jeito no esmeril da roda e na bigórnica. (Pacheco, 1993: 19)

No caso de Coimbra, a focalização transfere-se inevitavelmente para Benito, já que não há notícia de que o seu pai tenha alguma vez colocado os pés nesta cidade. Essas descrições surgem evidentemente muito associadas aos lugares onde habitou ou trabalhou e também aos episódios de natureza política que vão sendo referidos. Um levantamento militar contra Sidónio Pais, por exemplo, é um bom pretexto para traçar, com uma pincelada, um retrato panorâmico da cidade: “O primeiro rebentamento acordara Benito às cinco da manhã: faziam fogo do lado de lá da ponte, soou-lhe que na Avenida Navarro, e depois ouviu estrondear uma peça de artilharia e saltou da cama. Esteve como uns vinte minutos à janela. Viam-se luzes no morro de Santa Clara.” (Pacheco, 1993: 136-137)

O rio Mondego é uma referência incontornável, seja qual for o pretexto, por exemplo a chegada do verão, numa altura em que ainda não existia a atual ponte-açude e o maior rio nascido em Portugal fazia jus à alcunha de bazófia:

Agosto em Coimbra era uma blasfêmia de calor. O rio transformava-se num ribeiro imundo e os jardins das casas ricas davam umas flores anémicas que mesmo regadas à mangueira murchavam de uma sesta para a outra. O dr. Casanova, de termómetro em punho, garantia à esposa que o clima estava a mudar. Na sua teoria dentro de um século não haveria um goivo para amostra, mas só lagartas de metro e meio e tira-olhos grandes como aviões de combate. (Pacheco, 1993: 131)



Foto 2. Vista do rio Mondego, a partir da margem esquerda. Do outro lado, em frente, a Avenida Emídio Navarro; à direita, a colina da Universidade. Fotografia do autor do artigo.

O último olhar sobre a cidade é lançado por outro espanhol, uma personagem completamente ficcional, um militante antifascista que chega a Portugal com o fito de conspirar contra a vida do ditador Francisco Franco, que se deslocava a Coimbra para receber um doutoramento *honoris causa*. Como o generalíssimo se instalara no Palace Hotel do Buçaco, o forasteiro percorreu várias vezes, em carros alugados, o percurso entre o hotel e a cidade, para encontrar o melhor local para a emboscada, acabando por optar por um pontão situado à saída da Mealhada, onde acabaria por ser abatido pela escolta do chefe de estado espanhol, que não chegou sequer a aperceber-se do atentado. Enquanto permaneceu em Coimbra, o conspirador instalou-se numa pensão da Baixa, de cuja varanda podia observar as margens do Mondego: “A cidade era bonita. O mais bonito era o pôr-do-sol, quando saltava do chuveiro e se debruçava, tapado com o lençol de banho” (Pacheco, 1993: 236). Chegara disfarçado de comerciante de livros, profissão que permitiu a Assis Pacheco um derradeiro ajuste de contas com a Faculdade onde sempre se sentira desajustado: “De manhã fazia contactos nas livrarias, mostrando sempre novos catálogos, que conhecia título a título. Um livreiro falou-lhe da Faculdade de Letras: certamente estavam interessados nas áreas de História, Filosofia e Linguística. Mas aí ninguém se dignou dar por ele.” (Pacheco, 1993: 237)

Aos sumários retratos de Coimbra vertidos por Fernando Assis Pacheco no seu único romance, devem adicionar-se aqueles que se encontram na sua poesia, em que as descrições espaciais estão sempre ligadas à memória do menino que um dia Fernando foi, nas ruas da cidade e nos espaços contíguos, quando era, por exemplo, “o miúdo pequeno com a flobert num cerro/ da Conraria sobre o Mondego já nesse tempo/ se despedindo dos vários modos de matar” (Pacheco, 2019: 278). A recordação das fogueiras, na época das festas dos santos populares, evoca amores juvenis, em que procurava impressionar as meninas da cidade com truques de Mandraque e o braço de Homem de Borracha que estendia até São Martinho do Bispo, mas o que elas queriam era “casar na Sé Nova” (p. 257); uma imagem persistente na memória do poeta é a do “nevoeiro subindo em espiral do rio” (p. 358). Em “Coimbra em formato postal”, evoca o seu ano de finalista (1959), que não lhe ensinou nada de nada”, numa

Coimbra tapada pela capa de névoa
um rasto de cegonhas sobre as însuas
chegam barcos de lenha de Penacova
limoeiros floridos a quinta
do avô com sardões nos muros de pedra solta
(Pacheco, 2019: 246)



Foto 3. Conraria. Por estes montes, nos arredores de Coimbra, passeava o jovem Fernando Assis Pacheco a sua flobert. Fotografia do autor do artigo.

3. Considerações finais

Em suma, o retrato que Fernando Assis Pacheco deixou da sua cidade é muito mais o registo literário de um espaço urbano, social e humano do que a aguarela polícroma da sua topografia natural e da sua moldura vegetal. Foi aquele que teve de aprender a interpretar, à medida que crescia o seu discernimento, enquanto a paisagem física que o rodeava se mantinha estável desde que abrisse os olhos, desde sempre. A Coimbra de Fernando Assis Pacheco terá sempre o travo da boémia, da memória infantil, juvenil e estudantil, daquele período especial da vida em que, recorramos a Pessoa, se é feliz (ou infeliz) “outrora agora”:

Senhora dos Estudantes vós sempre velastes por mim
e eu muito vo-lo agradecia sentado lá atrás
num banco da última fila
entre sussurros e o cheiro a sabonete Myrurgia das colegas
que volta e meia Senhora dormitava
sonhando com as cortinas de névoa
vistas de Ceira sobre a Conraria
eu estava farto daqueles alimões quaisquer
ilustres por coisa nadíssima nas antologias

pois éreis vós minha excelsa protetora
quem deste mundo lorpa me sacudia
pela gola, zurück, e lá ia eu direito
às quentes águas da lembrança
misturar arvelas com assistentes da cadeira
bastante coiras enrolado por disfarce
no cachecol de lã desconfiado de que a vida
seria outra coisa ah seguramente outra coisa bem mais crua

agora tudo isso é longe Senhora a formatura
não vale os sustos que apanhei
sou preferentemente devoto da sabedoria rural
mando Minerva e a Porta apanharem
onde o macaco mete com vossa licença as nozes

mas se ainda vos lembrais de mim
deitai se puderdes a mão a outros rapazinhos
como eu ardendo em longos fogos de amores
como eu inquietos mal dormidos extravagantes
passai-os de ano com um ponto da morrinhanha
dai-lhes o dez simpático
que eu prometo ó minha Senhora dos Estudantes
trinta voltas de joelhos no Jardim Botânico
erguendo alto o vosso pendão

e se estiverdes de acordo desfazei aquela geringonça de pedra
pedra por pedra
até que não reste uma pedra
uma derradeira pedra
sepultada no pó Senhora uma pedra inútil
(Pacheco, 2019: 266-267)

Referências bibliográficas

- PACHECO, Fernando Assis (1993). *Trabalhos e Paixões de Benito Prada*. Porto: Edições Asa.
- PACHECO, Fernando Assis (2019). *A Musa Irregular*. Ed. Abel Barros Baptista. Lisboa: Tinta da China.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2018). *Os cinco pilares da PIDE. Uma história da polícia política portuguesa a partir de uma biografia dos seus mais conhecidos elementos:*

Agostinho Barbieri Cardoso, José Barreto Sacchetti, Álvaro Pereira de Carvalho, António Rosa Casaco, Casimiro Monteiro. Lisboa: A Esfera dos Livros.

SANTOS, Nuno Costa (2012). *Trabalhos e Paixões de Fernando Assis Pacheco*. Lisboa: Tinta da China.

Notas

- ¹ Veja-se a síntese da história do avô galego de Fernando Assis Pacheco, só parcialmente coincidente com a da personagem Benito Prada, em Santos (2012: 163-172).
- ² De acordo com a viúva do escritor, Rosarinho, em testemunho recolhido por Nuno Costa Santos (2012: 156), o *Lazarillo* encontrava-se “no topo das preferências” de leitura de Fernando Assis Pacheco.
- ³ José Barreto Sacchetti foi um dos cinco pilares da PIDE estudados por Irene Flunser Pimentel no livro com título homónimo (2018). Também na obra *História da PIDE* a investigadora dedica um amplo espaço a Sacchetti, incluindo uma breve ficha biográfica em que regista o período em que este inspetor da polícia política dirigiu a delegação de Coimbra da instituição (1950-1962), antecedendo a sua transferência para Lisboa, para dirigir os serviços de investigação deste órgão policial repressivo do regime (cf. Pimentel, 2007: 540). Chamar “pide” a Berardini é igualmente uma simplificação anacrónica, porque até 1945 a polícia política do Estado Novo, criada em 1933, se chamava Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

CAPÍTULO 11



Foto: Paulo Rocha Monteiro

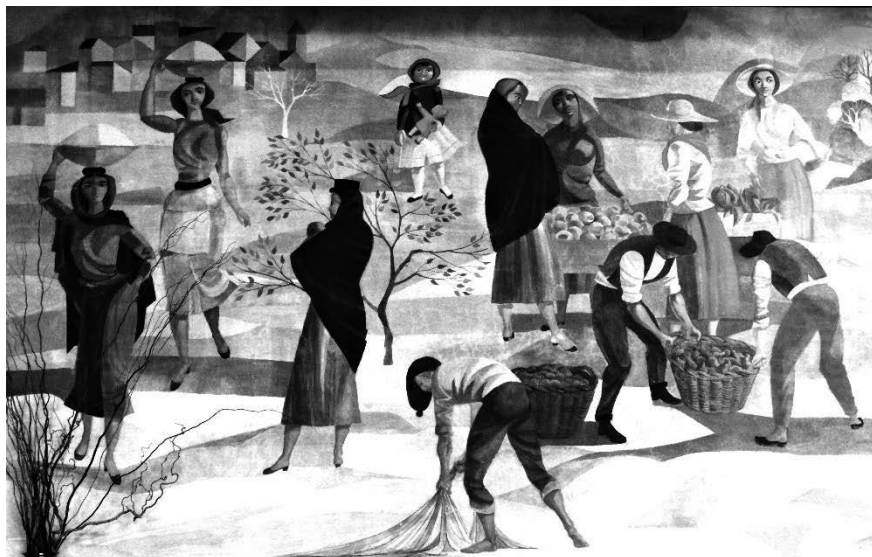


Imagem parcial de um painel exposto no Grande Hotel de Luso,
da autoria de Nuno San-Payo

Resumo

“Eu sou lá dos montes”: paisagens e gentes da serra do Caramulo nas escritas de Tomás e Branquinho da Fonseca

A Filha de Labão (1951), o *Agiológio rústico*. *Santos da minha terra* (1957), *O Pinheiro* (2016), de Tomás da Fonseca, assim como o conto ‘O Lobo Branco’ inserido na coletânea *Caminhos Magnéticos* (1938), o *Poema do Mar e da Serra* (1943), o romance *Porta de Minerva* (1947) e alguns contos inseridos na *Bandeira Preta* (1956), da autoria de Branquinho da Fonseca, fornecem um contributo inestimável para a caracterização da região de Mortágua e da serra do Caramulo na literatura de ficção. Quer a paisagem humana quer a paisagem natural merecem a estes dois escritores mortaguenses, pai e filho, uma atenção particular e uma descrição muito detalhada. Estas obras, sustentadas numa geografia real, relidas numa perspetiva ecocrítica, permitem conhecer as vivências rurais e a relação/inquietação dos humanos com os fenómenos naturais e ambientais nos finais do séc. XIX e na primeira metade do séc. XX.

Palavras-chave: Ecocrítica. Mortágua. Caramulo. Paisagem humana. Novela rústica.

Abstract

“I am from the hills”: Landscapes and people from Caramulo mountain in Tomás and Branquinho da Fonseca writing

A Filha de Labão (1951), o *Agiológio rústico*. *Santos da minha terra* (1957), *O Pinheiro* (2016), by Tomás da Fonseca, as well as the short story ‘O Lobo Branco’, included in the collection *Caminhos Magnéticos* (1938), o *Poema do Mar e da Serra* (1943), the novel *Porta de Minerva* (1947) and some short stories inserted in *Bandeira Preta* (1956), by Branquinho da Fonseca, provide a valuable contribution to the characterization of the region of Mortágua and the Caramulo mountains in fiction literature. Both the human landscape and the natural landscape deserve from these two writers, father and son, a particular attention, and very detailed descriptions. These works, based on a real geography, read from an ecocritical perspective, allow us to know the rural experiences and the relation/concern of humans with natural and environmental phenomena at the end of the 19th century and in the first half of the 20th century.

Keywords: Ecocriticism. Mortágua. Caramulo. Human landscape. Country novel.

“EU SOU LÁ DOS MONTES”: PAISAGENS E GENTES DA SERRA DO CARAMULO NAS ESCRITAS DE TOMÁS E BRANQUINHO DA FONSECA

Maria Mota ALMEIDA

Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril
Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa
maria.almeida@eshte.pt

Teresa BRANQUINHO

Biblioteca Municipal ‘Branquinho da Fonseca’ – Mortágua
biblioteca@cm-mortagua.pt

1. Introdução

Todos concordamos que a literatura não é, de forma literal, um reflexo da vida. Todavia, há obras de ficção que possuem uma relação muito próxima com o mundo em que o autor vive. Estas obras revelam registos surpreendentes que nos transportam para uma época, para um momento, para uma vida, e nos envolvem numa teia de acontecimentos quase imprevisíveis tendo frequentemente, como pano de fundo, a descrição/representação da natureza. Menos usual na literatura portuguesa é a abordagem consciente, relativa à interferência do humano enquanto predador do espaço físico, logo, destruidor da natureza, embora haja “inquestionáveis inquietações ambientais em escritores portugueses” (Mendes, 2021, p. 23).

As obras selecionadas, datadas da primeira metade do séc. XX, da autoria de Tomás da Fonseca (TF) e de seu filho Branquinho da Fonseca (BF), abrangem uma zona profundamente rural: a serra do Caramulo. Apesar de não terem sido escritas numa perspetiva ecocrítica, são representações literárias da natureza, testemunhos da interferência do humano no espaço geográfico, revelando preocupações ambientais, sobretudo motivadas pela (inter)dependência humano/ ambiente. Enquadram-se no conceito de

ecocrítica que acompanhamos neste percurso analítico, a saber, a relação do humano com os ecossistemas de que faz parte e não apenas das ações negativas do humano sobre a natureza.

Com efeito, os autores recuperam uma memória do espaço e tempo passado, dos hábitos, fainas, costumes, história(s), testemunhos e quotidianos de um lugar, permitindo caracterizar a identidade paisagística e cultural desta região da Beira Alta e das suas gentes. Tomás da Fonseca em *Filha de Labão* (1951), no *Agiológio rústico. Santos da minha terra* (1957) e na palestra *O Pinheiro* (2016), conseguiu transmitir algumas inquietações ambientais, tendo sempre a preocupação da elevação do nível socioeconómico e cultural dos que aqui habitam. O conto ‘O Lobo Branco’ inserido na coletânea *Caminhos Magnéticos* (1938), o *Poema do Mar e da Serra* (1943), o romance *Porta de Minerva* (1947), alguns contos inseridos na *Bandeira Preta* (1956) da autoria de Branquinho da Fonseca, apresentam em comum “a mesma memória do espaço e do tempo de infância, [...] as mesmas raízes [...]: o espaço familiar e social, a amizade, a relação privilegiada com a natureza” (Ferreira, 2004, p. 337).

2. Apresentação dos autores

2.1 José Tomás da Fonseca (1877-1968)

Embora de fronte já encanecida, [...] cá cheguei
[...], para recomeçar nas lides que foram um dos
encantos da minha mocidade: podar a vide, plantar
a tancha, semear o penisco, bater o enxame e pescar
à sertela quando a enxurrada transborda dos açudes
e alaga os campos marginais...

Fonseca, 1957, p. 10

Tomás da Fonseca nasceu a 10 de março de 1877 nas Ladeiras, pequena aldeia da Beira Alta, no distrito de Viseu, situada nas serranias agrestes de Mortágua entre o Caramulo e o Buçaco. Em 1893 entra no Seminário de Coimbra e abandona-o em 1903. No ano seguinte casa com Clotilde Madeira Branquinho. Em 1905 nasce o primeiro filho, António José Branquinho da Fonseca e, em 1908, Tomaz Branquinho da Fonseca.

Evidenciou, desde cedo, a defesa das ideias liberais. Após a implantação da República, colaborou na reforma do Ensino Primário e Normal, ascendendo a Diretor das Escolas Normais de Lisboa e da Universidade Livre

de Coimbra. Muitas vezes se deslocou ao estrangeiro em missões de estudo a escolas, museus e bibliotecas, aprendendo para ensinar e intervir.

Como cidadão inquieto e inconformado, empenhou-se no esclarecimento cívico do Povo, fomentando a sua instrução e pugnando pelo seu progresso social, económico, cultural. Sendo autodidata e grande amante da natureza, foi um ‘pequeno agricultor de terras altas’, como se nomeava, aconselhando e exortando os conterrâneos a semear penisco e a conservar medronheiros.

Morre em 1968, com 91 anos. Uma vida longa, itinerário singular, controverso e atribulado. Atravessou dois séculos e viveu quatro regimes políticos: a Monarquia Constitucional, Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo de Salazar, o que permitiu a este ex-seminarista, agricultor, maçom, poeta, publicista, professor, educador, ficcionista, historiógrafo e político, uma participação ativa e participativa na sociedade. Da obra editada – cerca de 40 títulos – muitas edições foram censuradas e confiscadas em Portugal.

2.2. António José Branquinho da Fonseca (1905-1974)

[...] Não vem no mapa. É uma aldeiazita, ao pé de uma serra, entre pinhais, onde se julga que o mundo é pouco mais do que se avista do cimo dos montes.

Fonseca, 2010d, p. 402

A aldeia que “não vem no mapa” é Laceiras, freguesia de Pala, concelho de Mortágua, local de nascimento de Branquinho da Fonseca. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1930), foi conservador do registo civil em Marvão e na Nazaré. Nesta localidade organizou a primeira biblioteca, que ainda se encontra em funcionamento. Mais tarde, já a morar em Cascais, foi conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães naquela vila. Fazendo jus ao lema ‘ensinai a toda a gente’ patente no seu ex-libris, cria em 1953 a Biblioteca Móvel que vai percorrer todo o concelho, distribuindo livros gratuitamente. Aceita, em 1958, o convite de Azeredo Perdigão e assume, até ao fim da vida, o cargo de Diretor dos serviços das Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Gulbenkian. Uma vida inteira a fazer ler, começada na juventude quando, em Coimbra, funda a revista literária *Triptico* (1924), pertence ao grupo que vai criar a pre-

sença, *folha de arte e crítica* – 1927 – dirigindo-a até 1930, e funda a revista *Sinal* nesse mesmo ano. Publica poemas, novelas, peças de teatro, um romance e vários contos.

Nos primeiros anos da juventude habita a maior parte do tempo em Coimbra. A ligação a Mortágua advém-lhe, para além do nascimento, das férias que aí passa. Sozinho ou na companhia de amigos, vai com frequência à ‘sua serra’ em busca da paz proporcionada pela casa de família e pelas paisagens da infância.

3. Breve apresentação das obras

3.1. *Filha de Labão e Agiológio rústico. Santos da minha terra, de Tomás da Fonseca*

O lavrador de pele curtida pelo sol não saberá grandes teorias filosóficas nem o que é o atomismo; mas o lente de teologia ou o mestre de finanças podem aprender com ele como se derreiga uma veiga e se põe a produzir a batata e o feijão, a fava e a couve troncha que vão à mesa do sábio e do ignorante.

Rego, 2017, p. 4

As obras em análise, *Filha de Labão* (1951) e *Agiológio rústico. Santos da minha terra* (1957), cuja ação decorre na segunda metade do séc. XIX, abrangem uma área geográfica que vai das faldas da Serra do Caramulo à Serra do Buçaco, envolvendo um conjunto de aldeias que TF trilhou ao longo da vida. Pode considerar-se que são testemunho verídico do dia a dia das aldeias e das suas gentes que tão bem conheceu. “Não tive culpa de nascer entre montanhas, de meus pais serem lavradores, possuírem rebanhos e terem iniciado os filhos no trabalho dos campos e nas virtudes familiares, à maneira dos seus antepassados [...]” (Fonseca, 1957, p. 9).

A *Filha de Labão*, considerada pelo próprio autor como uma novela rústica, tem como personagem principal a Maria do Aljão – inspirada na personagem bíblica Raquel, filha de Labão – uma criança de apenas dez anos. Vai ser contratada pelo Fusco para pastora do rebanho de “meio cento de cabras, bravias como feras” (Fonseca, 1972, p. 13), além da sua irmã Florinda, mulher barbuda e violenta que não era estimada pela vizinhança. Maria, conhecida nas redondezas por Cotovia, tinha uma voz harmoniosa e colocava sentimento em cada palavra. “Quer chovesse ou nevasse, lá ia

ela ceifar erva ou apanhar azeitona até à hora de seguir para o monte com o gado, levando apenas na algibeira um bocado de broa e uma sardinha assada” (Fonseca, 1972, p. 13) Uma mulher honrada que trabalhava de sol a sol e “ao regressar com o rebanho, mesmo à boca da noite, ainda tinha de ir à fonte, migar os nabos para os porcos, partir a lenha [...]” (p. 13). A aldeia de Águas Boas ficava situada junto a ribeiras, lameiros e levadas, terra fértil, circundada de valeiros e pinhais frondosos, à época. Ainda hoje se vislumbram as ruínas dos moinhos na Ribeira dos Moinhos. Terá sido num destes que Cotovia começou a conversar com o Ti João, um rapaz de 17 anos com quem, mais tarde, casará. “Fechando a porta e, pondo a taleiga debaixo do braço, pegou outra vez na mão de Cotovia e começaram subindo a ladeira; ela, pelo carreiro, macio pelo trânsito de várias gerações, e ele, que ia calçado, por cima de toda a folha [...]” (p. 18).

A obra *Agiológio rústico. Santos da minha terra* é constituída por uma dezena de contos, uma espécie de hagiografia secular de “santos” anónimos de carne e osso que pretende subverter os pressupostos da hagiografia cristã tradicional. Nestes contos algumas personagens são comuns, mas mostradas em quadros diferentes, tal como os nomes das aldeias que ainda hoje existem (Quilho, Eirigo, Vila Boa, Falgaroso, etc.). Em cada conto há a personagem principal, de quem TF ouviu falar aos seus antepassados, ou que com eles privou: “[...] essas noites passadas ao borralho e, sobretudo essas andanças pela serra, visitando catraias e aldeias, [...] foi ouvindo carvoeiros, boieiros e pastores que me surgiu a ideia de passar ao papel as suas narrações [...]” (Fonseca, 1957, p. 10).

3.2. ‘Lobo Branco’, *Porta de Minerva e Bandeira Preta*, de Branquinho da Fonseca

António Madeira [Branquinho da Fonseca] dá-nos nele [O Lobo Branco], e profundamente, o seu povo da serra. Bons retratos e paisagens magnificamente coloridas enchem a acção [...]

J.N., 1938

“Bons retratos e paisagens” e o “seu povo da serra”, presentes quer no conto ‘O Lobo Branco’ inserido na coletânea *Caminhos Magnéticos* (1938), dedicado a Maria Manuel, sua mulher, quer no único romance do escritor, a *Porta de Minerva* (1947), bem como alguns dos contos que fazem parte da *Bandeira Preta* (1956), dedicada aos filhos, Maria e Tomaz,

e ainda o *Poema do Mar e da Serra* (1943) vão servir-nos de guia na leitura ecocrítica do território.

O ‘Lobo Branco’ vai ser dedicado “Aos meus amigos Fausto José, Fernando Alves Machado e José Régio – Companheiros de batidas e andanças por matagais e píncaros do Caramulo” (Fonseca, 2010b, p. 82). Caramulo este a ser retratado pelo estudante António Roque, filho do patrão, que vai passar férias à aldeia da sua infância para se regenerar da vida da cidade. Chega numa noite de janeiro, fria, acompanhado pela queda de neve.

É também em férias que a personagem principal da *Porta de Minerva*, Bernardo Cabral, estudante de Direito em Coimbra, ao regressar ao espaço e tempo da infância, à sua aldeia de origem, nos introduz na leitura desta zona serrana. Com efeito, “da janela do comboio em que regressava a casa dos pais, onde ia passar as férias do Natal, Bernardo olhava, com íntima alegria, os montes cobertos de pinhais e os nevados píncaros da serra que dava a grandeza à paisagem” (Fonseca, 2010d, p. 233). Segundo Ferreira (2004, p. 126), “A paisagem avistada da janela do comboio antecipa os lugares de revitalização física, psíquica e anímica”.

Bandeira Preta é um conjunto de contos onde podemos acompanhar a infância/ juventude e início da idade adulta, lúdica e naturalmente transgressora, dos amigos Pedro e Chinca e a sua relação com o ambiente serrano.

Nestas obras, a par da descrição detalhada da paisagem caramuleira, do retrato pormenorizado das habitações, das diversas profissões, temos a fauna e a flora, a gastronomia, bem como uma indicação rigorosa dos lugares onde deambulam as personagens: Laceiras, Vale de Orjo, Mosteirinho, garganta dos Sanchinhos, Vales do Covo, Remígio, Chão de Calvos, Vale do Carneiro, Paredes, Carvalhal e Cabeço do Lebrão.

4. A paisagem humana e o património edificado

O ambiente rural é fulcral para o entendimento destas obras, necessário para que o leitor sinta as vivências das personagens no trabalho do campo, sofridas e castigadas pelas agruras da vida.

Águas Boas tem poucos habitantes, de tal forma que todos se conhecem e sabem a vida de cada um. Em algumas ocasiões unem-se, quer no trabalho do campo, quer aos domingos, onde se encontram depois da missa e indo até à “[...] Ribeira dos Moinhos onde à sombra dos carvalhos passavam horas esquecidas conversando ou bailando com as suas namoradas”. (Fonseca, 1972, p. 14). Um lugar de vivência, de memória, que faz parte

da vida do autor e que, ainda hoje, pode ser percorrido apesar dos moinhos em ruínas, projetando o leitor para lugares bucólicos e de trabalho árduo.

As estações do ano são os grandes marcos na vida da gente da lavoura: “[...] começaram as lavras e o desfazer das montureiras. Semearam-se os milhos em Abril, em Maio cortaram-se as cevadas, enregaram-se as sachas; mas a grande faina foi em Junho, com a apanha do linho, a ceifa do trigo e do centeio, o arranque da milhã [...]” (Fonseca, 1972, p. 27)

A obra *Agiológico rústico. Santos da minha terra* soma dez figuras singelas, homens e mulheres da sua terra que sobressaíram pelas virtudes. No conto “Agostinho, o mata-lobos”, TF afirma que o conheceu quando tinha sete ou oito anos, descrevendo-o como “[...] rijo como os troncos que medravam e medram ainda nas vertentes da serra, juntos aos casais onde nascemos e ele morou toda a vida” (Fonseca, 1957, p. 41). Nesta obra destacam-se as lides do campo, quotidiano laborioso, íntegro e solidário dos camponeses.

Numa sociedade marcadamente rural, maioritariamente pobre, onde os povoados são constituídos por “pedregosas ruelas” (Fonseca, 2010b, p. 426), encontramos, nas obras de BF, três tipologias de habitações que, no fundo, correspondem aos estratos sociais existentes. A casa da personagem principal corresponde sempre à casa ‘fidalga’ com alpendre, ao qual se acedia por escadas de granito. É a casa da infância onde os “móveis antigos de boas madeiras enceradas, o asseio irrepreensível e o bom gosto em todos os pormenores faziam um ambiente acolhedor e sereno” (p. 235). Existe sempre uma lareira na sala de jantar e uma ampla cozinha “ao estilo das velhas casas [...] com a grande chaminé negra da fogueira que arde na pedra do chão.” (Fonseca, 2010b, p. 413) A fogueira assume a centralidade da cozinha, quer para a confeção de refeições para gentes e animais, pois aí se encontram “grandes panelões de ferro, assentes em seus três pés [...] a ferverem a comida dos porcos” (p. 414), e “dá gosto a gente chegar-se aqui à fogueira que ferve o caldo” (2010a, p. 207) quer como espaço de sociabilidade, “em volta, um escabelo e mochos de cortiça, onde se senta a criadagem” (Fonseca, 2010b, p. 413) e onde se desenrolam histórias verídicas e/ou fantasiosas que ajudam a passar o serão.” – O menino quer freiras? [...] E a velhota, com um punhado de milho na mão limpou da cinza o granito quente e atirou para a pedra requeimada os grãos que iam abrir em flor branca” (2010a, p. 207), para serem oferecidas ao filho do patrão. Este, de ouvidos atentos às histórias de coragem, ora real ora fantasiada, contadas por quem presumivelmente as protagonizou, deliciava-se com as pipocas.

A casa agrícola de lavoura é pertença dos agricultores mais abastados. Por exemplo, nas Laceiras, onde só há oito fogos, o Ti Januário possui “uma boa casa de lavoura, bela manada de vacas malhadas e grandes rebanhos de ovelhas” (Fonseca, 2010b, p. 417). Aqui vivem as três gerações, avós, pais e filhos, mais “nove criados e criadas que já fazem parte da família” (p. 417). A mesa comprida está coberta por “toalha de branca estopa de linho” (p. 417) e “mal alumiada por dois candeeiros de azeite, de três bicos, em metal amarelo” (p. 417).

O terceiro tipo de habitação são os “casinhotos de pedra preta, que são currais para gente, ovelhas, bois e porcos” (Fonseca, 2010b, p. 426) e onde reside, em condições miseráveis, “a pobre gente primitiva” (p. 432), os trabalhadores por conta de outrem, para quem “o trabalho é duro e os ganhos são poucos” (p. 83). Normalmente, é nestas casas que vivem, quando jovens, os companheiros de aventuras e, mais velhos, os parceiros de caçadas da personagem principal durante as férias que passa na aldeia. “Ao longe, duma casita na encosta, subia um fio branco de fumo... [...]”, fumo que servia para aquecer e para cozinhar, alimentando, parcamente, muitas bocas famintas. A fome, se bem que envergonhadamente disfarçada, abunda. Vejamos o diálogo de Chinca com Pedro em *Bandeira Preta*:

Raposas, lobos, toirões, só quando não posso é que não lhes dou a paga.

– Andam de noite

– E de dia.

– Têm fome.

– Também eu.

– Tu?...

(p. 101)

Chinca passa dificuldades, apesar da proverbial solidariedade de província. Por exemplo, veste os fatos que o amigo já não usa, mas não quer trabalhar na quinta dos pais do Pedro, visto que perderia a sua condição de companheiro para se tornar subalterno e “miséria por miséria, antes moço de moleiro e caçador furtivo” (p. 102). A pobreza não hipoteca a dignidade, essa sim, a única riqueza a ser escrupulosamente preservada.

5. A relação do ser humano com o ambiente

Aldeia entre pinhais é um ninho abrigado, onde o
frio não morde, nem o vento destrói a novidade.

Fonseca, 2016, p. 65

Serra negra, que onde não é pedra é urze e tojo...
Tem pouca roupa como os pobres...
E no Verão vêm os sóis queimar-lhe as costas,
no Inverno, as pedras, que são os ossos,
estalam do gelo e o vento canta a moliana.

Fonseca, 2010a, p. 207

A ficção apresenta-nos os contrastes inerentes à paisagem de montanha: a serra e o vale, refletindo as transformações do território pela ação modeladora das comunidades, cuja base da economia assenta, desde tempos imemoriais, em práticas agropastoris.

Nas terras de aluvião, onde se localizam as povoações, a paisagem é luxuriante: bosques, matagais e florestas de espécies autóctones – castanheiros, carvalhos, amieiras, aveleiras, choupos, freixos, sabugueiros, medronheiros que em novembro se carregam de frutos, zambujeiros, loureiros, azinheiras e ciprestes. Os “cordões de videiras [que] subiam nas testadas” (Fonseca, 1972, p. 14), os olivais, milheirais, hortas e trigais, são as espécies de cultivo que assumem maior expressão nas obras em estudo e que ainda hoje podemos observar.

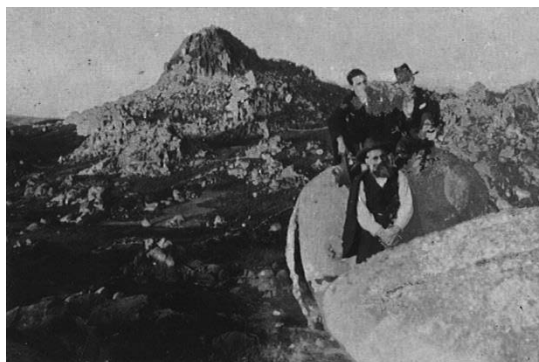


Fig. 1 – Branquinho da
Fonseca com um amigo e o
pai, Tomás da Fonseca, na
Serra do Caramulo

Fonte: B.F – 1928 – AHMC

Contrastando com os campos férteis e verdejantes, a ‘serra negra’ tem “pouca roupa como os pobres [...] e o vento canta a moliana” (Fonseca, 2010a, p. 207), zangado, enfurecido, como que a repreender-nos. Ao animizar o vento, a autor revela o clima rigoroso da serra e salienta a valentia dos residentes. Com invernos gélidos, ventosos e verões castigadores, apenas a urze e o tojo sobrevivem na companhia agreste dos granitos, xistos e quartzitos. TF, o “precursor da floresta” (Costa, 2017, p. 3), constata esta desolação ao “percorrer montanhas quase despidas de arvoredo [...] nenhum casal, nenhum lameiro, nenhum trecho de floresta” (TF, 2016, p. 42). Ativista militante, “olhava a floresta como a matriz a desenvolver para a melhoria das condições socioeconômicas dos habitantes da Serra que tão bem conhecia” (Sousa, 2016, p. 11) promovendo obstinadamente a sua re-florestação. Se bem que esta preocupação não seja tão notória na ficção, vale a pena atentarmos na publicação *O Pinheiro – Palestra aos seus vizinhos da Montanha na Primavera de 1913* (2016, p. 10) em que apela ao plantio do penisco – semente de pinheiro –, contribuindo para transformar os montes escalvados em maciços florestais.

Acreditando na ação transformadora do humano, explica detalhadamente a necessidade de plantar árvores “de raiz forte e corpo de abundante folhagem” (p. 68), nomeadamente o pinheiro, visto que “modifica o clima, atrai a chuva, regulariza as correntes fluviais, avigora as nascentes e reveste com mantas que os detritos e o vegetal rasteiro vão tecendo, todo o espaço em que lançou raízes” (p. 71), melhorando consideravelmente a vida da população que dependia exclusivamente do que a terra dá. Ainda hoje as encostas que circundam a bacia de Mortágua estão, apesar dos incêndios, cobertas de pinhal, sendo este uma fonte importante de riqueza.

Na ficção de BF, a montanha, com os seus recursos únicos, funciona como o espaço uterino que acolhe as personagens principais. É em férias no meio rural que os protagonistas, geralmente filhos dos patrões, atingem a serenidade e a paz, fruto da simplicidade e pureza da vida em comunhão com a natureza. A “vilória serrana” (p. 203) aparece sempre associada à força revitalizadora de “paisagem de montes e pinhais” (2010d, p. 201), da “[...] paisagem imensa de pinheiros, florestas de léguas, em ondulações que se iam aplanando esfumadas na distância, num tom sempre verde – preto.” (Fonseca, 2010b, pp. 420-421), que deslumbram incessantemente os protagonistas dos contos. É, com efeito, na floresta, onde o “sol é maravilhoso”, p. 431), que o protagonista se reencontra, visto que “o seu ambiente próprio seria a floresta silenciosa e serena, de raízes na terra e braços

no céu. Aí, o sentido das coisas despe-se das roupas transitórias e o homem sente o contacto com a eternidade esquecida. Tudo se simplifica e nessa simplificação ganha verdade e força.” (Fonseca, 2010d, p. 427). Existe uma permanente associação da serenidade e paz à aldeia, à natureza que se espraia muito para além da área agricultável, bem como o regresso ao aconchego familiar.

5.1 A água: fonte de riqueza

As águas abundantes do rio Cruz, das ribeiras de Fraga, de Mortágua e da Marmeleira deslizam entre várias espécies verdejantes, matizam a cor da paisagem e são a condição de sobrevivência das gentes rurais do Caramulo. O regadio possibilita a cultura de cereais, leguminosas, pastagens e vinhas mediante abundante mão de obra e trabalho persistente. No mês de maio “desde o romper do dia que, nas ínsuas e nas hortas, formigavam ceifeiras, estrumadores, semeadores, lavradores e sachadores que enchiam de vozes todo o vale” (Fonseca, 1972, p. 150).

A água é indispensável para mover os moinhos de rodízio: “A levada ia cheia, e o moinho rom, rom, rom.... [...]” (Fonseca, 1972, p. 18) moe o milho e o trigo, que são uma ajuda essencial para a vida das pessoas da região: “[...] moinhos que, noite e dia, farinavam, não só para consumo da sua casa, como também para os vizinhos e povoações mais próximas, a que faltavam nascentes como as que abasteciam Águas Boas. Abundantes e finas; e daí o nome que deram ao povoado, assente na margem do ribeiro que lhe fertilizava o campo” (p. 149). A água da ribeira “saí pela caleira, a espadanar com fúria nas pás da grande roda do lagar” que, no inverno, transforma a azeitona (Fonseca, 2010b,) e onde se come a “bacalhoadada a fumar e a nadar em azeite novo” (p. 420).

Paradoxalmente, a água também pode ser inimiga, provocando estragos quando jorrada abundantemente pelas chuvas “[...] quando o Leão e a Serra da Galinha rolaram as águas e as areias pelas lombas despidas que a enchente subiu, barrenta e temerosa. Porque não houve folha de árvore, rodelo de carqueja, medronheiro copado ou murtinheira verde que sustivesse uma gota, quanto bem as cataratas que as nuvens rotas despejavam”. (Fonseca, 1972, p. 44)

As populações expostas às intempéries da montanha defendem-se com coragem e unem-se para reparar as represas, “[...] o conserto das represas, destruídas pelas enxurradas. A esta era obrigada a comparência de todos [...]”. (p. 27)

5.2 O fogo devastador

O combate a um ‘inimigo’ dos dias de hoje, o fogo, está bem expresso nas obras que nos têm acompanhado: “nesse tempo, desde a Ribeira do Arinto ao Monte Agudo, até fechar nas depressões do Criz, poucos anos havia que o labirinto de montes e de vales que ficam dentro desse vasto perímetro não fosse lambido pelos fogos.” (Fonseca, 1972, p. 39). O fogo consome a floresta e tira vidas, destruindo quem se poste à sua frente. Lançado pela mão dos homens “monstro que, sorrateiramente, descera ao valeiro solitário, riscara o fósforo e aticara a laborinha seca, naquela noite de ventania brava...” (p. 44). De todas as casas saía gente para acudir ao fogo e “Era nas Fontainhas ou da Infesta que eles rebentavam quase sempre, por serem vales escondidos, onde a noite põe medo, mas de retirada fácil para o incendiário” (p. 39).

O dia-a-dia destas gentes simples que, de rendimento, apenas tinha as suas terras, ficava drasticamente abalado por esta calamidade: “[...] era tudo o que encontrava na passagem: pinheirais, olivedos, soutos... [...] por toda a encosta dos Sanchinhos, donde os casais mais próximos retiravam a lenha para o forno, a estaca para a vinha e colhiam o medronho para a destilação [...] foram também os apiários, chegando a correr mel ladeira abaixo, até ao rio”. (Fonseca, 1972, p. 40)



Fig. 2 – Incêndio – Desenho de Branquinho da Fonseca para ‘O Lobo Branco’

Fonte: Herdeiros de B.F.

O incêndio que vinha “pela serra abaixo” (Fonseca, 2010b, p. 423) é igualmente descrito no conto ‘O Lobo Branco’ como um inimigo, um “quadro infernal” (p. 425) que une todos os habitantes das aldeias no seu combate. António Roque lidera as diligências indispensáveis para combater o fogo que “galgava como rastilho, a roncar e a estalar” (p. 424). “Com a sua voz calma e firme deu ordens. Num ápice juntou-se toda a gente da aldeia” (p. 423). Os aldeões “Caminhavam esforçados, mas sem correr, com as enxadas e os machados ao ombro, como lanças. Não se ouvia palavra” (p. 423). Juntam-se os habitantes de Paredes, do Carvalhal e de todas as povoações próximas, abrem-se aceiros “num desafio ao fogo que roncava no fundo do vale” (p. 424). O fogo não dava tréguas, “saltava tudo [...] punha o dossel das copas a desfazer-se numa chuva de brasas” (p. 425). Tal como hoje, a população não desiste, “lutando sempre” (p. 425), ultrapassando o limite das próprias forças e dos poucos meios de combate, compensado pelo sucesso das estratégias utilizadas, visto que “se não tinham rapado as nesgas de mato estavam perdidos” (p. 425). A vitória, de uma noite que não deu descanso, transformava-os em heróis passageiros, e “ali ficaram até que no horizonte espregueitou o Sol e lhes deu sombras de gigantes.” (p. 425)

5.3. O lobo e as cabras

As florestas, bosques e matagais eram habitados e dominados pelo lobo, que atacava os rebanhos. Nas obras em análise é referida a violência destes animais, os enormes prejuízos que causavam às gentes da serra e como interferiam no imaginário das personagens. “Cada arbusto lhe figurava um bicho mau e cada tronco um abantesma, pronta a saltar e devorá-la”. (Fonseca, 1972, p. 17)

Os cães, tal como hoje, são os grandes protetores dos rebanhos: “junto dela, igualmente vigilantes, o Leão e o Mondego não largavam de vista as reses tresmalhadas, não fosse o lobo arrebatá-las.” (Fonseca, 1972, p. 34). Sempre atentos ao menor sinal e preparados para o ataque imediato: “subitamente, o Leão ergue a cabeça, guia a orelha e, [...] fixa um ponto da brenha onde os arbustos se movem, [...] eis que dois lobos corpulentos saltam sobre o rebanho [...] enquanto os cães [...] se precipitam, arremetendo contra as feras [...] já uma delas tinha degolado um chibo e a outra voltava ao matagal, levando na fateixa um dos cordeirinhos daquele ano.” (p. 34).

Lobos e raposas, ao investir sobre os rebanhos e pastores, perturbam o quotidiano das aldeias da serra, favorecendo a argúcia dos caçadores. Os animais ameaçadores eram caçados através do sistema de batidas, feitas de vale em vale, de serra em serra. Mais tarde, sendo TF já um ‘homenzinho’,

como refere, há uma verdadeira guerra entre o humano e os lobos, talvez porque andassem esfomeados pela falta de caça. Estes, amedrontados e desesperados, deixaram de organizar batidas e optaram por usar estricnina: “[...] varreu as feras de tal modo que nunca mais, tanto em volta da aldeia, como lá em cima, nas gargantas da serra, sentimos os seus uivos, nem ouvimos falar nessas matanças [...]” (Fonseca, 1957, p. 59)

“Agostinho, o mata-lobos” abateu o primeiro lobo quando tinha 30 anos: “[...] atravessava eu a serra das Penedas, quando me pareceu ouvir um uivo que logo me pôs como um ouriço, – a grenha toda em pé [...]” (Fonseca, 1957, p. 43). Neste conto cheio de aventuras para as crianças que os ouviam, há uma crueldade para com os lobos que é, naquela época, absolutamente natural porque atacavam os seus haveres, a subsistência das gentes da serra: “[...] uf! Lançou-se para mim, beijana arreganhada e olhar em fogo. Não conseguindo evitar a forquilha, foi atingido num quadril, onde um dos dentes se enterrou, derreando-o”. (p. 47).

Na escrita de BF a preocupação com os lobos, os estragos que fazem na agricultura e o perigo para os habitantes está também muito presente: “os lobos lá andam [na serra], a esta hora batedores de ladeiras, até se desenganarem e descerem aos povoados onde agucem o dente” (Fonseca, 2010a, p. 207). Era esse medo, e o perigo iminente, justificação para que no ‘Lobo Branco’, António Roque organize uma caçada, quer com pessoas da aldeia das Ladeiras, quer com gente dos arredores: “só caçadores de fora do concelho vêm mais de cinquenta” (Fonseca, 2010b, p. 419), aos quais se juntam vinte batedores “de varapau [...] a bater desde os vales do Covo e do Mosteirinho” (p. 426). Tudo era organizado ao ínfimo pormenor, nada podia falhar.

Outro inimigo, responsável pela profunda alteração do coberto vegetal, é a cabra, o “bicho mau que tem causado a ruína da serra e a miséria do povo” (TF, 2016, p. 51), insistindo, porém, as mulheres em manterem a sua criação. Com efeito, de “goela insaciável” (p. 57) as cabras são as responsáveis pela aridez da serra, “onde não é pedra é urze e tojo” (Fonseca, 2010a, p. 207). Devoram tudo o que se esforça por vingar, sobretudo as pequenas árvores recém-plantadas, “podendo num só dia destruir milhares e milhares de rebentos novos, reduzindo assim os bosques em formação a ruínas vegetais que a ninguém aproveita” (TF, 2016, p. 57). A vegetação só cresce se se controlar o “dente do caprino maldito” (p. 43) e essa é quase uma exigência feita por TF na pedagógica lição acima referida.

O mundo rural, nomeadamente nas áreas de montanha, tem vindo a ser profundamente alterado pelo abandono das práticas agrícolas, da explora-

ção florestal e da pastorícia, tornando-se progressivamente mais vulnerável. Passado um século incentiva-se a caprinicultura... As cabras ‘sapadoras’, com o ‘dentinho afiado’ são fundamentais para reduzir o material combustível, minimizar a ameaça dos incêndios e contribuir para uma economia sustentável.

6. Considerações finais

O vínculo entre natureza e ação humana está bem patente nas obras analisadas, resultado da vivência dos dois autores. O discurso ficcional espelha, de forma realista, o quotidiano das gentes da serra do Caramulo na sua interação com a natureza. Esta interação, de mútua dependência, está frequentemente ancorada num equilíbrio instável. As questões colocadas, por vezes negligenciadas pelos habitantes, porque não estão conscientes da sua gravidade e das suas implicações devastadoras, são, ainda hoje, da maior atualidade. A Biblioteca Municipal de Mortágua organizou anualmente, entre 2016 e 2019, no concelho de Mortágua, os ‘Passeios literários Tomás da Fonseca’, apenas interrompidos pela pandemia Covid19, onde alertava, partindo das obras do escritor, para as questões ambientais e a preservação da natureza. O aumento das áreas desflorestadas, os incêndios, as enxurradas e as consequências nefastas que daí advêm, constituem um dos enormes desafios ambientais do séc. XXI.

Referências bibliográficas

- COSTA, M. (2017, março 10) “O Precursor da Floresta” in *Homenagem a Tomás da Fonseca*, p. 3, Arganil, Editorial Moura Pinto.
- FERREIRA, A. (2004). *Arte Maior: os contos de Branquinho da Fonseca*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FONSECA, A. J. B. da. (2010 [1956]a). ‘Bandeira Preta’. In A. Ferreira (eds.), *Obras Completas III*, pp. 135 – 257, Lisboa: INCM.
- FONSECA, A. J. B. da. (2010 [1938]b). ‘O Lobo Branco’ – Caminhos Magnéticos. In A. Ferreira (eds.), *Obras Completas I*, pp. 411-436, Lisboa: INCM.
- FONSECA, A. J. B. da. (2010 [1943]c). ‘Poema do Mar e da Serra’ – *Vento de Longe*. In A. Ferreira (eds.), *Obras Completas I*, pp. 204-205, Lisboa: INCM.
- FONSECA, A. J. B. da. (2010 [1947]d). *Porta de Minerva*. In A. Ferreira (eds.), *Obras Completas II*, pp. 195-447, Lisboa: INCM.
- FONSECA, Tomás da (1957). *Agiológio rústico. Santos da minha terra*. Lisboa: edição do autor.
- FONSECA, Tomás da (1972 [1951]). *Filha de Labão*. Lisboa: Europa-América.
- FONSECA, Tomás da (2016 [1949]). *O Pinheiro. Episódio da florestação de Mortágua – 1913*. Viseu: Quartzô Editora.
- MENDES, Maria do Carmo Cardoso (2021). Verdes letras, in *Colóquio Letras*, n.º 207, Maio/ Agosto, pp. 22-37
- N, J. (1938, 21 maio). Caminhos Magnéticos. *Gazeta de Coimbra* v.
- REGO, Raul. (2017, março 10) “Só a verdade nos liberta” in *Homenagem Tomás da Fonseca*, p. 4, Arganil, Editorial Moura Pinto.
- SOUSA, J. Paulo Gaspar de Almeida (2016). ‘Nota introdutória a esta edição’, In *O Pinheiro. Episódio da florestação de Mortágua – 1913*. Viseu: Quartzô Editora, p. 9 a 23.

Site consultado:

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cascais

<http://www.cm-cascais.pt/area/arquivo-historico-municipal> (consultado março 2021)

CAPÍTULO 12



Fotos: Ana Cristina Carvalho



Resumo

A Beira de Vergílio Ferreira: Homenagem a Helder Godinho

Estas páginas procuram quer salientar a Geografia física presente em três romances de Vergílio Ferreira, quer apontar o Imaginário subjacente a esses espaços, esboçando a Imagem do Mundo em que algumas personagens se movem. Para este propósito usam-se os conceitos de Imaginário 3 e de mitoestilo registados por Helder Godinho em vários trabalhos dedicados ao romancista em análise.

Mas, acima de tudo, este breve ensaio visa celebrar o privilégio que foi poder usufruir de vários anos de seminários do grupo de Estudos Interdisciplinares sobre o Imaginário (EISI) que Helder Godinho promoveu e dirigiu e onde sempre procurou que os participantes se tornassem espíritos indagadores e desassossegados quanto a ideias feitas.

Palavras-chave: *Estrela Polar. Para Sempre. Cartas a Sandra.* Imaginário. Filosofia. Geografia.

Abstract

Vergílio Ferreira's Beira: A tribute to Helder Godinho

These pages seek either to highlight the physical geography present in three Vergílio Ferreira novels, or to point out the imagery underlying these spaces, outlining the Image of the World in which some characters move. For this purpose, the concepts of Imaginary 3 and “mitoestilo” (myth-style) recorded by Helder Godinho in several works dedicated to the novelist under analysis are used.

But, above all, this brief essay aims to celebrate the privilege of being able to enjoy several years of seminars by the group of Interdisciplinary Studies on the Imaginary (EISI) that Helder Godinho directed and where he always sought to make the participants become inquisitive and restless spirits about made ideas.

Keywords: *Estrela Polar. Para Sempre. Cartas a Sandra.* Imaginary. Philosophy. Geography.

A BEIRA DE VERGÍLIO FERREIRA: HOMENAGEM A HELDER GODINHO

Margarida Santos ALPALHÃO

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), NOVA FCSH
msalpalhao@gmail.com

1. “Ao princípio” ...

Tudo o que é grande tem o lado que se conhece e o
lado misterioso que jamais poderemos conhecer
para poder ser grande.

Ferreira, 1984, p. 119

O que é grande, incluindo o amor,
acontece no eterno.

Godinho, 2017, p. 61

Pretende-se, nestas páginas, levar a cabo um exercício, em certa medida, paradoxal: falar de parte da Geografia física de um autor cuja obra é reconhecida e repetidamente situada no mapa do simbólico e do Imaginário. Como se tal desafio não fosse bastante, juntou-se ao presente texto intento celebrativo. Com efeito, um dos primeiros objetivos destas linhas é deixar rasto do imenso privilégio que foi ter convivido intelectualmente com Helder Godinho, o Mestre e o especialista da obra vergiliana, quase desde sempre (pelo menos, desde 1965¹). E não o foi apenas da obra de Vergílio Ferreira.

Um outro intuito pode parecer ainda mais ambicioso porquanto pretende apresentar, ao leitor interessado, uma visão dirigida do espaço beirão

presente na obra de Vergílio Ferreira. Eis algo que exige capacidades e meios que provavelmente não se podem cingir a algumas páginas de texto. Considero por isso esta reflexão como os primeiros passos no olhar de perto as Beiras na obra de Vergílio Ferreira.

Seguidamente, é necessário anotar uma impressão que desde logo se me impôs: a de que a expressão que intitula o volume (*As Beiras*) invoca uma tradição histórico-geográfica e cultural quase bicentenária, época durante a qual o mapa de Portugal apresentava duas Beiras: Alta e Baixa, a divisão que se seguiu às Lutas Liberais. Mapa esse que depois incluiu também uma terceira: a Beira Litoral (aquando da reforma administrativa de 1936). Esta tradição deu lugar à divisão territorial em distritos a partir de 1976. Foi, e é, no entanto, aquela menção provincial que serve ainda hoje, muitas vezes, aos portugueses, designadamente os menos jovens, para denominar a sua naturalidade: sou beirão, ou ribatejano, ou alentejano, ou açoriano, ou algarvio, etc.. Frequentemente é deste modo que alguns de nós ainda nos identificamos. Era esta Beira tripartida que vigorava oficialmente quando Vergílio Ferreira escreveu boa parte da sua obra. Empiricamente, diria que a distinção parece fazer-se mais entre litoral e interior que entre Beira Alta e Beira Baixa. Mas Beira e Beiras não desapareceram, como bem comprova este volume. De resto, apesar de muitos guias mais modernos e mais atuais, ainda se encontra o *Guia de Portugal* (1924-1969), editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que se estrutura de acordo com aquela tradição, dedicando o II tomo do 3.º volume às Beiras Alta e Baixa². Não deixa de ser interessante verificar, além do mais, que alguns documentos oficiais ainda hoje assim designam o território, como acontece com a nomenclatura estatística: Unidade Territorial Para Fins Estatísticos – NUTs³.

Posto isto, e concretizando um pouco mais o propósito acima enunciado, tanto quanto creio saber, o intuito orientador da coleção de que este volume é parte, consiste em convocar o texto naquilo que ele tem de mais individual e paradigmático, não tanto do ponto de vista estritamente literário, mas mais do ponto de observação do reconhecível na tradição regional individualizadora. Procura-se, portanto, alguma identidade de origem atestada. Estas características não são sempre imediatamente identificáveis no texto literário, ou ainda não foram suficientemente abordadas em certos autores, mas temos já alguns exemplos que vão abrindo novos trilhos e permitindo uma ou outra abordagem nesta senda – a alimentação será porventura o exemplo mais imediatamente (re)conhecido⁴.

2. Desenhando o mapa. Uma identidade de origem atestada

Vergílio Ferreira era beirão: oriundo da Beira Alta, da aldeia de Melo, concelho de Gouveia, distrito da Guarda. A sua própria origem geográfica consubstancia um rasto em toda a sua obra e perdura vinicamente na sua ficção.

Ao procurar fazer uma análise do espaço em que se movem as personagens de Vergílio Ferreira, parece necessário considerarem-se dois níveis de análise: um mais ao nível da superfície; outro de natureza mais simbólica, indício do Imaginário pessoal do autor⁵. No nível mais superficial devemos considerar o espaço geográfico e observável a olho nu; o segundo nível encerra outra complexidade e exige algum conhecimento por parte do leitor.

Diria que a Geografia física permite aos vários narradores de Vergílio Ferreira aproveitarem as vivências do autor (o que, não raro, é confirmável através da *Conta-Corrente*, ou dos demais textos diarísticos, bem como do material de preparação dos romances – de acordo com o que Helder Godinho (2007), e os outros investigadores do espólio doado à Biblioteca Nacional têm revelado⁶. Há momentos em que a própria narrativa remete para espaços que facilmente se localizam no mapa de Portugal, ou no de uma determinada cidade, sobretudo se o leitor conhecer a biografia do autor – o que permite fazer a sobreposição da vida e da obra.

Em *Para Sempre*, quando Paulo refere o «Largo da Sé Nova» e a «Baixa» (Ferreira, 1984, p. 172), ou mesmo a «missa na Misericórdia» (p. 170), ou ainda o «jardim da Universidade» (p. 177), rapidamente o leitor transfere a imagem mental destes locais para o mapa da cidade de Coimbra, mais a mais sabendo que foi lá que o autor se licenciou. E em *Cartas a Sandra* acontece o mesmo quando Xana menciona o «pátio da Universidade» (Ferreira, 2010, p. 16), ou «a Igreja de Santa Cruz», ou ainda a «Quinta das Lágrimas» e a «Rua da Sofia» (p. 16). Já em *Estrela Polar* será o «Castelo» (Ferreira, 1992, pp. 34, 126, 152), a «estrada do Sanatório» (p. 125), a «rua da Torre» (pp. 89, 126), a rua do Comércio (pp. 162, 181), ou a «Praça» que surgem amiúde no texto (pp. 34, 89, 129), e que nos permitem deambular através de uma Penalva ficcional que coincide com a Guarda vivencial – Vergílio Ferreira concluiu ali os estudos liceais.

Nos três romances mencionados, encontramos os polos distintos de espaços, considerados paradigmáticos na obra de Vergílio Ferreira, que ligamos sem dificuldade à biografia do autor: a cidade e a aldeia. Estes são, de resto, os espaços de Vergílio Ferreira por excelência. Vários foram os estudiosos que o mencionaram desde António Rodrigues Paiva

(1984) a Gavilanes Laso (1989), de António da Silva Gordo (1995) a Filho e Barbosa (2016) e Helder Godinho, o grande especialista da obra vergiliana.

Enquanto a imagem ficcional da cidade resulta, por vezes, da síntese das várias cidades vivenciadas por Vergílio Ferreira – note-se que a “rua Direita” e a “rua do Inverno” (Ferreira, 1992, p. 129), enumeradas em Penalva (Guarda), remetem facilmente para os mapas de Gouveia e Évora, a aldeia é sempre a “sua” aldeia – e a sua própria origem. E servindo-se amiúde de espaços conhecidos para a construção da sua narrativa⁷, Vergílio Ferreira serve-se da sua aldeia como matriz. Di-lo o próprio na sua *Conta-Corrente* 1 (1980: p. 69), em 16 de julho de 1970:

Expliquei que a «realidade» me dá pontos de apoio, pilares para a construção. Assim me não «perco» tão facilmente. As personagens têm, quando é possível, um ponto de partida nas figuras reais, são um arranjo das mesmas. Sendo «intelectuais», procuro sobretudo um apoio para o «físico», o seu «invólucro»; depois de esvaziados do que são elas, «preencho-as» com as minhas ideias e obsessões, quero dizer, construo-as por mim. E os ambientes são sobretudo aqueles que *fixei* emotivamente. Daí que particularmente me afectem os da aldeia. É-me assim impossível focar os de Lisboa, que emotivamente ainda me não diz nada. A distância, a perspectivação. À distância, o *essencial* vem ao de cima. O que está diante dos olhos não se vê. Os ambientes até hoje *fixados* para a emoção foram a aldeia, o Alentejo, o Seminário, um pouco de Coimbra, um pouco da beira-mar. Quase nada de Lisboa e radicalmente nada do estrangeiro.

Assim, não nos restam dúvidas de que Vergílio Ferreira mantém um vínculo emocional duradouro com o seu lugar natal. É também este o ponto de vista e o conceito de lugar, segundo Yi-Fu Tuan, que Ana Cristina Carvalho (2020: p. 11) enuncia no primeiro volume da coleção em que este volume se integra. A aldeia e a montanha são «lugares de origem [...] a que a arquipersonagem tem de voltar no fim da vida» (Godinho, 1985: p. 67). Já a cidade é «prisão e labirinto (Penalva)» e é «nocturna» (Ferreira, 1992: p. 133). Aliás, Penalva, em *Estrela Polar*, surge no texto adjetivada por «morta» (p. 24), «abandonada» (p. 37), «triste» (p. 67) e «pequena» (p. 115). Em *Para Sempre*, Penalva é sinónimo de juventude e recordação (Ferreira, 1984: p. 170) e a cidade, espaço da narrativa por excelência, é «Soeira, Cidade da Luz, ó cidade da ilusão, legenda da juventude, terra natal do excesso de mim.» (p. 119). Percebemos, no entanto, que esta Soeira se apresenta no mapa como Coimbra, cidade onde a Biografia do autor o faz conhecer Maria

Madalena Santos, ou Sandra (nome ficcional e personagem de *Para Sempre* e também de *Cartas a Sandra*). Mas nem uma, nem outra das duas cidades constitui o espaço de maturação da personagem masculina, Adalberto ou Paulo. A cidade é o lugar «onde o céu não existe» (Ferreira, 2010: p. 30).

Em *Estrela Polar* e *Para Sempre*, porém, a beira-mar é espaço de outra natureza. E no segundo destes dois romances encontramos «Oliveira, que é uma cidade próxima, à beira-mar» (Ferreira, 1984: p. 208) (Beira Litoral?). A praia é espaço de «alegria» e o mar é o espaço, e o elemento, em que Paulo e Sandra nascem «das águas como num mito da criação» (p. 214). No conjunto das emoções vivenciadas, a beira-mar revela-se um lugar de felicidade.

A aldeia em Vergílio Ferreira é mais aguarelada que pintada, ou fotografada. Conseguimos, no entanto, identificar a casa típica beirã de «lojas, dois pisos» (Ferreira, 1984: p. 15). «Ao longe, desdobrada a todo o horizonte, densa, a montanha» e «o infinito da montanha, são três fiadas de montes, a última dissipa-se em ténue neblina, quase da matéria do céu» (pp. 35 e 179). E a casa é descrita segundo o «amontoado confuso da memória» (p. 80). Da janela, qual moldura de quadro, pode observar-se a aldeia (pp. 81 e 176):

As oliveiras descem o declive, vinhedos, pomares, a ribeira ao fundo. [...] o muro de um quintal, é feito de pedras negras dos séculos, plantas silvestres irrompem nos interstícios, do outro lado os milhoes ainda verdes, uma terra de oliveiras escuras [...] e couves, a terra já arenosa, devem ter tirado já as batatas novas, [...] as encostas dos montes, matas escuras, em baixo ainda alguns castanheiros, terras secas de restolho, há um caminho que irrompe cá de baixo, serpenteia pelo monte acima até ao impossível, uma casa em equilíbrio num pico isolado [...].

Esta poderia ser uma aldeia imaginada, ou uma qualquer aldeia das Beiras. A visita prossegue ao sabor das memórias, convocadas por cada objeto, cada divisão da casa. Como o «chapéu de palha de Sandra» (Ferreira, 1984: p. 22). É uma aldeia nascida da individualidade, da intimidade e das emoções do narrador-autor, que poderia ser apenas fruto da imaginação. A aldeia beirã de Vergílio Ferreira surge difusa, qual casais semeados pela serra, observados de longe. O relevo montanhoso e as espécies cultivadas não são muito diversos entre aglomerados vizinhos, nem o modo de vida aldeão do Portugal de inícios e meados do século XX se compaginava com a mesma diversidade que hoje já aí se encontra. As Beiras de Vergílio Ferreira situam-se geograficamente, pelo menos, entre Coimbra e Guarda.

O seu espaço fundacional e de memória é a sua aldeia natal com a sua serra de sempre. E a vida das gentes era dura e despojada: «a eletricidade veio andava eu já no liceu» (Ferreira, 1984: p. 180). Mas foi desse leque de emoções infantis e juvenis e dessa geografia natal que vieram a nascer os lugares desenhados pela escrita vergiliana.

3. A Imagem do Mundo. A tessitura do sentido ...

Em *O Universo Imaginário de Vergílio Ferreira* (1985), Helder Godinho associa tanto a cidade como a aldeia, e com esta a montanha, ao Imaginário pessoal do escritor, ou ao seu mitoestilo. Ali identifica a constelação imagética do escritor, construindo um mundo de significâncias segundo a sua Ordem. Este modo de leitura da obra de Vergílio Ferreira será facilitado pelo convívio de ambos e pela revisitação e trabalho editorial dos seus (manu)escritos. O profundo conhecimento do homem e da obra, aliado à permanente questionação do sentido, permite a Helder Godinho identificar a leitura que, operativa e consistentemente, irá revelar, não apenas esse “universo imaginário” vergiliano, mas, partindo dele, a pertinência e a consistência do Imaginário.

A dualidade espacial acima mencionada é abordada através dos regimes diurno e noturno durandianos (Durand, 1989). Nas palavras de Helder Godinho (2003: p. 143): “o primeiro regime faz triunfar as distâncias, as cesuras, as tensões (objetos cortantes, volumes em confrontação), o segundo valoriza sobretudo as formas do redondo, do oco, etc.”. Lamentavelmente, a partida prematura de Helder Godinho não permitiu que continuasse a consistir e a aclarar os Sistemas do Imaginário, uma revisão de conceitos e de metodologia que apoiava na análise da obra de Vergílio Ferreira, que estudou detalhada e criticamente.

Ainda assim, em “Sobre a Ausência”, Helder Godinho elaborou um balanço desta revisitação que lhe permitiu concluir que «Vergílio Ferreira é um dos autores em que o jogo presença/ausência é mais visível, constante e importante” (Godinho, 2016: p. 22). O espaço, como o tempo, é um elemento constitutivo da narrativa – a organização do espaço, e a sua conquista, é função do Herói (Godinho, 1985: p. 283). Nesta mesma linha de pensamento, Helder Godinho (2013a: p. 59) também regista, em “Les pouvoir du récit”, que “raconter est ainsi, avant tout, donner une forme qui introduit une signification dans un monde qui est là”.

A construção desse sentido, a organização desse espaço, corresponde a uma Imagem do Mundo. O texto vergiliano, em certos momentos, assume-se como espaço fundacional e, com isso, revela-se também uma narrativa

sugestivamente fotográfica e cinematográfica, permitindo e fomentando aproximações e ligações a essas artes, e a outras manifestações artísticas. A obra cinematográfica de Lauro António, designadamente “Prefácio a Vergílio Ferreira” (1975), de cariz biográfico e testemunhal, é exemplo disso mesmo. Encontramos também aí uma Imagem do Mundo vivencial de Vergílio Ferreira. E a serra, bem como a aldeia.

Nos romances de que nos vimos ocupando, Adalberto e Paulo mostram-se imobilizados e, desse modo, impossibilitados de assumir a função e o estatuto do Herói. Adalberto não sabe identificar o objeto do seu amor e hesita, confundindo as gémeas Aida e Alda. Esta relação, em que Aida emerge como mediadora, foi estudada por Helder Godinho (2003: p. 144). Mas centremo-nos, nestas linhas, num outro par, que acreditamos estar mais próximo da própria vida e das vivências do escritor.

O par ficcional Paulo – Sandra parece fazer eco de uma separação espacial ontológica e fundacional: “Sandra era da cidade, gostava da capital, detestava a vida da aldeia. Lá ficou” (Ferreira, 1984: p. 9). Paulo encontra-se na aldeia, para “preparar o futuro” (p. 10). Assim começa *Para Sempre*. E este afastamento, tornado produtivo, permitirá, na triangulação que o “entre” configura, estabelecer uma ponte, encontrar um caminho e resolver, pela palavra escrita (também com *Cartas a Sandra*), a separação entre ambos, instituindo espaço para a alteridade e permitindo uma comunicação.

Este “entre” é um “instrumento estratégico” (Fintz, 2016: p. 122) definido pelo filósofo François Jullien (2012), que Mestre Helder Godinho havia referido num dos seus últimos seminários do grupo de Estudos Interdisciplinares sobre o Imaginário (EISI), o qual gostava de considerar a “Escola de Lisboa”.

Em *Para Sempre* a “cultura”, ou o *modus vivendi*, da cidade e da aldeia afastam-se, permitindo a tensão “qui fait travailler” (Jullien, 2016: p. 122). O romance é a escrita do afastamento tensional dinâmico dessas duas culturas. O leitor compreende, desde o início, que o par terá de permeio essa diferença cultural que coloca Paulo e Sandra em espaços diversos e cada um no seu espaço natural. Não tendo conquistado a cidade, Paulo não conquista a mulher. Porque a mulher e o espaço são isomorfos em várias narrativas, conforme demonstrou Helder Godinho, não apenas em Vergílio Ferreira, mas também na Literatura Medieval (Godinho, 1994). Além do mais, a morte de Sandra vai colocá-la, uma vez mais, num espaço diverso daquele que é ocupado por Paulo, que se mantém na aldeia. E Paulo registará: “em tanto lugar eu poderia lembrar-te. Mas volto sempre ao começo da irradiação de ti” (Ferreira, 2010: p. 29). O espaço (e o percurso) do

homem contrapõe-se, nestes três romances, ao espaço da mulher. Quase poderíamos dizer também que a Imagem do Mundo masculino e feminino não é a mesma nestas obras de Vergílio Ferreira, e por isso mesmo estas não são Imagens do Mundo coincidentes.

Vergílio Ferreira leva as suas personagens masculinas à sua terra de origem, porque é pelo isomorfismo da terra e da mulher que o encontro será possível. No caso do par Paulo – Sandra esse encontro dar-se-á na escrita. As cartas publicadas pela filha, Xana, afirmam-no em vários momentos. E em *Para Sempre* essa vertente demiúrgica do escritor também é assumida (Ferreira, 1984: p. 214): “Uma palavra. A primeira que em toda a minha vida me esgotou o ser. A que foi tão completa e absorvente, que tudo o mais foi um excesso na criação. Deus esgotou em mim, na minha boca, todo o prodígio do seu poder. Ao princípio era a palavra. Eu a soube. E nada mais houve depois dela.”

4. Considerações finais: “Em nome da ...” ... “Escola de Lisboa”!

Fazer um levantamento exaustivo dos lugares reais coincidentes com a geografia vergiliana permitiria afinar os caminhos de leitura que procurá-mos aqui sumariamente explicitar. Não é sempre fácil encontrar na obra de Vergílio Ferreira detalhes amplamente individualizadores da origem beirã do autor, pelo que se registam alguns indícios de um rasto a seguir.

Há já mais de uma década, Carlos Cunha trazia para o debate interdisciplinar o conceito de “imaginário geográfico”, cuja origem fez remontar à década de 1990. Este investigador registou, citando Doreen Massey: “a lot of our “geography” is in the mind” (Cunha, 2011: 12 nota 4). Este é um conceito que concorre para o nosso propósito nestas linhas. Também porque é na nossa mente que a memória e a imagem se encontram e constroem sentidos.

E a imagem é mutável, operativa e transformadora, como demonstra Jean-Jacques Wunenburger na obra *La vie des Images* (2002). Mas percebemos hoje melhor como as imagens, linguísticas ou icónicas, nos habitam devido, nomeadamente, ao desenvolvimento e divulgação dos estudos de António Damásio (2010 e 2013) e Jean-Michel Oughourlian (2013)⁸ sobre a mente humana.

É que, para além do espaço real da geografia, no ser humano instala-se e cresce um espaço, mais ou menos real e mais ou menos imaginado (até à utopia, ou mesmo à distopia), indissociável das emoções e, através delas, marcado individualmente. Assim se apresenta o espaço em Vergílio Ferreira.

E este espaço, marcado individualmente, concorre para o “universo imaginário” do autor, visto que o Imaginário «é um reservatório de imagens (como costuma ser referido, estável e conservador, ao contrário da Imaginação que está sempre disponível para novos arranjos e avanços do saber) e pôde aparecer e perdurar como mediação fundamental para as construções do real e do próprio sujeito» (Godinho, 2013b: p. 13).

Helder Godinho legou-nos um trabalho notável em método e abrangência e foi, também, sempre consistente e persistente no diálogo com a obra de Vergílio Ferreira. Conheceu-a como poucos terão possibilidade de o fazer. Por isto mesmo, consideramos incontornável a leitura da obra do romancista à luz do Imaginário 3 identificado por Helder Godinho (2016: p. 23), bem como daquilo que considerava o mitoestilo do autor (Godinho, 1982). Na partilha intelectual de que usufruímos nos seus seminários, o tempo foi-nos permitindo interiorizar que as imagens de uma narrativa são portadoras de um sentido, que é fundamental decifrar quando se pretende compreender a obra de um autor. E, através do Imaginário, tal como é possível decifrar o(s) sentido(s) da ficção, também é possível construir o sentido da vida⁹.

Até sempre, Professor!

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, A. (2017). Cem anos de Vergílio Ferreira: Uma “Aparição” que levou à “Alegria breve”. [em linha] Consultado em 20/06/2021. Disponível em <https://www.tsfp.pt/cultura/cem-anos-de-vergilio-ferreira-uma-aparicao-que-levou-a-alegria-breve-5623546.html>
- ANTÓNIO, Lauro (1975). *Prefácio a Vergílio Ferreira*. Documentário. 14 min. Prod. de Lauro António e Manuel Guimarães.
- CARVALHO, Ana Cristina e ZANCHI, Lau (coord.) (2020). *Amazónia – Reflexos do Lugar nas Literaturas Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Edições Colibri.
- CUNHA, Carlos (2011). *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia.
- DAMÁSIO, António (2010). *O Livro da Consciência. A Construção do Cérebro Consciente*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- DAMÁSIO, António (2013). *O sentimento de Si. Corpo, Emoção e Consciência*. Lisboa: Temas e Debates.
- DURAND, Gilbert (1989). *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Trad. Helder Godinho. Lisboa: Editorial Presença.
- FERREIRA, Vergílio (1984). *Para Sempre*. Lisboa: Bertrand [1.^a ed. 1983].
- FERREIRA, Vergílio (1992). *Estrela Polar*. Lisboa: Bertrand [1.^a ed. 1961].

- FERREIRA, Vergílio (2010). *Cartas a Sandra*. Lisboa: Quetzal [1.ª ed. 1996].
- FERREIRA, Vergílio (1980). *Conta Corrente 1*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- FILHO, Oziris e BARBOSA, Sidnei (orgs.) (2016). *O Espaço Literário na obra de Vergílio Ferreira*. São Paulo: Todas as Musas.
- FINTZ, C. (2016). De l'entre et de l'imaginaire. *Iris*, n.º 37: pp. 121-133. Consultado a (20/06/2021), em <https://publications-prairial.fr/iris/index.php?id=74>
- GAVILANES LASO, José Luís (1989). *Vergílio Ferreira. Espaço Simbólico e Meta-físico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GODINHO, Helder (1982). *O Mito e o Estilo. Introdução a uma Mitoestilística*. Lisboa: Editorial Presença.
- GODINHO, Helder (1984). Os parentescos simbólicos em Vergílio Ferreira. In M.ª Alzira Seixo et al. (org.), *Afecto às Letras. Homenagem da Literatura Portuguesa contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*. (pp. 230-236). Lisboa: INCM.
- GODINHO, Helder (1985). *O Universo Imaginário de Vergílio Ferreira*. Lisboa: INIC.
- GODINHO, Helder (1994). O poder e o amor na lenda do rei Rodrigo. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Vol. 1, 7: pp. 303-310. Consultado a (20/06/2021), em <https://run.unl.pt/handle/10362/6775>
- GODINHO, Helder (2003) «Imaginário e Literatura», in Alberto ARAÚJO e Fernando P. BAPTISTA (org.), *Variações sobre o imaginário* (p. 141-151). Lisboa: Instituto Piaget.
- GODINHO, Helder e TURÍBIO, Ana Isabel (2007). O Espólio de Vergílio Ferreira. *Veredas*, n.º 8: pp. 319-330. Consultado a (20/06/2021), em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34552/1/Veredas8_artigo17.pdf
- GODINHO, Helder (2013b) «A Ficção, o Imaginário e a Realidade – algumas considerações». In H. Godinho (dir) e M. Alpalhão, C. Carreto, I. B. Dias (org.), *Da letra ao Imaginário. Homenagem à Professora Irene Freire Nunes* (p. 13-20), Lisboa: CEIL – FCSH.
- GODINHO, Helder (2013a). Les pouvoirs du récit. *Iris*, n.º 34: pp. 55-67. Consultado a (20/06/2021), em <https://publications-prairial.fr/iris/index.php?id=1893&file=1>
- GODINHO, Helder (2016). Sobre a Ausência. *Cadernos do CEIL*, n.º 3: pp. 21-28. Consultado a (20/06/2021), em <https://run.unl.pt/handle/10362/22056>
- GODINHO, Helder (2017). *O Essencial sobre Vergílio Ferreira*. Lisboa: Imprensa nacional.
- GONÇALVES, Óscar F. (2002). *Viver narrativamente: a psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GORDO, António da Silva.(1995). *A escrita e o espaço no romance de Vergílio Ferreira*. Porto: Porto Editora.
- JULLIEN, François (2012). *L'écart et l'entre. Leçon inaugurale de la Chaire sur l'altérité*. Paris: Galilée.
- OUGHOURLIAN, Jean-Michel (2013). *Notre Troisième Cerveau*. Paris: Albin Michel.
- PAIVA, José (1984). *O espaço-limite na ficção de Vergílio Ferreira*. Recife: Edições Encontro, Gabinete Português de Leitura.

TURÍBIO, Ana Isabel (2016). A preparação do texto em Vergílio Ferreira. *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. Pp. 193-197. Lisboa: BNP. Consultado a (20/06/2021), em <https://purl.pt/13858/1/geneses/1/1-texto-vergilio-ferreira.html>

WUNENBURGER, Jean-Jacques (2002). *La vie des Images*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Notas

- ¹ Desde 1965 é o registo feito por Amadeu Araújo no encerramento das celebrações do Centenário do Nascimento de Vergílio Ferreira (em janeiro de 2017). TSF Cultura. Consultado em 20/06/2021. Disponível em <https://www.tsf.pt/cultura/cem-anos-de-vergilio-ferreira-uma-aparicao-que-levou-a-alegria-breve-5623546.html>
- ² *Guia de Portugal – BEIRA. II – Beira Alta e Beira Baixa*. 3.º volume, tomo II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014. O tomo I do 3.º volume é dedicado à Beira Litoral. Ambos fazem parte dos cinco volumes e oito tomos que compõem a obra.
- ³ Segundo a PORDATA, NUTs corresponde à “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 1970». Ali considera-se a Beira Baixa, por um lado, e as Beiras e Serra da Estrela, por outro. Loura, L. (Dir.). *Pordata* [em linha]. Consultado em 27/06/2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>
- ⁴ A título de exemplo: Pinheiro, J. e Soares, C. (2016) *Patrimónios Alimentares de Aquém e Além-mar*, Imprensa da Universidade de Coimbra /Annablume; Macedo, I. C. e Soares, C. (2014) *Ensaio sobre património alimentar Luso-brasileiro*, Imprensa da Universidade de Coimbra /Annablume.
- ⁵ Socorro-me, aqui, do conceito dos três Imaginários que Helder Godinho definiu mais recentemente em «Sobre a Ausência» (2016), a montante da sua obra seminal sobre o assunto: *O Mito e o Estilo. Introdução a uma Mitoestilística* (1982).
- ⁶ Veja-se Godinho e Turíbio (2007): «O espólio de Vergílio Ferreira». Ana Isabel Turíbio, membro da equipa dirigida por Helder Godinho, trabalhou o espólio do romancista na BNP e tem apresentado alguns dados sobre este aspeto particular, designadamente em artigo dedicado (ver a bibliografia), além dos trabalhos académicos, e em entrevista à imprensa: «Como Vergílio Ferreira preparou o futuro», *Público* (7/07/2010).
- ⁷ Veja-se a nota anterior.
- ⁸ Nas obras de Damásio *O Livro da Consciência* e *O sentimento de Si*, o autor demonstra que há, não apenas uma fisiologia da consciência, mas também uma biologia dos sentimentos e que a experiência da consciência é fundamental para regular a vida. Já Jean-Michel Oughourlian defende que é o nosso “terceiro” cérebro, o mimético, que é frequentemente o motor dos nossos atos e que estes são decorrentes das nossas emoções.
- ⁹ Veja-se a obra, citada na bibliografia, de Óscar Gonçalves, na qual o autor refere como o uso da narrativa pode ser determinante na construção de um sentido para a vida de jovens.

CAPÍTULO 13

Manuscrito de
Emigrantes (1928)
exposto na Casa-
-Museu Regional de
Oliveira de Azeméis



Foto: Armando Almeida

Resumo

O Rio na “Terra Nativa” em Ferreira de Castro

O rio Caima e a aldeia natal, o Rio e a Terra Nativa, de Ferreira de Castro propõem-se como um par de poder taumatúrgico do qual emanam pilares imponderáveis para a construção do ser, do escritor e das suas personagens. As leituras do romance *Emigrantes* e do texto evocação “Aldeia Nativa”, convocam-nos a decifrar um léxico sentimental fluvial, que adensa as narrativas de simbolismo, e que espelha o vínculo emocional de Ferreira de Castro ao Rio, enquanto lugar de infância, de memória criadora e de imagética poética. A fluidez, significação e metáfora literária do Rio e das Águas é perscrutada através das leituras das obras de Ferreira de Castro e da imaginação que as mestija com o que se viu, ouviu e verdadeiramente sentiu junto aos rios, trilhando ínvios caminhos na passagem para o pensamento poético. Pretende-se assim e aqui recriar e re-inventar mais possibilidades de aproximação e relação com os rios através da literatura.

Palavras-chave: Paisagens fluviais. Ecocrítica. Águas. Poesia. Caima.

Abstract

The River in the “Native Land” of Ferreira de Castro

The river Caima and the native village, the River and the Native Land of Ferreira de Castro are proposed as a pair of thaumaturgical power from which emanate imponderable pillars for the construction of the being, the writer and his novel characters. The readings of the novel *Emigrantes* and of the text “Aldeia Nativa” invite us to decipher a sentimental fluvial lexicon, which thickens the narratives with symbolism and that mirrors Ferreira de Castro’s emotional bond to the River, as a place of childhood, of creative memory and of poetic imagery. The fluidity, meaning and literary metaphor of River and Waters are scrutinized through the readings of Ferreira de Castro’s works and an imagination that mixes them with what was seen, heard and truly felt along the rivers, treading uneventful paths in the passage to the poetic thought. Aiming thus to recreate and re-invent more possibilities of approach and relationship with rivers through literature.

Keywords: River landscapes. Ecocriticism. Waters. Poetry. Caima.

O RIO NA “TERRA NATIVA” EM FERREIRA DE CASTRO

Maria ILHÉU

Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento
MED – Instituto Mediterrânico para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento,
Universidade de Évora
milheu@uevora.pt

No último espasmo do dia tudo se aureolava de religiosidade, tudo se tornava humilde ante a noite nascente. Tinha-se uma sensação de maciez, de paz universal – veludo impalpável que tudo envolvia extaticamente. O verde dos lameiros ficara mais verde durante um momento, para logo desmaiar em verde limo, em verde marítimo, e a diáfaneidade da luz só existia acima do carvalhedo ensimesmado.

Ferreira de Castro, *Emigrantes* (1928)

1. Introdução, sobre a Terra Nativa

“Todos os bichos, inclusive os vermes, é sabido, amam acima de tudo a liberdade”, assim escreveu Ferreira de Castro (1974, p. 42) a propósito do lápis azul que banuiu muitos dos seus textos durante os anos da censura fascista em Portugal. É exatamente com esse sentimento de liberdade que avanço a escrita deste texto na primeira pessoa, narrando a minha experiência pessoal com os livros e textos do escritor beirão e com o seu rio Caima que agora é também meu, por encontro e apropriação literária e literal, no bom sentido. Nesta narrativa não são dispensadas consultas e referências a várias fontes bibliográficas, que me ajudaram a tecê-la, mas não é minha intenção fazer uma recapitulação sobre tudo o que se escreveu

e inscreveu no agenciamento histórico dos temas que em particular me interessam e a que aqui vou dando destaque. Escrevo com a liberdade de um caminhante/navegante que vai dialogando com Ferreira de Castro sobre o rio Caima e a sua aldeia natal, o Rio e a Terra Nativa, sobretudo através do romance *Emigrantes* e do texto evocação de 1969 “Aldeia Nativa”, e de uma breve passagem pelo romance *A Selva*, a Terra Exótica.

O Rio e a Terra Nativa aparecem-me como um par de poder taumatúrgico na vida e nestas obras literárias de Ferreira de Castro; deles parecem emanar pilares imponderáveis para a construção do ser, autor e personagens.

“O amor de todos nós ao rincão onde nascemos é egocentrista... ele é essencialmente emotivo...” (Ferreira de Castro, 1974, p. 43). Este amor é sem reservas exaltado por Ferreira de Castro, o qual exprime um deslumbre quase pueril perante os elementos e sujeitos da natureza que vestem a Terra Nativa, o seu território-mãe físico e imagético, incluindo o rio Caima, que configura as paisagens matriciais e que as fertiliza em água, poesia e nostalgia. Sobre esse lugar (Figura 1) escreveu assim Ferreira de Castro no *Guia de Portugal* (1993, p. 608):

Cortado pelo rio Caima, debruado de **amieiros**¹ e de **salgueiros**, o vale de Ossela é uma série de **rincões edénicos**, onde a natureza veste as suas melhores galas, despretenciosamente, como se o fizesse por simples hábito. Torna-se, porém, necessário trilhar **ínvios caminhos** para surpreender todo o encanto da terra doce, que parece contemplar-nos com uma meiguice sonhadora, numa ternura que não se esquece.

A Terra Nativa assim descrita é um lugar imagético de descoberta e de paisagens vivas. Os termos meio ou ambiente parecem-me não ser muito comuns no léxico castriano; são descritores demasiado amplos, frios e vagos, sem identidade nominal com os quais se possa estabelecer uma relação. Ferreira de Castro estabelece relações com a paisagem e com a natureza, que tendia a interpretar como sinónimos (Carvalho, 2017); referia-se aos sujeitos mais que humanos, pelos seus nomes, que conhecia bem, quer fosse um rio, uma árvore ou um vale. Ferreira de Castro conhece quem é o rio Caima. O rio é mais que as suas águas; é margem, praia, cor, vegetação, textura, som, luz e sombra, tempo. Neste sentido confrontamo-nos com um léxico sentimental fluvial rico em elementos naturais e paisagísticos próprio das suas ligações ao “mundo aquático”, ao rio Caima, mas também a outros com quem se foi cruzando no Velho e no Novo mundos. Neste léxico destaco algumas palavras que tecem as paisagens aquáticas nas narra-

tivas romanceadas e íntimas: rio, rio Caima, regato, rincão, águas que passam, “águas frias e azuis”, “água azul fleumática”, água branda, meiga e cristalina, praia pequenina, praiazita, ilha, areia dourada, limos, verde limo, verde escuro, verde marítimo, folhagem, ramadas, amieiros, salgueiros, carvalhedeo ribeirinho, trutas, barbos, cenário nativo, lírico, feitiço, vultos de sonho, vereda de chumbo, nostalgia, infância, ínvios caminhos, barco, embarcação, cruzeiro, navio, estradas líquidas, monstro líquido, rio Madeira, jacto doirado, igapó, raizame, água barrenta e grossa, espelho iluminado, curva do rio, profundidade abissal, senda de oiro, poesia. Intuo que este léxico (não restrito) serviria a Ferreira de Castro, quais embarcações de sentimentos, memórias, sentidos, para transitar na via-estrada líquida para entre passado e presente (quicá também futuro), alimentando o tempo contínuo e fervilhante da criação, da pulsão vital da vida e da escrita.



Figura 1 – O rio Caima no Vale de Ossela (fotografia de Carla Magro Dias)

O vínculo de Ferreira de Castro à Terra nativa (*Sensus Place attachment*, ver Low & Altman, 1992) exprime-se nos registos objetivos através da descrição detalhada de atributos e elementos paisagísticos ricos em detalhes e

pormenores vivos, mas também e sobretudo através da experiência subjetiva, sugerida pelas personagens e por si mesmo nas narrativas autobiográficas. A par de outros escritores que inscrevem a paisagem nas suas ficções através de um diálogo objetivo/subjetivo (e.g. Aquilino Ribeiro, ver Queiroz, 2009), Ferreira de Castro também não fez das paisagens fluviais um mero cenário, mas a fonte de energia viva que passa pelas pedras, debaixo do rio, pelas árvores e pessoas que lá habitam, a partir das quais vivem as personagens, em fusão com o próprio autor. Dir-se-ia mesmo que por vezes a paisagem encarna uma personagem onnipresente com a qual as personagens humanas convivem com o corpo e o espírito (Ferreira de Castro, 1984a, pp. 12, 14, 26):

Lá em baixo, no campanário, o relógio deu três horas. Resoluto Manuel da Bouça, levantou-se e pisa aqui, arrasta ali o pé dolorido, atravessou o pinhal. Quando, porém, o outeiro, em **curva suave de ventre feminino**, se cosia ao sinuoso caminho que dava acesso à aldeia, deteve-se meditativo, a contemplar a sua casita, quase **debruçada no Caima**. [...] O lume do cigarro chegava já aos beijos de Manuel da Bouça e ele continuava a contemplar a margem do rio, onde se exponham os campos cobiçados e onde a sua casa fumegava, indolentemente na quietação da tarde. [...] **O azul do Caima ia-se tornando negro**, a água confundia-se já com a terra, sob o mesmo véu escuro, e **os amieiros**, apagado o recorte da folhagem, ficavam ali como **vultos de sonho**, como embuçados perscrutando o **mistério da noite**.

No drama da vida de Manuel da Bouça, personagem de *Emigrantes*, a evasão da dura realidade da Terra Beirã (primeiras décadas do século XX), o sonho, a contemplação e a meditação, são projetados no lugar do natural, através do qual se pressente uma pulsão ambivalente entre a quietude exterior e a agitação interior, a dar corpo ao drama da revolta com a Terra Nativa, relativamente à qual se impõe a rutura. Em *Emigrantes*, as referências à paisagem e ao rio aparecem frequentemente associadas à contemplação nostálgica da casa, que emerge enquanto lugar físico, mas também como lugar matricial, a própria Terra Nativa, na qual o rio, metáfora de “princípio de mundo” mas também de transformação, se propõe como meio de viagem no tempo, como caminho para um destino que metamorfoseia o próprio tempo. Junto ao rio Caima, Manuel da Bouça devaneia e parece esboçar uma “vontade que sonha e que, ao sonhar, dá um futuro à ação”², à transformação da sua vida. A imagética fluvial é muito forte na escrita de Ferreira de Castro (Carvalho, 2017), na qual o Caima ressoa desabafos memorialísticos, espalhando em *Emigrantes* toda a sua força simbólica.

O vínculo íntimo e sentimental de Ferreira de Castro ao rio Caima, nascido muito provavelmente por força das suas experiências iniciáticas juvenis face ao excesso que encontrava já no belo natural, é reforçado mais tarde e por certo continuamente na criação literária através da busca desse autoconhecimento, de si mesmo e do mundo. Para Filomena Molder (2007) há na natureza um excesso em relação ao nosso entendimento. A natureza como ideia, diria mesmo como imaginação, segundo Molder (p. 81) “corresponde à solicitação da coisa excessiva, e desta forma é um modo de nós nos orientarmos em visita a um vínculo íntimo, sentimental, como a natureza, e isso revela-se uma forma de auto-conhecimento”. A ideia de Rio contém em si mesma o excesso da natureza, em nascimento constante e que se renova pela sua própria morte. O reconhecimento desse excesso é acompanhado pela descoberta de que em nós também há um excesso que pode vir a encontrar-se com o excesso que é a natureza, talvez por isso tantas vezes os rios são metáforas da vida humana:

Nuestras vidas son los ríos
Que van a dar en la mar,
Que es el morir...³

O princípio de toda a vida é representado pelas águas primordiais, as águas nascentes, contidas no rio-vida em constante mudança, às quais não é possível regressar a não ser através de um feitiço, que em Ferreira de Castro não se quebrou, “a nostalgia couraçara-o” (Ferreira de Castro, 1974, p. 47). Na evocação das memórias sobre a Terra Nativa, os elementos paisagísticos fluviais aparecem descritos com uma densidade de pormenor e nitidez e simultaneamente “aureolados de religiosidade e fascinação”; no Brasil, a personagem Manuel da Bouça “[...] via nitidamente o barranco, quase todo forrado de musgo ensombrado pelos carvalhos e salgueiros que se debruçavam lá em cima, com algumas raízes descobertas na ribanceira, e em baixo um ténue fio de água, deslizando entre macias plataformas de relva branca” (Ferreira de Castro, 1984a, p. 176) e ouvia o “despenhar das águas pelos córregos e o surdo rumor do Caima, que atravessava barrento e cheio de destroços, a parte de baixo da freguesia” (p. 167), enquanto um filme decorria numa sala de cinema do outro lado do oceano.

A procura e íntima perscrutação dos rios e do mundo das águas na literatura desafiou-me a percorrer caminhos não antes trilhados no meu percurso de ecóloga. Neste percurso juntei as leituras dos romances com a

visita ao rio Caima, no sector fluvial entre Palmaz e Ossela, no Concelho de Oliveira de Azeméis, em abril de 2021. O presente texto, mais do que pretender traduzir as obras literárias em princípios, conceitos ou dinâmicas ecológicas, muito comumente abordados na Ecocrítica (Buell, 1999), explora sobretudo a pedagogia da poesia dos rios e das águas através da sua fluidez, significação e metáfora literária. E experimenta-se no domínio da imaginação material defendida por Gaston Bachelard (1991, 2002)⁴, para triilhar ínvios caminhos na passagem para o pensamento poético. Como Kant bem compreendeu e nos transmitiu, para conhecer, temos que imaginar; a imaginação que aqui se pratica combina as leituras das obras de Ferreira de Castro com a experiência pessoal do que se viu, ouviu e verdadeiramente sentiu junto aos rios. Pretende-se que estas partilhas deixem ao leitor novas possibilidades relacionais de imaginação e aproximação aos rios.

2. Primeiras águas, águas nascentes

Natural da aldeia de Salgueiros, freguesia de Ossela, Ferreira de Castro “não poderia vestir-se de melhor natividade”, escreve Jaime Brasil⁵, pois o nome de Salgueiros, árvore característica das galerias ribeirinhas, “deixa entrever quais os Deuses vegetais que apadrinharam o seu batismo” e que configuram o seu berço banhado pelas águas nas quais se debruçam salgueiros e amieiros⁶, seres pródigos em causar visões diáfanas.

Em “Aldeia Nativa” encontrei o que intuí das leituras de *Emigrantes*; a confissão sobre o significado e o sentido do Rio para Ferreira de Castro (1974), do rio Caima na sua Terra Nativa, terra-mãe. O rio como paixão e poesia pura (p. 46):

[...] e o Caima, minha paixão, de **água azul, fleumática**, refletindo a longa **teoria dos amieiros ribeirinhos**, enquanto deslizava para as lonjuras que ela desconhecia, que eu desconhecia também e que já nesse tempo amava com veemência.”

Era aí que Ferreira de Castro (1931), enquanto menino, se banhava, se aventurava e provavelmente se terá iniciado nos encontros telúricos e líricos com o Caima e na “teoria dos amieiros ribeirinhos” (p. 12):

Lá estava **sobre a praia** o meu fatito e eu de corpo nu e com muito medo. [...] Faltava-me a liberdade para determinados gestos e o meu orgulho nascente sofria com isso. Sobretudo, no Verão, quando eu ia tomar banho ao

rio. Éramos sempre quatro ou cinco. Saíamos da escola no período do segundo recreio e, galgando **ínvios caminhos**, saltando combros e rompendo milharais, íamos mergulhar nas **águas frias e azuis do Caima**, entre **amieiros sussurrantes**.

A ligação poética que Ferreira de Castro (1974) estabelece entre o Rio, a Natureza e a sua aldeia é inequívoca e é fonte de alimento da memória criadora. A poesia transforma a aldeia de Salgueiros num território onírico através da mestiçagem de paisagens fluidas, íntimas, de construção imagética, que são “imagens do arquivo de infância” e que Ferreira de Castro usa para chegar a um lugar-tempo onde mantém puros os óleos essenciais para a superação e para a criação literária. A revelação do que representa a sua aldeia, a Terra Nativa, é expressa sem véu (p. 46):

Para mim, a aldeia em que nasci não é apenas a infância que nela me decorreu, incompreendida e triste, é também **a poesia** que já então lhe captava, a poesia que ela tinha, mais tarde inflamada por aquela de que eu mesmo a impregnei. Poesia que tantas vezes me retirava a lembrança dos dias infantis para recordar apenas **o encanto da Natureza**, que eu não conseguia evocar, lá longe, nas ardentes paragens do exílio, sem fervor e sem desespero.

A relação poética e amorosa com os rios e a sua inscrição a partir da infância, pode ser encontrada em muitas histórias pessoais e em várias obras literárias, nomeadamente na poesia dos que descobriram quietudes nas margens do Lis, do Mondego, do Sado ou Tejo, mas cuja compilação não se pretende aqui. Não resisto, no entanto, a evocar uma certa analogia entre a relação do rio Caima, afluente do Vouga, de Ferreira de Castro e o rio Almansor, afluente do Tejo, do escritor João Alface (2007, p. 61); relações de aventuras, encantamento, iniciação, imaginação:

Este rio Almansor, de bela sonoridade árabe e épica, nunca soube de onde nascia ou se chegava ao seu destino, algures no Tejo e essa discreta condição maravilhava a minha imaginação juvenil. [...] Nenhum de nós rapazes, à época da minha juventude montemorense, teria ouvido falar de Heraclito e por isso nos banhámos inúmeras vezes no mesmo Almansor, imunes às acrobacias da dialética e abertos a voos mais altos.

Estes rios, assim como outros que aqui não têm nome, bem vistas as coisas, não são muito diferentes quanto ao modo como contaminaram a infância e adolescência de quem com eles privou, nem quanto ao que lhes impregnou o ser. Eu diria que é o mesmo rio, água da memória e da criação.

3. Águas correntes, águas transcendentais

A Terra Nativa parece ser, para Ferreira de Castro (1974), um caos de onde deriva uma cosmovisão “pessoal” imbuída de significações telúricas e existencialistas (p. 45): “O homem ama na sua terra natal os seus hábitos... e ama sobretudo a sua **infância que lhe comandará a vida inteira** e se amalgama com o drama biológico do envelhecimento e da morte. Ama esse período da sua vida por saber que jamais voltará a vivê-lo; e essa certeza de irrecuperabilidade **embeleza-lhe o cenário nativo** [...]”

O drama biológico é o drama da finitude e da transitoriedade e o Rio é a ancestral metáfora do tempo. A água é o elemento do transitório, ligado a um tipo de destino que se metamorfoseia incessantemente. A clássica analogia entre o tempo da vida e o Rio é universalmente reconhecida nas palavras de Heraclito (Fragmento 91, in Costa, 2002): “Não é possível entrar duas vezes no mesmo rio” e o destino dos humanos emula o destino das águas que correm. As águas correm como o fluxo da vida e no horizonte terreno confrontamo-nos com a irrecuperabilidade do passado, pois ilustram a sensação de perda e dissipação. A própria dinâmica fluvial e a sua configuração são também metáforas da vida humana. O rio é um ecossistema definido pela unidirecionalidade (unidirecionalidade) do seu fluxo de água que lhe comanda toda a estrutura e funcionamento, desenhando uma rede hídrica única que se complexifica desde a nascente primordial à foz, do nascimento à morte. Por outro lado, a sua substância matriz, a água, configura-se materialmente sem ter uma forma, uma determinação acabada. Consiste, pois, tão somente numa dinâmica, a dinâmica de um tornar-se. A água vem a ser sempre outra, sem jamais deixar de ser a mesma, assim nomeada princípio de tudo, princípio uno da Sentença de Anaximandro (Heidegger, 2002). Se as Águas e o Rio se identificam com o princípio uno, podem, por analogia, representar-se pelo número um e este significa o ser humano, o ser humano ativo, lutando contra uma dura realidade, mas com toda a sua força criativa (Chevalier & Gheerbrant, 1990). Neste sentido as Águas na relação com o humano ativo e criador são, pois, a expressão do *Conatus* da vida e da arte.

A transcendência das Águas e do Rio na ligação com o humano aparece através da relação de grande afeto que Ferreira de Castro (1974) estabelece com uma personagem real, o Tio Zé Moleiro, cuja vida representa a poesia humana (pp. 49, 50):

[O] Tio Zé Moleiro... No domingo, como todos os camponeses, para ir à missa, lavava a cara, os sovacos e os pés num alguidar, ele que **passava a**

vida sobre a água que lhe movia a azenha e à beira dum rio que era o seu único horizonte. [...] O meu afecto pelo Tio Zé Moleiro provinha de ele ser, entre todos os demais habitantes, o único que para mim representava **a poesia humana da aldeia**. [...] O Tio Zé Moleiro era o único ser humano que convivia dias inteiros com essa grata poesia; e por tão singular privilégio eu o visitava sempre que de Lisboa ia à aldeia.

A revisitação do Tio Zé Moleiro e do lugar onde vivia reforçava e alimentava o vínculo de Ferreira de Castro ao rio Caima, do qual emanava toda uma riqueza de pormenores que o mantinham vivo na memória dos afetos (pp. 50, 51):

A vida do Tio Zé Moleiro decorria no trecho do Caima que foi para mim, em criança, o mais **lírico e tentador**. Após o açude, de onde manava a levada para o moinho, o rio entortava-se numa curva e logo se endireitava por entre frescos carvalhos duma banda, verdes pâmpanos da outra, desvelando mais abaixo uma **praia pequenina e doirada** e, mais além ainda, uma **ilha**.

O Tio Zé Moleiro poderá representar também, para Ferreira de Castro, o confronto entre a permanência e a impermanência da vida entre o sedentarismo dos conformados e os que partem com as águas correntes. A devoção e homenagem ao Moleiro-Rio surgem, para mim, como outro ato tau-matúrgico que pretende tornar imutável o que se transforma constantemente e que emerge da busca de algo para lá do tempo da mudança e que se inscreve no nomadismo temperamental de Ferreira de Castro, “sempre faminto da poesia do Mundo”. É quiçá também uma forma de resistência lírica à constante navegação de Ferreira de Castro, entre o desejo do universal e a sua atração pelos “pequenos mundos” (Carvalho, 2017). Este movimento dialógico alimenta-se no ciclo das Águas (ciclo da vida), do Rio (caminho) e da sua poesia. A aceitação deste ciclo exprime-se numa espécie de existencialismo pacificado pela poesia telúrica, insinuada na “Teoria dos amieiros” que não é revelada, mas que se intui na construção da unidade do léxico sentimental fluvial (Ferreira de Castro, 1974, p. 53):

Absorto, quase oculto pelos **amieiros**, o cigarro fumegando entre os dedos como o vício me impõe, eu via a **água passar, branda, meiga e cristalina**. Via romanticamente, que românticas haviam sido, desde menino, sobretudo depois de emigrar, as minhas relações com a aldeia. Via-a ladeando a **pequenina praia**, em frente a mim, como se me acariciasse, leve e transparente, a sua **areia fina e dourada**. E via-a deslizar, com um **verde escuro** já

profundo, à sombra dos **amieiros**, quase rente à sola dos meus sapatos. Dir-se-ia que me cumprimentava, que me sorria docemente, que também ela se lembrava de quando eu vinha ali, com outros garotos, depois de sairmos da escola, aprender a nadar. [...] A água continuava a passar, lenta e carinhosa, refulgindo ao sol e deixando os **limos** daqueles tempos.

Uma vez mais, Ferreira de Castro recorre ao léxico fluvial para criar uma cena carregada de simbolismo onde um certo conhecimento da ecologia dos rios ajuda a dar densidade à narrativa; os limos⁷ são testemunhos disso, representando as marcas de um tempo passado, pois encontram-se bem visíveis nas margens dos rios depois de uma enxurrada seguida da descida abrupta no nível das águas. O Rio representa-se aqui no lugar simbólico do ser em devir, centro cósmico e ontológico. No Rio, o espaço e o tempo fundem-se, igualam-se e experimenta-se o sentimento da unidade cósmica. A unidade que se revela a partir da visão da Terra Nativa, do vale do rio Caima (Ferreira de Castro, 1974, p. 47):

Ora exaltado, ora exultante, ora enternecido, dir-se-ia que alcançava com um só olhar toda a minha aldeia, como o poderiam fazer, lá do alto, se existissem, as velhas divindades que a angústia humana inventou. E pela primeira vez na vida tive a estranha sensação de que eu, adversário da propriedade, era o super-proprietário, o proprietário abstrato de toda a natureza que os meus olhos contemplavam.

A comoção estética na relação com a Natureza reforça a fusão do escritor com a Terra nativa: “Toda aquela beleza estava à minha espera, toda ela se me entregava, toda ela me pertencia, sem impostos, sem cálculos mesquinhos, sem nenhuma ambição”. Em *Emigrantes*, Ferreira de Castro (1984a, pp. 30, 31) pontua frequentemente o romance com descrições de êxtase sobre o belo natural, nomeadamente nos momentos de deambulação da personagem principal na sua fusão com a paisagem, o todo circundante:

Manuel da Bouça desceu a encosta. Em baixo, o ribeiro era já uma **vereda de chumbo**, serpenteando entre vimes doirados e salgueirais onde saltitavam melros. [...] Toda a terra era uma corola enorme, desabrochando sob o sortilégio da manhã. Tudo refulgia; tudo, até os troncos dos carvalhos novos [...]. O ribeiro passara de chumbo a prata. A mata do outro lado estendia-se sob um lençol níveo e imponderável.

Sánchez de Muniaín (2011) refere-se a esta natureza incorporada, diria mesmo encarnada, como um acometimento do exterior natural que penetra

por todos os poros e sentidos do corpo e por todas as janelas da alma, num movimento afetivo gerador de estados superiores de consciência. A intimidade originária entre o indivíduo humano e o seu circundante natural, que no sujeito contemplativo se manifesta como sentimento de unidade primordial, tem sido relatado por inúmeros autores de diferentes tempos e de diferentes áreas de saber, como fonte de criação e exaltação da vida. A Literatura Portuguesa é prodiga nestes testemunhos, que para mim tem um dos seus expoentes máximos na poesia de Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa. Enumerar testemunhos sobre experiências do belo natural como fonte de criatividade e sentido de comunhão com o “divino” seria uma tarefa interminável (ver no entanto, e.g., Kellert, 1998).

Apesar da relevância do belo natural no resgate da sua relação com a Terra Nativa, há, no entanto, em Ferreira de Castro o mesmo desconsolo e desgosto que encontro em mim, face ao confronto com o que o “progresso humano” implicou e continua ainda a implicar na destruição e alteração de habitats naturais, “no abate de velhas árvores, no desaparecimento de um velho pinheiro manso e o arroteamento do pinhal” referidos pelo escritor em “Aldeia Nativa”. Ainda assim, em 1974, Ferreira de Castro (1974, p. 48) parecia disposto a abdicar das suas paisagens amadas, se isso representasse “acabar com os casotos miseráveis, com a fome milenar de homens e mulheres e com a dureza das condições de trabalho”, pois “transformaria a aldeia, transformaria o velho mundo num mundo novo, com uma sociedade nova e um homem novo, transformaria em novas realidades as esperanças válidas tanto tempo reprimidas, mesmo que das paisagens amadas ficasse apenas, como do venerado pinheiro manso, a saudade do egocentrismo poético que vinha da minha infância.”

Acrescenta, no entanto, que não seria necessário sacrificar tudo o que fosse fonte de encanto, que se deveriam “criar outras expressões de Beleza para fruição dos homens, já que o sentimento do Belo é um dos habitantes do espírito humano, como desde há muito se sabia...”. Ferreira de Castro encontraria hoje no rio Caima da sua Terra Nativa ainda expressões do belo, apesar da proliferação de açudes e de canais, assim como da degradação da qualidade da água, particularmente a jusante da ETAR de Ossela.

4. Outras águas, e sempre as mesmas

Aos doze anos de idade, Ferreira de Castro emigra para o Brasil, e a despedida da Terra Nativa, acompanha a despedida do rio Caima, a qual se pode encontrar através da personagem Manuel da Bouça em *Emigrantes*;

“A este já não volto a pôr os olhos em cima. E esse pensamento tornou-o tão triste como se lhe tivesse morrido alguém”. Imbuído de um sentimento de profunda tristeza, Manuel da Bouça, ao despedir-se do rio, em certo sentido despede-se de si mesmo, da sua vida paisana, assim como o fez Ferreira de Castro relativamente à sua Terra Nativa, às paisagens da sua infância (Ferreira de Castro, 1974, p. 46); “Todas estas imagens, essas e tantas outras, diariamente vivificadas desde que, menino ainda, delas me separei, exagerando-lhes os encantos, imbuindo-as duma fascinação irresistível, dum sortilégio inefável, me faziam sofrer”.

As viagens para o Brasil e no território Brasileiro, do escritor e das personagens principais dos romances *Emigrantes* e *A Selva* (Manuel da Bouça e Alberto respetivamente), decorrem como que através de “navegações aquosas” que se iniciam com a descida do Vale do rio Vouga; “Madrugada ainda escura, tomámos eu e o Sr. Esteves, o comboio do Vale do Vouga”⁸, acompanhadas de palavras impertinentes sobre o rio Zezêre... “No Zezêre... No Zezêre...” que se albergavam no cérebro de Manuel da Bouça na viagem em direção a Lisboa, rumo ao oceano Atlântico, para daí zarpar rumo às águas do Novo Mundo (Ferreira de Castro, 1984a, p. 58). Nesta descida, com partida metafórica nas águas do rio Caima – Estação de Ossela, afluente do belo e denso rio Vouga, há um simulacro de descida às águas profundas, escuras, desconhecidas que é acompanhada por uma mudança de fase, do mundo dulçaquícola para o salgado. Esta descida às águas largas e profundas pode ser lida como uma viagem iniciática de passagem para uma outra forma de vida, onde o indivíduo imaturo e inocente se transforma, à semelhança de algumas espécies de peixes anádromos⁹, de que o salmão é um dos exemplos mais paradigmáticos. À semelhança dos pequenos salmões que, passando a fase juvenil nas cabeceiras dos rios, migram para o grande oceano onde se fazem adultos, voltando mais tarde ao rio onde nasceram para completarem o seu ciclo de vida, também Ferreira de Castro e as suas personagens principais de *Emigrantes* e *A Selva* seguem de certa forma este percurso, sofrendo como migrantes, mas recebendo também um “banho lustral, um batismo purificador” como descreve Jaime Brasil (1984).

No romance *A Selva*, “dedicado a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazónica, pelo que nela sofreu durante os primeiros anos da sua adolescência e pela coragem que lhe deu para o resto da vida”¹⁰ a navegação inicia-se em movimento ascendente, com Alberto subindo o rio Madeira, entre o assombro e o esmagamento perante o “monstro líquido”. “Depois de saber que toda aquela água não era pertença do oceano,

mas sim o corpo da incomensurável aranha hidrográfica da Amazônia, vinha-lhe o assombro da vastidão, do que pesa e esmaga pormenores e, pela sua grandeza, se recusa de começo à fria análise” (Ferreira de Castro, 1984b, p. 38). Alberto sobe o rio em direção ao Seringal Paraíso, numa viagem metafórica ao inferno e ao princípio do mundo, entre o enjoo, o nojo e a revolta face à humilhação e degradação humanas e o “espetáculo das margens, da sua inquietude, do seu assombro e seu espanto” (p. 41):

[...] a existência de rincões em eterna sombra, de criptas vegetais onde o sol jamais entrava, terra mole e ubérrima, lançado por todos os poros um tronco para o céu – **um mundo em germinação fabulosa**, alucinante e desordenada, negando hoje os princípios estabelecidos ontem, afirmando amanhã uma realidade que ninguém ousaria antever. E entre o raizame, que formava altas e largas cavernas, na superfície balofa da lama que ainda não solidificara e de folhas apodrecidas, esvoaçavam insectos de infinitas variedades e coleavam, surdamente, répteis monstruosos – **olhos verdes de mortal fascinação** e formas do mundo pré-histórico.

O mesmo movimento metafórico se encontra em *Coração das Trevas* de Joseph Conrad (2000, p. 38); “Subir o rio era como viajar para trás aos mais recuados princípios do mundo, quando a vegetação transbordava da terra e as árvores reinavam. Uma torrente deserta, um grande silêncio, a floresta impenetrável”.

No Brasil, embora “despaísado”¹¹ e saudoso da sua Terra Nativa, Ferreira de Castro (Ferreira de Castro, 1984b) encontra deslumbre e assombro no belo natural da selva e nas suas “estradas líquidas”. A poesia da dança do rio com as águas, o céu e a luz, e dos seres fluviais nele debruçados e refletidos retrata com igual fulgor tanto a Terra Nativa como a Terra Exótica – a selva Brasileira (p. 107):

A água negra tornara-se **senda de oiro**, onde a romaria desenhava vultos estranhos e alucinantes. O Luar descia peneirando-se por entre a folhagem adormecida, pincela aqui, pincela acolá, cobrindo de jóias extravagantes os troncos e os seus rebentos. De quando em quando, um rasgão, **um jacto doirado que ligava o igapó ao céu**, marcava nitidamente a verdadeira altura da selva. Em redor do espelho iluminado, as sombras mostravam-se **diáfanas** e a água sob os galhos ribeirinhos sugeria profundidade abissal.

No entanto, enquanto a Terra Nativa é mansa e suave, qual ventre feminino, a selva é grandiosa, misteriosa, dominadora. É sob este signo que Ferreira de Castro passa quatro anos (entre os 12 e os 16 anos) no Seringal do

Paraíso, nas margens do rio Madeira, onde terá aprendido a nadar sobretudo no sentido metafórico (Ferreira de Castro, 1974, p. 54):

E afinal, não foi naquela **praiazita do Caima**, fantasiosamente arabescada, nas tardes de sol, pelas rendadas sombras dum carvalho ribeirinho, que eu aprendi a nadar. Foi num curso mais longo, mais amplo e de maior profundidade, longe dali, entre arraiais de esporões envenenadores, tão ferozes como os de certos generais; entre piraíbas que eram, dentro do mesmo rio, irmãs dos tubarões dos grandes mares; entre piranhas aguardando que a minha pele segregasse uma gota de sangue para me devorarem imediatamente e jacarés a alguns metros apenas de mim, os únicos inofensivos, apesar da sua velha fama e do seu feitio repugnantemente pré-histórico. Mas também aquela **água barrenta e grossa**, viajando sobre um permanente colchão de lodo, ia ter ao oceano e nele se depurava até se tornar **azul como uma quimera**.

Foi nas margens do rio Madeira que Ferreira de Castro se fez homem e se confrontou com o horror, a dureza da vida, com as chagas dos homens e das seringueiras no mistério da grande floresta. A selva terá sido a sua “escola de meditação e retiro espiritual”, onde desenvolveu aprendizagens sobre a interdependência dos seres vivos e a dinâmica dos sistemas ecológicos e sociais e provavelmente compreendeu que a sobrevivência e prosperidade dos humanos e dos mais que humanos dependiam de uma rede e organização comunitária próprias. Neste sentido a experiência do mundo natural juntou-se à do mundo humano social, potenciando uma maior amplitude de conhecimento do mundo. Ferreira de Castro confessa que o sonho de publicar um texto seu, que cedo despontou, se realizou aos 13 anos quando se encontrava também no rio Madeira, de onde enviou uma espécie de conto a um pequeno mensário de Rio Grande do Sul, que o publicou¹².

Os rios vão acompanhando Ferreira de Castro ao longo da sua vida e obra (Carvalho, 2017) tal como o acompanham nas despedidas sofridas. E tal como Manuel da Bouça em *Emigrantes* se debruça sobre o Caima contemplando e despedindo-se da Terra Nativa, também Ferreira de Castro (1984c) se debruça a ver a curva do grande rio Madeira, na evasão do Seringal Paraíso (p. 12): “Debruçado na amurada, de coração oprimido, demorei-me a ver o navio distanciar-se, **avançando para a curva do rio**, essa curva que, quando o sol nascia, dava ao grande curso líquido, com a ténue neblina do seu próprio bafo, o aspecto brumoso de um lago a despertar.”

As águas partem constantemente, assim nós com elas, no mesmo Rio, o Rio da Vida.

5. Em conclusão

Este texto navegou nas paisagens fluviais de Ferreira de Castro, a partir das suas obras e textos autobiográficos, tendo como cais de partida a Terra Nativa no rio Caima, o seu território natal e de memória criadora. Nesta ínvia navegação, assumidamente criativa, as visões do Rio, ora espriado em água mansas, ora serpenteando por uma pequenina ilha doirada, ora passando de azul a negro, espelham toda a grandeza literária de Ferreira Castro, que por sua vez espelha o deslumbre, assombro e paixão que o Rio impregnou na pessoa e no escritor. As experiências líricas de Ferreira de Castro com o Rio (Caima e outros), assim como a minhas, nas suas dimensões íntimas, efetivas e transcendentais, representam um mistério profundamente tocante, impregnado de meta-realidades, no qual tudo se funde, tudo é uno e primordial. Estas são experiências sublimes que, quando acontecem na infância e na juventude, pressente-se que comandarão a vida inteira de quem as vivenciou, através de uma certa forma de feitiço, de intensificação musical íntima. Estes feitiços são alimento da memória criadora e alimentam também a imaginação dinâmica e ativista, como as próprias águas mobilizadoras de vontade de transformar. Neste sentido, os encontros com os rios podem transformar reciprocamente os sujeitos que se encontram.

Os rios e as paisagens fluviais ligam o céu e as águas com a terra e ressoam em nós essas ligações matriciais através da poesia, que as faz refulgir; são paisagens amadas e tão bem pinceladas por Ferreira de Castro. Pela experiência do belo, os rios tornam-se fonte de amor. Nestes romances de Ferreira de Castro podemos aprender o amor pelos rios através da literatura. Podemos aprender a amar os rios através de muitos modos de conhecimento fenomenológico e descoberta do mundo; belas artes, música, ciências, humanidades. Mas o amor pelos rios desenvolve-se sobretudo nos romances com a Terra, com o corpo inteiro, nos encontros com as águas, com a luz bruxuleante nos troncos dos amieiros.

Todos estes diversos modos de relação amorosa e iniciática com o Rio¹³ poderão quiçá resgatar o cuidado que importa dedicar-lhes, reabilitando, recuperando e re-naturalizando todos os rios que na Terra se encontram contaminados, moribundos e sedentos de vida.

Referências bibliográficas

- ALFACE, J. (2007). *Eu Rio. Projecto Rio – Rio, Paisagem e Cidade*. Oficinas do Convento, Montemor-o-Novo.
- BACHELARD, G. (1990). *A terra e os devaneios do repouso – Ensaio sobre as imagens da intimidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, G. (1991). *A terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, G. (2002). *A água e os sonhos – Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes.
- BUELL, L. (1999). Letter – An introduction to Ecocriticism. *Forum on Literatures and Environment*. PMLA 114 (5): 1090-1092.
- CARVALHO, A.C. (2017). *Terra Nativa: Natureza e Paisagem humanizada em Ferreira de Castro*. Ossela: Centro de Estudos de Ferreira de Castro.
- CHEVALIER, J., CHEERBRANT, A. (1990). *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- CONRAD, J. (2000). *O Coração das Trevas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- COSTA, A. (2002). *Heráclito. Fragmentos contextualizados*. Rio de Janeiro: Difel.
- FERREIRA DE CASTRO. (1931). “*Memórias*”, in Ferreira de Castro e a sua Obra, apud Jaime Brasil, 1931, Porto, Livraria Civilização.
- FERREIRA DE CASTRO (1974). *A Aldeia Nativa, Os Fragmentos*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 2.ª Edição, Lisboa.
- FERREIRA DE CASTRO (1984a). *Emigrantes*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Lisboa, Círculo de Leitores, Lda.
- FERREIRA DE CASTRO. (1984b). *A Selva*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Lisboa, Círculo de Leitores, Lda.
- FERREIRA DE CASTRO (1984c). Pequena história de “A Selva” In *A Selva*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Lisboa, Círculo de Leitores, Lda.
- FERREIRA DE CASTRO (1993). De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra, *Guia de Portugal, Beira Litoral*, 3.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HEIDEGGER, M. (2002). *Caminhos de Floresta*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- KELLERT, S. (1998). *A National Study of Outdoor Wilderness Experience*. Consultado a 14 julho 2021, em <https://eric.ed.gov/?id=ED444784>.
- LOW, S. M., & ALTMAN, I. (1992). Place attachment: A conceptual inquiry. *Human Behavior & Environment: Advances in Theory & Research*, 12: 1-12.
- MOLDER, M.F. (2007). A diferença entre o ser que diz sempre não e o ser que se contradiz a si próprio. In Frois V (coord. e ed.). *Projecto Rio – Rio, Paisagem e Cidade* (pp. 81-83). Montemor-o-Novo: Oficinas do Convento.
- MUNIAÍN, J.M.S. (2011). A estética da paisagem natural. In A.V. Serrão (coord.). *Filosofia da Paisagem, uma Antologia* (pp. 78-92). Lisboa: CFUL.
- QUEIROZ, A.I. (2009). *A Paisagem de Terras do Demo*. Lisboa: Coleção Gulbenkian Ambiente, Esfera do Caos Editores.

Agradecimentos

Agradeço dedicadamente aos que me apoiaram e acompanharam nos ínvios caminhos trilhados: à Ana Cristina Carvalho, pelas sugestões literárias que me permitiram fazer uma extraordinária viagem de descoberta do rio Caima e das obras de Ferreira de Castro; ao Carlos Castro, do Centro de Estudos Ferreira de Castro, por me ter recebido tão calorosamente em Ossela e me ter facultado alguma literatura de suporte fundamental para a escrita deste texto, em particular “Aldeia Nativa” de Ferreira de Castro; à Carla Magro Dias, por me acompanhar nas viagens aos rios e na vida.

Notas

- ¹ O negrito é destaque próprio para sinalizar o léxico fluvial sentimental e não do original no texto analisado.
- ² Os devaneios decorrem de uma imaginação ativista, onde uma “vontade que sonha e que, ao sonhar, dá um futuro à ação” (Bachelard, 1990, p. 1). Na dupla realidade da imagem, física e psíquica, dá-se a união do imaginado com o imaginante.
- ³ Excerto do Poema “Discurso Sobre Rios” de Carlos da Cunha In “Porque a lua se quebrou” – Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Braga (1988).
- ⁴ Bachelard consagra a imaginação dos quatro elementos materiais que a filosofia e a ciência antigas, assim como a Alquimia, colocaram na base de todas as coisas (Bachelard, 1991). Aí estão as fontes do imaginário poético, que permitem uma leitura das diferentes poéticas. Em *A água e os sonhos*, Bachelard (2002) vê a água como um elemento transitório, ligado a um tipo de destino que se metamorfoseia incessantemente. A água é o elemento das misturas. Junto à terra transforma-se em massa a ser modelada. Traduz experiências de fluidez e maleabilidade. Quase todos os exemplos que compõem a água e os sonhos são tirados da poesia. Para Bachelard, a água é uma realidade poética completa.
- ⁵ Jaime Brasil, Prefácio de *Emigrantes*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Círculo de Leitores, Lda. Lisboa (1984).
- ⁶ Os ameiros (*Alnus* spp.) e os salgueiros (*Salix* spp.) são árvores ripícolas que pelas suas exuberantes e particulares copas, ramagens e folhas causam efeitos visuais extraordinários nas margens dos rios.
- ⁷ Limos são uma mistura de água, argila e vegetação maioritariamente composta por microalgas tendencialmente filamentosas, dos géneros *Cladophora* e *Phithosphora*.
- ⁸ Memórias – In *Vários estudos sobre Ferreira de Castro e a sua obra* – Ed. Liv.^a Civilização – Porto (1938).
- ⁹ Peixes anádromos são espécies diádromas que migram entre ambientes com características distintas, designadamente a água doce dos rios e a água salgada. Apresentam uma fase de alimentação e crescimento no mar anterior à migração dos adultos para o rio onde se reproduzem e de onde migram as formas juvenis para o mar.
- ¹⁰ Pórtico de Ferreira de Castro (1930) de “A Selva”. Obras Completas de Ferreira de Castro, Círculo de Leitores, Lda. Lisboa, 1984.

- ¹¹ Termo usado por Jaime Brasil no Prefácio de *Emigrantes*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Círculo de Leitores, Lda. Lisboa, 1984.
- ¹² Entrevista publicada na *Folha do Norte* do Pará em Agosto de 1957 In Prefácio de Jaime Brasil, *Emigrantes*, Obras Completas de Ferreira de Castro, Círculo de Leitores, Lda. Lisboa, 1984.
- ¹³ O Rio, desta forma referido, são os rios que existem em cada um de nós e em todos os vales da Terra, tal como neste excerto do poema *Rios sem discurso* de João Cabral de Melo Neto, 1966:

...
Os rios que eu encontro
vão seguindo comigo.
Rios são de água pouca,
em que a água sempre está por um fio.
Cortados no verão
que faz secar todos os rios.
Rios todos com nome
e que abraço como a amigos.
Uns com nome de gente,
outros com nome de bicho,
uns com nome de santo,
muitos só com apelido.
Mas todos como a gente
que por aqui tenho visto:
a gente cuja vida
se interrompe quando os rios.

CAPÍTULO 14

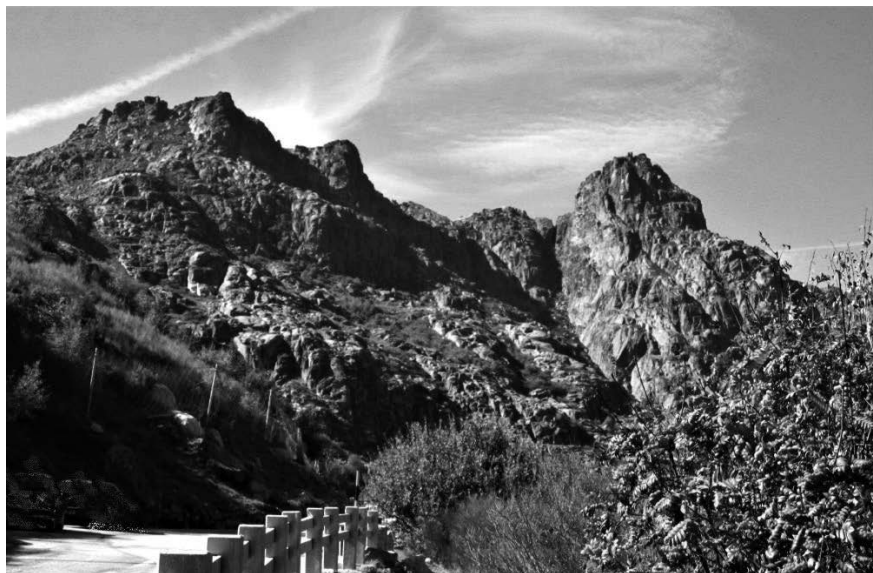


Foto: Nuno Santos



Foto: Ricardo Nicolau

Resumo

Aventuras pela Região das Beiras: O território na literatura para os mais novos

A coleção “Uma Aventura” tem constituído um dos casos de maior sucesso editorial em Portugal no âmbito dos livros para os mais novos. Alguns dos títulos publicados remetem para espaços reais que funcionam como cenários das narrativas de aventura e mistério. Fazemos uma abordagem desses livros a partir de duas linhas de análise. A primeira prende-se com as marcas características da narrativa nas séries de aventura e mistério para os mais novos e a sua articulação com os cenários reais retratados. Mas, pelo facto de especificamente os livros desta coleção apresentarem uma natureza híbrida, na medida em que incluem no final da ficção um conjunto de páginas que descrevem os locais centrais onde a ação decorreu, articulando, portanto, ficção e informação, fazemos igualmente uma abordagem a algumas perspetivas que relacionam literatura e turismo, conexão que consideramos que estas obras permitem.

Palavras-chave: Livro-série. Mistério. Espaço. Turismo literário. Topoanálise. Literatura portuguesa.

Abstract

Adventures through the Beiras region: the territory in the literature for the youngsters

The “Uma Aventura” collection has been one of the most successful cases of publishing in Portugal in the field of books for the youngest. Some of the published titles refer to real spaces that work as scenarios for adventure and mystery narratives. We approach these books from two lines of analysis. The first is related to the characteristic marks of the narrative in the adventure and mystery series for the younger ones and its articulation with the real scenarios portrayed. But, because specifically the books in this collection have a hybrid nature, as they include at the end of the fiction a set of pages that describe the central places where the action took place, thus articulating fiction and information, we also make an approach to some perspectives that relate literature and tourism, a connection that we believe these works allow.

Keywords: Book Series. Mystery. Space. Literary tourism. Topoanalysis. Portuguese literature.

AVENTURAS PELA REGIÃO DAS BEIRAS: O TERRITÓRIO NA LITERATURA PARA OS MAIS NOVOS

Glória BASTOS

Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta
gloria.bastos@uab.pt

1. Introdução

No panorama nacional da escrita para crianças um dos casos de maior sucesso editorial é, sem dúvida, a série “Uma Aventura”, da dupla Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, com ilustrações de Arlindo Fagundes. Iniciada em 1982 com *Uma Aventura na Cidade*, foram lançados, até ao ano de 2021, 63 títulos, todos com múltiplas reedições, tendo igualmente sido realizada uma série televisiva a partir de alguns dos volumes editados (2000-2007) e um filme (2009). Não sendo livros em que a qualidade literária os distinga, são no entanto obras de grande relevo em termos do diálogo intenso que estabelecem com o jovem leitor, constituindo importante contributo na motivação para a leitura, e consistindo, portanto, num fenómeno que merece a nossa atenção.

A maior parte dos títulos de “Uma Aventura” remete de forma explícita para os locais que são cenário da ação de aventura e mistério que caracteriza a coleção, com peripécias localizadas em várias zonas de Portugal, entre as quais o território que aqui nos interessa em particular: as Beiras. São livros que, como já explanámos anteriormente, apresentam as características que marcam a escrita desta natureza (Bastos, 2000), ou seja, do livro-série, que tem na obra da escritora inglesa Enyd Blyton a matriz original, com as suas famosas coleções, com destaque para a série “Os Cinco” (“The Famous Five”, na versão original: 1942-1963).

A abordagem que faremos irá privilegiar duas vertentes, no âmbito de uma análise relacionada com as formas como o espaço é apresentado nos volumes selecionados e quais as funções que assume na economia das intrigas. Aponte-se então os três títulos sobre os quais vai recair a nossa leitura analítica, por serem aqueles em que a região das Beiras surge de forma mais explícita: *Uma Aventura na Serra da Estrela* (n.º 32, 1993), *Uma Aventura na Quinta das Lágrimas* (n.º 41, 1999) e *Uma Aventura em Conímbriga* (n.º 59, 2017).

Uma primeira linha de análise destes livros prende-se com as marcas características da narrativa nas séries de aventura e mistério para os mais novos e a sua articulação com os cenários reais retratados. Mas, pelo facto de especificamente os livros desta coleção apresentarem uma natureza híbrida, na medida em que incluem no final da ficção um conjunto de páginas que descrevem os locais centrais onde a ação decorreu, articulando, portanto, ficção e informação, abordaremos algumas perspetivas que relacionam literatura e turismo, conexão que consideramos que estas obras permitem.

Em relação a este último aspeto, podemos desde já apontar múltiplas dimensões que estes livros nos sugerem quando examinamos as ligações estabelecidas com os lugares que referem, neste caso específico, espaços e lugares situados numa região de Portugal designada por Beiras. Por um lado, considerar que a literatura, a própria narrativa ficcional, nos pode ensinar algo sobre um lugar. Sobre a sua vertente física, sobre a sua história, mas igualmente sobre outros aspetos menos imediatos. Mas um livro pode também conduzir-nos para fora da esfera da ficção, como acontece com os volumes que analisamos desta coleção. Neste sentido, acabam por desenhar um percurso espacial suscetível de ser visitado e conhecido, criando outra forma de ligação aos locais que servem de cenário às ações. Desenha-se, assim, como veremos, uma dupla espacialidade em cada livro (espaço ficcional, espaço real) aliada, de certa forma, a uma geografia cultural que as autoras também pretendem divulgar, além da perspetiva mais imediata de leitura lúdica que associamos a estas obras.

2. Aventuras pela região das Beiras

Pelo destaque que assumem no panorama das leituras para crianças e jovens, impõe-se uma reflexão inicial sobre as séries de aventura e mistério, identificando alguns elementos que distinguem este tipo de narrativa, como é o caso de “Uma Aventura”, de que analisamos os três volumes já

mencionados. Herdeiros da tradição do romance policial, estes livros apresentam uma narrativa organizada segundo o esquema clássico de “aparecimento de um mistério – resolução do problema”, conduzindo o leitor através dos indícios que vão surgindo e que requerem uma leitura ativa na busca dos sentidos que são construídos através dessas pistas. Estamos perante uma forma narrativa altamente convencional e codificada, que segue padrões que rapidamente são dominados pelos leitores.

Em relação às personagens juvenis destes livros, como sublinha Grenby (2008), “they are catapulted into importance by their discover of sinister plots which only they can foil. In triumphing over the criminals they assert their equality with, or actually superiority to, adults.” (p. 174). De facto, tudo se passa como se as personagens, pela sua condição já conhecida de “heróis”, tivessem uma capacidade invulgar de desencadear ou de atrair o mistério e a aventura. Por exemplo, em *Uma Aventura na Serra da Estrela* o título do primeiro capítulo – “O nevão” – indicia logo na abertura que essa aventura terá inevitavelmente lugar, ao anunciar-se um acontecimento que pode assumir contornos problemáticos.

Um dos traços essenciais da série, enquanto criação de um universo literário que se consolida na repetição (Sotomayor, 2001), é a permanência da mesma personagem central de livro para livro que, no caso da coleção “Uma Aventura”, se trata da personagem-grupo, em que as diferentes figuras se complementam: As gémeas Teresa e Luísa, sempre acompanhadas do seu caniche Caracol; Pedro e Chico, João e o seu cão Faial. São figuras com uma idade aproximada à dos potenciais leitores e com uma linguagem vizinha da que é usada por estes. Estes factos permitem uma situação de identificação mais imediata com as aventuras contadas. A relativa variedade existente entre os elementos que compõem o grupo e as características físicas e psicológicas que os distinguem possibilitam, quase sempre, a existência de um ponto de apoio para o jovem leitor, ou seja, que surja um qualquer processo de identificação. Mas, segundo Leclair-Halté (1985), essa identificação concretiza-se de forma complexa e algo ambígua: tanto se pode operar por uma semelhança real – atração pelo igual – como por uma semelhança desejada – atração pelo diferente.

Na série encontramos uma espécie de hipertrofia da personagem, pela centralização da narrativa nos actantes principais, retomados em aventuras sucessivas. Verifica-se, além disso, que as personagens são pouco desenvolvidas e caracterizadas de acordo com um esquema mais ou menos tipificado. Este facto leva-nos a falar sobretudo de “caracteres em ação”, uma vez que, mais do que um trabalho de composição da psicologia da personagem,

aquilo a que assistimos é, basicamente, a personagem em permanente atuação. Rapidez e economia de meios qualificam quer a apresentação das personagens, quer dos elementos essenciais que desencadeiam a ação. Em relação às personagens, e a partir do lançamento da série, as diferentes aventuras não terão como função afinar ou atribuir-lhes novas facetas, mas antes “exemplificar, ilustrar e confirmar repetidamente os traços da ficha sinalética inicial” (Decréau, 1994, p. 107). No que diz respeito à ação, os episódios secundários têm uma presença pouco significativa ou quase nula, resumindo-se a ação, praticamente, à apresentação e resolução do problema/mistério.

Assim, em termos estruturais, nas séries encontramos o domínio da ação ou de “imagens em ação”, resultantes de uma combinatória de elementos pré-existentes e que caracterizam a série, limitando-se as descrições quase sempre a fornecer elementos mínimos de um certo ambiente. Nos livros que analisamos, as ilustrações que parecem vinhetas de banda desenhada, com balões que transcrevem as falas das personagens, funcionam como elementos que apoiam e consolidam esta perspetiva.

A este facto, alia-se a abundância do diálogo, o que leva Laurence Decréau (1994) a considerar a série como um momento de transição entre o oral e o texto literário. Aliás, o diálogo surge precisamente como veículo privilegiado para fornecer ao leitor dados relativos, por exemplo, a ambientes, à caracterização de personagens, ou para fornecer diferentes tipos de informações (históricas, geográficas, etc.), elementos que noutros géneros textuais são transmitidos através de momentos de descrição, entendidos como fragmentos textuais que “tendencialmente estáticos, proporcionam momentos de suspensão temporal, pausas na progressão linear dos eventos diegéticos” (Reis e Lopes, 1991, p. 87). Vejamos um exemplo de diálogo informativo:

- Não sei o que é um gladiador.
Quem lhe respondeu foi o Pedro
- Não é, era. Agora já não há gladiadores. Havia no tempo dos romanos. Nunca viste em filmes e séries?
- Talvez, mas não liguei.
- Liguei eu – disse o Chico. – Porque eram lutadores profissionais, que em vez de irem para a guerra davam espetáculos a dois e dois.
- Ao murro e à chapada?
- Não, com armas especiais. Lanças e espadas para atacar, um escudo para se defenderem e uma rede para ver se conseguiam atirá-la para cima do adversário e manietá-lo. (*Uma aventura em Conímbriga*, p. 13)

Naturalmente que um elemento fundamental na ação narrativa é o espaço: a atuação das personagens necessita desse ingrediente fundamental. O espaço “integra [...] os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação [...] e à movimentação das personagens [...]: os cenários geográficos, interiores, decorações, objetos, etc.” (Reis & Lopes, 1991, p. 129). No presente caso, importa igualmente olhar o espaço enquanto elemento pertencente a uma determinada região e que enquadra a aventura vivida pelas jovens personagens. No campo dos estudos sobre o espaço na literatura interessa-nos, em particular, a abordagem segundo a perspectiva da topoanálise proposta pelo professor Oziris Borges Filho. De acordo com a tipologia que apresenta (Borges Filho, 2008), o espaço nos livros aqui analisados situa-se fundamentalmente na categoria “propiciar a ação”. São também espaços que funcionam como cenários que, quer por um certo exotismo (a Quinta das Lágrimas e Conímbriga) quer pela situação inusitada da sua existência (a casa abandonada onde as personagens se abrigam durante o nevão quando chegam à Serra da Estrela), ajudam à criação de um ambiente propício à ação de aventura e mistério.

Verifica-se, assim, uma sinergia entre o cenário central de cada um destes livros (mais concentrado no caso dos dois primeiros livros acima mencionados, mais disperso na aventura situada na Serra da Estrela) e a ação do grupo de jovens. A Quinta das Lágrimas, por exemplo, surge desde o início envolta numa aura mística que deixa antever, de imediato, que aquele será o espaço em que os mistérios surgem de forma inesperada:

– Eh pá! Esta quinta é um espetáculo!

– A casa parece um palácio.

Teresa foi a primeira a pisar o caminho que corria entre duas filas de árvores acolhedoras. Sentido o saibro ranger debaixo das solas, estremeceu de prazer.

– Isto dá a sensação de que vamos atravessar um sonho. (p. 10)

Os raios de sol, coados através da folhagem, criavam uma atmosfera de sombras ondulantes, muito misteriosa. E as canas-da-índia, embaladas pela brisa suave do entardecer, iam espalhando em volta memórias de uma terra longínqua.

– Que bonito!

– Parece um jardim mágico. (p. 15)

Uma descrição deste tipo, semeada de indícios que remetem para o contexto e o clima que geralmente despoleta a aventura, numa série já conhecida

pelos leitores, cria uma ligação umbilical ao tipo de relato esperado. Outro aspeto a referir diz respeito à apreciação subjacente aos espaços reais que são retratados, sempre marcados pela positividade, independentemente dos acontecimentos que neles terão lugar. Adiante-se que este facto, em particular, estabelece uma relação estreita com o nosso segundo foco de análise.

Esta primeira impressão favorável que o grupo dá da Quinta das Lágrimas, em Coimbra, em conjugação com outras descrições do espaço do palácio, bem como as observações feitas sobre a Serra da Estrela são, portanto, autónomas das experiências vividas pelas personagens, em alguns casos bastante intensas e perigosas, colocando mesmo a vida de algumas delas em risco. Se estes espaços são propícios à aventura, mas também espaços vistos de uma forma positiva, pelas razões que já apontámos, afinal são alguns dos adultos que os povoam que dão origem aos mistérios que têm de ser desvendados e às más experiências infligidas aos membros do grupo.

A este propósito, tomamos as observações de J. A. de Souza (2021) na sua tese de doutoramento, focada exatamente no estudo da topoanálise e geograficidade no discurso romanesco, elaborando em torno do modo como a linguagem literária descreve o espaço (nomeadamente os espaços reais nos quais a ficção se inspira). Vai, assim, apontar a capacidade de esse discurso poder criar um entusiasmo superior por esses mesmos espaços, uma vez que “a linguagem que brota da pena do poeta (romancista, contista, etc.), direta, transparente e falando sem esforço à imaginação, consegue observar e captar melhor a imagem, as feições da Terra e as vibrações coloridas do momento. (p. 63). É este entusiasmo que vislumbremos na forma como os espaços da geografia beirã, quer sejam espaços naturais quer construções humanas mais ou menos recentes, são retratados nos livros de “Uma Aventura”, como já ficou patente na descrição citada acima, da entrada da Quinta das Lágrimas, mas que encontramos nos três livros e em diferentes momentos do evoluir da narrativa.

Borges Filho (2008) afirma igualmente que “nenhum olhar é neutro, daí que a vivência da personagem e ou narrador determinará o conceito que esta terá do espaço que vê. Tal conceito circulará entre dois pólos: o de beleza ou o de feiúra” (p. 6). Nos casos que analisamos, encontramos uma ambivalência curiosa, na medida em que as descrições dos espaços se situam sempre num polo positivo; embora as vivências das personagens nesses espaços tenham inicialmente traços marcadamente disfóricos, todavia sabe-se que o desfecho será sempre favorável para os jovens protagonistas. Sendo naturalmente impossível transcrever de forma extensiva todas essas ocorrências, deixamos mais dois excertos exemplificativos:

Os esguichos de água [na Casa dos Repuxos] cruzaram-se em arco sobre os canteiros do jardim, pediam silêncio e tornavam aquele espaço muito acolhedor.

– Os Valérios seriam mesmo os donos desta casa?

– Não sei e também não importa. Fossem lá quem fossem os donos, sinto a presença deles como se tivessem deixado um rasto a ondular por entre as paredes em ruínas.

– Agora deste em poeta? [...]

A expressão daquele toiro feito há séculos com pedrinhas coloridas era tão direta e tão viva que desencadeou no espírito do João um efeito semelhante ao dos repuxos no espírito do Pedro. (*Uma Aventura em Conímbriga*, pp. 80-82)

Os desejos de Pedro tornaram-se realidade dia seguinte de manhã, quando o tio os levou a um hotel giríssimo onde alugavam skis a turistas. Reinava grande animação. [...] Embora as pessoas não se conhecessem, gerara-se um ambiente amistoso de grande descontração pelo facto de estarem no mesmo hotel e pelo mesmo motivo: gozar a neve. (*Uma Aventura na Serra da Estrela*, pp. 56-57)

Torna-se evidente que a literatura, enquanto conteúdo ficcional, se apropria de elementos de um mundo preexistente e já elaborado (espaços físicos e geográficos reais, história, usos, costumes, entre outros aspetos), subsumindo-os na aventura relatada e conferindo-lhes, no caso concreto destes livros, uma funcionalidade ligada sobretudo à criação de um determinado cenário para a ação, como já referimos, embora remeta igualmente para a região e para o seu conhecimento.

Os elementos principais que fazem parte desse cenário são sobretudo físicos (as edificações existentes em Conímbriga, o palácio da Quinta das Lágrimas) e naturais (a geografia da serra da Estrela ou da serra de Sicó). Existem ainda outras referências – à cidade da Covilhã, a Coimbra, por exemplo – mas apenas como nomes a que não é atribuído “conteúdo”, isto é, são espaços onde em determinado momento as personagens estão, mas não são descritos na sua especificidade. Há, ainda, o elemento humano que também compõe esse cenário “local” e que contribui para a já referida visão positiva sobre esses espaços. O motorista que conduz os jovens dirá que “Cá por mim não há sítio mais bonito no mundo do que a serra da Estrela. [...] Passam a vida a filmar terras sem interesse nenhum quando tinham aqui tanta paisagem linda” (*Uma Aventura na Serra da Estrela*, p. 11); e a falsa guia confessa: “Conímbriga é a minha paixão, sabem? Nunca me canso de visitar estas ruínas e leio tudo quanto há sobre a cidade e as pessoas que aqui habitaram” (*Uma Aventura em Conímbriga*, p. 62).

Note-se que a identificação do espaço literário com um espaço real se processa nestes livros em diferentes camadas, sendo que o exemplo mais manifesto é o de *Uma Aventura em Conímbriga*, em que deparamos com dois textos informativos que funcionam com “moldura” à ficção: um texto informativo no final da obra, situação comum aos três volumes, mas neste caso específico encontramos também uma nota inicial denominada “Porquê uma aventura na Quinta das Lágrimas”, que situa o leitor, de imediato e ainda antes de entrar na diegese, no espaço verídico que servirá de cenário à ficção.

3. A aventura como preâmbulo para o conhecimento do território

No número 30 da série, intitulado *Uma Aventura no Verão* (1992), com a ação localizada no Palácio da Ajuda, as autoras fazem referência à correspondência que têm com os seus leitores, com uma alusão a um aspeto que nos interessa para introduzir o segundo eixo da nossa análise. Escrevem as autoras: “Ao longo dos anos fomos recebendo cartas de rapazes e raparigas que nos diziam ter seguido os mesmos percursos porque o livro lhes despertara a curiosidade e queriam ver os locais da aventura com os seus próprios olhos”.

No contexto destas múltiplas formas de diálogo com os leitores, deparamos igualmente num dos livros que elegemos com a seguinte dedicatória: “*Aos queridíssimos leitores que nos escreveram a pedir Uma aventura na serra da Estrela*”. Tomando estes exemplos, confirmamos que a série desempenha um inegável papel de abertura para o mundo e de curiosidade face à realidade circundante, estabelecendo uma ligação entre a ficção e a vida, patente na visita aos espaços reais retratados na ficção narrativa.

É um facto que desde sempre as pessoas se têm sentido inspiradas para viajar a partir de descrições literárias. Estas múltiplas relações entre a literatura e a realidade, designadamente com a geografia e os espaços físicos, têm vindo a ser exploradas no âmbito dos estudos sobre turismo literário e consideramos que os livros que aqui examinamos podem ser lidos seguindo alguns parâmetros que estas pesquisas têm procurado estabelecer. Os autores que têm abordado esta problemática distinguem diferentes formas e níveis de ligação entre a literatura e o turismo (cf. o trabalho de síntese elaborado por Quinteiro & Baleiro, 2017), sendo que se os casos mais evidenciados pelo turismo literário se centram nos espaços associados aos escritores, espaços literários que recordam não só a sua obra mas sobretudo a sua vida, também se exploram outras vertentes igualmente produtivas.

Squire (1994), que debate esta temática a partir do enquadramento dos estudos culturais e do exemplo de uma escritora para crianças (Beatrix Potter, um dos “produtos” mais populares da herança literária do Reino Unido), sublinha os valores culturais que se associam às práticas turísticas que se desenvolvem neste contexto e que decorrem de um tipo de turismo relacionado com as relações “between cultural production and consumption from which circuits of culture is derived is also integral to processes of literary tourism” (p. 104). Esta vertente de divulgação e de consumo cultural está de facto patente nos livros que analisamos, tal como temos procurado ilustrar.

E no caso destas obras, esta relação é ainda mais explícita e vai mais além nas ligações habituais estabelecidas entre as descrições oferecidas pelo texto literário e os espaços originais em que se inspira. Na verdade, cada volume, situando a ação num cenário geográfico real, inclui no final, concluída a aventura, um pequeno dossiê em que se aborda de forma mais estendida os locais e outros elementos que caracterizam a realidade que serviu de base à ficção, construindo uma espécie de itinerário. Em *Uma Aventura na Serra da Estrela*, são-nos sugeridas “Curiosidades da Serra da Estrela”, com indicação de autoria distinta (dois jovens, com a respetiva fotografia identificativa): localização geográfica e características do território (cidades, rios), lenda da Serra da Estrela, locais de interesse, como as rochas com formas que lembram pessoas ou animais (Cabeça da Velha, Poio do Judeu, Cântaro Magro, Pedra do Urso). “O que é real nesta aventura” é um dossiê com 27 páginas que situa o leitor de *Uma Aventura em Conímbriga* na história da antiga cidade romana, com menções ainda a outros elementos que surgem na narrativa ficcional. E, finalmente, *Uma Aventura na Quinta das Lágrimas*, como já apontámos, tem uma nota inicial que relata como uma visita das autoras deu origem a mais uma aventura, acrescentando-se no final um conjunto de páginas que narram a história do rei D. Pedro e de Inês de Castro, além de outros episódios relacionados com os vários donos da propriedade e outras curiosidades autênticas relacionadas com a intriga ficcional.

Por esta via, e tendo como base inicial a literatura, convida-se o leitor a visitar uma série de sítios tendo essas referências em mente (e em que o ingrediente de aventura não será despendendo, face ao jovem leitor destes livros). Neste sentido, podemos afirmar que estes livros têm uma função híbrida, oferecendo ficção e roteiro turístico, ao mesmo tempo. Esta afiliação a espaços reais explicita-se ainda, nestes volumes de “Uma Aventura”, através dos títulos de alguns capítulos, que remetem para locais

concretos – “Nos piornos”, “Na Covilhã” (serra da Estrela), “Silêncios e ruídos na Casa dos Repuxos” (Conímbriga). E tratando-se de livros com ilustrações, as imagens vão igualmente retratar com alguma fidelidade diversos espaços: há várias ilustrações que retratam os jardins e o edifício da Quinta das Lágrimas, Conímbriga e o seu museu, ou no caso da serra da Estrela, a natureza e as atividades ao ar livre, como o ski.

É preciso ainda frisar que as personagens efetuam um movimento do exterior para a região, para um cenário “local” onde se assistirá à ação, ao desvendar dos enigmas e à resolução das dificuldades que os protagonistas vão enfrentar. Em *Uma Aventura em Conímbriga* vão a Condeixa a convite de um professor de Chico; deslocam-se à serra da Estrela em período de férias; e estão em Coimbra no âmbito de um festival desportivo. Neste sentido, acabam por concretizar também na ficção o que é próprio à deslocação turística: “o turismo implica por definição uma deslocação do indivíduo para fora do espaço habitual de residência, ou seja, à prática turística está sempre inerente a movimentação do sujeito no espaço” (Quinteiro & Baleiro, 2017, p. 49).

As autoras, através das aventuras que relatam, efetuam em simultâneo um convite mais ou menos explícito aos leitores para visitarem os espaços descritos. Tal como mencionam Quinteiro e Baleiro (2017), esses “lugares literários” ecoam de forma diferente no leitor pela “fusão do plano ficcional com o plano geográfico concreto” (p. 56). No caso do leitor mais jovem, podemos afirmar que se torna ainda mais significativo este jogo entre o real e o imaginário.

4. Considerações finais

Sabemos que a narrativa de aventura é, fundamentalmente, ação, uma ação associada ao risco e ao perigo, que no caso da série “Uma Aventura” se alia sempre a um mistério ou enigma que os protagonistas devem resolver de forma engenhosa. O horizonte de expectativas do leitor está claramente delineado, mas ainda assim as peripécias narradas proporcionam momentos de lazer que os aficionados da série não perdem. É sobretudo a capacidade comunicativa destes livros que está na origem do seu sucesso, aliando reconhecimento e (alguma) novidade (Sotomayor, 2001).

Nas obras que analisámos o cenário remete para espaços reais, situados em diversos pontos na região das Beiras, contribuindo para uma divulgação desses lugares. Podemos afirmar que, numa sociedade em que as crianças consomem, de forma extensa, os *mass media* globalizados, esta poderá ser

uma forma de as aproximar ao local, ao que lhes está mais próximo, tal como documentam também Bedford and Baccolini (2011). Uma novidade desta série, em especial, é a importância que assume, em muitos dos volumes, o espaço real escolhido como cenário da aventura, característica intrínseca desta coleção quando a comparamos com outras similares em que não se verifica este tipo de preocupação (Bastos, 2000; Leclaire-Halté, 1985). Como se procurou ilustrar, esta opção está ao serviço de dois eixos: o espaço enquanto cenário da ação mas, igualmente, um propósito de divulgação das topografias escolhidas para cada livro.

O turismo literário assenta, em grande parte, na relação entre facto e ficção, entre a realidade e a imaginação, e cada vez mais se verifica que o marketing turístico tem na literatura um parceiro importante (Hoppen, Browne & Fyall, 2015). A este propósito, e só como apontamento final, registre-se que o Museu Monográfico de Conímbriga tem presente esta perspetiva: numa imagem da página de Facebook do museu (<https://www.facebook.com/mmconimbriga/>), alusiva ao Dia da Criança (1 de junho de 2021), descortinamos a imagem do livro *Uma Aventura em Conímbriga* (entre outros) na sugestão de ofertas aos mais novos.

Finalmente, consideramos que seria estimulante analisar os efeitos concretos desta abordagem híbrida nos leitores, dimensão que não nos propusemos examinar, bem como o papel da série televisiva, já que, numa sociedade em que as imagens têm captado a atenção sobretudo das gerações mais novas, as inter-relações entre literatura, cinema e turismo emergem como um novo território a explorar (Connell, 2012; O'Connor & Kimb, 2014). Até que ponto esta translação entre espaço ficcional e espaço real motiva, junto dos mais novos, o conhecimento do território, especificamente, neste caso, a região das Beiras?

Referências bibliográficas

- BASTOS, Glória (2000). Ao sabor da Aventura. Uma aproximação às coleções de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães. *No Branco do Sul as Cores dos Livros, Atas do Encontro sobre Literatura para Crianças e Jovens* (Beja, 25 e 26 de fevereiro de 1999). Lisboa: Caminho.
- BORGES FILHO, Oziris (2008). Espaço e literatura: introdução à topoanálise. *XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências*. Acedido em https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/067/OZIRIS_FILHO.pdf

- BRADFORD, C. & BACCOLINI, R. (2011). Journeying Subjects: Spatiality and Identity in Children's Texts, in K. MALLAN & C. BRADFORD (ed.). *Contemporary Children's Literature and Film. Engaging with Theory* (pp. 36-56). Palgrave Macmillan.
- CONNELL, J. (2012). Film tourism: Evolution, progress and prospects. *Tourism Management*, 33: 1007-1029.
- DECREAU, L. (1994). *Ces Héros qui font lire*. Paris: Hachette.
- GRENBY, M. O. (2008). *Children's Literature*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- HOPPEN, A., BROWN, L. & FYALL, A. (2014). Literary tourism: Opportunities and challenges for the marketing and branding of destinations?. *Journal of Destination Marketing & Management*, 3(1): 37-47. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2013.12.009>
- LECLAIRE-HALTE, A. (1985). Le «Club des Cinq» à l'école. *Pratiques*, 47: 21-40.
- O'CONNOR, N. & KIM, S. (2014). Pictures and prose: exploring the impact of literary and film tourism, *Journal of Tourism and Cultural Change*, 12(1): 1-17, DOI: 10.1080/14766825.2013.862253
- QUINTEIRO, Sílvia & BALEIRO, Rita (2017). *Estudos em literatura e turismo: Conceitos fundamentais*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Comparatistas
- REIS, Carlos & LOPES, Ana C. M. (1991). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina.
- SOTOMAYOR, M. V. (2001). Literatura en serie. In P. C. Cerrillo & J. Garcia Padrino. *La Literatura Infantil en el Siglo XXI* (pp. 41-65). Cuenca: Ed. de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- SQUIRE, S. J. (1994). The cultural values of literary tourism. *Annals of Tourism Research*, 21: 103-120.
- SOUZA, J. A. de (2021). *O espaço romanesco em narrativas ficcionais de Paulo Jacob: toponímia e geografia*. Tese de doutoramento em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Acedido em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8169>

CAPÍTULO 15



Foto: Armando Carvalho



Foto: Cristina Costa Vieira

Resumo

Geografia Literária da Beira: A Região segundo os seus Escritores

A leitura e interpretação da Beira propostas neste ensaio valorizam a relação entre a Geografia e a Literatura e o diálogo, formal ou informal, entre o geógrafo e o escritor, assim como a importância que ambos atribuem à viagem para aceder à observação direta e à recolha de informação pertinente para a ficção. A partir destes pressupostos e da valorização dos lugares de origem em obras dos escritores da Beira, propõe-se uma leitura enriquecida do território e uma reinterpretação mais assertiva da Região. Transitando entre a Geografia Literária e a Literatura Geográfica, latentes na ficção daqueles autores e em descrições de viagens realizadas neste território, e com a identificação de outros sinais mais tangíveis, suscetíveis de definir Rotas dos Escritores da Beira, aposta-se numa (re)leitura prospetiva da Região.

Palavras-chave: Região Centro. Rota de Escritores da Região Centro. Leitura do território. Leitura da Beira. Literatura Geográfica. Ficção portuguesa.

Abstract

The Literary Geography of Beira: The Region according to its Writers

The reading and interpretation of Beira proposed in this essay highlights the relationship between Geography and Literature, as well as the formal or informal dialogue between the geographer and the writer, united by the importance that both place on travel as a means to access direct observation and the collection of information relevant for fiction. Based on these premises and on the valorization of the place of origin in the work by writers from Beira, we propose an enriched reading of the territory and a more assertive reinterpretation of Beira. Meandering between Literary Geography and Geographical Literature, latent in the fiction of those authors and in accounts of travels through Beira, and the identification of other, more tangible signs that may define Beira Writer Routes, we commit to a prospective (re)reading of the Region.

Keywords: Region *Centro*. Writers Route. Territory reading. *Beira* reading. Geographical Literature. Portuguese fiction.

GEOGRAFIA LITERÁRIA DA BEIRA: A REGIÃO SEGUNDO OS SEUS ESCRITORES

Rui JACINTO

Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento do Território (CEGOT),
Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Ibéricos (CEI)
rjacintomm@gmail.com

1. Apresentação

O título do presente ensaio sinaliza um tema, um espaço, e sugere a revisitação de obras de escritores que, por força do nascimento ou outra circunstância, estabeleceram uma relação íntima e cúmplice com a velha Beira, atualmente designada por Região Centro de Portugal. Importa explorar a ficção que retrata múltiplas facetas duma região diversa, retalhada por imprecisas fronteiras, limites de unidades relativamente homogêneas que são correlativas das usadas habitualmente para interpretar dicotomicamente o país. Tais assimetrias, embora estruturantes, não deixam de expressar uma visão maniqueísta, portanto redutora, onde o litoral se opõe ao interior, o urbano ao seu entorno rural e o Norte surge em contraponto ao Sul.

A Beira é, pois, um espaço de transição onde coexistem reminiscências do Norte, mais húmido, de maior pendor atlântico, com uma topografia mais movimentada, onde impera o minifúndio, e do Sul, mais seco, que antecipa a peneplanície mais vazia, onde se instalou o latifúndio e os horizontes mais fundos e luminosos preanunciam o Mediterrâneo. Retalhos de muitas obras literárias descrevem as subtilezas desta Geografia e a sua sensibilidade supera as descrições técnicas que se esgotam, quase sempre, em epidérmicas interpretações setoriais e restritivas. É possível detetar em algumas páginas o diálogo subtil, implícito e não assumido entre certos escritores

e alguns geógrafos, sobretudo os da geração fundadora da moderna Geografia portuguesa, onde pontificam Amorim Girão, Orlando Ribeiro ou Alfredo Fernandes Martins. O conteúdo das respetivas descrições parece irmaná-los na ideia que Miguel Torga preconizava, de se escrever um “capítulo do ín-cola da Beira numa corografia da Beira” (*Diário II*, 1943: 147).

A Geografia literária da Beira é esboçada por muitos escritores que centraram a sua obra na região, onde relevam os que começaram a publicar na terceira década do século XX, coincidindo, aliás, com o arranque mais explícito da investigação geográfica. Uns e outros receberam forte influência do *Guia de Portugal* (1924-1966), obra lapidar que se afirmou como um verdadeiro atlas literário e geográfico do país. Raul Proença, que concebeu este projeto de envergadura, teve a arte e o engenho de envolver na sua concretização escritores, geógrafos e outros especialistas, fazendo do *Guia* o modelo duma certa Geografia literária.

Esta abordagem, focada na leitura e interpretação da Beira, é estruturada a partir de duas coordenadas fundamentais: i) a importância do diálogo entre Geografia e Literatura, a importância da viagem e do diálogo, formal ou informal, entre o geógrafo e o escritor; e ii) os lugares de origem, a que muitos escritores reportam a respetiva ficção, permitem uma leitura enriquecida do território e, a partir desta perspetiva, assegurar uma reinterpretação mais assertiva da Beira.

2. O mapa e o livro: Geografia, literatura e as leituras do território

2.1. Geógrafos e escritores: diálogos entre Geografia e Literatura

A escrita com que os geógrafos descrevem as suas observações não deixa de ter um paralelismo com a Geografia a que recorrem os escritores na respetiva ficção. Esta permeabilidade denuncia as fronteiras artificiais que se estabeleceram entre Geografia e Literatura como, em sentido mais amplo, as supostas divisões entre Arte e Ciência. No seio da Geografia, a partir da década de setenta do último século acabou por se desenvolver uma corrente de pendor humanista, de reação crítica à perspetiva positivista, então dominante, que se havia imposto desde o advento da moderna Geografia, em meados do século XIX. Os que se enquadraram nesta corrente, onde encontramos A. Bailly, Y.-F. Tuan, D. C. Pockock e W. Holzer, advogavam ser importante dar mais atenção à vivência, à experiência e às virtualidades criativas do comportamento humano, pugnando por um diálogo estreito entre

Geografia e Literatura para uma compreensão mais holística dos lugares, das paisagens e do mundo vivido (Jacinto, 2021).

Esta corrente emergiu num momento de crise intensa ocorrido a todas as escalas, da global e nacional à regional e local, acompanhada de fortes mudanças que em alguns aspetos tem ingredientes não distantes dos presentemente verificados. Por este motivo, merecem atenção os geógrafos que consideravam que “num mundo à procura de si mesmo, a Geografia escapa aos geógrafos”, sendo “preciso reaprender o espaço e reaprender a aprendê-lo”. A sua qualificação e interpretação obriga a estarmos “despertos para uma arte do espaço [que] só é concebível na familiaridade dos poetas, romancistas, pintores ou cineastas, que têm evocado, melhor do que as nossas descrições, a região dos homens”. Perante estas observações, deduz-se com naturalidade: “é uma nova Geografia que há que inventar, rompendo ainda divisórias entre disciplinas, com geógrafos abertos à Literatura e às Artes e homens das letras a par da Geografia” (Fremont, 1976: 257-262).

É neste contexto que devemos situar a *Geografia Literária*, expressão consagrada entre nós por Osório de Oliveira, que a utilizou pela primeira vez como título dum livro de ensaios sobre a literatura de Portugal e Colónias (1931). A intuição dos geógrafos portugueses levou-os a reconhecer “que a pura investigação geográfica se revela em muitos casos incapaz de fazer a cabal interpretação da fisionomia terrestre, e como a ciência e a arte precisam de aliar-se com o objetivo de nos darem o quadro completo das nossas paisagens” (Girão, 1952: 105-106). Sob o manto da Geografia literária acabou por se acolher, com o tempo, tanto experiências de viagem e vivências geográficas como descrições de paisagens, naturais e humanas, que nos ajudaram a perceber com maior detalhe o espírito dos lugares e desvendar os sentimentos mais profundos que se escondem na alma das pessoas que os habitam (Jacinto, 2021). Não admira, pois, a conclusão de Amorim Girão, quando afirmou que “pode dizer-se, pelo que respeita às terras fronteiriças de Riba-Côa”, como relativamente a outras parcelas da Beira, mesmo entre os que “conhecemos bem as paisagens severas e majestosas da Beira Transmontana, [que] foram algumas páginas deste último escritor [Nuno de Montemor, *Maria Mim*, 1939], cheias de colorido e emoção, que melhor nos fizeram compreender essas paisagens, e penetrar ao mesmo tempo na especial maneira de ser das gentes que lhes dão vida”. Também pensamos que não “precisarmos de ir buscar exemplos às literaturas estrangeiras, alguma confirmação do que acabamos de dizer”, já que é fácil encontrar-se entre os escritores da Beira inúmeras páginas que não “deixa[m] de constituir um fiel documentário da paisagem e da vida” (Girão, 1952: 105-106).

Sem mais delongas nem outras deambulações teóricas recordemos, a este propósito, o remate de Miguel Torga no rescaldo duma tertúlia com “um geógrafo m[s]eu amigo”, seguramente Alfredo Fernandes Martins, travado porventura à mesa do Café Arcádia, em Coimbra. O escritor coloca este interessante debate teórico-metodológico no ponto crítico:

Até aqui, para os herdeiros de Estrabão, *o humano, em relação ao meio, ou é vítima ou algoz*. Explicam-se os sentimentos e as estaturas pelas nuvens e pelas águas de regadio, ou então ensina-se à posteridade que foi um tiro de dinamite que estragou o perfil de certa fraga. Ora eu sugeria o alargamento desse critério estreito, e que *se fizesse do homem um dos elementos fundamentais da Geografia*. Que no processo científico de qualquer troço do mundo figurasse *o habitante do sítio*, considerado já como factor natural, a par do relevo ou da vegetação. Ao lado doutras formas de conhecimento, um capítulo do íncola da Beira numa corografia da Beira. Seria, em meu fraco entender, *uma contribuição substancial para melhor compreensão da sua íntima realidade*. (*Diário II*, Coimbra, 21 de Março de 1943: 147-151).

Na senda das interpretações fenomenológicas, Torga toca cerne deste debate epistemológico enquanto revela assumir posições contrárias ao seu amigo geógrafo. A posição contrária que defende reside na pretensa racionalidade científica do “m[s]eu amigo geógrafo [que] *argumenta com razões de método*”, chama a isto uma *ideia poética*, e fala no *sarilho científico que seria semelhante Geografia psicológica*. Diante de tais argumentos, *calo-me, vencido mas não convencido*” (*ob. cit.*). O argumento evocado pelo seu amigo representa o temor de qualquer geógrafo perante uma “poética do espaço”, postura que os cânones só acolheriam posteriormente, quando passaram a considerar ser adequada para apreender com mais sensibilidade a essência do território e o “espírito do lugar”. O ponto de vista vigente e partilhado pela generalidade da academia seria explicitado por Amorim Girão, mais tarde, ao referir que “acusam-se muitas vezes os geógrafos de literatos, querendo significar que eles desprezam todo o contacto com a realidade, vivendo no domínio da pura fantasia. Fala-se de ‘literatura geográfica’ quase sempre com intuitos de maldizer; e, deturpando muito embora a expressão, também se terá falado de ‘Geografia literária’ mais ou menos no mesmo sentido” (Girão, 1952: 105).

O tempo veio consensualizar o contributo inestimável prestado pela Literatura à Geografia pela maneira como descreve a paisagem, expressa a relação humana com o meio, percebe as vivências, como dá sentido e

forma às representações territoriais mais simbólicas. O modo como o escritor perscruta estes sinais e dá um novo sentido a tais experiências despoja a Geografia, como a Literatura, da excessiva carga conceptual que tanto as oprime. A Geografia literária, por todas estas razões, acaba por exprimir os traços essenciais da experiência geográfica do mundo, esse espaço de interação discreta entre o geógrafo e o escritor.

2.2. Viagens na Beira: literatura geográfica, Geografia literária

A viagem foi sempre um meio privilegiado de observação direta para geógrafos e escritores, de recolha de informação para intermediar a leitura dos territórios. Excursões, passeios, visitas de estudo e trabalho de campo permitem aceder a dimensões mais intangíveis e subtis, que se escondem nas camadas mais profundas e em labirínticos lugares. Independentemente das motivações que as originam, sejam razões profissionais, lazer ou simples devaneio, tantas vezes desejada apenas para superar a própria solidão, a viagem abre sempre infinitas possibilidades de vermos além das aparências, de captarmos os traços mais íntimos e ocultos que os lugares escondem.

A Beira foi percorrida por inúmeros escritores e geógrafos em viagens realizadas por obrigação, ou devoção, se o amor sentido aos lugares e às paisagens se impunha. Nestes casos, a viagem só começa verdadeiramente quando “sonhamos sobre os mapas”, sejam reais ou mentais, isto é, quando “sonhamos como geógrafo” (Bachelard, 1957 [2004]: 208). Destacamos quatro viagens feitas na Beira, com início em meados do século XIX, por serem elucidativas da mudança de atitude quanto ao propósito da viagem e aos meios de transporte utilizados. Importa ter presente que este período, além de corresponder a uma profunda mudança relativamente à atitude e aos meios disponíveis para viajar, correspondeu à institucionalização da Geografia, com bem ilustra a criação, em 1875, da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Os relatos dizem respeito a viagens realizadas por motivos profissionais, académicos ou de lazer, são descrições com recorte literário suportadas em vivências pessoais e trabalho de campo. A geograficidade de que estão impregnadas representa um valioso contributo para a Geografia literária da Beira. Sem espaço para comentar com detalhe os respetivos conteúdos, são exemplificativas dos modos de transporte disponíveis (cavalo, mala-posta, comboio e, mais tarde, o automóvel) e dos motivos que lhes deram origem, onde surgem razões de ordem científica:

- *Apontamentos de viagem* [Alexandre Herculano, 1853-1864]. A visita aos tombos da Beira proporcionou apontamentos de “algumas observações

e notas feitas numa viagem de serviço público durante o Verão de 1853”. E justifica, assim: “Parece-me que não pela forma, mas pela matéria, elas deverão mover a curiosidade dos leitores d’*O Panorama*; porque o país da Europa mais desconhecido entre nós é sem dúvida Portugal”.

- *Uma Velha Descrição Geográfica do Centro de Portugal* [Gerardo A. Perry; 1860]. O autor, cartógrafo militar, esteve na origem do primeiro mapa moderno do país que percorreu em boa parte, sobretudo a Beira e o Alentejo. Foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875 e publicaria no mesmo ano uma *Geographia e estatistica geral de Portugal e colónias*. As descrições das suas deambulações na Beira, que permaneceram inéditas até Amorim Girão (1951: 2) as dar à estampa, começam assim: “Parti de Lisboa para Coimbra a 13 de Abril, *na mala-posta*; nesta tão cantada terra, estive até ao fim deste mês. Descreverei Coimbra e as suas belezas, noutra ocasião; agora começarei a apontar unicamente o que vi depois que saí dali”.

- *Expedição Científica à Serra da Estrela* [1881; Emygdio Navarro, 1884]. Sob o comando de Hermenegildo de Brito Capello (1841-1917), oficial da Marinha com enorme prestígio enquanto explorador do continente africano, partiram de comboio 47 expedicionários com destino à Serra da Estrela, a 1 de Agosto de 1881. A viagem, de carácter científico, foi patrocinada pela recém-criada Sociedade de Geografia de Lisboa e perpetuada em interessantes publicações (p. ex: Henriques, 1883).

- *A Beira num relâmpago* [Teixeira de Pascoaes, 1916]. Apontamento elucidativo do espírito que animou a viagem e do estilo do poeta de Amarante: “No dia 15 de Agosto de 1915, às duas horas da madrugada, eu, meu irmão Álvaro e o Dr. Pedro de Macedo partimos, do Largo do Arquinho, num *Fraschini* guiado pelo Dr. José Vahia. [...] Viajar em auto é correr mundo, a cavalo num relâmpago. Pessoas, paisagens, vilas, lugarejos passam por nós numa tal velocidade, que as impressões recebidas continuam, em nossa memória, a sua doida cavalgada, numa confusão turbilhonante. A distância que as separa e lhes dá perspectiva é eliminada pelo movimento que as anima; e as suas aparências quase se fundem num todo, caótico e disparatado, que é a fonte caricatural da moderna pintura futurista. [...] Atravessamos agora as solidões da Beira. Jorra a luz do céu em cataratas! Surpreende-me não a ver criar linfas, cascatas, lagoas de oiro. É uma luz abrasadora, beijando, sem de leve as macular, as verdes tonalidades. Faz rir as coisas, acende gargalhadas súbitas nas fontes, e baila, esplendorosamente, à superfície das águas quietas das represas”.

Os relatos destas viagens servem de introito a um amplo movimento que surgiu em Portugal, nos anos vinte do século passado, onde se identificam duas linhas paralelas: do lado da *Geografia* assiste-se à sua implantação académica, ao início da investigação geográfica regular e à edição dos primeiros trabalhos, sobretudo de Geografia regional, incluindo alguns sobre a Beira; do ponto de vista literário, entre as obras onde despontam referências espaciais, desponta o *Guia de Portugal* (1924-1966), que envolveu vários escritores (Aquilino Ribeiro, Afonso Lopes Ribeiro, Vitorino Nemésio, Jaime Cortesão, Ferreira de Castro, etc.) e a colaboração de vários geógrafos (Silva Telles, Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Carlos Alberto Marques), além de outros especialistas, no propósito de facultar uma visão multifacetada, abrangente e integrada de muitos lugares e das diferentes regiões do país.

A investigação geográfica sobre diferentes parcelas da Beira elaborada em trabalhos académicos, conforme ao paradigma então dominante, teve por mentores os geógrafos fundadores da moderna Geografia portuguesa: Amorim Girão, Orlando Ribeiro e A. Fernandes Martins¹. Após o trabalho pioneiro de G. A. Perry e dos alicerces lançados em vários estudos de Geografia regional, surgiram diferentes Geografias de Portugal abarcando o conjunto do país. É de realçar a que foi dada à estampa por Girão (1941), por ser a primeira e pela ampla divulgação que alcançou, acabando por ter influência designadamente entre os escritores. Estas obras têm abundantes referências à Beira, dedicando-lhes alguns capítulos ou fornecendo informação que moldou o olhar e influenciou o modo de ler e interpretar o país e a Região.

O *Guia de Portugal*, embora não possa ser considerado um verdadeiro contraponto geográfico ou literário, contem ingredientes e aflora matérias afins. No volume I (Lisboa e arredores, 1924), apesar da advertência do autor, não deixa de almejar pretensões literárias: “A ordem rigorosamente itinerária que seguimos nesta obra é talvez a menos conveniente aos *efeitos literários*, mas a mais útil para o fim que tivemos em vista – que não foi encantar os Portugueses com a nossa prosa, mas levá-los à descoberta de Portugal. *Se há aqui literatura (e da melhor)*, ela não constitui um fim em si mesma, mas um meio de sugestão, um comentário vivo e inteligente das excursões a efetuar e a maneira de tornar mais flagrante a expressão da realidade”. Após esta nota de abertura, Raul Proença elucida-nos como é ténue a fronteira entre viagem, Literatura e Geografia ao colocar no frontispício, além duma referência de Byron, duas citações lapidares que constituem um verdadeiro um apelo à viagem: (i) “estas excursões não são apenas um consolo, um descanso e um ensinamento; são antes de mais, e sobretudo, um dos melhores meios de cobrar amor e apego à pátria [...] Em todo o país

deveriam preocupar-se os que o regem e conduzem que seus filhos o conheçam de vista e de contacto” (Miguel de Unamuno); (ii) “Nada há no mundo mais saborosamente aprazível para um coração lusitano do que viajar, simples, modesta, obscuramente em Portugal” (Ramalho Ortigão).

Esclarece-se no prefácio que a obra pretende ser um “minucioso roteiro do País”, “um repertório artístico” e “um testemunho dos estrangeiros sobre Portugal”, além de conter “uma bibliografia escolhida do que se tem escrito sobre Portugal”. Estamos perante “uma obra de sóbria *literatura descritiva* [que], sem as desfigurações e alucinações caras aos românticos, os incidentes das recordações pessoais, os desenvolvimentos eruditos, as divagações retóricas e os devaneios poéticos”. O *Guia* pretende ser “uma antologia da nossa *literatura pitoresca*, que seja o escrínio de tanta jóia perdida reflectindo ainda hoje, com limpidez por vezes maravilhosa, as impressões dos nossos maiores ante as belezas desta terra pródiga” [...], “onde se reúnam as páginas mais evocativas dos *nossos escritores*, desde que o sentimento da natureza fez irrupção na *literatura nacional*, com Fr. Luís de Sousa, Rodrigues Lobo e Miguel Leitão de Andrade, até à paisagem mais arejada, mais colorida e mais precisa da moderna escola pseudo-realista” (Proença, 1924: LIX-LX).

A informação abundante e os traços da perene identidade territorial latente nas páginas desta obra influenciaram sucessivas gerações de geógrafos e de escritores. Os primeiros passos da investigação geográfica em Portugal foram dados “com os pés na terra”, baseada numa Geografia vivida que privilegiava a viagem e o trabalho de campo. Alinhados com o espírito do *Guia de Portugal*, os geógrafos portugueses aproveitaram o método e os princípios que o nortearam para conceberem dois livros-guia das visitas à Beira pelos participantes no *Congrès International de Géographie*, realizado em Lisboa, em 1949, pela Union Géographique Internationale (UGI). Estas viagens ao Centro Litoral e ao Portugal Central foram orientadas pelos autores dos referidos guias, respetivamente, A. Fernandes Martins (Le Centre Littoral et le Massif Calcaire d’Estremadura) e Orlando Ribeiro (Le Portugal Central).

O *Guia de Portugal* apenas antecipou o período fértil da produção geográfica e literária onde são mais notórias as referências espaciais. Os escritores, herdeiros do espírito da obra, utilizam a viagem para encetarem um frutuoso diálogo com o território, onde encontram fonte de inspiração e cenários que utilizam na sua ficção. Inscrevem-se nesta linha algumas descrições de viagem a que se pode recorrer para alicerçar uma verdadeira Geografia literária da Beira:

• *Portugal, a Terra e os Homens* (Vitorino Nemésio, 1948). Antologia de autores e obras representativas das várias regiões do país. Retomada por David Mourão-Ferreira, foi ampliada com a inclusão de novos textos e escritores em sucessivos tomos posteriormente editados.

• *Portugal* (Miguel Torga, 1950). O olhar singular que Torga lançou ao país resultou numa Geografia simbólica que sugere uma leitura telúrica das suas regiões e alguns lugares. Neste périplo, a Região Centro conta com dois apontamentos específicos: Coimbra e A Beira².

• *Portugal, a Terra e o Homem* (Jaime Cortesão, 1964; INCM, 1987). Cortesão recorre ao título já usado por Nemésio, representativo de uma problemática cara aos geógrafos, para escrever a sua última obra, publicada postumamente. Este colaborador do *Guia de Portugal* aproveita os derradeiros anos de vida, após regressar do exílio, para viajar pelo país e escrever largo número de crónicas sobre lugares e regiões que o tocaram. Dedicou à Região Centro um capítulo – A Beira e as Beiras –, que representa uma discussão ainda atual, para se perder em temas e lugares que povoavam o seu imaginário: Graças à Beira Alta; O Realismo na Arte da Beira Alta, A Terra e a arte de Aquilino; Beira Baixa, lar da grei; Monsanto, Alpedrinha e as varandas da Gardunha; O milho e a arte nos campos do Mondego; Aveiro e a epopeia da Ria; A batalha das dunas; Dois dias de Júlio Dinis; Cantanhede e o seu Epónimo; Homens de Ançã; A elegia mística do Buçaco; Coimbra, a cheia de graça; Conímbriga, Coimbra e Condeixa; A praia da Figueira.

• *Viagem a Portugal* (José Saramago, 1981). A tradição dos viajantes escritores recuperada por Saramago, escritor duma geração posterior aos anteriormente referidos, levou-o a percorrer o país e a Beira. Ao deambular pela Estrela, porque “mergulha uma vez mais nas nuvens”, “o viajante está queixoso”, como acontece em tantas viagens, ensina-nos nesta tirada inspirada como tirar proveito e superar condições adversas: “Eis a boa filosofia: tudo é viagem. É viagem o que está à vista e o que se esconde, é viagem o que se toca e o que se adivinha, é viagem o estrondo das águas caindo e esta subtil dormência que envolve os montes” (p. 126).

Estes relatos e descrições, apesar de retratarem o conjunto do país, por dedicarem largo espaço à Beira, associados aos romances doutros escritores cuja ação aí se desenrola, permitem compor uma Geografia literária da Região ou de alguns dos seus retalhos. Entre estes é relevante o contributo dos sete escritores incluídos na *Rota de Escritores do século XX da Região Centro de Portugal* por motivos relacionados com a temporalidade das suas obras, a sua representatividade no panorama literário nacional e o facto de cobrirem as principais unidades subregionais que corporizam a

Beira. São escritores oriundos do litoral os que têm vínculos a Cantanhede, Coimbra, Condeixa e Leiria, como Carlos de Oliveira, Miguel Torga, Fernando Namora e Afonso Lopes Vieira; as paisagens do interior estão representadas nas obras de Aquilino Ribeiro (Serra da Lapa, Vila Nova de Paiva), Virgílio Ferreira (Serra da Estrela, Gouveia) e Eugénio de Andrade (charnecas da Beira Baixa, Fundão). Contudo, uma Geografia literária que se pretende mais ampla e plural, que cubra o diversificado mosaico físico e humano da Beira, implica a conjugação doutros escritores, porventura menos óbvios e sonantes, como Fernando Assis Pacheco, Manuel Alegre, Alçada Baptista ou António Salvado.

3. Escritores da Beira: o escritor, o lugar e a (re)interpretação da Região

3.1. A Beira segundo os seus escritores

A seleção dum naipe de escritores representativos da Beira não é tarefa simples nem isenta de controvérsia, seja pelos nomes a incluir ou pelas fronteiras, exteriores e interiores, que se usem para delimitar o espaço regional. As tentativas ensaiadas em casos similares para se criarem listas de escritores representativos dalguns territórios da Beira revelaram-se tão subjetivas quão divergentes relativamente aos resultados alcançados. Esta conclusão está patente nas coletâneas sobre a Beira Baixa e o distrito de Castelo Branco, elaboradas por Arnaldo Saraiva (1988) e António Salvado (1990; 2001), nas antologias sobre a Guarda, da autoria de José M. T. Mota da Romana (2003) e A. J. Dias de Almeida (2004), ou nas publicadas sobre Coimbra, tanto por Eugénio de Andrade (1971) como por Adosinda P. Torgal e Madalena T. Ferreira (2003).

A dificuldade de se obter uma lista de escritores consensual e única para um mesmo território é acompanhada por uma notória assimetria literária, quantitativa e qualitativa, que decorre da disparidade de representatividade existente ao nível da ficção entre lugares e territórios da Beira. Coimbra é, neste aspeto, um caso singular, mesmo a nível nacional, por ter acolhido ao longo dos tempos muitos escritores consagrados, que passaram pela Universidade coimbrã. Aleatoriamente e sem pretensões de ser exaustivo, desde meados do século XIX que a cidade está mais ou menos presente na obra de escritores com perfis tão distintos quanto Antero de Quental, Eça de Queiroz, Camilo Pessanha, Mário de Sá-Carneiro, José Régio ou Afonso Duarte.

Coimbra acolheu, posteriormente, Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Miguel Torga, Eugénio de Andrade, Eduardo Lourenço, sem esquecer uma nova geração que contempla Herberto Helder, Manuel Alegre, Fernando Assis Pacheco, Alberto Pimenta, Teolinda Gersão, Manuel António Pina, José Manuel Mendes, Inês Pedrosa ou Mário Cláudio.

A naturalidade, como se vê, não pode ser o único critério de seleção de escritores representativos dum lugar ou região. Não se pode descurar o tempo nem ignorar o reconhecimento alcançado pelo autor, variável que, sendo subjetiva, é sempre influente, como se nota, aliás, em opções e citações que temos vindo a fazer. Importa considerar, por outro lado, que os limites da Beira, tanto os externos como os que definem o recorte administrativo interno do espaço regional, conheceram significativas alterações. Trata-se, como sabemos, duma controvérsia antiga, recorrente, que recrudesce quando a regionalização entra na agenda política, como parece que irá acontecer, uma vez mais, muito em breve. É uma matéria onde os geógrafos sempre foram ativos, com mais protagonismo quando têm envolvimento direto na elaboração de propostas de divisão regional, como aconteceu com Amorim Girão (1933) e Jorge Gaspar (1976).

A Beira foi sempre um espaço crítico e de charneira no debate da divisão regional do Continente. A velha Beira, após a sua consagração como uma magnífica trindade que a subdividiu em Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa, conheceu uma lenta mas profunda metamorfose, mais brusca em três momentos capitais da nossa história recente: ainda no Estado Novo, com a revogação das províncias (1959), que fez sucumbir a Beira triparcelada em que Amorim Girão tanto se havia empenhado; no advento da democracia, quando foi aprovada a Constituição da República (1976) e se instituíram as regiões, processo que ainda não logrou ser concretizado; com a adesão de Portugal à União Europeia (1986) e a imposição de sucessivos (re)arranjos na Geografia da sua administração interna. As diferentes formulações da Beira, indissociáveis de profundas mudanças políticas, económicas, sociais e culturais vivenciadas coletivamente, percorreram um caminho que conduziu à atual versão tecnocrática bem expressa na mudança de apelido para Região Centro. Numa obra de referência sobre este tema, de 1933, Amorim Girão assume que

as Beiras Litoral, Central, Trasmontana e Meridional, com os limites que lhes assinala o autor das Cartas elementares de Portugal [Barros Gomes], representam na verdade regiões distintas, tanto pela constituição geológica do seu solo, como pelo seu relevo e clima. O significado geográfico e o valor social

dessa divisão mais são postos em destaque pela circunstância de a cada uma daquelas secções corresponder uma capital regional, que é como o núcleo diferenciador dos territórios que lhe ficam subordinados. Coimbra e Aveiro, Viseu, Guarda e Pinhel, Castelo Branco e Covilhã são, com efeito, cidades fundamentalmente diversas, reflexo evidente das regiões que cada uma delas domina e caracteriza. Mas há que fazer algumas ligeiras alterações nos limites propostos conforme passamos a verificar. (pp. 74-75)

Por isso, “a Beira, cuja divisão em duas secções pela serra de Estrela – Beira Alta e Beira Baixa – de há muito se tornou de uso corrente, melhor se poderá dividir como fez Barros Gomes, em quatro regiões com caracteres próprios, tomando como base de separação os seus principais acidentes montanhosos – Estrela, Gralheira, Caramulo e Montemuro” (p. 74). A divisão regional proposta por este autor nas suas célebres «Cartas elementares de Portugal» para uso das escolas (1878) já havia inspirado o coordenador do *Guia de Portugal*, que a adotaria logo no volume I, antes mesmo da adaptação introduzida por Girão e pelo Estado Novo. Após a estabilização desse mapa, com a Beira dividida nas clássicas Beira Litoral, Alta e Baixa, foi officiosamente adotado e amplamente divulgado, sobretudo nas escolas. Sucessivas gerações de alunos foram obrigadas a decorar rios e estações de caminhos de ferro nas aulas de Geografia. Tantas vezes chamados ao mapa e a visioná-lo, a generalidade dos portugueses acabaria por interiorizá-lo e transformá-lo num mapa mental cujos efeitos ainda perduram. Não é por acaso que Miguel Torga e Jaime Cortesão, por exemplo, esboçaram as respetivas descrições do país com base na Geografia regional nele implícita. José Saramago, décadas mais tarde e num outro contexto político, em obediência à sua filiação e à divisão regional que o partido havia subscrito em 1976, rompe com aquele modelo e adota uma nova Geografia para organizar a apresentação da sua *Viagem a Portugal*.

A Beira ganha matizes distintas consoante é descrita por geógrafos ou escritores. Uns, como Jaime Cortesão, começam por se interrogar se existe uma ou várias Beiras: “Haverá um complexo de caracteres, bem individuado, quer geográfico, quer humano, daquilo a que é costume chamar-se a Beira, abrangendo as Beiras – Alta, Litoral e Baixa, conforme a nomenclatura actual?” A resposta que dá é clara: “Bem e vincadamente individuado, não. E muito menos quando encarado no puro aspecto da Geografia. Entre a Beira minhota – dos vales de Cambra e de Lafões, a Beira Litoral, dos canais e polders da região de Aveiro, ou a Beira alentejana, zona de transição do Sul da Beira Baixa para o Alto Alentejo, a diferenciação geográfica é profunda e multiforme”. O que a Beira tem de diverso e de comum já outros o haviam

dito doutra forma: “A confluência numa extensa região central de todas as paisagens do País, eis a Beira” (Raul Proença, cit. p. Cortesão, 1987 [1964]); “a Beira representa uma sùmula dos caracteres geográficos de todo o território nacional” (Silva Teles, cit. p. Cortesão, p. 104).

No volume I do *Guia de Portugal* (1924), na introdução etnográfica de Portugal feita por Aquilino Ribeiro, a região é lida segundo outro ângulo: “A Beira, à excepção da orla litoral e do vértice sul, acusa até certo ponto as características de Trás-os-Montes. Como já ali, existe uma diferença sensível entre a população das serras e do vale. Esta é de maneiras brandas, mais humilde por um lado, mais impulsiva por outro, todavia aventureira e decidida ‘ao que Deus quiser’; aquela resistente, dura, áspera, mais activa e mais inteligente, posto que mais grosseira”. A faceta telúrica que bem conhece é recuperada ao descrever

A aldeia serrana (da Beira) – escreve-se nas Terras do Demo – é assim mesmo: bulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituíam o empedrado da comuna antiga. [...] A população da planície beiroa é, por via de regra, mais liberal, mais asseada e propensa à emoção, mais sociável, embora menos castiça que a gente serrana. Em geral, o beirão é empreendedor, vivo, laborioso, tão resistente como o transmontano, mas dotado, por ventura, duma maior maleabilidade intelectual. [...] Em suma, o beirão é dos portugueses aquele em que melhor se equilibram as virtudes portuguesas, labor mas não improbo, audácia quando necessária, parcimónia sem mesquinhez, senso comum da vida com os requisitos indispensáveis da constância e da tenacidade. (pp. 63-65)

O significado plural que a Beira tem para os escritores transcende a sua estrita dimensão geográfica. A multiplicidade de perspectivas é equivalente à de seleccionar possíveis autores para sustentar uma Geografia literária da Beira. A região, como o país, mudou, perdeu a sua ruralidade mais profunda ao ganhar contornos económicos e sociais patentes nestas duas leituras geográficas que distam seis décadas entre si:

Luta em piores condições aqui, mas vence mais além; por vezes a paisagem humanizada, se não é absorvida, pouco se destaca do quadro natural. Mas regiões há onde se marca bem o cunho impresso pelo homem. As aldeias serranas confundem-se, esbatendo-se nas encostas; porém, nas regiões baixas e, sobretudo, no litoral, as paredes caiadas são manchas alacres no verde das culturas. A paisagem oferece diferentes aspectos, telas bem diversas, por certo; mas de algum modo, em qualquer recanto, se encontrará o sinal do homem. Por isso, não foram estranhos à divisão regional que

fizemos todos os factos de Geografia humana, que atestam *o esforço do homem na bacia do Mondego*. (Martins, 1940: 271)

A Região Centro, como o próprio nome indica, ocupa uma posição central no contexto do espaço português. Esta centralidade decorre não só da sua localização, entre o Norte e o Sul, mas também das suas características de espaço charneira e de articulação: física, económica, social e cultural. A emergência das duas principais aglomerações urbanas do País, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, longe de esvaziar e enfraquecer o espaço intermédio, acentua o papel de ligação a um vasto território que se foi afirmando ao longo dos séculos a partir de uma situação periférica, como sugere a designação tradicional: província das Beiras. As Beiras cresceram da fronteira para o Litoral, alargando-se para Norte e para Sul, ao encontro de espaços que ou já tinham ganho identidade (Entre Douro e Minho), ou a foram adquirindo (Estremadura, Alentejo). A Região Centro é, portanto, a herdeira das Beiras e, como resultado do seu processo genético, caracteriza-se por uma diversidade feita da junção de unidades territoriais de diferentes dimensões, que puderam cimentar a sua unidade ao longo do processo histórico. (Gaspar, 2002: 5)

A telúrica Beira, na sua intimidade, não perdeu a essência matricial que Torga (1950 [1967]: 71, 73) lhe havia captado:

Jungida assim à razão centrípeta da granítica matriz, a Beira ganha um sentido geográfico que não anda nos mapas administrativos, mas se imprime na retina. Do corpo esguio e diverso de Portugal destaca-se uma célula quase sem protoplasma, só cromossomas, viva, a pulsar. E torna-se evidente que a própria situação espacial desse como que embrionário coração da pátria a fará dobrar-se pelos tempos fora à sua vontade tiranizante.

3.2. Rotas dos Escritores da Beira: o lugar do escritor, a leitura dos lugares

O vínculo afetivo com os territórios matriciais é revelado em inúmeras páginas publicadas pela generalidade dos escritores da Beira. A umbilical ligação que estabelecem com as pequenas pátrias, fruto duma Geografia vivida e sentimental, é recorrentemente testemunhada: “Por mais voltas que dê, é sempre à minha mãe que vou ter quando me ponho a imaginar como é que a poesia se me cravou tão fundo na carne. A minha mãe e àquele lugar onde os meus sentidos despertaram para uma luz atravessada por um chiar de carros de bois pelas quelhas, a caminho das terras baixas dos lameiros. É sempre àquela fonte que regresso” (Andrade, 1995: 23).

Essas memórias mais longínquas e a relação com o lugar nem sempre pacífica foram bem expressas por Namora (*Autobiografia*, 1987: 10):

A infância, então. A adolescência melancólica, a juventude dramatizada. Mas os anos longínquos quase se me esvaziaram. Talvez tivesse precisado de os esquecer. Às vezes persiste só um odor: resinas, urze, o chamuscar do porco na bárbara matança ritual, os refogados impregnando quanta vizinhança havia, à hora da ceia – a ceia do par de velhos cujo conduto para a broa era uma cebola apurada na frigideira. Tudo cheiros medulares e sugestivos. Às vezes um som: o vento nas ramarias, os sinos perdidos na charneca, os estalidos na madeira do tecto, o estrondo no castanheiro do fundo do quintal naquela noite de raios e coriscos, o piar nocturno de uma ave. Tudo sons que davam mistério às coisas.

O escritor, como qualquer pessoa, acaba sempre por se moldar ao lugar, pois “O homem e o meio são solidários na própria fisionomia. O habitante e o habitado modelam-se mutuamente, a ponto de o observador não descortinar onde começa o perfil de um e acaba o rosto do outro” (Torga, 1950: 109). É um vínculo que fica para a vida: “Era bom e eu não sabia que nunca mais se repetiria aquele acordo com a casa, o campo, o rio, os cheiros, os sons e os ritmos do tempo que devagar corria em Alma [...]. Nesse Verão Ainda me banhei nas águas do Alma [...]. Senti um aperto na garganta ao passar a ponte. Olhei o rio, a nora, os salgueiros, os campos. Alma, dizia eu. Como quando era pequeno e dizia mãe” (Manuel Alegre, 1995: 217, 224, 225). A Geografia e o espírito do lugar que envolve Águeda, no caso de Manuel Alegre, são comuns aos sentimentos nutridos pelo torrão natal, como Cortesão (1987 [1964]: 133) também expressa relativamente a Ançã: “Por detrás duma dobra do relevo coimbrão sumiam-se as terras ásperas onde fui nado e as mais amenas dos campos do Mondego, onde me criei. A meus pés desdobrava-se o teatro da minha adolescência; do fundo vale via subir, como uma névoa, os meus primeiros sonhos”.

Esta identificação assumida com os lugares de infância é mais do que o pagamento duma dívida de gratidão pois representa, para muitos, um modo de estar na vida e no mundo e a opção por uma literatura comprometida. Carlos de Oliveira, em *O Aprendiz de Feiticeiro* (1995), adianta que “Não concebo uma literatura intemporal nem fora de certo espaço geográfico, social, linguístico; quer dizer, não a vejo inteiramente desligada das condi-

ções de tempo, de lugar”. É comum o sentimento de fidelidade e enraizamento ao chão ao ponto de se admitir que “este local faz parte de uma Lisboa que é a minha Geografia privada e ao mesmo tempo a minha Geografia literária. O curioso é que, à medida que fui avançando na minha vida de escritor, isso foi-se tornando mais claro”, disse José Cardoso Pires, em entrevista de 1984 (Mauperin, 1984). Noutras circunstâncias, como naquela “literatura em que o espaço passa despercebido”, é reconhecido, como diz Alçada Baptista (1998: 170) a propósito da escrita de Rubem Fonseca, que se “mantém uma certa coincidência entre os ritmos do ‘espaço’ e do ‘sistema’ ou, por outras palavras, entre a Geografia e a cultura. As diferentes situações sociais coexistem no mesmo ‘espaço’ como elementos integrantes e dinamizadores do mesmo ‘sistema’ subordinar às mesmas regras. Nessa literatura, o exótico é necessariamente longínquo”.

A importância das origens e a onnipresença da Beira são assíduas entre os escritores mais comprometidos com a corrente que ficou conhecida por neorrealismo, como nos dizem, nos seus estilos peculiares, dois pilares deste grupo: “Mas tornam-se mais fundas / as raízes da casa, / mais densa / a terra sobre a infância” (Carlos de Oliveira, *Trabalho Poético*. Turismo, Infância, s/d [1942]: 6); ou “Este convívio de hoje tem por pretexto a jornada de um escritor e o facto de essa jornada, a bem dizer, ter tido aqui, numa casinha do Largo Artur Barreto, o seu começo. Com efeito, o escritor em causa nasceu nesta vila de solares, brasões e plebeus, filho de gente imigrada de uma aldeia serrana. Foram muitos, na época, esses imigrantes humildes, e Condeixa, a Condeixa senhoril, deve-lhes mais do que supõe, tanto pelo que criaram, num desafio que os excedia, como pelos horizontes que abriram a seus filhos” (F. Namora, *Sentados na relva*, 1986: 193-194).

O modo de vida e o quotidiano dos lugares de origem forneceram informações determinantes para alimentar a ficção. Não deixa de ser interessante a atitude distinta destes dois autores na hora da reconciliação afetiva, numa fase mais tardia das suas vidas, quando ensaiam uma (re)visitação literária ao torrão natal: Oliveira publicaria *Finisterra: paisagem e povoamento* (1978) e Namora, após várias tentativas, nunca concretizaria o esperado romance que pretendia centrar em Condeixa.

Estas considerações aconselham que a aproximação ao lugar do escritor se faça a partir da respetiva obra. É a melhor maneira de conhecer as paisagens que moldaram o seu carácter e influenciaram, de algum modo, a respetiva produção literária. Explorar a geograficidade da obra e observar no terreno os sinais concretos que a complementam são contributos decisivos para interpretar tanto a atmosfera que rodeou a criação como a Geografia concreta

do lugar e dos contextos regionais. É na confluência das paisagens literárias com as que os nossos olhos realmente alcançam que se consegue uma leitura enriquecida para além de aparências e superficialidades.

A viagem, inerente e fundamental a um processo que visa explorar a relação entre a literatura e o território, tanto pode acontecer a montante como a jusante da leitura da obra, potenciando e acrescentando valor à geograficidade nela latente. Ler *A Nave de Pedra* antes de ir a Monsanto tanto antecipa a compreensão do lugar que inspirou Namora como a sua leitura após a visita à aldeia aviva detalhes captados superficialmente no terreno. Esta técnica foi, aliás, amplamente explorada por Torga para interpretar os territórios que calcorreava e, deste modo, “ler toda a sua história e auscultar toda a sua vida”: “Ver Portugal de um miradouro destes, a Estrela além, escavada e coberta de sanatórios, e a campanha em baixo, latifundiária e vazia, é ler toda a sua história e auscultar toda a sua vida” (*Diário IV*, 1949: 174).

À luz dos pressupostos que se têm enunciado e dos lugares onde nasceram os escritores, é possível adiantar um primeiro esboço duma *Rota dos Escritores da Beira*. A região incorpora os seus roteiros como, no dizer de Namora (*Casa da Malta*, 1945 [9.º ed., 1975]: 19), cada escritor foi desenhando o seu: “Os meus livros representam quase um itinerário de Geografia humana, por mim percorrido; as andanças do homem explicam as do escritor”. Os múltiplos itinerários que se podem traçar com base nas várias referências materiais e intangíveis sugerem e são propícios a gerar viagens. Estes percursos, que podem seguir Geografias variáveis, têm impulsionado o turismo literário, segmento emergente com potencial para desenvolver um nicho de mercado. Rotas apoiadas em elementos físicos dispersos no território (bibliotecas, casas-museu, toponímia, arte pública, etc.), que podem incluir referências mais desmaterializadas, desde um romance a paisagens, naturais e humanas, passíveis de se contemplar localmente. As coordenadas estruturantes concretas seguintes mostram como estas rotas se podem definir a várias escalas, quer a nível regional quer no âmbito local ou urbano.

(i) *Rota de Escritores do século XX da Região Centro de Portugal*. Os sete escritores selecionados, em 2013, para integrarem esta rota são representativos dum certo período concreto da história da Literatura Portuguesa e da diversidade geográfica da região. Os lugares com que se identificam, dispersos na região, definem uma rede regional estruturante e relativamente coerente, âncora da Geografia Literária da Beira, suportada pelas suas obras: 1. Leiria (A. Lopes Vieira); 2. Vila Nova de Paiva (Aquilino R., embora nascido em Carregal de Tabosa, Soutosa, Sernancelhe); 3.

Coimbra (M. Torga, apesar de nascido em São Martinho de Anta, Sabrosa); 4. Gouveia (Melo) (Virgílio Ferreira); 5. Condeixa-a-Nova (F. Namora, apesar de Monsanto (Idanha) ser igualmente representativo); 6. Cantanhede (Febres) (Carlos de Oliveira, embora tenha nascido em Belém do Pará); 7. Fundão (Póvoa de Atalaia) (Eugénio de Andrade).

(ii) *Bibliotecas e Casas-Museu da Região Centro com nomes de escritores.* Alguns foram designados patronos e os seus nomes associados a Bibliotecas Municipais, equipamentos culturais estratégicos a nível local. Entre os *onze vultos* incontornáveis do panorama nacional *que dão o nome a Bibliotecas Municipais* da Região Centro, *foram* incluídos na Rota de Escritores: 1. A. Lopes Vieira (Leiria); 2. Vergílio Ferreira (Gouveia); 3. Eugénio de Andrade (Fundão). Outras bibliotecas receberam o nome de: 4. Afonso Duarte (Montemor-o-Velho); 5. J. Cardoso Pires (Vila de Rei); 6. Manuel Alegre (Águeda); 7. Eduardo Lourenço (Guarda); 8. A. Lobo Antunes (Nelas); 9. José Baptista Martins (Vila Velha de Ródão); 10. P.e Manuel Antunes (Sertão); 11. António Arnaut (Penela). As *Casas-Museu* complementam esta rede: 1. A. Lopes Vieira (S. Pedro de Moel); 2. F. Namora (Condeixa-a-Nova); 3. Casa da Poesia E. de Andrade (Fundão); 4. Casa da Escrita (Casa João José Cochofel e berço do “neorrealismo”, Coimbra); 5. Casa-Museu M. Torga (Coimbra); 6. Casa Marmelo e Silva (Paul, Covilhã); 7. Casa-Museu Egas Moniz (Avanca, Estarreja); 8. Museu Júlio Dinis (Uma Casa Ovarense, Ovar).

(iii) *Itinerários locais definidos com base em outras referências.* Além dos equipamentos e localidades mencionados existem dispersas na região outras referências relacionadas com a escrita que complementam e densificam as redes anteriores. Às bibliotecas e casas-museu é possível associar: (i) *Toponímia e placas evocativas.* Existem ruas com nomes de escritores em muitas localidades, assim como placas colocadas em casas onde nasceram ou viveram; (ii) *Arte pública* (estátuas, memoriais, etc.). M. Torga, F. Namora e E. Lourenço têm memoriais em Coimbra, Condeixa, Guarda e São Pedro de Rio Seco (Almeida). Coimbra é uma vez mais um caso à parte na Região, por concentrar, por exemplo, um número elevado de estátuas de escritores, dispersas na cidade (Eça de Queiroz, Manuel Alegre, etc.), suscetíveis de esboçar um itinerário temático que é uma verdadeira viagem pela história da Literatura Portuguesa.

(iv) *Prémios, festivais e eventos literários.* Os nomes de alguns escritores vinculados à Beira estão associados a prémios literários: Namora (Lisboa), V. Ferreira (Évora), Torga (Coimbra), Lourenço (Guarda). A nova relação entre os escritores e o público e os novos consumos culturais estão a ditar uma nova

Geografia literária (cultural) regional, patente na proliferação de prémios, festivais literários e outras iniciativas, onde se incluem feiras do livro (com a presença de escritores), residências literárias, cafés literários, etc..

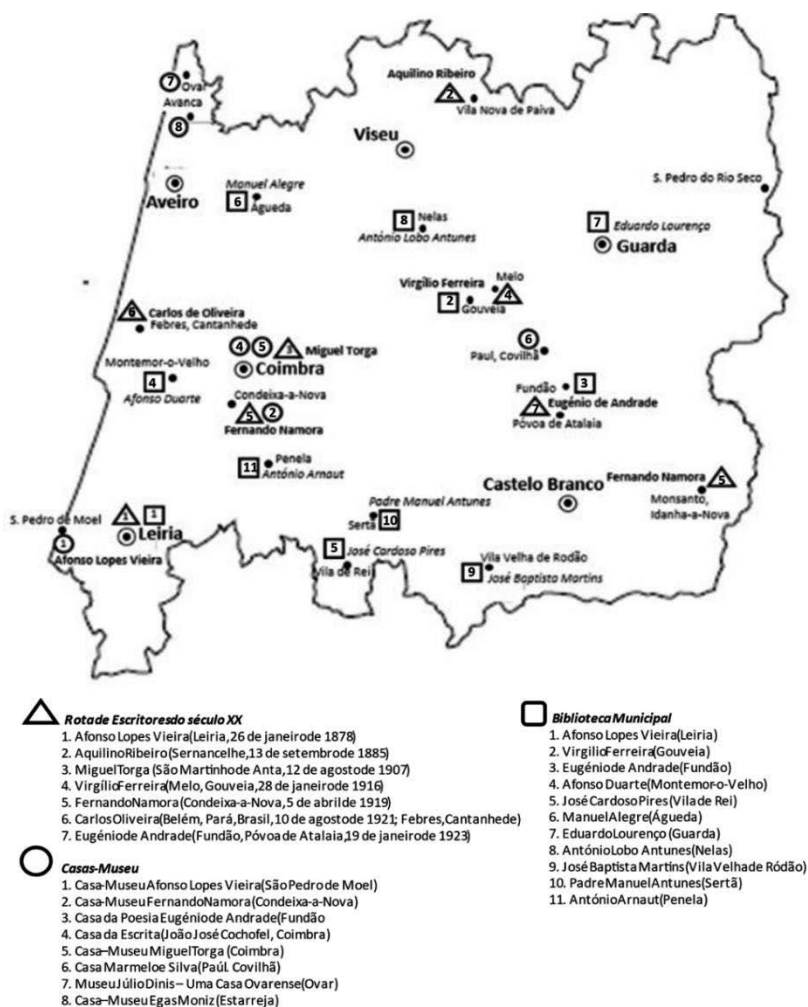


Fig. 1 – Rota dos Escritores da Beira: do lugar à obra, da obra ao lugar.
(Elaboração do autor do ensaio)

Todas estas referências, materiais e intangíveis, passíveis de serem geograficamente referenciadas, apontam para a possibilidade de vários roteiros concretizáveis na Beira. Há lugares mais privilegiados onde convergem mais do que um escritor (Coimbra, por exemplo), outros onde é possível promover roteiros temáticos ou baseados em apenas uma única obra. Nestes casos, num único lugar um romance pode dar origem a um roteiro urbano: *Estrela Polar*, o romance de Vergílio Ferreira, permite fazer uma leitura da Geografia urbana da Guarda; *A Nave de Pedra* é, hoje, graças a Fernando Namora, indissociável da Aldeia Histórica de Monsanto da Beira. Certos romances acabaram por se plasmar com o território donde emanam e, por isso, o espaço regional fica indelevelmente associado às obras: a Serra do Leomil aos romances de Aquilino (*Terras do Demo*, *O Homem da Nave*, *Malhadinhas*), a Serra da Estrela a Ferreira de Castro (*A Lã e a Neve*).

A relação de cada escritor com os respetivos lugares e territórios acaba por ser, sempre e em qualquer circunstância, pessoal, única e intransmissível. Por esta razão as suas obras estão plenas de fragmentos e de especificidades que nos remetem para uma Geografia particular, sensível e distinta de cada autor. O estilo e a maneira de cada autor nos guiar pelos respetivos territórios é bem perceptível na descrição “De Viseu rumo ao norte”, a entrada nas Terras do Demo feita por Aquilino no início de *Geografia Sentimental* (1951: 8):

silva romântica de lugares, seres é coisas que, na Beira, onde tenho umas árvores para gozar a sombra, ouvem os dobres do campanário local. Não é, contudo, trabalho regionalista no sentido rigoroso, embora a mim próprio se afigure o desenvolvimento parafrástico das Terras do Demo, ou, com vénia pela pedantaria, a sua paralipomena. Poderia dizer, para o definir melhor: a minha pena foi até onde chegam as ondas sonoras do tal sino rachado. Por essa razão ainda chamei sentimental ao roteiro, com mil perdões desta feita de nossa mãe Eva.

A parcela da região de cada escritor acaba por emergir, em dado momento e por qualquer razão, em algum fragmento da respetiva obra. Neste sentido reconhece-se, nos autores que temos vindo a citar, uma descrição própria representativa do modo como viveram, leram, interpretaram e sonharam a Beira. As várias Rotas de escritores que é possível desenhar a partir dos seus respetivos lugares e espaços sub-regionais facultam-nos uma Geografia literária da Beira que é, antes de mais, um contributo fundamental para, a partir do passado, ensaiarmos uma (re)leitura prospetiva da região.

Referências bibliográficas

- AQUILINO RIBEIRO (1951, 4.º ed.). *Geografia sentimental (História, Paisagem, Folclore)*. Lisboa: Bertrand.
- AQUILINO RIBEIRO (1988 [1924]). Introdução etnográfica, in *Guia de Portugal*: Vol. I: Lisboa e Arredores (1924). Lisboa e Arredores (1924). Lisboa: F. C. Gulbenkian, pp. 61-76.
- BACHELARD, Gaston (1957 [2005]). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAPTISTA, A. Alçada (1998). *A pesca à linha. Algumas memórias*. Lisboa: Ed. Presença.
- CARLOS DE OLIVEIRA (s/d [1942]). Turismo, in *Trabalho Poético*. Lisboa: Sá da Costa.
- DIAS DE ALMEIDA, A. J. (2004). *Guarda Livros – textos e contextos*. Guarda: C. M. Guarda.
- EUGÉNIO DE ANDRADE (1971). *Memórias de Alegria (Antologia de verso e prosa sobre Coimbra no Centenário da Geração de 70)*. Org. e pref. Eugénio de Andrade. Porto: Ed. Inova.
- EUGÉNIO DE ANDRADE (1992 [6.ª ed., 1995]). Sem abrigo para tanto amor. In *Rosto Precário*. Porto: F. Eugénio de Andrade.
- EUGÉNIO DE ANDRADE (1992). *Poesia: terra de minha mãe*. Porto: Asa.
- FERNANDO NAMORA (1945 [9.º ed., 1975]). *Casa da Malta*. Lisboa: Bertrand.
- FERNANDO NAMORA (1978 [1959]). *Cidade solitária*. Lisboa: Bertrand.
- FERNANDO NAMORA (1986). *Sentados na Relva*. Lisboa: Bertrand.
- FERNANDO NAMORA (1987). *Autobiografia*. Lisboa: Ed. “O Jornal”.
- FRÉMONT, Armand (1976; 1980). *Região, espaço vivido*. Coimbra: L. Almedina.
- GASPAR, Jorge (1982). Regionalização. Uma perspetiva sócio-geográfica. In *Problemas de Regionalização*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 96-112.
- GASPAR, Jorge (2002). *A Região Centro*. Coimbra: CCDRC.
- GIRÃO, A. Amorim (1951), “Uma Velha Descrição Geográfica do Centro de Portugal” (Gerardo Augusto PERRY; 1860). *Boletim do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 2/3, pp. 2-34.
- GIRÃO, A. Amorim (1933). *Esboço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GIRÃO, A. Amorim (1952). “Geografia e Literatura”. in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 4/5, Coimbra: Fac. Letras, pp. 105-107.
- GOMES, B. Barros (1878). *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas*. Lisboa: Lallement Frères Typ.
- HENRIQUES, Júlio A. (1838). *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881: secção de botânica*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- HERCULANO, Alexandre – *Obras Completas. Apontamentos de viagem [1853-1864]* (reunidos e organizados por Vitorino Nemésio). Tomo V. Lisboa: L. Bertrand.

- JACINTO, Rui (2021). Fernando Namora: Geografia, Literatura e a leitura do País. In Lúcio Cunha et al. *Geografia, Turismo, Território*. Livro de Homenagem a Fernanda D. Cravidão. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 337-360.
- JAIME CORTESÃO (1987 [1964]). *Portugal – A Terra e o Homem*. Lisboa: INCM.
- JOSÉ SARAMAGO (1981). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MANUEL ALEGRE (1996 [1995]). *Alma*. Lisboa: D. Quixote.
- MARTINS, A. Fernandes (1940). *O Esforço do homem na bacia do Mondego*. Coimbra: Ed. autor.
- MARTINS, A. Fernandes (1949). *O Maciço Calcário Estremenho*. Coimbra: Ed. autor.
- MAUPERRIN, M.^a José (1984). Entrevista in *Expresso* (Revista), 17/4/1984, pp. 20-32. In Bruno Vieira do Amaral (2021), *Integrado marginal, Biografia de José Cardoso Pires*. Lisboa: Contraponto Ed..
- MIGUEL TORGA (1943 [4.^a ed. 1977]). *Diário II*. Coimbra: Ed. autor.
- MIGUEL TORGA (1949 [3.^a ed. 1973]). *Diário IV*. Coimbra: Ed. autor.
- MIGUEL TORGA (1950 [3.^a ed. 1967]). *Portugal*. Coimbra: Ed. autor.
- MOTA DA ROMANA, José M. T. (2003). *Antologia de Escritores da Guarda (séculos XII a XX)*. Guarda: C. M. Guarda.
- NAVARRO, Emygdio (1884). *Quatro dias na Serra da Estrela. Notas de um passeio*. Porto: L. Civilização.
- OLIVEIRA, J. Osório de (1931). *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PROENÇA, Raul (1988 [1924]). Prefácio. in *Guia de Portugal*: Vol. I: Lisboa e Arredores (1924). Lisboa: F. C. Gulbenkian, pp.: LIX-LXIV.
- SALVADO, António (1990). *Ideias*, Suplemento de Cultura do *Jornal do Fundão*, n.º 9; 19.10.1990.
- SARAIVA, Arnaldo (selec., pref. e notas) (1988). *Escritores Modernos da Beira Baixa: Antologia*. Editora: Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Local de Edição: S.l.
- TEIXEIRA DE PASCOAES (1994 [1916]). *A Beira (num relâmpago) – Duplo Passeio*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- TORGAL, Adosinda P. & FERREIRA, Madalena T. (Org.) (2003). *EnCantada Coimbra*. Colectânea de Poesia sobre Coimbra. Lisboa: Dom Quixote.
- VITORINO NEMÉSIO (1978 [1948]). *Portugal. A terra e o homem. Antologia de textos de escritores dos séculos XIX-XX*. Lisboa: F. C. Gulbenkian.

Notas

- ¹ Parcelas da Beira estudadas: Amorim Girão: A Bacia do Vouga (1922), Viseu (1925), Montemuro (1940), Maciço da Gralheira (1942); Carlos Alberto Marques: A Bacia Hidrográfica do Côa (1935) e A Serra da Estrela (1938); Alfredo Fernandes Martins: *O esforço do homem na bacia do Mondego* (1940) e O Maciço Calcário Estremenho (1949); Orlando Ribeiro: Contribuições para o estudo do pastoreio na serra da Estrela (1941).
- ² O profundo conhecimento do país foi adquirido através de incessantes viagens, como se verifica pelas dezenas de entradas nos quatro primeiros volumes do *Diário*, publicados até 1950, ano em que editou *Portugal*. Destacamos um exemplo lapidar deste peregrinar de Torga: “*Pareço um doido a correr esta pátria. Do Gerez a Monchique e do Caldeirão a Bornes, não tenho sossego. E sem saber ao certo para quê! Não sou geógrafo, tenho um patriotismo suspeito, sou fraco apreciador de petiscos, de modo que nem eu chego a saber por que é tanta peregrinação. Mas continuo, e só não amiúdo os passos por não ter saúde, nem tempo, nem meios. Talvez sem eu ter consciência disso cultivo-me assim pelos olhos e pelos pés, no alfabetismo íntimo das cousas, expressivas na sua luz, no seu clima e no seu paralelo particular. A terra não é igual em lado nenhum. Aqui encolhe-se, ali espalma-se, acolá afunda-se*” (Fundão, Serra da Gardunha, 4 de Fevereiro; *Diário III*, 1946 [3.ª ed. 1973]: 88).



Fotografia: Ana Cristina Carvalho

AUTORAS E AUTORES

Notas curriculares

Henrique ALMEIDA. Mestre em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Católica. Lecionou na Faculdade de Letras da Universidade Católica de Viseu, nas áreas de Literatura, Linguística, Teoria Literária, Didática, Cultura Portuguesa e, mais tarde, no Departamento de Gestão. Obteve formação complementar na Universidade da Beira Interior e na Universidade de Coimbra, nas áreas de Ciências da Comunicação e de Gestão Cultural. Integra, como investigador, o CLEPUL (Universidade de Lisboa). Atualmente, exerce funções docentes, como professor adjunto convidado, no Instituto Politécnico de Viseu (Departamento de Gestão) e desempenha funções diretivas de gestão museológica. Fundador e ex-diretor do Centro de Estudos Aquilino Ribeiro (CEAR), dirigiu a revista *Cadernos Aquilinos*. Foi-lhe atribuído o Grande Prémio de Ensaio Aquilino Ribeiro, *ex-aequo*, pela Associação Portuguesa de Escritores, em 1986. É autor de várias obras publicadas e de artigos dispersos em revistas académicas.

Maria Mota ALMEIDA. Equiparada a Professora Adjunta do Departamento de Artes, Humanidades e Línguas da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE). Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, Mestre em Museologia (2006) e Doutora em Museologia pela ULHT. Tem trabalhos publicados na área da museologia, património e turismo cultural. Na área do turismo literário tem desenvolvido uma investigação tendo por base a obra do autor presencista Branquinho da Fonseca. É investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC) – Universidade Nova de Lisboa; membro colaborador do Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve (CIAC-UALG); cocoordenadora do projeto *Ciclo da presença* no Alto Alentejo; colaboradora do projeto *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*; colaboradora da Rede Entremeio – Rede de Pesquisa Geografia, Turismo e Literatura – UNIRIO – Rio de Janeiro. É coordenadora científica do MUVITUR – Museu Virtual de Turismo – ESHTE.

Margarida Santos ALPALHÃO. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Português e Francês, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa (FCSH, 1997) e Doutorada em Línguas e Literaturas Românicas pela Universidade

Nova de Lisboa (2009). Professora. Investigadora do grupo Estudos Interdisciplinares Sobre o Imaginário, NOVA FCSH. Fez a edição, tradução e apresentação de Gossouin de Metz, *Imagem do Mundo*. 1245 (Lisboa: IEM, 2010), bem como a edição de *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Moraes a partir dos três exemplares quinhentistas portugueses da obra (2009). Interessa-se não só pela Cultura Medieval, designadamente o enciclopedismo e a cartografia da Idade Média, mas também por personagens marginais da Literatura. Tem vários artigos publicados em revistas e atas, nacionais e estrangeiras. Colabora com o projeto «Diálogos Portugueses XV-XVIII» no âmbito do qual coligiu, em colaboração com Isabel Barros Dias, «Diálogos Portugueses: contributo para um catálogo (Idade Média-século XVIII)».

Maria de Lurdes BARATA. Tem o Doutoramento em Literatura Portuguesa (2003), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese: *Miguel Torga – Espaço de um eu em polifonia de vozes*). Mestrado em Literatura Portuguesa (1987, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: *Imagens da Mulher e Reverso Simbólico na Obra de Maria Judite de Carvalho*). Licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras de Coimbra.

Atualmente, é Professora-Coordenadora aposentada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Nas provas públicas para Professora-Coordenadora (1995) defendeu a dissertação: *Miguel Torga Contista. Valores e Pedagogia*.

Formação de Professores: Orientadora Estágio Clássico; Delegada à Profissionalização; Orientadora Pedagógica; Supervisora na ESECB – formação inicial e contínua de professores. Coordenadora Institucional do PNEP (Plano Nacional de Ensino do Português). Consultora de Formação do Centro de Formação de Professores Alto Tejo.

Publicou artigos sobre estudos literários, língua portuguesa e didática do português em revistas e jornais e um livro sobre a poesia de António Salvado.

Glória BASTOS. Professora no Departamento de Educação e Ensino a Distância, na Universidade Aberta. Tem o doutoramento em Estudos Portugueses, com uma tese sobre o teatro para crianças, parcialmente publicada com o título *O teatro para crianças em Portugal. História e crítica* (Caminho, 2006). Tem colaborado com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. Pertenceu ao Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura e integra atualmente a Comissão de Honra. A sua atividade de investigação tem privilegiado questões relacionadas com a problemática do livro infantil e juvenil, as bibliotecas escolares e o e-learning e ainda o papel das tecnologias na educação. Tem participado em estudos internacionais, intervindo com contributos na área da educação e tecnologias. Nestes campos tem sido também convidada como

consultora para diversos colóquios e seminários com várias publicações em livros e revistas, nacionais e internacionais.

Teresa BRANQUINHO. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Especialista em Ciências Documentais – Biblioteca, pela mesma Faculdade. É, desde 2002, Técnica Superior na Câmara Municipal de Mortágua e responsável pela Biblioteca Pública “Branquinho da Fonseca”.

Entre as muitas atividades que desenvolve, destacam-se o projeto “No Trilho de Tomaz da Fonseca – Passeio Literário”, que tem por objetivo divulgar a obra e vida deste escritor mortaguense; e a criação do “Take Away de livros”, iniciativa que viria a ser seguida por muitas Bibliotecas do País, em tempos de pandemia. Colabora voluntariamente no Núcleo Museológico da Irmãnia “Raízes e Memórias”, espaço dedicado à memória coletiva de um povo que ousou sonhar com ideais de educação, liberdade e desenvolvimento.

Gosta de viajar, andar de mota, ler, descobrir a natureza, conviver e estar em família. Reinventar e criar está no seu ADN.

Ana Cristina CARVALHO. Nasceu em Lisboa em 1961 e vive em Sintra. Entre 1986 e 2010 foi Engenheira do Ambiente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, com especial incidência em informação e divulgação ambiental. Mestre (2009) e Doutora (2015) em Ecologia Humana (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) com as teses, respetivamente, *Climas de Mudança: Vulnerabilidade Humana às Alterações Climáticas* e *A Relação Eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro*. Foi professora auxiliar convidada do Departamento de Sociologia, lecionando na cadeira “Desenvolvimento e Sustentabilidade” (2009-2018). Autora de artigos científicos e publicações de divulgação científica e do livro *Terra Nativa – Natureza e Paisagem Humanizada em Ferreira de Castro* (2017). Coeditora dos livros *Amazónia – Reflexos do Lugar nas Literaturas Portuguesa e Brasileira* (2020) e *Alentejo(s) – Imagens do Ambiente Natural e Humano na Literatura de Ficção* (2021).

É atualmente investigadora integrada do CICS.NOVA, desenvolvendo um projeto multianual financiado pela FCT na interface Literatura Portuguesa, Ambiente e Clima.

Maria ILHÉU. Docente do Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora e Investigadora do MED-UE (Instituto Mediterrânico para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento). É doutorada em Ecologia e Ambiente e tem promovido e coordenado diversos projetos científicos na área da Conservação de Ecossistemas Ribeirinhos. É autora de um

vasto conjunto de publicações científicas no domínio da Ecologia de Rios e da Educação para a Sustentabilidade Ambiental. Nos últimos anos tem-se dedicado a projetos interdisciplinares de investigação-ação no âmbito Eco-social e da Educação para a Sustentabilidade com ênfase no resgate da ligação Humano-Natureza assim como à curadoria de projectos de arte pública de cariz ambiental. Atualmente coordena o curso de pós-graduação eLearning Ambiente, Sustentabilidade e Educação da Universidade de Évora.

Rui JACINTO. Geógrafo. Foi Assessor na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) e Assistente no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, onde lecionou Planeamento Regional e Urbano, Ordenamento do Território e Municípios e Desenvolvimento Local. Foi Gestor do Programa Operacional da Região Centro (I.º – III.º QCA, 1989 a 2006) e Secretário Técnico (2007-2012); acompanhou projetos locais e Iniciativas Comunitárias (Interreg, Leader, etc.). Tem participado em projetos de cooperação e redes de investigação, transfronteiriças e internacionais, sobretudo Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Tem publicações sobre dinâmicas económicas e sociais, ordenamento e reestruturação dos territórios, cooperação territorial, papel dos atores e importância das políticas públicas e nos processos de desenvolvimento territorial. Tem editado ainda sobre património, cultura, geografia e literatura, rotas de escritores, imagem e território. É investigador no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT – Universidade de Coimbra) e representante da Universidade de Coimbra na Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibéricos (CEI).

Jorge Costa LOPES. É membro integrado do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorado por esta Faculdade, com a tese *As Vozes do Silêncio – As marginalia de Vergílio Ferreira nos livros de Fernando Pessoa, Clarice Lispector e Eduardo Lourenço*. Concluiu recentemente, na mesma Faculdade, um pós-doutoramento sob o tema “*A crítica do livro*” de Óscar Lopes.

Autor de *Sobre o Riso e o Cómico em Vergílio Ferreira* (Âncora, 2014) e de *As Polémicas de Vergílio Ferreira* (Difel, 2010). Organizou e prefaciou a antologia *Jornal de um Artista* de Beldemónio – Eduardo de Barros Lobo (2008). Vencedor do Prémio Vergílio Ferreira, na categoria ensaio, atribuído pela Câmara Municipal de Gouveia, em 2014, e Prémio Revelação de Ensaio Literário da APE/IPLB, em 2005.

António Apolinário LOURENÇO. Professor de Literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde coordena a secção de Estudos Espanhóis. Integra, desde a fundação dessa unidade de investigação, a Comissão

Executiva do Centro de Literatura Portuguesa. Tem colaborado com textos sobre literatura em publicações periódicas de diversos países. É autor, coordenador ou editor de mais de duas dezenas de livros publicados em Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América, entre os quais uma *História da Literatura Espanhola* (Porto, 1994, em colaboração com Eloísa Álvarez) e uma *Historia de la Literatura Portuguesa*, que coordenou em colaboração com José Luis Gaviñanes (Madrid, 2000). O seu livro mais recente intitula-se *Portugal y su Literatura, del Siglo de Oro a la Edad de Plata* (Madrid/Cáceres, 2021).

Guilherme d'OLIVEIRA MARTINS. Nasceu em Lisboa em 1952. Licenciado e Mestre em Direito e Professor Universitário Convocado. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Lusíada, Universidade Aberta e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian, Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura e Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Letras – Cadeira 20.

Foi Presidente do Tribunal de Contas (2005-2015) e, sucessivamente, Secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999), Ministro da Educação (1999-2000), Ministro da Presidência (2000-2002) e Ministro das Finanças (2001-2002). Presidente da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1985-1995) e Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994). Foi Presidente da Comissão do Conselho da Europa que elaborou a Convenção de Faro sobre o Património Cultural (2005), Presidente da EUROSAI – Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa (2011-2014), Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção (2008-2015) e Coordenador Nacional do Ano Europeu do Património Cultural 2018.

António dos Santos QUEIRÓS. Investigador de Filosofia/Ética Ambiental, no Centro de Filosofia da U. Lisboa, visitando a Universidade Salamanca e a Sorbonne. Professor, doutorado em Filosofia das Ciências – FLUL. Mestre em Filosofia da Natureza: FLUL. Mestre em Teoria da Arte-FBAUL. Pós-graduado em Ciências da Educação. Membro do Wah Ching Centre of Research on Education in China, Hong Kong.

Fundador e diretor científico-pedagógico dos Centros de Formação de Professores de Conimbriga e da mc2p – Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal. Consultor, CCP – Forum dos Serviços.

Os seus interesses de investigação incluem também a Filosofia Política e a Economia Política da China, a Literatura e as Artes, o Património e o Ambiente, o Turismo Ambiental e a Economia Política do Desenvolvimento Sustentável. Pós-doutoramento na Universidade de Aveiro, com extensão às universidades

de Salamanca e Bordéus. Publicou e editou mais de 500 trabalhos científicos, *scripto* e multimédia.

Vânia REGO. Professora adjunta convidada da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau desde 2016. Doutorada em Literatura Portuguesa Contemporânea (2015) pelas Universidades de Poitiers (França) e do Minho (Portugal).

Na sua investigação privilegia o estudo da obra de autores portugueses contemporâneos e hipercontemporâneos, nomeadamente José Luís Peixoto, sobre cuja obra se debruçou na tese de doutoramento na perspetiva dos estudos sobre a escrita na primeira pessoa, o regresso do trágico na literatura contemporânea ou ainda questões relacionadas com a metaficção.

Licenciada em Ensino de Português e Francês pela Universidade do Minho (2007) e mestre (2009) em Literatura Portuguesa pela Universidade de Poitiers, foi leitora do Instituto Camões em França na Universidade de Poitiers e na Universidade Blaise Pascal, em Clermont-Ferrand.

(<https://ipm.academia.edu/VâniaREGO>)

Anabela SARDO. Professora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda (IPG). É doutora em Literatura Portuguesa, mestre em Estudos Portugueses e licenciada em Ensino de Português e Francês. É docente do Instituto Politécnico da Guarda desde 1991, lecionando na Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH). De 2009 a 2015, foi diretora dessa Escola. Pertenceu ao Conselho Geral do IPG de 2008 a 2016. Foi, durante dois mandatos, Presidente do Conselho Pedagógico, órgão ao qual pertence. É presidente do Conselho Técnico-Científico (terceiro mandato, Biénio 2019-21).

Para além da investigação que tem vindo a realizar na área da Literatura Portuguesa, também faz pesquisa ao nível da área da cultura portuguesa, tendo um especial interesse pelo denominado Turismo Cultural e Literário. Entre outros trabalhos em que tem estado envolvida, destaca-se o de coordenadora do projeto *PAR – Património Azulejar Religioso na Diocese da Guarda*, que resultou na publicação do livro homónimo, que associa património, cultura e turismo, agraciado por um prémio nacional.

Ana ALBUQUERQUE Sousa. Professora de Português da Escola Secundária Alves Martins, Viseu. Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Estudos Portugueses, pós-graduada em Inspeção da Educação e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses e Franceses. Docente de Português desde 1984. Foi professora do Ensino Superior. Exerceu vários cargos de administração escolar: subdiretora de uma escola secundária, membro

do Conselho Geral, Coordenadora de Departamento, membro do Conselho Pedagógico e técnica na Equipa de Apoio às Escolas de Viseu. É formadora creditada pelo Conselho Científico para a Formação Contínua, no âmbito da Didática do Português e da Administração Escolar.

Foi diretora de um jornal regional. Publicou vários artigos em jornais e antologias e colabora com vários órgãos de comunicação. Interessa-se por estudos de promoção da cultura portuguesa, nomeadamente preservação do património regional como fator de desenvolvimento turístico. Tem-se dedicado à investigação na área da Literatura Portuguesa, com destaque para a obra de Manuel Alegre.

É autora de um livro de ficção narrativa ao qual foi atribuído um Prémio Literário.

Fernanda Monteiro VICENTE. Licenciou-se, em 1995, em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Concluída a Licenciatura, estagiou na Escola Secundária D. Dinis, naquela cidade, exercendo a partir daí a profissão de docente do grupo 300 em diversas escolas e agrupamentos do país. Em 2003, terminou o Mestrado em Línguas e Literaturas Clássicas, na área de especialização em Literaturas Clássicas, também na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Com uma bolsa da FCT concluiu o curso de Doutoramento em Literatura, em 2011, no Departamento de Línguas e Culturas, com a tese *O locus amoenus na produção narrativa dinisiana*. Nos Agrupamentos de Escolas, onde desempenhou funções, dinamizou diversos projetos nacionais e internacionais. Exerce atualmente funções de assessora pedagógica no Centro de Formação Bragança Norte e colabora com o Instituto Politécnico de Bragança, continuando a desenvolver estudos na área da Literatura Portuguesa e tendo publicado diversos artigos.

Cristina Costa VIEIRA. Nasceu no Porto em 1973. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses e Franceses, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição onde obteve o grau de Mestre em Estudos Portugueses e Brasileiros. Doutorou-se em Letras pela Universidade da Beira Interior (UBI). Destaca da sua obra *O Universo Feminino n'A Esmeralda Partida de Fernando Campos* (Difel, 2002), autor em que é especialista, e *A Construção da Personagem Romanesca: processos definidores* (Colibri, 2008). Integra o Centro de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e colabora no Centro de Estudos sobre o Imaginário (CEIL)/IELT, da Universidade Nova de Lisboa. É Professora Auxiliar no Departamento de Letras da UBI, onde exerce a docência na área da Literatura e das culturas lusófonas e foi diretora do Mestrado em Estudos Lusófonos

(2011-2022). Os seus ensaios estão em várias revistas da especialidade, nacionais e internacionais, e em diversas antologias. Tem coordenado a organização de congressos ligados à lusofonia na UBI e correspondentes edições em livro.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park
– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt
